



## AUTORREFORMA DO PSB

RIO DE JANEIRO 28, 29 E 30 DE NOVEMBRO DE 2019.

### RELATÓRIO DE PRODUÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL

*O presente documento foi organizado com o objetivo de reunir a produção das atividades realizadas nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2019, nos eventos da **Autorreforma do PSB** e o **Diálogo Internacional**. O mesmo se encontra em estado bruto, não foi efetuada nenhuma interferência no conteúdo. Todos os documentos de proposituras apresentados estão contidos neste relatório.*

**Sinoel Batista** (relator)

Brasília, 16 de dezembro de 2019.

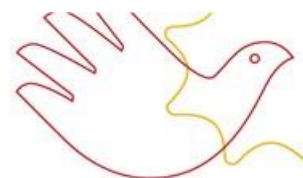


## Sumário

<b>Programa – Conferência Nacional da Autorreforma do PSB (27, 28 e 29 de novembro de 2019)</b>	<b>5</b>
<b>Parte 1 - Solenidade de abertura da Conferência</b>	<b>7</b>
Carlos Siqueira - Presidente Nacional do PSB	9
Ricardo Coutinho - Presidente da Fundação João Mangabeira	22
<b>Parte 2 - Conferência Magna “Desigualdade Social no Brasil”</b>	<b>27</b>
Fabio Maia - Moderador	27
Mônica de Bolle – Desigualdade e Clima	28
Daniel Sarmiento – Desigualdade e Democracia	31
Eduardo Moreira – Desigualdade e Economia	36
Jurandir Freire Costa – Desigualdade e Desencantamento	42
<b>Parte 3 - Atividades Desenvolvidas na Plenária: Apresentação dos Relatórios dos Eixos Temáticos</b>	<b>47</b>
<b>Parte 4 – Resultados das atividades dos cinco Eixos Temáticos</b>	<b>86</b>
<b>Eixo Temático I – REFORMA POLÍTICA</b>	<b>86</b>
Anexo 1 - Parlamentarismo: Uma proposta para o Brasil	96
Anexo 2 – A Favor do Presidencialismo	121
Anexo 3 – Ajuste na Frase da Logomarca da Autorreforma	126
Anexo 4 – Respeito ao Artigo 90 do Estatuto do PSB	127
Anexo 5 – Incorporar Documentos Estruturantes do PSB ao Documento da Autorreforma	128
Anexo 6 – Incorporar ao Documento da Autorreforma o tema da Democratização dos Meios de Comunicação do País	129
Anexo 7 – Defesa do Presidencialismo.	131
Anexo 8 – Proposta em defesa do parlamentarismo.	133
Anexo 9 – Proposta de Articulação da Internacional Democrática Socialista.	134
Anexo 10 - Moção de repúdio à nomeação de Sérgio Nascimento Camargo para a presidência da Fundação Palmares.	135
<b>Eixo Temático II – DESENVOLVIMENTO, CULTURA E MEIO AMBIENTE</b>	<b>137</b>



<b>Anexo 11 - Proposta A Sociedade é a Continuação da Natureza</b>	<b>140</b>
<b>Anexo 12 - Proposta da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar – Desenvolvimento Rural Sustentável</b>	<b>142</b>
<b>Anexo 13 - Proposta – O PSB e o Ecosocialismo</b>	<b>143</b>
<b>Anexo 14 - Proposta – Defesa da Água Como Bem Indisponível</b>	<b>147</b>
<b>Eixo Temático III - POLÍTICAS SOCIAIS</b>	<b>148</b>
<b>Anexo 15 – Proposta para Inclusão da Pessoa com Deficiência</b>	<b>153</b>
<b>Anexo 16 - Proposta apresentada sobre o tema Democracia e as Mulheres (página 72)</b>	<b>160</b>
<b>Anexo 17 - Proposições para Agrícola e Agrária</b>	<b>163</b>
<b>Anexo 18 - Proposições para LGBT</b>	<b>164</b>
<b>Anexo 19 - Proposições realizadas pelo Deputado Vilson da Fetaemg</b>	<b>170</b>
<b>Anexo 20 – Proposta para Avançar com o SUS</b>	<b>171</b>
<b>Anexo 21 – Proposta para Educação, Seg. Pública, Enfrentamento às Drogas, Proteção Social – Bolsa Família, Criança e Adolescente, Respons. Fiscal</b>	<b>172</b>
<b>Anexo 22 – Proposta para Educação Pública</b>	<b>174</b>
<b>Anexo 23 – Proposta para Reforma Urbana Criativa</b>	<b>176</b>
<b>Anexo 24 - Moção de repúdio à Medida Provisória 905/2019</b>	<b>177</b>
<b>Anexo 25 – Ampliação do Capítulo da Cultura</b>	<b>179</b>
<b>Anexo 26 - Proposta para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar</b>	<b>180</b>
<b>Eixo Temático IV - ECONOMIA: PROSPERIDADE, IGUALDADE E SUSTENTABILIDADE</b>	<b>184</b>
<b>Eixo Temático V - SOCIALISMO E DEMOCRACIA</b>	<b>188</b>
<b>Anexo 27 – Complemento de relatório</b>	<b>190</b>
<b>Parte 6 – Seminário Diálogo Internacional</b>	<b>215</b>
<b>Programa – Diálogo Internacional (30 de novembro de 2019)</b>	<b>216</b>
<b>Arthur Moreira Lima - Pianista</b>	<b>217</b>
<b>Carlos Siqueira - Presidente Nacional do PSB</b>	<b>218</b>
<b>Deputado Federal Alessandro Molon - Moderador</b>	<b>218</b>
<b>Felipe Barnachea Vasquez - Representante do Partido Socialista do Chile</b>	<b>222</b>
<b>Carlos Amastha - Diretor da FJM</b>	<b>225</b>



<b>Senadora Mónica Xavier - Partido Socialista do Uruguai</b>	<b>227</b>
<b>Karina Delfino Mussa - Partido Socialista do Chile</b>	<b>230</b>
<b>Deputado Roberto Chiazaro - Partido Socialista do Uruguai</b>	<b>234</b>
<b>Deputado Federal Alessandro Molon - Moderador</b>	<b>241</b>
<b>Deputada Olga Alonso Suárez do PSOE – Partido Socialista Obrero Español (PSOE)</b>	<b>262</b>
<b>Deputado João Paulo Moreira Correia – Partido Socialista Português</b>	<b>270</b>
<b>Deputado Hugo Alexandre Pulido Pires – Partido Socialista Português</b>	<b>278</b>



## Programa – Conferência Nacional da Autorreforma do PSB (27, 28 e 29 de novembro de 2019)

### 27 de novembro de 2019 - quarta-feira

**14h00 as 22h00:** Inscrição e entrega de materiais.

- No ato da realização do credenciamento o participante deverá indicar qual Eixo Temático se inscreveu quando da realização da sua inscrição.

### 28 de novembro – quinta-feira

**08h30:** Inauguração da **CONFERÊNCIA NACIONAL DA AUTORREFORMA DO PSB**

- Carlos Siqueira, Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- Ricardo Coutinho, Presidente da Fundação João Mangabeira - FJM

**09h30:** Conferência magna sobre o tema “Desigualdade social no Brasil”.

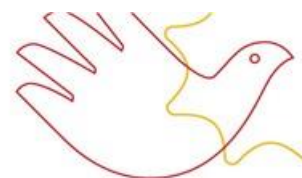
- Eduardo Moreira - “Desigualdade e Economia”
- Jurandir Freire Costa – “Desigualdade e Desencantamento”
- Daniel Sarmento – “Desigualdade e Democracia”
- Mônica De Bolle – “Desigualdade e Clima”

**13h00:** Almoço.

**14h30:** Atividades em grupo (**Parte I**)

**Dinâmica dos trabalhos:** as atividades serão realizadas simultaneamente em 5 (cinco) salas, - uma para cada Eixo Temático -, cuja direção dos trabalhos caberá ao Coordenador da mesa e este será apoiado por um conferencista/expositor e um relator dos trabalhos, cujas funções estão apresentadas a seguir:

- Ao **coordenador da mesa** competirá coordenar, controlar e administrar o tempo das atividades e assegurar palavra a todos os participantes em acordo a ordem de inscrição.
- Ao **conferencista temático (expositor)** competirá a apresentação de síntese dos documentos de referências das políticas que integram o Eixo Temático.
- Ao **relator da mesa** competirá o registro das propostas apresentadas de modo a assegurar que as contribuições dos debates sejam posteriormente sistematizadas pela Comissão Redatora da **CONFERÊNCIA NACIONAL**.
- **Eixo Temático I - REFORMA POLÍTICA: reforma política, reforma do estado, política externa, defesa nacional, sistema de governo, democratização da economia, estado e religião.**
  - Coordenador: Carlos Siqueira
  - Relator: Sinoel Batista
- **Eixo Temático II - DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: políticas para a Amazônia, empregos verdes, economia verde.**
  - Coordenador: Paulo Bracarense



- Relator: Rafael Araripe Carneiro
- **Eixo Temático III - POLÍTICAS SOCIAIS: educação, saúde pública, seguridade social, cultura diversidade e identidade nacional, saneamento ambiental, reforma agrária, reforma urbana, direitos humanos, gênero e raça, segurança pública.**
  - Coordenador: Deputado Molon
  - Relatora: Adriana Silva
- **Eixo Temático IV – Eixo Temático IV - ECONOMIA: PROSPERIDADE, IGUALDADE E SUSTENTABILIDADE: macroeconomia, economia do conhecimento / economia criativa, futuro do trabalho / emprego, política industrial e competitividade, reforma tributária.**
  - Coordenador: Domingos Leonelli
  - Relator: Tamara Ilinsky
- **Eixo Temático V - Socialismo e Democracia - (novas formas de participação na política, reinvenção da política e do partido)**
  - Coordenador: João Capiberibe
  - Relator: James Lewis

**18h00:** Encerramento das atividades do dia.

**20h00:** Jantar.

#### **29 de novembro de 2019 – sexta-feira**

**09h00:** Atividades em grupo – (Parte II)

**Objetivo:** dar sequência às reflexões dos debates em grupo iniciados no dia anterior (28 de novembro) e elaborar o relatório a ser apresentado na plenária da tarde do mesmo dia.

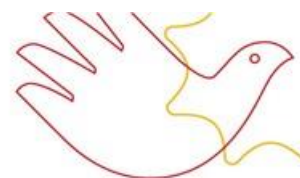
**12h00:** Lançamento do Caderno PENSE BRASIL – Meio Ambiente: Fronteiras e Profundidades no Brasil Sustentável - FJM.

**14h00:** Atividades no plenário central

**Objetivo:** Os Relatores/(as) das mesas apresentarão os resultados dos trabalhos e entregarão as versões impressas e eletrônicas à Presidência da mesa da plenária final da **CONFERÊNCIA** para as providências de sistematização geral, que ocorrerá posteriormente à **CONFERÊNCIA**.

**18h00:** Encerramento das atividades do dia.

**20h30:** Jantar.



## Parte 1 - Solenidade de abertura da Conferência

### Sessão de abertura da Conferência Nacional da Autorreforma do PSB

#### Autorreforma do PSB – Brasil um passo adiante

**Data: 28 de novembro de 2019**

**Local: Auditório do Rio Othon Palace, na cidade do Rio de Janeiro**

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Inicialmente, gostaria de desejar a todas as autoridades, aos filiados, aos militantes e aos nossos convidados aqui presentes as boas-vindas à cidade do Rio de Janeiro. Um bom dia a todas e a todos. (*Palmas.*) Bem-vindos ao Rio de Janeiro.

Estamos reunidos hoje para a inauguração da Autorreforma do PSB, que tem como foco promover e discutir as novas diretrizes do partido. Esta é uma atualização do nosso manifesto e do nosso programa partidário, firmando-se como oposição sólida à crise política e social que se tem aprofundado no Brasil.

Acreditamos que juntos, revisando e reestruturando nossos objetivos, podemos pavimentar os caminhos que nos levam à superação dos problemas do sistema político brasileiro atual.

Para iniciarmos os trabalhos e compormos a Mesa de Abertura, gostaria de convidar a tomarem os seus lugares ao palco o Exmo. Presidente Nacional do PSB, Sr. Carlos Siqueira. (*Palmas.*) o Exmo. ex-Governador da Paraíba e Presidente da Fundação João Mangabeira, Sr. Ricardo Coutinho. (*Palmas.*) O Exmo. Governador do Espírito Santo, Sr. Renato Casagrande (*Palmas.*) O Exmo. Líder da Bancada na Câmara dos Deputados, Sr. Tadeu Alencar (*Palmas.*) O Exmo. Senador pelo Estado da Paraíba, Sr. Veneziano Vital do Rego. (*Palmas.*) O Exmo. Líder da Oposição na Câmara dos Deputados e Presidente do PSB do Rio de Janeiro, Sr. Alessandro Molon (*Palmas.*) A Exma. Senadora pelo Distrito Federal, Sra. Leila Barros. (*Palmas.*) A Exma. Deputada Federal pelo Estado da Bahia, Sra. Lídice da Mata (*Palmas.*) O Exmo. ex-Governador do Estado de São Paulo, Sr. Márcio França. (*Palmas.*) O Exmo. ex-Governador do Distrito Federal. Sr. Rodrigo Rollemberg. (*Palmas.*) O Exmo. Prefeito de Recife, Sr. Geraldo Júlio. (*Palmas.*) A Exma. Vice-Governadora do Espírito Santo, Sra. Jaqueline Moraes. (*Palmas.*) O Exmo. ex-Senador do Estado do Amapá, Sr. João Capiberibe. (*Palmas.*) O Exmo. Diretor da Fundação João Mangabeira, Sr. Fábio Maia. (*Palmas.*) O Exmo. ex-Governador do Estado do Piauí, Sr. Wilson Martins. (*Palmas.*) O Exmo. Prefeito de Timon, Maranhão, Sr. Luciano Ferreira Leitoa. (*Palmas.*) O Exmo. Vice-Presidente da Fundação João Mangabeira e Presidente do Conselho de Ética do PSB, Sr. Alexandre Navarro. (*Palmas.*) A Exma. Secretária Nacional das Mulheres do PSB, Sra. Auxiliadora Pires. (*Palmas.*) O Exmo. ex-Prefeito de Palmas, Sr. Carlos Amastha. (*Palmas.*) O Exmo. ex-Deputado Federal e membro da Executiva Nacional do PSB, Sr. Domingos Leonelli. (*Palmas.*) O Exmo. Deputado Estadual pelo Amazonas, Sr. Serafim Correia. (*Palmas.*) O Exmo. Vice-Presidente Nacional de Relações Governamentais do PSB, Sr. Beto Albuquerque. (*Palmas.*) O



Exmo. ex-Deputado Federal e membro da Executiva Nacional do PSB, José Stédile. *(Palmas.)* O Exmo. ex-Senador do Estado de Sergipe, Sr. Antônio Carlos Valadares. *(Palmas.)* O Exmo. Deputado, representante do Partido Socialista Português, Sr. Hugo Alexandre Pulido Pires. *(Palmas.)* E, para concluir a formação da Mesa, gostaria de chamar o Exmo. Deputado, representante do Partido Socialista Português, Sr. João Paulo Moreira Correia. *(Palmas.)*

Obrigada a todas e a todos.

Agora, gostaria de chamar ao palco e dar as boas-vindas ao nosso militante histórico e membro do Diretório Nacional do partido, o pianista Arthur Moreira Lima. *(Palmas.)*

Logo após a execução do Hino Nacional brasileiro, ele vai nos agradecer, com todo o seu talento, com uma breve apresentação ao piano.

Passemos agora à execução do Hino Nacional e gostaria de pedir a todos que se levantem, por favor.

*(Execução do Hino Nacional.)*

**TODOS:** “De Norte a Sul e no País inteiro, e Viva o Partido Socialista Brasileiro!” (Bis)

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Sr. Arthur, por gentileza.

**O SR. ARTHUR MOREIRA LIMA** – É um prazer e uma honra estar aqui com vocês mais uma vez. Vou tocar agora uma música que é de luta, uma música de revolta, que é a Polonesa em Lá Bemol Maior de Chopin, também conhecida como Polonesa Heroica.

*(Apresentação ao piano da Polonesa Heroica.) (Palmas.)*

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Gostaria de agradecer ao nosso pianista Arthur Moreira Lima por essa belíssima apresentação. Muito obrigada.

**O SR. ARTHUR MOREIRA LIMA** – Agora vou tocar uma fantasia de concerto. Já toquei a parte de luta, agora tenho que tocar a parte de carinho com os companheiros. Então vou tocar Carinhoso, de Pixinguinha e João de Barros. É uma fantasia que eu fiz.

*(Apresentação ao piano de Carinhoso.) (Palmas.)*

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Muito obrigada, Sr. Arthur Moreira Lima.

Antes de dar continuidade, gostaria de dar as boas-vindas à Sra. Karina Delfino, Vice-Presidente do Partido Socialista do Chile e Presidente da Fundação Igualdad, do Partido Socialista do Chile. *(Palmas.)*

Dando prosseguimento à nossa cerimônia, passamos agora ao pronunciamento do Presidente Nacional do PSB, Sr. Carlos Siqueira. *(Palmas.)*





## **Carlos Siqueira - Presidente Nacional do PSB**

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente Nacional do PSB) – Bom dia a todos e a todas. Sejam bem-vindos a esta Conferência Nacional da Autorreforma do Partido Socialista Brasileiro que neste momento inauguramos.

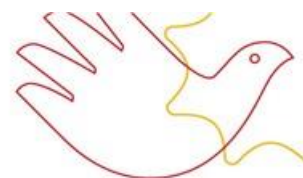
Quero cumprimentar os companheiros que estão aqui à frente, mas também os que estão no plenário, começando pelo Governador Renato Casagrande, também Secretário-Geral do nosso partido e Governador do Espírito Santo; o companheiro Márcio França, ex-Governador de São Paulo e Secretário Nacional de Finanças do PSB; cumprimentar, com muita alegria, o Presidente da Fundação João Mangabeira, ex-Governador da Paraíba, companheiro Ricardo Coutinho, e quero desde logo agradecer pela imensa colaboração que a Fundação tem dado para a realização deste evento ao longo da preparação e, seguramente, dará na continuidade dos trabalhos em consequência desta conferência. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar, com muita alegria, a Líder do PSB no Senado Federal, a Senadora Leila Barros, que nos alegra com sua presença. (*Palmas.*) Também o Senador Veneziano, pelo PSB da Paraíba, também Líder do Bloco no Senado Federal. (*Palmas.*) O Líder do nosso partido na Câmara dos Deputados, o nosso amigo querido Deputado Tadeu Alencar. (*Palmas.*) Cumprimentar o Líder da Oposição, o Deputado Alessandro Molon, também Presidente do PSB deste Estado do Rio de Janeiro. (*Palmas.*) E, ao cumprimentá-los, gostaria também de pedir a gentileza aos Deputados Federais que já estão presentes que se levantem para que o Plenário possa recebê-los com palmas. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar o ex-Governador do Distrito Federal, companheiro Rodrigo Rollemberg, que está no nosso partido desde a juventude, e cumprimentar também, com muita alegria, meu querido amigo, Prefeito da capital do meu Estado, Recife, o companheiro Geraldo Júlio, também 1º Secretário Nacional do nosso partido. (*Palmas.*)

Cumprimentar a companheira Dora Pires, Secretária Nacional de Mulheres e, em seu nome, cumprimentar todas as mulheres presentes neste plenário. (*Palmas.*) O Senador Antônio Carlos Valadares, o ex-Governador do Piauí, companheiro Wilson Martins, o ex-Deputado Stédile, também Presidente agora licenciado do PSB do Rio Grande do Sul; querido companheiro e amigo Beto Albuquerque; companheiro Deputado Estadual Serafim Correia, membro da nossa Executiva; o companheiro Domingos Leonelli, ex-Deputado Federal Constituinte e membro da nossa Executiva Nacional, também membro ilustre da nossa Comissão de Redação e, desde logo, quero agradecer pelo esforço que ele e muitos outros companheiros dedicaram por muitos dias, o Senador João Capiberibe, Alexandre Navarro e o companheiro Paulo Bracarense, que também são membros da Comissão de Redação e a quem também temos que agradecer publicamente pelo esforço e dedicação durante muitos dias, trabalhando diuturnamente, para nos colocar à disposição subsídios para os debates deste dia. (*Palmas.*)

Quero ainda cumprimentar o Vice-Presidente da Fundação João Mangabeira, meu amigo Alexandre Navarro, que também compõe a Comissão de Redação. (*Palmas.*) Cumprimentar o Prefeito Luciano Leitoa, membro da nossa Executiva, e em seu nome cumprimentar todos os Prefeitos e Vice-Prefeitos aqui presentes. (*Palmas.*)



Cumprimentar ainda o companheiro Carlos Amastha, membro da nossa Executiva Nacional e ex-Prefeito de Palmas, um prefeito exemplar do nosso partido. *(Palmas.)* E cumprimentar também, com muita alegria, e desejar boas-vindas aos Deputados João Paulo Moreira Correia e Hugo Alexandre Pulido Pires, que são deputados do Partido Socialista Português, e pedir, por gentileza, que se levantem para que possam ser saudados pelo Plenário. *(Palmas.)*

Também cumprimentar, com muita alegria e muito entusiasmo, os Presidentes Estaduais e Municipais do nosso partido que estão aqui presentes, nem todos podem fazer parte da Mesa, lamentavelmente, porque não há espaço. *(Palmas.)* E cumprimentar também, com muita alegria, minha querida amiga e Deputada Lídice da Mata. *(Palmas.)*

Companheiros e companheiras, militantes do partido, membros dos segmentos organizados do PSB, do Movimento Popular, companheiro Acilino; do Movimento de Mulheres, companheira Dora Pires; da Juventude Socialista Brasileira, companheiro Tony (palmas); a Secretária Nacional do Movimento LGBT do nosso partido que também está presente (palmas); o companheiro Joilson do Movimento Sindical.

E, finalmente, quero cumprimentar, mas quero que ela fique de pé porque este é o mês da consciência negra, a Secretária Nacional da Negritude Socialista Brasileira, companheira Valneide. *(Palmas.)* É com muito orgulho que nós cumprimentamos de forma especial a Negritude Socialista Brasileira neste mês da Consciência Negra em nosso País e dizer da alegria que o povo negro do nosso País é que nos dá a característica, a beleza, a sexualidade, a música, e tudo que é de bom e que caracteriza a cultura do Brasil. Parabéns a todos e vamos à luta pela igualdade de todos os homens e mulheres, independente da cor. *(Palmas.)*

Companheiros e companheiras, hoje nós estamos aqui para uma conferência especial. Nós nunca tínhamos feito um evento com este nome: conferência nacional. Foi uma certa invenção nossa para que possamos diferenciar dos nossos congressos que são os oficiais, os regulares. E obviamente é uma conferência de debates, não é uma conferência de deliberação, mas uma conferência que vem, felizmente, empolgando o partido e até mesmo o debate nos Estados que prevíamos que acontecessem apenas depois desta Conferência Nacional da Autorreforma, já começaram a acontecer bem antes em vários Estados. E felizmente onde fui convidado tive a oportunidade de participar com muita alegria.

Esta conferência reúne-se num momento grave da história do nosso País. E quando eu digo grave, a palavra tem todo sentido mais amplo possível da gravidade do momento da vida política nacional que vive o Brasil. Penso que essa gravidade e as consequências que todos nós já estamos a ver de um governo de ultradireita, com o apoio de boa parte da população brasileira, e os acontecimentos que têm marcado esse período de quase um ano deste Governo já nos revela plenamente o desafio tamanho de todas as oposições em relação ao enfrentamento que temos que fazer a ele, e temos feito, felizmente, por meio da nossa bancada, em especial por intermédio dos nossos líderes que têm agido com muita efetividade, segurança e determinação, contra o retrocesso democrático que se vive no País.

Um país em que hoje se fala, despudoradamente, no AI-5, que foi o ato mais tenebroso da ditadura militar, inaugurado em 1964. Criminalizam-se os movimentos sociais, perseguem-



se pessoas, demitem-se jornalistas a despeito de serem combatentes contra esse regime que se inicia e que tem natureza claramente autoritária.

Essa gravidade, ao invés de nos desanimar, deve nos entusiasmar, para que não deixemos que a democracia brasileira, que tem apenas 34 anos, e incrivelmente é o maior período democrático da história nacional, não pereça. E ela não perecerá se nós tivermos a capacidade, e acho que o nosso partido tem e fará, de examinarmos por que o nosso País mergulhou quase que já no autoritarismo, na ignorância e na mediocridade que nega, entre outras coisas, os dados científicos em relação ao desmatamento da Amazônia, que promove retrocessos brutais contra os trabalhadores e a população mais pobre do País. Incrivelmente é capaz de anunciar uma medida e mandar para o Congresso Nacional em que os desempregados, que são quase 3 milhões no Brasil, terão que pagar uma taxa sobre o salário desemprego. São coisas inimagináveis!

Um, dois anos atrás jamais imaginava que pudéssemos viver esse quadro tão dramático na política nacional, mas estamos vivendo. E por que estamos vivendo? Qual é a razão? Nós todos temos o dever, a obrigação, porque isso não aconteceu da noite para o dia. Isso aconteceu exatamente por um conjunto de erros que se foram acumulando ao longo dessas últimas décadas, que também tiveram seu lado rico e de direitos sociais, mas que já estão naturalizados e que boa parte da população, principalmente os jovens que não viveram esse período já tiram isso como natural, e que têm a tentativa de que esses direitos sociais que ainda estão muito longe ainda dos necessários à nossa população, que eles sofram e já estão sofrendo um retrocesso monumental.

Mas tudo isso nos leva a refletir sobre o fato de que não é possível, não é admissível que nós não olhemos para isso criticamente e que também o sistema político que praticamente desmoronou, principalmente desde 2013, e que nós somos parte desse sistema, para o bem e para o mal nós lá estamos dando nossa contribuição, mas também cometemos nossos erros, temos nossa responsabilidade. E a crise é a crise política.

Filha da crise política tem a crise social, a crise ambiental, a crise econômica e, portanto, nós não podemos deixar de assumir a nossa responsabilidade, mas não apenas para fazer uma declaração, porque uma declaração como faz a Igreja, depois de 500 anos dos seus graves pecados, às vezes, no caso de um partido não resolve. No caso de um partido a nossa autocrítica, a nossa capacidade de examinar com racionalidade necessita ir além de uma autocrítica, ela necessita ter iniciativas. E a iniciativa que nós estamos adotando é a de nos autorreformular, de ser contemporâneos de nós mesmos, de estarmos à altura dos desafios monumentais que o presente momento da história do nosso País nos colocou.

E para estar à disposição e à altura desse momento, nós precisamos, sem nenhuma dúvida, adotar medidas. E a primeira medida que podemos adotar, sem pedir licença a ninguém, é nos autorreformular, é nos melhorar, é nos aperfeiçoar. E o que nós estamos iniciando aqui é exatamente isso.

Mas em que sentido? Se a crise dos partidos não é uma crise exclusivamente brasileira, se o mundo está confucionado, está em movimento por todas as partes do nosso continente, mas também por outros continentes e pelo mundo afora, precisamos adotar medidas concretas.



Medidas concretas para darmos passos para muito além de uma democracia representativa apenas, embora ela seja importante e necessária.

Anúncio a entrada do Senador Saturnino Braga, ex-Prefeito da querida cidade do Rio de Janeiro. É um prazer recebê-lo! (*Palmas.*)

Então, as atitudes que nós devemos tomar e adotar, e vamos fazê-lo, é aperfeiçoar o nosso partido. E como aperfeiçoar o nosso partido? Como melhorar os partidos, já que não há democracia sem partidos? Embora alguns queiram, mas isso é impossível. A democracia é exatamente o sistema de partidos, e os partidos precisam se renovar aqui e no mundo, porque em toda parte eles estão sendo questionados e precisamos relegitimar a política, adotar a sua precedência e claramente relegitimar os partidos e os mandatários.

Hoje já não se exige apenas ser eleito. A população quer que o mandato seja relegitimado permanentemente, porque ela tem informação, ela acompanha o eleito. Mas nós estamos vendo um certo divórcio entre o eleito e os eleitores, e esse divórcio precisa ser superado. E a superação no nosso caso é melhorarmos o partido, aperfeiçoarmos, democratizarmos mais ainda o partido, radicalizarmos na democracia, usarmos os modernos meios de comunicação digital para fazer com que os nossos filiados, os nossos militantes, os nossos eleitores participem da vida do partido.

Está muito desagradável para muitos que não querem se filiar ao partido, ou até que são do partido, porque falta aos partidos uma dinâmica democrática que dê intensidade ao exercício da democracia partidária e da democracia política mecanismos que permitem essa participação. E nós temos as condições materiais e objetivas de fazer isso.

Por isso mesmo que estamos propondo, no documento que vai ser debatido a partir de hoje, um documento com subsídios para renovação do nosso programa, do nosso manifesto, do nosso funcionamento e da nossa política internacional e das nossas comunicações que ainda estão muito aquém das comunicações que deveriam ser feitas. Estamos propondo criar outros mecanismos, estamos propondo que nós possamos ter dois movimentos. Um é para dentro. Um é para estimular, emular a militância partidária, emular os filiados, outro para fora. E para dentro, para que o partido possa ser um partido vivo, dinâmico, capaz, preocupado com as questões reais da vida nacional, nós teremos uma plataforma onde faremos, a partir do próximo ano, sistematicamente, consultas sobre os temas importantes que a direção partidária vai promover, mas também vamos fazer consultas sobre alguns temas de natureza deliberativa. Acho que em dado momento o filiado não pode ficar apenas esperando que a cúpula do partido decida por eles. É preciso que eles interfiram, é preciso que eles participem. (*Palmas.*)

E a primeira medida que estamos propondo em um dos debates estratégicos, centrais desse documento na parte do sistema político é sobre o tema do sistema de governo. Nós queremos que os filiados decidam, numa votação deliberativa, após um amplo debate, que começa aqui e vai se estender para o próximo ano e até o congresso em março de 2021, sobre se o partido é presidencialista ou parlamentarista.

Originalmente ele era parlamentarista. Depois, não tem uma posição oficial. Mas nós precisamos desse debate e vamos debater, mas depois quem vai decidir são os filiados ao PSB,



em caráter deliberativo. Dou esse exemplo apenas para dizer que é um deles. Muitos outros temas poderão ser colocados também em discussão e votação e em deliberação pelo conjunto. Creio que aí os companheiros e companheiras se sentirão mais pertencidos ao partido, mais empoderados, mais influentes, para que o nosso possa se tornar um partido atraente para todos e, particularmente, para a juventude, que precisa estar presente, participar e garantir essa dinâmica junto com os demais companheiros de todas as idades. (*Palmas.*)

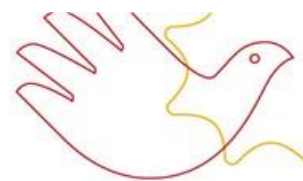
Pretendemos adotar também o sistema da ouvidoria, onde não só os militantes, mas também a população possam ter a palavra e ter a resposta do partido sobre eventuais denúncias, eventuais críticas, eventuais contribuições para o partido. E isso quem vai cuidar é um *ombudsman*, que também vai ser nomeado, para que possa trabalhar, responder e resolver muitas questões, para evitar as deformações que são tão frequentes na vida partidária nacional. Oxigenar essa máquina partidária, fazer com que possamos nos orgulhar do partido, fazer com que possamos nos sentir pertencentes, possamos nos sentir decidindo sobre as coisas do partido.

E queremos fazer isso e pregar também que o sistema político como um todo precisa fazer a sua autocrítica, porque ele fracassou. E fracassou redondamente no ano de 2018, quando um deputado dos mais inexpressivos da República e integrante da Câmara dos Deputados, menos preparado, quase que numa sigla de aluguel que só elegeu dois deputados na legislatura anterior, sai candidato à presidência da República contra os grandes partidos e as grandes personalidades do País e ganha a eleição. Onde nós estamos? O que aconteceu com todos nós e com a população brasileira, que resolveu dizer: nós não vamos votar em vocês só porque vocês são conhecidos. Nós não vamos votar em vocês porque têm muito tempo de televisão na campanha. Nós não vamos votar em vocês porque vocês têm mais fundo partidário. Nós vamos votar em quem nós quisermos.

Foi um protesto. Lamentavelmente uma escolha erradíssima, uma escolha trágica para a democracia brasileira, um homem que claramente não reconhece uma única virtude da democracia, que homenageia ditadores, que homenageia torturadores. Imaginem o que é o significado disso!

E é por isso que nós não podemos ficar de braços cruzados, é por isso que nós temos que enfrentar essa autocrítica e adotar decisões. Mas nós podemos nos relacionar também com os eleitores, com a população, para que ela possa sentir que pode também influir sobre um partido político. Porque, afinal de contas, um partido político não é um fim em si mesmo. Ele não vive apenas para seus membros. Ele não vive apenas para seus mandatários. Ele não vive apenas para cuidar de si.

O nosso País e a população têm que ser colocados acima dos partidos, porque são os interesses deles que nós devemos representar, não são os nossos interesses. (*Palmas.*) São os interesses da população e é essa a razão da nossa existência qualquer que seja o partido. Mas sendo o partido socialista, carregando a história, a tradição e mirando na história de tantos que nos antecederam com tanto brilho, com tanto comprometimento com a população brasileira, que participamos de tantas lutas históricas e de conquistas extraordinárias que o nosso País



tomou não apenas nesse período democrático, mas desde 1947, que é a data da nossa fundação, e depois na sua refundação.

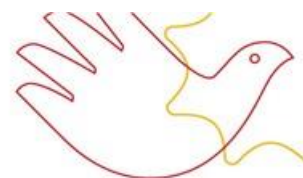
Nós temos a obrigação de honrar esse passado, mas é construindo um futuro produtivo, construindo um caminho e um instrumento de transformação social em que deve se transformar o nosso País. Sabendo exatamente o que nós queremos representar. Nós não estamos nos parlamentos, não estamos nas prefeituras, não estamos nos governos dos estados nem chegaremos jamais à presidência da República para defender os milionários, os ricos, os banqueiros, para sermos benevolentes com o sistema financeiro, que é uma das causas da deformação da política, que impõe aos partidos e aos políticos em grande medida a sua pauta, ao invés da pauta da população, da pauta do desenvolvimento do País.

É para isso que nós queremos um partido e no nosso caso temos que ter a plena consciência de que esse nome socialista que nós não queremos mudar. Essa mudança não é cosmética. (Palmas.) Essa mudança não é mudança de nome. Essa mudança não é mudança de símbolo. Até porque nos orgulhamos muito de ser socialistas, nos orgulhamos muito do símbolo do nosso partido que é a Pomba da Paz, de Picasso, nos orgulhamos muito da nossa história. E aqueles que mudaram seu nome, têm partidos que já mudaram o nome quatro ou cinco vezes no Brasil, fracassaram nessa última eleição, porque a mudança cosmética não serve a ninguém e nem a nada, a não ser para tentar enganar a população que já não se deixa mais enganar, felizmente.

Então, se o sistema político não se reorganizar, não se modernizar, se nós não tirarmos da cena política dezenas de partidos de aluguel que nada significam, se não tivermos um sistema político sólido, visível pela população de partido de direita, de partido de esquerda, de centro-direita, de centro-esquerda, que os eleitores possam identificar claramente quais são os nossos compromissos, o nosso caminho — e eu estou convencido de que devemos fazer isso —, o nosso papel de contribuir para a discussão no mundo da política e com a sociedade para construirmos um sistema político sólido, seja ele no parlamentarismo, seja ele no presidencialismo, porque aí é uma decisão mais ampla. O caminho será a consolidação do autoritarismo, porque não existe democracia sem partidos fortes. Não existe democracia se não houver liberdade. Não existe democracia se não há direitos sociais. E nós estamos no rumo que traçou o Sr. Bolsonaro que é o rumo do autoritarismo. Não há a menor dúvida.

Mas nós podemos impedir. A sociedade brasileira pode impedir. E eu tenho absoluta convicção de que aqueles 47 milhões de eleitores que não votaram no atual Presidente jamais votarão. E a eles nós devemos somar outros milhões de brasileiros e brasileiras que derrotem o fascismo, que derrotem a ultradireita, que derrotem o ultraliberalismo. Precisamos dar essa contribuição e vamos dar.

E nós vivemos um momento que parece que o País passou três anos de recessão, o País anda num retrocesso social, o País não se desenvolve, não há investimento. Quando você olha para o investimento da União você tem algo absolutamente ridículo. Mas os brasileiros e brasileiras pagam 34% sobre o PIB de tributos. E não é pouca coisa. É alto, é muito dinheiro, e não tem recursos para investimento. Para onde o recurso está indo? Quem está sangrando os recursos do nosso povo que paga tantos impostos, sobretudo os pobres e a classe média?



Porque passamos treze anos e meio com governos de esquerda que não foi capaz de taxar os dividendos sobre os lucros dos banqueiros! (*Palmas.*)

É impossível achar que isso é normal! Só o Brasil e a Estônia no mundo inteiro não taxam o dividendo dos banqueiros! Dois países. Então quer taxar, e já taxou, porque mandou medida provisória, os trabalhadores desempregados. É incrível isso! E não taxam um cidadão que ganha um, dois, três bilhões de reais por ano, com os dividendos, que são os bancos e grandes empresários! Não há saída, aí não há dinheiro.

De maneira que isso não é normal. São as nossas falhas. No nosso caso até por omissão, porque nem precisa ser de esquerda para taxar banqueiro. Qualquer partido poderia fazer isso e não se fez. E aí não se sabe por que a população está insatisfeita? Sabemos sim. Todos do sistema temos que assumir essa responsabilidade.

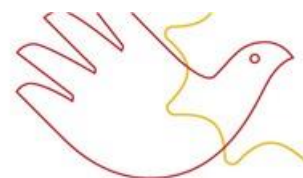
O País parece um país deprimido, sem esperança, quando é um país de imensas potencialidades. Nós temos no Brasil algo que nenhum país do planeta tem em abundância. Três ativos estratégicos absolutamente fantásticos. Um dos grandes problemas da humanidade num futuro próximo é a água doce, e o Brasil tem em abundância, em quantidade imensa.

Um dos grandes problemas do planeta também num futuro próximo será a alimentação. E o Brasil tem imensidão de terras férteis. Já produz muito, mas poderia produzir muito mais.

Temos outro problema da humanidade que será em breve, a questão da energia. E o Brasil tem a possibilidade de construir a mais diversificada e mais moderna matriz energética do planeta pelos recursos naturais.

Nós temos essa potencialidade fantástica e estou citando apenas três ativos, mas poderia citar outro ativo fantástico que o Brasil tem que é a Amazônia, um tesouro, porque não precisa derrubar uma única árvore para desenvolvê-la e ganhar muito dinheiro, e transformar em ativos econômicos, explorando a sua biodiversidade, a sua biotecnologia, fazendo uma interlocução com os empresariados nacionais e internacionais, para transformar os produtos do conhecimento em indústria. A nova indústria, porque o Brasil está com 40% da indústria obsoleta, são dados da própria Fiesp. Porque falta uma política industrial, porque essa indústria que está em fase de transição para a indústria do conhecimento, para a economia criativa, que no nosso caso a economia criativa é um eixo de desenvolvimento estratégico do nosso País.

Nós temos que propor essa transição na economia do nosso País, para uma economia moderna, para uma economia de serviços também, mas para a nova indústria, que pode ser na Amazônia, que pode se industrializar. É um país que vem de uma história que não podemos repetir. Temos a era da exportação do açúcar, do café, dos minérios e agora da soja. Todos produtos evidentemente finitos, mas não fomos capazes — e devemos ser, e o PSB deve assumir essa bandeira — de transformar essa economia e de agregar valor a esses produtos que são hoje produtos exportados em grãos, minérios, soja, alimento de toda natureza e em grande medida, que nos rendem muitos dividendos, mas poderiam render muito mais se uma grande parte dele ao menos fosse industrializada no próprio Brasil e o Brasil se tornasse um país efetivamente industrial e moderno. Isso criaria milhões de empregos e renda, e o empresariado seria também um grande beneficiário.



Portanto, há no Brasil coisas que podem ser feitas e sem um grande antagonismo. Se você industrializar o Brasil, se você colocar o Brasil nas novas cadeias globais de produção moderna, com tecnologias, aproveitando essa riqueza extraordinária, o País sai dessa depressão, o País sai dessa paralisia, o País sai desse crescimento de voo de galinha.

Nós estamos num momento tão ruim que as pessoas às vezes não querem acreditar que podem acontecer coisas tão boas no nosso País. E podem! Se houver agente político capaz de levantar a cabeça e a autoestima dos brasileiros, e a nossa também, e ter consciência de tudo que nós temos e no que podemos transformar. Porque não seríamos o primeiro país do mundo a fazer isso.

A China, em 1976, depois da morte de Mao Tse Tung, era um país muito mais atrasado do que o Brasil, do ponto de vista industrial, do ponto de vista econômico. A economia do Brasil já estava muito na frente, e hoje a China é a segunda economia mundial. Porque houve um a força política capaz de protagonizar um extraordinário papel naquele país, que tem quase 1 bilhão e 400 milhões de habitantes. Ou seja, a quebra de 1 bilhão é maior do que os 210 milhões de habitantes que tem o Brasil. E as condições objetivas, do ponto de vista da terra, da água, da energia e dos minérios é inferior ao Brasil.

Portanto, as condições objetivas existem. O que nós precisamos de fato é usar essas potencialidades para desenvolver o nosso País, para criar essa nova economia, para aproveitar e fazer essa transição da velha economia para a nova economia, para a economia do conhecimento, para a economia criativa, aproveitando a riqueza da nossa cultura que é extraordinária, diversificada e imensamente rica, transformando também em ativo econômico capaz de produzir riqueza, renda e emprego para milhões de brasileiros e brasileiras.

Agora, sim, devemos querer enriquecer o nosso País, devemos querer desenvolver o nosso País com essas ideias, mas também crescer, desenvolver para que, no caso de um partido socialista não faz sentido o crescimento pelo crescimento, a riqueza pela riqueza. Vamos ter uma mesa aqui sobre desigualdade social no Brasil. Somos a 8ª economia mundial e estamos entre os 10 países mais desiguais do mundo, com pobreza, desigualdade, pessoas morando nos arredores desta linda cidade do Rio de Janeiro sem água potável e sem esgoto sanitário. E isso não tem a menor justificativa, porque precisa além de todos esses ativos a que me referi temos o ativo mais importante que um país pode ter que é o seu povo, diverso, rico e trabalhador. (*Palmas.*) E precisamos capacitar essa população para que ela possa responder a esses desafios. E não se pode capacitar um povo se você tem o ensino, sendo o país mais rico da América Latina, de péssima qualidade. É impossível!

Mas isso também, durante treze anos e meio, não foi possível desenvolver a qualidade do ensino? Não foi possível. Há milhares de pessoas saindo não só do ensino fundamental e básico, mas também saindo das universidades porque praticamente não podem dizer que têm uma profissão, porque não houve essa meta para mudar a qualidade do ensino. E essa meta não é impossível. E o Brasil tem recursos para isso.

Mas também não se fez uma melhora significativa na saúde pública, que é outra política social extraordinária, que tem um sistema bem concebido que poucos países do mundo têm, que é o Sistema Único de Saúde público, universal e gratuito. Mas isso também pode ser feito.





Isso também deve ser assumido como políticas sociais estratégicas, visando a diminuição da desigualdade social.

E fizemos outra coisa extraordinária e que este Governo está desfazendo que é a seguridade social. Saúde, assistência e previdência. O maior orçamento que existe na República é esse. E está sendo desfeito e começou com a reforma da Previdência e com a reforma trabalhista. E isso vai trazer sequelas extraordinárias!

E temos que ter a consciência de que essas políticas ultraliberais são velhas conhecidas no Brasil e no mundo e que os seus resultados não demorarão a aparecer porque são desastrosos para o futuro do País e, particularmente, para o futuro da nossa população em termos de perda de direitos.

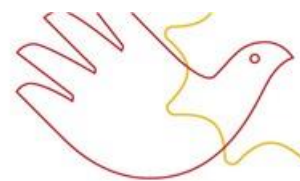
Ou assumimos um programa e um programa e um programa que tenha entre as suas metas essa mudança e essa modernização da nossa economia, e a consciência de que sobretudo nós, socialistas, mas também tantos outros, diminuir a desigualdade social abissal que separa as pessoas em guetos, em favelas, no campo, em tantos lugares. É essa a nossa tarefa e nós devemos assumi-la. Mas não devemos assumi-la sozinhos. Devemos estimular outros a assumirem.

A esse processo que nós estamos iniciando hoje vamos dar consequência. Nós todos, em cada Estado, em cada Município, por todo o nosso grande País. Esse processo não é só um passo. Um passo adiante é o primeiro, mas muitos outros terão que ser dados e nós daremos, não tenho a menor dúvida. (*Palmas.*) Essa vontade tem que contaminar não só o partido, mas a população brasileira.

Porque nós tivemos um período, e é também um das causas da nossa crise, em que praticamente se renunciou à política, porque se assumiram pautas que não são da população, muito menos do País. E essa renúncia à política é trágica, resulta no pior para o País e para a população. E nós devemos reassumir, nos orgulhar dessa atividade fantástica, extraordinária que é fazer política seriamente. É fazer a boa política, a política que a população quer. A população não tem raiva de política. A população não está gostando da atual política. É diferente. A população sabe que é através da política que nós podemos transformar e que ela pode ganhar, como já ganhou em outros momentos.

A população brasileira é a população mais generosa que tem com os governantes. Todas as vezes que o Brasil chamou a população para desafios extraordinários ela respondeu de forma entusiástica. E eu quero dar apenas dois exemplos. Um foi a criação da Petrobras, em que a direita dizia que no Brasil não existia petróleo e os americanos vieram aqui e fizeram uma declaração de que este era um país sem petróleo. E o Presidente Vargas resolveu, depois de grandes manifestações, muitas delas conduzidas por integrantes do PSB, como era o caso de Roberto Gusmão, na época Presidente da União Nacional dos Estudantes, que mobilizou a juventude brasileira pelo "O petróleo é nosso".

E o Presidente Vargas teve a coragem de criar, segundo o Estadão, que representava o pensamento conservador e continua a representar até hoje, que o Presidente era ridículo, que estava criando uma empresa de petróleo num país em que não existia petróleo.



Cinquenta anos depois a empresa de petróleo brasileiro está entre as dez maiores empresas do mundo, com uma tecnologia única de tirar petróleo do fundo do mar em águas profundas. E continua sendo uma empresa muito estratégica para o desenvolvimento do nosso País.

Mas teve mais! Quando Juscelino resolveu criar Brasília, inclusive membros da sua equipe, como o ultraliberal Roberto Campos, que fazia parte da equipe das cinco metas de Juscelino, disse que era um absurdo criar Brasília, que Brasília não ia dar certo, que em Brasília nem árvores iriam crescer, se fossem plantadas, que seria um absurdo.

E o Presidente Juscelino chamou a população brasileira e milhares e milhões de brasileiros foram a Brasília e construíram a cidade mais moderna e mais criativa do nosso País. E ela hoje tem 3 milhões de habitantes. E fez com que o centro-oeste do nosso País fosse ocupado pela população brasileira e tivéssemos hoje naquela região o maior celeiro de produção de alimentos do Brasil.

Então, o povo não falha quando é chamado para boas causas. E é isto que nós devemos fazer: chamar o povo para as boas causas e estudarmos, aprofundarmos, ouvirmos, termos a humildade de ver que não somos os donos da verdade e não somos mesmo, e buscarmos as soluções para o País, para o seu desenvolvimento estratégico e para a sua população, para diminuir a desigualdade, fazer os enfrentamentos que são necessários e que não foram feitos até hoje. E ter um projeto de desenvolvimento que mostre o País daqui a 30, 40, 50 anos, por que não? Porque não há vento — dizia o nosso companheiro Eduardo Campos — bom para quem não sabe para onde quer ir.

E o Brasil de uns anos para cá não está sabendo para onde quer ir. Exatamente por isso os grandes investidores não chegam, os mesmos empresários nacionais preferem ir para a ciranda financeira e ganhar muito dinheiro sem trabalho e sem produção, porque o País não diz para onde quer ir. E aí se estabelece a insegurança nos investidores.

Investidor investe em país que tem metas, em país que percebe futuro, que tenha segurança jurídica, que tenha segurança política, que tenha estabilidade política. Não há grande investidor que venha para cá com esse tipo de governo que cria instabilidade diariamente no processo político. É impossível! Não se iludam, isso é coisa de curto prazo para virem as consequências das políticas nefastas para o nosso País.

Então, essa tarefa tem que ser de partidos políticos. Não é o povo voluntariamente ir à rua, como foi em 2013, que vai resolver isso. O povo tem todo o direito de ir para a rua, tem todo o direito de estar insatisfeito, mas se não tiver forças políticas capazes de organizar as coisas, de mostrar um rumo, de ter a coragem de defender as ideias de desenvolvimento do nosso País, com tantas possibilidades que tem, onde vamos parar?

Por isso, meus companheiros e minhas companheiras, nós do PSB temos o dever de assumir bandeiras de desenvolvimento, de sério combate à desigualdade social, porque as condições são propícias. Mas as condições só podem ser propícias se nós tivermos a responsabilidade de apontar para coisas importantes que a população entenda, e ela entende, ela é inteligente, ela não é burra. Às vezes ela erra, como todos nós, mas ela muitas vezes



acertou mais do que errou. A população brasileira é melhor do que a nossa elite, que não se preocupa com esses rumos do desenvolvimento.

Então esta tarde de hoje na discussão dos grupos, amanhã e depois também, e depois o nosso debate diálogo internacional, que é uma das pernas da nossa autorreforma, pois essa autorreforma não é para discutirmos e só fazemos em 2021. Ela precisa acontecer durante o debate, porque muitos dependem apenas da nossa decisão. Não depende de outros partidos, não depende de ninguém, depende de nós mesmos. Então essas metas que vamos estabelecer aqui podem ser implantadas gradativamente até 2021 e, principalmente, depois dele.

No próximo ano estaremos fazendo as caravanas por todos os Estados da Federação, para discutir, antes do processo eleitoral, a partir de fevereiro até junho, a autorreforma, criando marcas para o nosso partido já nas eleições municipais, porque a autorreforma precisa ser aplicada. O Senador Capiberibe tem uma contribuição importante. Aqueles que são candidatos a prefeito e aqueles que já são prefeitos podem aproveitar e começar a implantar, que é a gestão compartilhada. O Senador Capiberibe é autor da Lei da Transparência, que hoje está em pleno vigor e sendo executada, e é autor do projeto de lei, que já passou no Senado e está na Câmara, da gestão compartilhada. (*Palmas.*) Para que o eleitor, através do seu pequeno aparelho celular, possa fazer os grupos e acompanhar a execução das obras, a qualidade, o preço das obras.

Não podemos fazer obras superfaturadas. Foram feitas muitas, não foram poucas, e o povo sabe disso. Na hora em que chamá-lo a participar e a fiscalizar as obras públicas o povo vai aderir. Deve-se dar o instrumento e nós queremos dar esse instrumento. E queremos que os nossos candidatos adotem isso como uma marca do PSB: a transparência e a gestão compartilhada. (*Palmas.*) Por uma razão muito simples: qualquer homem público, qualquer mulher pública tem o dever da ética na política. Mas nós da esquerda temos esse dever dobrado, porque de nós é cobrado muito mais do que da direita.

Então, não vamos ignorar a ética porque a ética deve ser adotada como um princípio do homem e da mulher pública. Não deve ser negligenciada, porque temos um companheiro da Executiva Nacional, a quem eu aprecio muito, o companheiro Leonelli, que diz que a corrupção na política é a mais valia exercida para enriquecer poucos e prejudicar o País e as pessoas, ainda mais quando se trata de um país tão desigual, onde a grande maioria das pessoas vive com tão pouco.

Essa prática não mais será aceita. E é bom que não seja, é bom que nós estejamos cientes disso, mas mais do que cientes é bom que adotemos os mecanismos para que a população tenha o instrumento de acompanhar e de cobrar dos governantes a obra bem feita, começando pela calçada, que muitas vezes dois meses depois bota tanta areia e pouco cimento — porque tem que pagar a propina para o administrador — que ela começa a rachar. (*Palmas.*)

É fundamental que sejam medidas concretas, que seja um gesto e que a população entenda. Essa cobrança a população vai fazer e está fazendo. E já deu sinalizações muito claras, que não foram respondidas ainda e precisam ser. Então, é preciso termos essa consciência. E este dia de hoje que para nós é apenas o ponto de partida e não o ponto de chegada, é um passo só entre milhares de outros. Nós precisamos assumir essa responsabilidade que só pode dar



certo se for assumida coletivamente, por todos que estão no partido e que virão para o partido, porque nós devemos, dentre outras coisas, estimular novas pessoas, mulheres, homens, negros, homossexuais, que querem vivenciar a vida pública para substituímos pelos vícios tão profundos que têm na nossa sociedade, infelizmente. (*Palmas.*)

E nós vamos fazer isso. O Márcio França é bom para fazer isso. De vez em quando vai buscar um candidato novo. E o Eduardo Campos fez isso, começou com esse aqui, não é, Geraldo Júlio? Esse aqui nunca tinha sido político e é o melhor Prefeito que a cidade do Recife já teve. (*Palmas.*) Porque o Eduardo disse: não vai ser político não, vai ser ele. Ganhou no primeiro turno a eleição. Assisti de perto, emocionado a vitória dele.

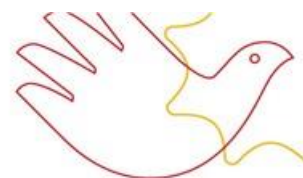
Mas foi mais longe, fez isso com Paulo Câmara, que é um dos Vice-Presidentes Nacionais do nosso partido. E que o Paulo Câmara — dizia a direita do nosso Estado — ele ganhou por causa da comoção da morte do Eduardo Campos. Quando veio a reeleição dele eu disse: agora é sua eleição, hein? A direita disse que aquela era do Eduardo. Pode até ter sido, e foi muito bem. Ele foi para a eleição, eu acompanhei de longe porque estava com uma familiar, uma irmã minha muito doente e não poderia sair de Brasília, e acompanhei emocionado como ele se desempenhou bem! Um homem que nunca tinha feito política. E os dois ganharam os dois mandatos no primeiro turno! Nunca enfrentaram nem um segundo turno. (*Palmas.*)

Então, nós precisamos pegar esses exemplos que nos vêm do Eduardo, que era um homem criativo e que via as coisas à frente, assim como o seu querido avô e meu querido amigo Dr. Miguel Arraes, por muitos anos presidente deste partido, de ideias novas. Em tempos excepcionais só se pode progredir com atividades não convencionais. É assim que se vence uma guerra. E a política é a guerra, já disse alguém com muita propriedade, exercida por outros meios, meios mais civilizados. Mas às vezes usam outros também, mas não é o nosso caso. O nosso caso nós queremos usar as ideias, os programas e assumir as nossas responsabilidades, trazendo pessoas novas para o nosso partido, oxigenando o nosso partido, fazendo do nosso partido um instrumento de transformação do Brasil.

E eu gostaria, já falei muito, antes de terminar essa apreciação para nossa reflexão, de dizer também ao Deputado Molon, que é o Presidente para nosso orgulho do Partido Socialista Brasileiro aqui no Rio de Janeiro, cidade que já foi governada pelo PSB na pessoa extraordinária do Saturnino Braga, aqui presente (*palmas*), e eu me alegro profundamente pela sua presença, Saturnino, Senador por três vezes, Prefeito do Rio de Janeiro, pessoa inquestionável. Não há um carioca, um fluminense que não respeite, independente da ideologia que processe, a figura de Saturnino Braga, pela sua honradez, pela sua eficiência e pela forma como exerceu três mandatos de Senador aqui na Capital do Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

Aqui nasceu o PSB, em 1947. Aqui renasceu o PSB na figura do grande companheiro, querido amigo, pessoa humana fantástica Jamil Haddad e também Roberto Amaral. (*Palmas.*) E aqui também devemos plantar a semente de um novo momento para o PSB! (*Palmas.*)

E a decisão de fazer esta conferência no Rio de Janeiro é também uma homenagem aos nossos antepassados, nossos fundadores e refundadores e é também uma homenagem ao Líder da Oposição ao Governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados, o Deputado Alessandro Molon, que tem um desempenho como opositor do Governo extraordinário. (*Palmas.*)



Por isso tenho que terminar fazendo a homenagem ao Rio que é a cidade síntese e do coração de todos os brasileiros. Capital por tantos anos, deixando de ser capital continua a ser a cidade amada por todos nós. Então, escrevi o texto porque gosto muito do Rio também. Quando jovem sonhava em morar aqui, não pude nem vou poder mais, nessa altura dos acontecimentos, mas continuo adorando o Rio e esta cidade vai nos inspirar a mudar o nosso partido, mudar a política e relegitimá-la.

“Então, a cidade do Rio de Janeiro que nos acolhe neste momento nos inspira. O que temos diante de nós aqui no Rio? Um modo de ser, uma brasilidade síntese, cujas feições e poética se relacionam a nossa majoritária origem negra. No Rio, o Brasil tem um sorriso no rosto, ritmos, autenticidade e alegria cívica e popular do melhor carnaval do mundo.” Depois do Recife. (*Risos.*) Tem o do Recife que é o melhor do mundo também, porque em Pernambuco tudo é melhor do mundo! (*Palmas.*)

“No carnaval, no passo do sambista, ao ritmo da bateria, é um povo inteiro que exercita a tarefa política de reescrever sua história e com isso antever sua emancipação, autonomia e liberdade.

Aos que justamente nos lembrarem da sua dura realidade atual, do sofrimento e das balas perdidas, de sua juventude negra dizimada, temos que dizer que essa tragédia foi construída historicamente e que, portanto, pode e deve ser dissolvida politicamente. (*Palmas.*) Nisso que o Rio faz tão bem.

Precisamos voltar a sonhar e inventar novos possíveis. Para fazê-lo, temos que estar plenos de alegria, de vontade, de coragem e de ânimo. Todo povo verdadeiramente liberto vagou pelo deserto, assim como o povo judeu, o grande povo judeu! O deserto da servidão. E com o Brasil não será diferente. Faremos a nossa hora chegar e instituiremos um território, uma concepção de nação, nos quais caibamos todos nós, com dignidade, justiça, igualdade, fraternidade e, especialmente, uma ideia de Davi que supere o cisma que neste momento nos divide e que não podemos alimentar.

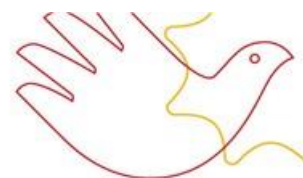
Antes de tudo somos brasileiros e brasileiras que amamos um país e que temos muitas coisas em comum. Não vamos alimentar a polarização estéril, a polarização que não serve ao nosso País. (*Palmas.*) A polarização que só serve àqueles que polarizam.

A Autorreforma do PSB é, sobretudo, esse sentimento, essa vontade, a garra de um sujeito político, um partido da esquerda democrática que deve portar como qualidade de sua alma. Sim. Esta é uma questão anímica. O que fala de dentro de nós, socialistas democráticos do PSB, é a voz de um povo inteiro que deseja emancipar-se.”

Esta é a realidade desta bela cidade do Rio de Janeiro, que vai nos inspirar, que vai nos levar a novos rumos, a novos caminhos, a novas práticas e ao desenvolvimento estratégico do nosso País com menos desigualdade, com mais alegria, com mais brasilidade, com mais força, para transformar esta nação maravilhosa numa nação desenvolvida, justa e fraterna.

Muito obrigado. (*Palmas prolongadas.*)

**Todos:** “De Norte a Sul! E no País inteiro! E viva o Partido Socialista Brasileiro! (Bis)



**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de darmos continuidade, gostaria de registrar a presença do Sr. Carlos Minc, Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

Agora convido a todas e a todos presentes a assistirem ao vídeo “Brasil, um passo adiante.”

(*Exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Agora com a palavra o Sr. Ricardo Coutinho, Presidente da Fundação João Mangabeira. (*Palmas.*)

#### **Ricardo Coutinho - Presidente da Fundação João Mangabeira**

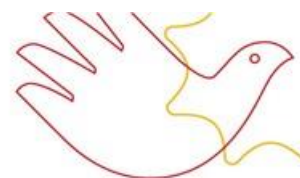
**O SR. RICARDO COUTINHO** (Presidente da Fundação João Mangabeira) – Muito bom dia queridas e queridos companheiros. Quero cumprimentar, em nome de todo o espaço de honra, o Presidente Nacional do Partido, companheiro Carlos Siqueira, que é, sem dúvida nenhuma, o grande organizador desta conferência. É a pessoa que chamou todo o partido para fazer um processo que não está na moda, que talvez nenhum partido, com exceção do nosso, tenha a coragem nos momentos atuais de se rediscutir. Então esse comando é do Presidente Carlos Siqueira (*palmas*) e eu quero também ressaltar que, além da determinação, quero agradecer a todos que fazem a Fundação João Mangabeira, braço institucional do PSB, mas particularmente na pessoa do companheiro Fábio Maia que, como Diretor de Organização, estabeleceu grande parte desta conferência que hoje se inicia. (*Palmas.*)

Quero, rapidamente, dar três informes importantes. Logo após o valioso painel que estará sendo apresentado aqui, a Fundação João Mangabeira e o PSB lançam duas publicações. Uma delas é o resultado do Pense Brasil sobre desenvolvimento e sustentabilidade, que foi organizado e aconteceu lá no Macapá, terra que, a partir de 2021, será governada pelo nosso João Capiberibe, se Deus quiser! (*Palmas.*)

E vamos lançar também nessa mesma oportunidade aqui na tenda da fundação, a História do Partido Socialista Brasileiro do glorioso Estado do Rio Grande do Sul. Então, será mais uma etapa vencida. (*Palmas.*)

No início do próximo ano, particularmente para aqueles que irão nos representar nas campanhas, a fundação deve publicar uma primeira etapa do É Socialista. As experiências administrativas que às vezes nem mesmo nós do partido conhecemos ou reconhecemos, mas que estão espalhadas por várias cidades, por vários Estados deste País.

É fundamental que a gente tenha uma linha daquilo que é possível fazer. E o PSB tem muita coisa acumulada. Esse material tem uma riqueza extraordinária, que precisa ser bebida, conhecida e precisa ser paternalizada, porque essa é a nossa experiência. Nós não temos que ter absolutamente nenhum tipo de constrangimento em nos apropriar daquilo que nos pertence.



Então, esse É Socialista, que são as experiências administrativas do Partido Socialista Brasileiro, estará sendo lançado no início do próximo ano.

E também, no primeiro quadrimestre do próximo ano, aqueles que são candidatos nos seus municípios, candidatos majoritários ou proporcionais, nós haveremos de, enquanto fundação, contratar uma plataforma eleitoral, que permitirá desde pesquisas, acompanhamento digital daquilo que os aliados ou os adversários estão falando naquele momento, acompanhamento dos nossos gastos de campanha e também dos adversários, imediatamente, e, evidentemente, um instrumento extremamente valioso para organizar as nossas campanhas.

Eu que fui candidato várias vezes, como muitos que aqui estão, sabemos como campanha dá trabalho. E hoje em dia, depois dessa nova República, controlada por instituições que não deveriam ser partidárias, efetivamente sabemos que não dá para perder metade da campanha preocupados se vamos perder no tapetão posteriormente.

Então, é preciso um instrumento para nos organizar. E a Fundação e o PSB estarão disponibilizando — é o único partido a fazer isso — para cada candidato majoritário, cada cidade que tem candidatura majoritária essa plataforma eleitoral que, tenho certeza absoluta, será extremamente valiosa.

Rapidamente quero falar da alegria em estarmos aqui hoje. O Presidente Siqueira já deu uma aula extremamente importante sobre o presente e o futuro. Os nossos partidos, os partidos que pretendem mudar a sociedade, os partidos do campo da esquerda, os partidos socialistas efetivamente bebem numa fonte de ideias de um mundo que não é mais um mundo que existe hoje. Se nós observarmos a nossa base é o trabalho, de uma forma, a organização social e as políticas sociais. Elas mudaram completamente.

Hoje nós temos neste País 15 milhões de trabalhadores ditos uberizados, que não conseguem se reunir sequer numa associação. Hoje nós temos neste País um desemprego crônico de 13% e que, ao mesmo tempo, a tendência com o decorrer do tempo no mundo é o aumento do desemprego. Alguns países já conversam claramente sobre a questão da renda mínima, para efetivamente não afogar, não afundar a própria economia.

Nós temos que ter um partido contemporâneo do presente, mas, fundamentalmente, para o futuro. E é isso que o PSB busca fazer com o início desse processo. Como o companheiro Siqueira aqui falou, ninguém vai decidir nada, mas nós vamos tornar público um documento base que será, sem dúvida nenhuma, enriquecido por várias e várias ideias e que daqui a um ano e meio, no congresso nacional, haveremos de votar não só a carta-programa, não só o manifesto, mas efetivamente votar um projeto de nação que possa dar ao PSB um papel de protagonismo dentro da política. (*Palmas.*)

As pessoas querem mais, as pessoas não querem simplesmente uma polarização para trás. As pessoas querem e a população quer olhar para frente, quer um partido que dialogue com as causas ambientais, quer um partido que compreenda e que passe uma mensagem de uma nova economia, de uma economia com democracia.



As pessoas querem alguém que fale por elas com segurança, com conhecimento e que dê um corte através do corte democrático. A população quer um partido que interaja com o resto do mundo e particularmente com a América do Sul. Nós somos parte daquilo que acontece no Chile. Nós nos tornamos alegres com a derrota do neoliberalismo na Argentina. (*Palmas.*) Nós sofremos e até agora estamos torcendo pelo resultado do Uruguai. Nós somos irmãos do povo indígena da Bolívia, que hoje enfrenta uma ditadura terrível e cruel. E é preciso que a gente assuma e fale isso. É preciso que a gente olhe para o presente, mas com os pés no futuro. E nós só vamos poder fazer isso se nós compreendermos o mundo em que estamos vivendo. Esse mundo numa transformação terrível, esse mundo que tem países todos absorvidos ou sob o controle de um ultraliberalismo, de um conceito rentista onde todos podem perder, menos o sistema financeiro.

Observem, toda reforma retira direitos do povo. Mas não tem uma reforma ou um projeto que retire direitos do sistema financeiro. Neste País, no último ano, foram 127 bilhões o lucro dos bancos. Em nenhum país banco lucra tanto como no Brasil, absolutamente.

E ao mesmo tempo em que queremos reconhecer essa nova realidade e principalmente a futura realidade, nós teremos que juntar forças. A nós interessa e como interessa saber e nos juntarmos aos esforços que estão sendo feitos em Portugal. Nós temos a consciência de que remar contra o neoliberalismo é uma necessidade da humanidade. Não é apenas uma bandeira partidária. (*Palmas.*) A humanidade só sobrevive se derrotar o neoliberalismo, se derrotar o ultraliberalismo, porque da forma como está a miséria avança e campeia em cada recanto.

Observem: chegamos hoje a 6.5% da nossa população abaixo da linha pobreza, da extrema pobreza. Isso é algo que tinha sido riscado do nosso País. Rapidamente voltamos. Quem passa por qualquer semáforo deste País observa como as pessoas voltaram a pedir alguma coisa, como as pessoas estão lá com uma latinha de água para poder tentar limpar um para-brisa e ganhar 2, 3 reais.

Um Brasil rico, um país rico como o nosso, um país que acumula determinados conhecimentos não pode ser tão cruel, tão ingrato para com o seu povo. E nós precisamos, para encerrar, encarnar, mais do que nunca, essa rejeição a isso que aí está. Mas não apenas rejeitar, abrir uma porta, abrir um caminho consequente de mudanças para o País e, consequentemente, para o mundo.

Presidente, queridos companheiros, futuro Prefeito de São Paulo, Márcio França (*palmas*), creio que além da pauta eleitoral, que nos interessa, evidentemente, nós queremos melhorar as condições de vida da nossa população, mas nós precisamos ter mais conteúdo. E esse é o grande desafio de todos, mas alguns não querem discutir. E o PSB, hoje, começa um processo que tem tudo para ser riquíssimo e para pautar a política para frente.

Esta é a nossa tarefa: construir um partido, mas um partido que dialogue com esse mundo que está aí fora, que é profundamente complexo, que é totalmente diferenciado daquilo, companheiro Minc, que nós víamos há 20 ou 30 anos. As mudanças são muito rápidas, e é por isso que nós estamos correndo em todos os recantos, em busca de ideias.





Dia 6 de dezembro, na terra gloriosa e que mais se desenvolve no Brasil, que é a terra do Espírito Santo, governada por Renato Casagrande, (*palmas*), nós teremos mais um Pense Brasil sobre Amazônia Azul. Nós queremos ir além daquele tradicional da política. Nós queremos voltar a tocar o coração e as esperanças do nosso povo.

E o PSB tem tudo para ser esse grande partido, que não renega o seu passado, que bebe na generosidade do socialismo, mas que, ao mesmo tempo, reconhece as mudanças do mundo e tenta mudá-las cada vez mais, em função exatamente dos interesses da maioria da população.

Bem-vindos à nossa querida conferência e que cada um de nós possamos construir este como o grande partido do povo brasileiro! Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Obrigada, Sr. Ricardo Coutinho.

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente Nacional do PSB) – Me desculpe, não vou discursar mais, mas eu me esqueci, pois fiquei emocionado com o Rio de Janeiro, esta cidade que tanto gosto, de falar no final do meu discurso que nós estamos aqui, e muitos companheiros me perguntaram: “Ah, os candidatos virão hoje?”

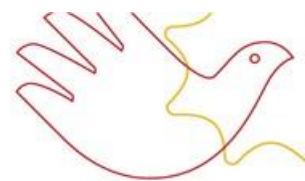
O PSB tem candidatos nas capitais? Tem sim, tem muitos e estão aqui. Um deles o Coutinho já citou, que é o nosso querido companheiro Márcio França, o próximo Prefeito da cidade de São Paulo (*Palmas.*) O nosso querido Deputado e amigo Luciano Ducci, em Curitiba. (*Palmas.*) O Deputado Bira do Pindaré na capital do Maranhão, São Luís. (*Palmas.*) Nosso querido amigo Deputado Cássio Andrade, em Belém. (*Palmas.*) O companheiro Júlio Delgado em Belo Horizonte, a capital do nosso querido Estado de Minas Gerais. (*Palmas.*) João Campos, candidato em Recife, a nossa querida capital, que vai chegar mais tarde porque é o Relator da Comissão do Óleo lá na Câmara e tem resultado hoje. (*Palmas.*)

Gervásio Maia, na Paraíba, (*Palmas.*) Sem a licença do Coutinho, mas eu já vou lançando a candidatura dele. Aliel, em Ponta Grossa, cidade maravilhosa, esse jovem extraordinário que, para nosso orgulho, ingressou no nosso partido. (*Palmas.*) O Senador Capiberibe, em Macapá, mais uma vez. (*Palmas.*) O Deputado Elias Vaz, em Goiânia, nossa querida vizinha de Brasília. (*Palmas.*) Ted Conde, em Vila Velha, parabéns! (*Palmas.*) Mauro Nazif, em Porto Velho, Deputado Federal também. (*Palmas.*) Silvio Humberto na Bahia não sei se está decidido, mas se tiver, tudo bem.

Então, nós temos muitos candidatos em cidades importantíssimas, começando pela maior delas que é São Paulo e, portanto, teremos candidaturas importantes ainda em Guarulhos, segunda cidade de São Paulo, em Campinas, que é a terceira cidade de São Paulo. Em Maceió JHC também, em Aracaju, Palmas, do Carlos Amastha, que foi um excelente prefeito. (*Palmas.*)

Então, fiquem certos de que o PSB terá centenas de candidatos a prefeito e vai disputar as cidades mais importantes do País, sobretudo as capitais, que é uma das suas prioridades.

Eu não quis falar sobre isso no meu discurso porque nós ainda não estamos no ano eleitoral. Nós precisamos pensar o País nos anos que não são eleitorais, para que a gente possa, nos anos eleitorais, avançar e avançaremos. (*Palmas.*)



**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Dando continuidade à nossa programação, gostaria de agradecer a presença das senhoras e dos senhores aqui no palco e pedir para que vocês se acomodem na plateia, para que possamos adaptar o palco para a próxima plenária.



## Parte 2 - Conferência Magna “Desigualdade Social no Brasil”

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Dando continuidade à nossa programação, teremos agora a Conferência Magna sobre o tema “Desigualdade Social no Brasil”.

Para este painel, vou convidar ao palco o nosso mediador, Sr. Fábio Maia, Diretor da Fundação João Mangabeira. (*Palmas.*) O Sr. Eduardo Moreira, pautando “Desigualdade e Economia”. (*Palmas.*)

Eduardo Moreira é engenheiro da PUC/Rio e economista pela Universidade da Califórnia de San Diego. Em 2013, foi eleito pela Revista Época Negócios como um dos 40 brasileiros de maior sucesso com menos de 40 anos. É autor de 8 livros, dentre os quais “O que os donos do poder não querem que você saiba” e “Desigualdades e caminhos para uma sociedade mais justa”. Bem-vindo. (*Palmas.*)

Gostaria de chamar também ao palco o Sr. Jurandir Freire Costa, pautando “Desigualdade e desencantamento”. (*Palmas.*)

Nascido em Pernambuco, Jurandir Freire Costa tem mestrado em etnopsiquiatria pela École Pratique des Hautes Études de Paris. É psicanalista, médico psiquiatra e escritor, além de professor titular, aposentado e pesquisador do Instituto de Medicina Social da UERJ. Seu mais recente livro publicado é “O ponto de vista do outro”.

Gostaria também de chamar ao palco o Sr. Daniel Sarmento, pautando “Desigualdade e Democracia”. (*Palmas.*)

Daniel Sarmento é professor titular de Direito Constitucional da UERJ. É mestre e doutor pela UERJ, com pós-doutorado na Yale Law School. Foi Procurador da República por quase 20 anos. É advogado, com foco de atuação no STF, tendo patrocinado *pro bono* muitas importantes ações constitucionais do PSB na corte.

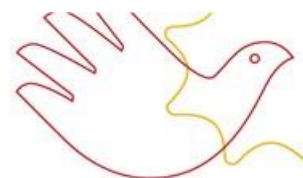
E, diretamente de Washington, teremos a apresentação da Sra. Mônica de Bolee, pautando “Desigualdade e Clima”. (*Palmas.*)

PHD em Economia pela London School of Economics, Mônica de Bolee é pesquisadora da Peterson Institute for International Economics e professora de estudos latino-americanos e mercados emergentes da Universidade Americana Johns Hopkins. Especialista em economia política e desenvolvimento sustentável.

Com a palavra o Sr. Fábio Maia, para moderar os debates. (*Palmas.*)

### Fabio Maia - Moderador

**O SR. FABIO MAIA** (Moderador) – Bom dia a todos com “x”. Primeiro agradecer a presença dos nossos convidados. Uma de nossas palestrantes, a Mônica de Bolee, não pôde estar aqui presente conosco, mas gravou um vídeo, no qual vai expor sobre o tema que foi, digamos assim, acionada aqui para contribuir conosco.



Teremos depois a participação de cada um dos palestrantes e depois então abriremos o debate para perguntas que queiram fazer. E vou já me antecipar porque a gente tem que ter uma preocupação com o tempo, porque ao final dos debates teremos o almoço e, em seguida, a gente terá os debates de hoje a tarde que são de fundamental importância.

Só para frisar, os debates de hoje à tarde, os cinco eixos serão dois aqui embaixo, nós vamos dividir esta sala, onde ficarão o Eixo I e o Eixo II, e os Eixos III, IV e V, serão realizados no andar de cima. Vai estar sinalizado e todos vão dar sua participação.

Primeiro, quero colocar o vídeo de Mônica de Bolle e em seguida a gente começa a fazer a participação dos outros palestrantes.

*(Exibição de imagens.)*

#### **Mônica de Bolle – Desigualdade e Clima**

**A SRA. MÔNICA DE BOLLE** (Palestrante) – Bom dia. É um prazer para mim estar aqui com vocês. É pena não estar aí diretamente falando com vocês nem entrando diretamente ao vivo porque aqui é feriado. Mas, enfim, há uma bela agenda aí pela frente e uma bela agenda para conversa. Sinto muito, repito, não participar dessa conversa, mas fica aqui a minha potencial contribuição.

Quero começar falando um pouco não apenas sobre o estado atual da economia brasileira, ou pelo menos pensar um pouco além do estado atual da economia brasileira e pensar um pouco como as políticas econômicas estão sendo guiadas no momento, quais os objetivos que estão sendo colocados pelo Governo atual e por que esses objetivos são muito míopes, em termos do que a gente necessita para o Brasil.

Claramente existe uma necessidade de que a economia volte a crescer, e volte a crescer num ritmo que seja compatível com criação de empregos, mas não qualquer emprego, um ritmo de criação de empregos que gerem segurança econômica para as pessoas.

O que a gente tem visto nesses últimos anos, depois da grande recessão de 2015/2016, é um mercado de trabalho extremamente fragilizado, onde a taxa de desemprego permanece muito elevada e onde pelo menos a recente queda do desemprego que não foi lá essas coisas, foi pouco em termos de taxa, em termos de números de pessoas que saíram do desemprego para o emprego, mas essa redução da taxa de desemprego veio nas costas de um aumento da informalidade no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, de um aumento dos empregos que, ainda que sejam denominadamente formais, são empregos menos seguros, do ponto de vista econômico. São empregos que não têm uma rede adequada de benefícios ou de proteção social adequada.

E o Governo Bolsonaro claramente não está muito empenhado em criar redes de proteção de qualquer natureza, assim como não está muito empenhado em diversas outras coisas que vou tocar aqui na minha fala. A agenda climática e a agenda ambiental certamente passam muito longe da preocupação do Governo Bolsonaro, pelo que a gente tem visto inclusive na retórica e nas ações do próprio Governo. O desmatamento na Amazônia está aí para revelar



exatamente o total descuido que a gente está tendo nessa área. Mas eu vou deixar esse tema um pouco de lado no momento para tocar em outros pontos que eu gostaria de mencionar.

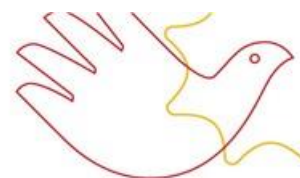
Esse foco muito estrito do Governo em geração do crescimento, e que evidentemente é algo que todo mundo quer, vem de uma percepção um pouco antiquada, eu diria muito antiquada a respeito do que o crescimento por si sozinho é capaz de fazer por uma economia. Evidentemente crescimento todo mundo quer, mas crescimento só não resolve muitos problemas. Inclusive o crescimento pode até criar alguns problemas, dependendo de como o crescimento vem.

Então, por exemplo, um crescimento que venha às custas de um descaso ambiental maior do que o descaso ambiental que a gente vê atualmente, é com certeza um crescimento maléfico para o País. Não é isso que a gente quer. A gente não quer ver crescimento às custas de um maior desmatamento na Amazônia, a gente não quer ver crescimento às custas da criação do que este Governo tem chamado de uma Cancun no meio da Amazônia. Isso é absolutamente deletério para o País, mas não só para o País, para o mundo de um modo geral, porque a gente sabe que está aí à beira de uma situação bastante dramática.

Quando a gente olha o que tem acontecido com as taxas de desmatamento e onde a gente está exatamente em relação ao chamado *tipping point*, aquele ponto a partir do qual a floresta para de gerar as chuvas necessárias para que ela própria se alimente dessas chuvas, e esse ciclo hidrológico da Amazônia tem repercussões não só para o resto do País mas para o resto da região e, de um modo mais geral, para o planeta inteiro.

Então, a Amazônia é um ativo fundamental que nós temos e que nós não podemos abandonar de forma alguma, mas que evidentemente o Governo agora está abandonando e está pensando em desenvolvê-lo na forma equivocada. Inclusive o crescimento equivocado por essa via vai nos criar muito mais problemas à frente em várias frentes: na frente climática, na frente social, na frente econômica inclusive, porque um crescimento que vem da exploração única de recursos é um crescimento limitado, no momento em que você esgota o seu estoque de recursos você também esgota o crescimento. Portanto, essa agenda está com foco completamente errado.

Para além disso, como eu dizia anteriormente sobre o crescimento poder ter implicações potencialmente ruins para o País, e isso é uma coisa que de um modo geral é difícil de fazer as pessoas entenderem, porque crescimento sempre parece uma coisa boa, mas quando a gente pensa um pouco no que está acontecendo na América Latina nesse momento, no que está acontecendo ao redor do Brasil, inclusive no que já aconteceu no próprio Brasil, então, os protestos de 2013, por exemplo, a gente vive hoje uma situação em que mesmo economias que têm uma taxa de crescimento razoável, como o Chile, estão passando por um processo de convulsão social relevante. Isso não é à toa e isso não se dá apenas porque os países latino-americanos são desiguais. A desigualdade evidentemente é muito relevante na região inteira, é extremamente relevante no Brasil e é um foco de estrangulamento do crescimento, sem nenhuma dúvida, como diversos estudos empíricos já mostraram não só para o Brasil, mas para outros países.



Mas, para além da desigualdade, tem outro tema que é muito importante ser endereçado pelas políticas públicas que é a questão da mobilidade social. Mobilidade social e desigualdade são dois assuntos que andam lado a lado e que são evidentemente correlatos, mas desigualdade e mobilidade social também são coisas diferentes. A gente pode imaginar, por exemplo, uma sociedade que tem o mesmo grau de desigualdade, porém com esse mesmo grau de desigualdade tem um nível maior ou menor de mobilidade social. E a mobilidade social em si gera tensões.

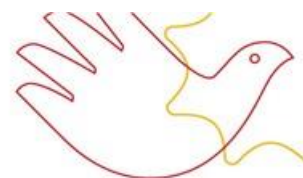
Tenho escrito algumas colunas bem recentes para jornais e veículos para os quais escrevo, aonde eu tenho destacado muito essa questão da mobilidade social como sendo central para entender não só os problemas econômicos dos países, mas os problemas políticos também. E existe uma maneira muito interessante, um olhar muito interessante para esse tema que é o olhar do economista e cientista social Albert Hirschman, que escreveu diversos artigos sobre isso, mas em particular um artigo que ele escreveu em 1973, onde ele detalha o que ele chama de parábola do túnel, que é imaginar uma situação em que você tem um túnel e os carros estão presos lá nas suas diversas filas no engarrafamento, e algumas filas começam a se mexer enquanto outras filas não me mexem. E que tipo de expectativa ou frustração esse tipo de coisa gera. Então, por exemplo, você imaginar que tem uma fila que começa a se mexer e outra fila que não se mexa, a fila que não se mexe, ao ver a outra fila se mexer, começa a ter o passageiro que está preso naquela fila imóvel, começa a ter uma expectativa positiva a respeito do que potencialmente pode vir a acontecer, ou seja, da fila dele também começar a andar em algum ponto.

Essa é uma parábola muito útil para pensar em mobilidade social, porque nos primeiros estágios de mobilidade social, de desenvolvimento e de crescimento que gera mobilidade social, o que acontece exatamente isto: algumas filas começam a se mover, então algumas pessoas começam a alcançar níveis de renda e acesso a outras coisas que elas antes não tinham, e outros segmentos da população ficam sem esse acesso.

No entanto, ao observar que há faixas da população que estão vendo algum progresso isso gera uma expectativa naqueles que não estão vendo o progresso muito positiva, de que eventualmente aquilo vai se materializar para eles também.

E essas expectativas vão estar latentes, são expectativas positivas, porém se em algum momento do tempo elas forem frustradas, ou seja, se o processo de crescimento econômico não gerar ou acabar não concretizando o tipo de mobilidade social que aquele segmento da população que se vê relativamente parado em relação aos demais, se para aquele segmento da população isso não acontecer, essa mudança não acontecer, a mobilidade não vier, a frustração que essa reversão de expectativas vai gerar é um fator que pode gerar muita tensão social.

Então, é um exemplo de como que um crescimento mal concebido e um crescimento que não venha junto com políticas sociais que estejam muito atentas e prestando muita atenção à questão da mobilidade social, como que esse crescimento por si pode gerar uma instabilidade política grande. Que é exatamente um pouco a história que a gente vê no Chile, hoje. O que as pessoas estão reclamando não é tanto desigualdade e sim mobilidade social. Não houve essa mobilidade social que essas pessoas esperavam. Assim como em 2013 no Brasil



houve uma frustração de expectativas em relação a mobilidade social que levou muita gente para as ruas naquela ocasião.

Esse é um tema que está no cerne. Claro que cada país latino-americano tem seus problemas específicos, mas essas questões das tensões sociais criadas pela mobilidade social que vem do crescimento econômico mal concebido, isso está na raiz dos problemas de vários países que estão aí enfrentando essas convulsões sociais e está na raiz do que pode acontecer no Brasil inclusive, sendo o Brasil um país onde a mobilidade social que a gente teve ou que a gente experimentou durante os anos em que a economia crescia bem, hoje em dia não se vê.

Na verdade o que a gente vê é um processo de aumento da pobreza e da extrema pobreza em particular. As pessoas que estavam conseguindo ascender à classe média pararam de ascender à classe média e, para além de tudo isso, a gente ainda tem esse problema grave no mercado de trabalho onde, como eu dizia antes, uma parcela significativa da população, ainda que esteja empregada, tem um grau de insegurança econômica muito grande.

Quando a gente toma isso em conjunto e a gente casa isso com uma agenda climática, essa questão de mobilidade social, desigualdade, crescimento e agenda climática tem uma inter-relação natural, porque uma agenda climática bem desenhada, uma agenda de desenvolvimento com foco no meio ambiente como cerne tem um potencial imenso de criação de empregos, tem um potencial grande de criação de empregos com estabilidade, com segurança econômica, tem um potencial de conseguir endereçar de certa maneira essas expectativas geradas por questões de mobilidade social, pode em si gerar a mobilidade social que as pessoas anseiam e, no fim das contas, produzir o crescimento que o País necessita.

O Brasil é um país privilegiado nesse aspecto, porque o que a gente tem de recursos naturais e de capacidade mesmo de inteligência local sobre métodos de agricultura sustentável, sobre técnicas de reflorestamento, enfim, agropecuária sustentável, tudo isso a gente tem, o conhecimento já existe. O que não existe é uma agenda de políticas públicas que pegue esse conhecimento existente e torne esse conhecimento existente uma agenda de desenvolvimento para o País.

Então, eu queria deixar essas palavras e essa visão como a minha contribuição para a conversa de vocês e para a reformulação que vocês estão pretendendo fazer e que eu acho que é muito bem-vinda nesse momento do Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. FÁBIO MAIA** (Moderador) – Depois de termos visto a apresentação de Mônica de Bolle sobre desigualdade e clima, vamos agora passar para Daniel Sarmiento, que vai falar sobre desigualdade e democracia.

#### **Daniel Sarmiento – Desigualdade e Democracia**

**O SR. DANIEL SARMENTO** (Palestrante) – A essa altura já quase boa tarde a todas e todos. É uma grande honra para mim participar deste evento. Agradeço imensamente o convite.



Agradeço ao Presidente Carlos Siqueira, agradeço muito especialmente ao meu querido amigo Deputado Alessandro Molon. É um prazer dividir esta Mesa com vocês.

Fiquei muito feliz com esse tema que me foi atribuído, “Desigualdade e Democracia”, porque ele endereça duas questões absolutamente centrais e conectadas. A desigualdade que sem dúvida é o maior problema do Brasil, não apenas o maior problema atual do Brasil, é o grande problema da nossa civilização através de séculos, e a democracia, não apenas pelo fato de que se trata do princípio fundador do nosso sistema político, mas porque ela atravessa uma gravíssima crise neste momento, uma crise que desde 1985 o País nunca tinha passado.

Um presidente, como já foi recordado aqui, que explicitamente elogia não só a ditadura, mas os piores torturadores da ditadura, caracteriza como hienas os partidos políticos, a imprensa livre, o Supremo Tribunal Federal, as ONGs, as instituições da sociedade civil.

Então, o que eu pretendo é falar um pouco da desigualdade no Brasil naquilo que ela afeta profundamente o nosso pacto democrático, a possibilidade de que a gente tenha uma democracia real e efetiva para toda a sociedade brasileira.

Começo repetindo que a desigualdade é a grande chaga da nossa civilização, o que evidentemente tem razões históricas. Nós fomos o último país ocidental a abolir a escravidão. Muitos de nós lemos o livro do Laurentino Gomes, o primeiro volume sobre escravidão e há coisas bizarras. Quer dizer, o tráfico negreiro chegou a mudar a rota dos tubarões no Oceano Atlântico. Os tubarões acompanhavam os navios porque em média 14 escravos morriam em cada navio diariamente. Quer dizer, são dados absolutamente assustadores e a gente carrega as marcas disso muito profundamente.

Da desigualdade na sua dimensão econômica. Certamente o Eduardo vai abordar isso muito melhor do que eu em seguida. Mas a Oxfam, uma importante ONG voltada para o combate à pobreza, no final de 2017 publicou um documento, e de lá par cá as coisas se agravaram, dizendo que as seis pessoas que têm o patrimônio igual aos 100 milhões de pessoas, metade da população brasileira, que têm menos. Que os 5% com a maior renda no País têm a renda igual aos 95% que têm a menor renda. Esses dados são absolutamente assombrosos. Eles são uma grande vergonha.

Mas a nossa desigualdade não se resume a essa dimensão econômica. Nós não internalizamos aquela compreensão que está no ingresso da modernidade de que as pessoas devem ser tratadas com o mesmo respeito e com a mesma consideração. A compreensão básica da igualdade formal, que envolve o direito de não ser discriminado e o direito de receber uma aplicação impessoal das normas jurídicas vigentes.

O Brasil é o País do “você sabe com que você está falando”. É o País que tem essa instituição que é o quarto de empregada. Uma instituição que a gente não encontra em países minimamente desenvolvidos sob a perspectiva social. É um país em que a cultura não traz para nossos padrões mais elementares de sociabilidade a compreensão da reciprocidade de relações entre seres humanos livres e iguais.

Um antropólogo e sociólogo, Alberto Carlos de Almeida, há pouco mais de uma década, publicou um livro chamado “A cabeça do brasileiro”, em que pessoas de diferentes classes





sociais no País inteiro respondiam a algumas perguntas. E mais da metade da população brasileira respondeu, por exemplo, que o porteiro de um prédio não pode chamar de você o morador ou a moradora, mesmo muito mais novo, ainda que seja instado a fazê-lo, ainda que seja autorizado a fazê-lo. Que não pode também dividir o elevador social, ainda que seja formalmente autorizado a fazê-lo. O que mostra o quê? O que mostra a persistência de uma lógica estamental a permear as nossas relações sociais. Os nossos direitos e deveres são compreendidos a partir de uma chave estamental e não na chave da igualdade.

Aí, nesse cenário, muitas vezes a gente tem leis muito boas, mas leis que não colam. É uma expressão nossa, exatamente da época da escravidão, a lei para inglês ver. A lei que aboliu o tráfico de escravos era para inglês ver. E isso continua.

Diariamente normas jurídicas não são aplicadas quando concedem direitos para grupos vulneráveis, para grupos excluídos da população brasileira, enquanto há uma parcela diminuta da população que é imune à legislação, como se a legislação não alcançasse essas pessoas.

Para dar um exemplo de uma ação do PSB que nós acabamos de propor, uma iniciativa do Deputado Alessandro Molon, eu tenho a honra de ser advogado dessa ação em que se discute a letalidade policial no Estado do Rio de Janeiro. O genocídio da população negra — o Governador já até acionou quem falou isso, mas não há outra palavra — que ocorre no Estado do Rio de Janeiro e que nós temos, por exemplo, uma lei que prevê que nas operações policiais é preciso que uma ambulância acompanhe e que os veículos das polícias têm que ser necessariamente equipados com câmeras de vídeo e GPS, para que seja possível detectar violações de direitos humanos.

Ora, não tem uma operação acompanhada por ambulância, o que significa mais morte. E morte de quem? Morte de negros, pobres, favelados e vidas negras importam? (*Palmas.*) Não se tem cumprimento de normas jurídicas importantes, aprovadas pelo Legislativo, porque são normas que servem a um determinado grupo que é subalterno, que é excluído.

Então a gente tem um problema gravíssimo de desigualdade material, mas a gente tem também a ausência de compreensão, pelas autoridades encarregadas da aplicação das normas e nos nossos próprios padrões de sociabilidade da ideia de que pessoas, independentemente da sua classe, da sua cor, do seu gênero, da sua orientação sexual, da sua religião, devem ser tratados pelo Estado e pela sociedade com o mesmo respeito e com a mesma consideração. E nisso a gente adiciona uma dimensão muito importante da igualdade que é a igualdade como reconhecimento. Quer dizer, o direito a que pessoas que portam identidades não hegemônicas não sejam diminuídas por conta disso.

A ideia — e aqui eu cito uma filósofa chamada Nancy Fraser —, de que o preço do igual respeito não seja assimilação forçada às práticas de uma cultura hegemônica. Porque igualdade não é o oposto de diferença. Afirmção da igualdade implica necessariamente o respeito de se ser diferente, de não se ser desrespeitado por conta dessa diferença.

E em que isso se relaciona com a democracia, que é o princípio básico, o princípio fundante da nossa organização política? Pois bem. Todos sabem que na democracia vigora o princípio majoritário. Que o princípio majoritário tem limites, limites por exemplo no respeito



aos direitos das minorias, mas o mecanismo típico das democracias para equacionar conflitos é a prevalência da vontade da maioria, com um dado aqui muito interessante. Vontade da maioria em que cada voto conta um. Existe uma formulação conhecida do direito constitucional norte-americano, o caso Reynolds versus Sims, que fala *One person one vote*: uma pessoa um voto.

Qual é o princípio moral que está subjacente a essa ideia? É a igualdade. A democracia se alicerça na compreensão profunda de que as pessoas são iguais e que os interesses das pessoas devem receber o mesmo respeito, a mesma consideração. E por isso cada voto conta um. E por isso essa ligação tão íntima e profunda entre democracia e igualdade.

Mas não para por aí. A democracia não é só uma técnica eleitoral. A democracia não ocorre só em espasmos, de quatro em quatro anos ou de dois em dois anos, quando a gente vai às urnas. A democracia é um processo permanente que envolve uma esfera pública, que envolve a possibilidade de participar dessa esfera pública e de alguma maneira contribuir para a formação da vontade das coletividades políticas, para a formação das políticas públicas, das leis que regem a vida de todos nós como o Estado, como coletividade, como sociedade.

Pois bem. Pessoas que são subordinadas, que têm a sua identidade maltratada, que estão em posições econômicas subalternas, que não têm muitas vezes os recursos necessários para a própria subsistência evidentemente não têm condições iguais de participar dessa esfera pública democrática. Não têm condições de participar como iguais dessas interlocuções que se dão no espaço público sem as quais não há genuína democracia.

Então, um padrão mínimo de igualdade formal e também de igualdade material é necessário para que a gente possa até mesmo falar em democracia. Sem isso a democracia é uma falácia. A gente pode ter uma democracia formal, uma democracia na aparência, mas a gente não tem uma democracia real.

Eu não ficaria só nesses dois aspectos. Quero abordar muito rapidamente outros dois aspectos que me parecem também centrais. Na democracia nós elegemos pessoas que formulam as políticas públicas e elaboram as leis. Pois bem, como eu disse, num sistema que não internalizou nas práticas do Estado e na própria compreensão da sociedade a ideia de seres humanos livres e iguais que devem ser tratados com o mesmo respeito e mesma consideração, as leis não colam.

Então você tem processo democrático de formação das normas jurídicas, mas quando a gente chega ao mundo real, ao mundo concreto, ao mundo em que habitam as mulheres e os homens, essas leis são aplicadas para uns e não para outros. As leis punitivas, por exemplo, são como as serpentes, porque só picam os pés descalços. (*Palmas.*) As leis que concedem direitos, que concedem vantagens, essas leis os poderosos acessam com muita facilidade.

Inviolabilidade de domicílio aqui no nosso Estado do Rio de Janeiro é um privilégio do asfalto. Na favela, é a lógica do Capitão Nascimento. É o pé na porta. A Polícia entra quando, como e na hora em que quiser. Na melhor das hipóteses o que se tem é um mandado coletivo, que não identifica as casas, e aí às vezes compreende, por exemplo, o Complexo do Alemão. Então, a gente tem uma completa assimetria de direitos e nessa assimetria de direitos as



próprias normas jurídicas acabam não valendo. E isso esvazia a substância do princípio democrático.

O meu último ponto, se a gente leva a sério a democracia, o ideário democrático, é fundamental que a gente não pense a democracia apenas como um princípio estruturante do Estado, mas também como um princípio a reger a vida na sociedade. Essa era uma crítica que o velho Marx já fazia. Não adianta eu pensar em democracia no Estado e achar que enfim prevalecem as forças ingovernadas do mercado do outro lado. É uma crítica que mais recentemente as feministas da segunda onda do feminismo fizeram em relação à família. Não adianta eu erigir um muro e dizer: isso é o público, e na esfera do privado eu ter a falocracia, a ditadura do fala, a ditadura do homem, a opressão da mulher, os direitos das mulheres não contam como os direitos dos homens.

Então, a igualdade se liga à democracia também nesse sentido. Também no sentido de que é fundamental democratizar a economia, democratizar o mercado. O Sherman, que foi um Senador norte-americano que criou a primeira lei de proteção à concorrência, o chamado Sherman Act, dizia assim, falando dos Estados Unidos: nós não aceitamos que um rei nos governe. A gente não pode aceitar reis na nossa economia

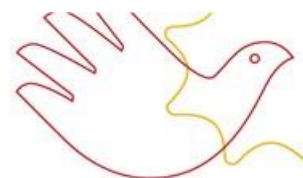
Ora, o Brasil é o País da economia oligopolizada. O Brasil é o País em que você tem cinco bancos e os juros ficam desse tamanho, mas o *spread* continua gigante, porque é uma concentração enorme. Concentração no campo tecnológico, concentração em todas as áreas.

Então, é preciso democratizar, por exemplo, também a vida econômica. E essa democracia não é só a distribuição da riqueza, ela envolve também a distribuição do poder. É preciso a gente pensar na democracia também no campo da produção. É preciso a gente pensar democracia, e aqui a igualdade está diretamente implicada, no campo das relações privadas, das relações familiares, valorizando, por exemplo, a igualdade de gênero, valorizando a identidade de grupos que são historicamente subalternizados, dos negros, das minorias sexuais. E nesse sentido, a relação entre democracia e igualdade é profunda e a tarefa de realizá-las é urgente.

A missão, hoje, é uma missão de todas as brasileiras, de todos os brasileiros, de lutar pela afirmação da igualdade, prometida na Constituição, Constituição que deve ser a nossa bússola, para que a gente consiga navegar nesses momentos tempestuosos que a gente atravessa. E, para além da igualdade, resistir, manter a nossa democracia e, mais do que isso, aprofundar e radicalizar a nossa democracia. (*Palmas.*)

É preciso que a gente insista na luta pela igualdade e na luta pela democracia. Uma luta que deve ser travada no parlamento, uma luta que deve ser travada na sociedade civil, uma luta que deve ser travada no Poder Judiciário, mas uma luta que deve ser travada, acima de tudo, nas mobilizações da sociedade civil, inclusive as mobilizações na rua, mobilizações pacíficas, mobilizações envolvendo o povo. É fundamental impedir retrocessos democráticos e avançar na agenda da igualdade.

Neste momento muito grave, e considerando enfim um cenário pessimista, eu acho que a gente tem que manter, enfim, a esperança. A gente tem que continuar lutando. A gente tem



que lembrar que no chinês o ideograma de crise, e é crise que a gente atravessa, é também o ideograma de oportunidade. A gente pode ter uma oportunidade de mudar as bases das nossas relações sociais. E quando tudo parece muito difícil é preciso que a gente insista, que a gente resista, porque a vida quer da gente, já dizia Guimarães Rosa, coragem.

Finalizo, lembrando Mário Quintana que dizia que se as coisas parecem impossíveis, não é razão para não querê-las, pois como seriam tristes os caminhos não fora a presença distante das estrelas. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. FÁBIO MAIA** (Moderador) – Antes de passar a palavra para o nosso próximo palestrante, quero agradecer a vocês que estão aí nos acompanhando pelas nossas redes sociais, que estão diretamente contribuindo, participando, percebendo tudo aquilo que está sendo exposto aqui na nossa conferência nacional através da TV João Mangabeira e através da TV 40 nas páginas do PSB e da Fundação João Mangabeira. É importante que a gente possa ecoar tudo aquilo que está sendo discutido e debatido aqui, e através da Internet a gente consegue trazer todo esse panorama para diversos brasileiros e também para outras pessoas no mundo que estejam nos acompanhando.

E a todos aqueles que estão aqui fazendo suas transmissões ao vivo, seria importante que a gente pudesse compartilhar diretamente lá das nossas duas páginas, para que mais pessoas ainda possam assistir a nossa conferência.

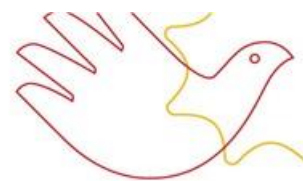
Dando seguimento, convido agora o Eduardo Moreira para falar sobre o tema “Desigualdade e Economia”. (*Palmas.*)

### **Eduardo Moreira – Desigualdade e Economia**

**O SR. EDUARDO MOREIRA** (Palestrante) – Olá, bom dia a todos. É um prazer enorme estar aqui e quero começar agradecendo ao meu grande amigo Governador Rollemberg, junto com sua amada companheira de jornada Márcia, que estava sentado por acaso, não existem acasos assim, ao meu lado lá atrás. Tantos amigos que fiz nessa jornada dentro do PSB, meu amigo Molon, meu grande amigo Beto, meu grande amigo Geraldo Júlio, nos falamos quase todos os dias ali pelo *WhatsApp*, discutindo políticas, o amigo Carlos Siqueira.

É interessante perceber nesse grupo de pessoas, várias que talvez não tenha citado aqui, uma correta intenção. O caminho óctuplo do budismo fala sobre antes de chegar à correta, direta e reta ação a gente começar com uma correta, direta e reta intenção. E todas as vezes que me sentei com algum de vocês, desses que falei aqui, a conversa encaminhou e terminou no sentido de o que fazer para melhorar a vida dessas pessoas que tanto precisam. Quais as experiências que existem para fazer com que algum caminho surja, para que seja viável mudar essa situação?

E eu vivi vinte anos da minha vida dentro do mercado financeiro, tendo fundado um banco e sido sócio de outro banco, onde toda reunião terminava da seguinte maneira: e qual o negócio que tem para a gente fazer com essa situação? Muitas vezes uma pergunta nada ilegal, absolutamente legal, absolutamente legítima, mas uma intenção diferente daquela que vejo de verdade no coração dessas pessoas que conheci ao longo dessa jornada.



Ser brindado com uma música tão especial de um pianista que, se não me engano, já morou na Urca muito tempo, sou morador da Urca, nascido e criado na Urca e sempre tínhamos a honra de falar: somos vizinhos de Arthur Moreira Lima e Roberto Carlos. Era o que a gente falava sempre!

Então, que coisa especial e estar num evento que já é batizado com um nome: re-forma. Não é trans-forma. Não é uma forma nova. É lembrar a forma que é origem desse nome tão bonito, socialismo, que vem do latim *socius*. *Socius* quer dizer caminhar junto, quer dizer estar acompanhado, quer dizer estar em grupo.

E aí uma pomba que simboliza e a pomba tem diversas religiões, tantos significados bonitos. Já se falou aqui da pomba de Picasso, mas na religião católica a pomba o que lembra, quando José e Maria vão levar o filho ao templo eles não têm o dinheiro para sacrificar um animal maior. Então a única coisa que eles podem levar sendo pobres e miseráveis do jeito que são, são duas pombas. E então quando Jesus é batizado pelo primo no Rio Jordão, aparecem em cima dele as pombas, aquelas pombas do tempo batizando-o com o Espírito Santo, representando a pobreza.

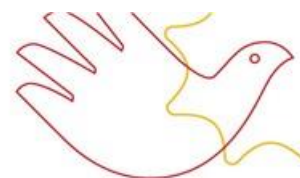
E esse partido tem não só a preocupação com o grupo, com o estar acompanhado, com o andar junto, como também no seu símbolo a preocupação com a pobreza. E a gente não deve esquecer jamais isso, porque a gente vive num país majoritariamente pobre. (*Palmas.*)

Vir falar sobre a desigualdade hoje foi até algo arriscado que vocês fizeram comigo, porque eu acabo de sair de uma das semanas mais duras da minha vida. Ao longo deste ano, resolvi viver algumas temporadas em grupo de pessoas que sofrem os efeitos da desigualdade no Brasil.

Já conversei com vários de vocês sobre isso, morei em acampamentos do MST, morei com famílias que vivem nas regiões mais secas do Nordeste, morei em quilombos. E aí um dia o irmão de um dos amigos que está aqui, o João Pedro Stédile, amigo meu, um dos coordenadores do MST, chegou para mim e disse: Eduardo, você quer conhecer a miséria de verdade? Você quer ver um genocídio acontecendo enquanto a gente conversa aqui? Na frente de todo mundo? Então você tem que passar uma temporada, morando com os nossos irmãos guaranikaiowás ao redor de Dourados, que estão morando nas terras que são as terras da retomada em Dourados. E eu fui.

E a última semana passei morando com esses irmãos e irmãs e vi aquilo que não conseguiria imaginar. Ontem, ao telefone com um amigo, falando de como tinha sido dura a semana, ele falou assim: Ah, eu imagino! Eu digo assim: Não. Você não imagina. Eu tenho certeza que você não imagina.

Aquilo me fez tão mal que eu fiquei dois dias durante a viagem sem conseguir comer. Eu não encontrei uma pessoa sequer, uma que não tenha tido alguém da sua família assassinada, ou que tenha sofrido uma tentativa de assassinato. Todos os dias as pessoas morrendo, e morrendo das piores maneiras possíveis. Pessoas morrendo de fome e outras que são colocadas na situação de desnutrição e de fome total, e aí os fazendeiros chegam com marmitas como se fossem envenenadas, para matar essas pessoas envenenadas. Pessoas que



morrem embebedadas porque, ao estarem bêbadas, elas atravessam a estrada e os fazendeiros ficam com a picape esperando para, na hora em que elas atravessarem, atropelarem e poderem dizer que elas estavam bêbadas e por isso foram atropeladas.

Eu vi e filmei um rapaz que sofreu um tiro e o tiro ficou a um centímetro do coração, e quando ele foi operado a médica era amiga do fazendeiro e a médica o operou sem anestesia. E, ao abrir o peito dele, falou o seguinte num momento de maior dor: Eu estou abrindo o seu peito, mas a próxima vez que você invadir aquela terra eu vou cortar a sua garganta.

Eles pegam 150 picapes, põem uma do lado da outra e vão pelo campo, acelerando em conjunto, para poder atropelar e matar todas as pessoas que estão na frente e elas não conseguem sair. Morte, morte, morte.

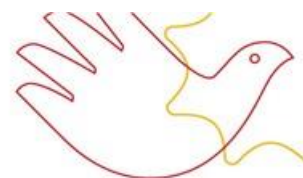
Um senhor, com 84 anos de idade, que ficou um ano e meio preso na penitenciária pelo pescoço, igual a um cachorro, com uma coleira, acusado de matar um pistoleiro e a esposa dele foi pega pela polícia e torturada para acusá-lo. Como ela não falou que ele tinha sido o culpado, levaram até o limite e ela morreu. Um ano e meio depois ele foi solto, dez anos depois inocentado. Não tinha sido ele que tinha matado. Mas a vida dele estava destruída.

Uma semana ouvindo essas tragédias, crianças que morreram com um tiro na cabeça porque pescavam no lago do fazendeiro, uma semana sem ter o que comer, porque eles não têm o que comer, eles não têm água, eles não têm saneamento básico, as casas não têm parede, parece aquela música, “as casas não têm parede”, quando tem são sacos de supermercado, são alguns pedaços de lençóis rasgados. Você dorme no meio do mato, no meio do nada!

A comida é um resto. Uma semana comendo resto de comida que vem misturado com muita sorte com algo que eu nem sabia que existia, com as costas da galinha, que é o que é vendido, que não tem nenhuma carne, mas dá algum gosto para o arroz, que é a única coisa que eles têm.

E aquilo ali me mostrou uma coisa que é tão clara! Nós estamos em guerra. Uma sociedade desigual como a nossa é uma sociedade que está em guerra, porque uma pergunta que a gente deve se fazer, ao sair por essa porta e olhar quem está ao nosso redor na rua, quando a gente for almoçar, é o seguinte: por que a gente pode dizer que faz parte do mesmo grupo? O que nos torna membros do mesmo grupo? Ah, dividimos o nosso território! Que nosso território? Cinquenta por cento das terras no Brasil estão na mão de menos de 1% das pessoas. Cada um no Brasil tem o seu território. Vai achando que é nosso território e vá colher laranja na primeira árvore que você vir à sua frente! Ah, porque professamos o mesmo credo. Não é também. Porque torcemos para o mesmo time de futebol! Não é também. Por sinal eu torço para o Flamengo, muito obrigado aí, já que falamos sobre isso. (*Palmas.*)

Mas o que nos torna indivíduos do mesmo grupo? Eu digo para vocês o que nos torna indivíduos do mesmo grupo: o único pedaço onde podemos dizer que somos indivíduos do mesmo grupo e onde cuidamos uns dos outros, construímos uns para os outros, nos preocupamos uns com os outros é o Estado. Só através do Estado nós cuidamos e nos preocupamos. Esse é o pedaço da sociedade que está em paz. O resto está todo em guerra. E é essa guerra que tem alguns limites, que tem regras, que é aquilo que a gente chama de leis. Leis



que Hobbes falava o contrato social necessário para garantir a paz. O contrato social que Hobbes falava necessário para garantir a paz não é um contrato para garantir a paz, é um contrato para reger a guerra. E é um contrato social que quem faz são leis que quem faz não são aqueles que estão lutando essa guerra com os gravetos, são aqueles que estão lutando com bombas atômicas, com metralhadoras, e são muito mais bem armados do que os outros. (*Palmas.*) Essa é a realidade que a gente tem.

E aí, esse resto de Estado que a gente tem, que é o que mantém a paz, é o que a gente está querendo destruir. A gente aprendeu a demonizar o Estado. A gente aprendeu que o Estado bom é o Estado mínimo, porque no Estado mínimo só sobra guerra. E onde só sobra guerra a gente faz com que essas pessoas tenham aquilo que elas querem.

Um Estado é só um redistribuidor de renda. Ele escolhe de quem ele vai tirar, quanto ele vai tirar e para quem ele vai dar, e quanto ele vai dar, e qual o legado que fica no meio do caminho. É isso que um Estado faz.

E quando você olha o que o Estado brasileiro faz, de quem ele tira? Ele tira dos mais pobres. Porque quando você olha no site do Ministério da Economia a lista dos países em relação a quanto se cobra no imposto sobre consumo, nós somos um dos três maiores, ficamos atrás de Hungria e Grécia.

Em 2016 éramos o segundo, ficávamos só atrás da Hungria. A Grécia piorou, não fomos nós que melhoramos. E esse imposto é um imposto que pega 100% sobre os pobres, porque tudo que o pobre ganha ele gasta.

Quando você vai ao outro gráfico que mostra os impostos sobre a renda, que são os impostos que pegam sobre os ricos, carrega a página até o final, porque o Brasil vai ser o último lá embaixo.

Somos o País que menos cobramos dinheiro sobre os ricos. E esse dinheiro que os ricos recebem o que eles fazem com ele? Aplicam. Onde? Em títulos públicos. Setenta e cinco por cento da poupança privada brasileira está em títulos públicos. Títulos públicos que pagam o quê? Juros. Juros que são bancados com o quê? Com os impostos sobre consumo. Um Robin Hood às avessas, uma máquina de desigualdade que existe travestida no Estado, que serve como uma lavagem de dinheiro dos pobres para os ricos no Brasil. (*Palmas.*) Isso é o que o Estado acaba fazendo no País.

Quando a economista Mônica fala sobre a mobilidade social, quais são os quatro países com maior mobilidade social do mundo? O estudo mais recente feito pela OCDE chama-se *Broken Social Elevator*, elevador social quebrado. Meça quantas gerações demora até você sair dos 10% mais pobres até chegar à renda média do País.

Eu começo falando pelos últimos. O pior de todos, a Colômbia, não é à toa. São 11 gerações para você chegar até a renda média. Cada geração 25 anos. Então 275 anos até alguém que nasceu pobre chegar à renda média. Ou seja, nasceu pobre você vai morrer pobre. Determinismo social.

No Brasil, 9 gerações. São 225 anos. Somos vice-campeões mundiais! E aí, você olha os quatro primeiros. Quais são os quatro países do mundo com maior mobilidade social? Primeiro



deles, Dinamarca. Duas gerações. Os outros três que vêm em seguida: Finlândia, Noruega e Suécia.

Agora volta àquele primeiro gráfico e olha quais são os países que têm a maior carga de impostos sobre o PIB. Qual é o país que tem a maior de todos? É a Dinamarca. Qual o país que tem a maior carga tributária sobre os ricos, o imposto da renda? Adivinhem qual? É a Dinamarca!

Gente, o que significa a gente ter uma carga tributária de 32% do PIB? Significa que de toda riqueza gerada no Brasil a gente pega 1/3 e põe no bolo para falar o seguinte: Esse 1/3 a gente vai redistribuir de outro jeito. Como a gente está redistribuindo? A gente está tirando dos mais pobres e redistribuindo para os mais ricos! A matéria prima para fazer a mudança deste País a gente tem, que são os 32%. Agora, a gente tem que aprender a fazer essa redistribuição de uma maneira mais justa e mais solidária. Palavra que a gente esqueceu, e deixando o melhor legado possível.

Porque quando o Governo gasta, porque o Governo não gasta, ele distribui o dinheiro que ele arrecadou, ele escolhe para onde vai esse dinheiro. Porque quando você tem um gasto de 120 bilhões na saúde são 120 bilhões onde cada centavo foi parar na mão de uma pessoa. Não tem nenhum dinheiro que some. Não tem um ente chamado saúde que queima dinheiro, come dinheiro, enterra dinheiro. Todo esse dinheiro vai parar na mão de alguém. Agora, na mão de quem a gente está escolhendo ele parar? Na mão de pessoas que superfaturam o remédio? E aí o dono dessa empresa leva todo esse lucro, seus empregados não levam nada e as pessoas ficam sem remédio?

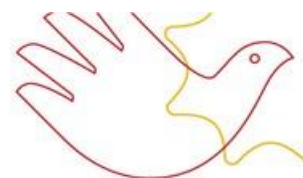
A gente está escolhendo gastar esse dinheiro em hospitais que vão dar saúde para muitas pessoas? Ou a gente está levando esse dinheiro para as pessoas erradas, deixando um legado ruim que retroalimenta essa máquina desigual que a gente tem? Eu acho que só um tolo — aliás não fui eu que disse isso — prefere a guerra à paz. Foi um rei persa quem disse isso. Ele falava que na guerra os pais enterram os filhos; na paz os filhos enterram os pais.

Nós estamos vendo uma sociedade onde os pais enterram os filhos e nós estamos querendo reforçar essa sociedade, ao invés de se transformar numa sociedade onde os filhos enterram os pais. A gente não pode deixar que isso aconteça. E para isso a gente tem que ter coragem e tem que se aproximar da população mais pobre. (*Palmas.*)

Oitenta por cento do País é pobre. Queremos descobrir uma maneira de voltar ao poder, queremos descobrir uma maneira de novamente conseguir colocar o País num rumo que protege os mais pobres? Temos que nos conectar com os pobres. Mas nos conectar com os pobres é mais do que um dia vestir um chapéu ali de *cowboy* ou de cangaceiro ou comer um pastel na feira e tirar uma foto. É entender o sofrimento, é ter compaixão. Compaixão vem de compartilhar a paixão. Paixão vem do grego *pat*, sofrimento, compartilhar o sofrimento, entender o sofrimento e pegar um pedaço para a gente, porque cada lugar desses que visito eu saio assim destroçado. Mas que bom que eu saio destroçado, porque significa que um pedaço daquele sofrimento veio comigo.

E quando vocês me chamam para Brasília, para discutir com algum cara do Governo sobre reforma da Previdência, sobre reforma tributária e a discussão começa a esquentar, eu





sei que ele não vai conseguir me fazer parar nunca, porque no meio da discussão ele está lembrando de um capítulo de um artigo que ele leu. Eu estou lembrando o rosto de uma pessoa com quem vivi, de um sofrimento que eu vi acontecer na minha frente. (*Palmas.*)

E quando você defende uma pessoa, quando você não está defendendo uma página de um livro, você não tem limite de onde você pode ir. Um dos índios com os quais estive junto, ele foi um dos únicos que conseguiram escapar da pobreza e está fazendo mestrado e me disse o seguinte: Cheguei no mestrado agora e me deram 15 livros para ler. Eu li já uns cinco, mas vou parar de ler esse negócio porque estou virando homem branco. Homem branco só aprende o que ele lê nos livros. Nós, índios, aprendemos com o que a gente vê acontecendo, experimentando, visitando.

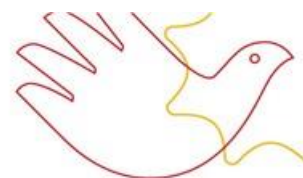
Isso é tão nobre! São Thomas de Aquino falava isso. Falava: Tem dois tipos de conhecimento. Aquilo que a gente pega pronto dos outros e aquele que a gente descobre pela vivência da vida. O que a gente pega pronto dos outros é o mais fácil, é o que a gente mais pega. Mas assim como a gente só consegue ver algo com os olhos iluminado pela luz do sol, o intelecto só consegue ver alguma coisa iluminada pela luz de Deus, pela luz do Divino.

Então, é esse conhecimento dos pobres que brota da experiência de vida. Esse é o conhecimento que pode transformar e iluminar todos nós. Porque essas pessoas têm muito a ensinar. E enquanto as pessoas que se acham as mais modernas e dedicadas, e avançadas e justas e bondosas do Brasil estão falando sobre estudar e aprender sobre os pobres, nós devíamos estar falando sobre aprender com os pobres, porque eles têm que nos ensinar o que eles precisam, a vida que eles levam e que a gente não sabe! (*Palmas.*) A gente não sabe a dor que esses irmãos sentem.

E eu termino, convidando todos vocês que têm essa intenção tão nobre, tão bela, a fazer essa visita além das páginas dos livros, dos relatórios. A ver essa miséria além dos números noticiados pelo Jornal Nacional ou pelos livros do Ipea. É claro que ler tudo isso é interessantíssimo, e não tem fim. Você começa a ler e você lê Friedman, mas se lê Friedman você quer ler Stiglitz para compensar. Aí você lê o Mises, você lê o Haiek, aí tem que ler o Polanyi para compensar. Aí você vai mais para trás e lê Hobbes, você lê o Locke, você lê Rousseau. Aí você vai e lê o Adam Smith, lê o Malthus, lê o Ricardo. Aí você quer ir mais para trás você vai lendo Marx, Engels, você começa a ler tudo! E o negócio não tem fim.

Aí você lê Celso Furtado, lê Mário Henrique Simonsen, aí você começa a ler Sérgio Buarque, e aí o cara chega, você encosta: Você já leu, você já leu, você já leu? Aí você fala: Calma aí! Eu preciso um pouco menos de referência bibliográfica e um pouco mais de referência biográfica. Me deixa conhecer um pouco de gente. (*Palmas.*) Me deixa ver um pouco o que as pessoas vivem no seu dia a dia.

Então, esse é um convite. Esse é o convite para a gente fazer a travessia junto, de mãos dadas, com esses 80%. Porque aí ninguém vai conseguir nos parar. E eu tenho a certeza de uma coisa: um governo que decide governar para os ricos como esse, acreditando no *tricon down economics*, que é a economia que você faz os ricos ainda mais ricos, porque aí eles vão ficar tão ricos que vão querer investir mais e transbordar para os pobres. Um governo que governa só para os ricos destrói um país. Um governo que decide governar para todos, governa só para os



ricos, e um governo que escolhe os pobres para governar é o governo que verdadeiramente governa para todos.

Muito obrigado pelo tempo de vocês. (*Palmas.*)

**O SR. FÁBIO MAIA** (Moderador) – Boa, Eduardo.

Vamos agora dar continuidade com o nosso último conferencista, Jurandir Freire Costa, sobre o tema “Desigualdade e desencantamento”.

### **Jurandir Freire Costa – Desigualdade e Desencantamento**

**O SR. JURANDIR FREIRE COSTA** (Palestrante) – Quero agradecer aos organizadores do evento, em particular ao Alessandro, que me convidou pessoalmente, para trazer esse tema que efetivamente é um tema tangencial a tudo que foi dito e, evidentemente, alguma coisa que, sendo psiquiatra e analista, é o único lugar do qual eu posso falar.

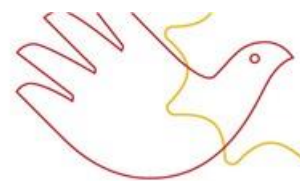
Quando a Mônica, o Sarmento e o Eduardo Moreira acabaram de aludir quais são os prejuízos cívicos, econômicos que a desigualdade pode produzir, indo até ao cúmulo da miséria moral que é a destituição absoluta do valor da vida, como no exemplo do que o Eduardo acabou de dar, que é um exemplo chocante de onde a iniquidade pode nos levar, o que eu gostaria de pensar um pouco é que a desigualdade não para, digamos, nesse registro que seria o registro das divisões, das injustiças sociais.

A desigualdade é responsável por um bloqueio no nosso imaginário. A desigualdade nos faz perder o sentido da solidariedade. E isso que o Eduardo estava falando aqui de maneira tão pertinente sobre a ideia de compaixão, essa ideia de solidariedade que pode ver no outro um próximo, dentro da nossa tradição ética ocidental, pois bem, é isso mesmo que a grande desigualdade socioeconômica, na minha experiência, bloqueia.

Você pode dizer: a experiência de quem? A experiência de quem escuta no lugar e no laboratório privilegiado, onde as pessoas não mentem, a não ser de maneira inconsciente, aquilo que efetivamente elas pensam sobre o que seria este País.

E o que acontece é que eu poderia dizer que quando a desigualdade nos afasta concretamente do outro é um mundo de sentido, um mundo de sentimentos, um mundo de valores que começa a me englobar, mundo esse que não me faz igual ao meu vizinho. Que não me faz sentir a dor dele. É como se alguém agora falasse de uma dor, de um terror desse que ele acabou de descrever sobre os indígenas, mas dizer: isso não é comigo. Isso é com um alienígena. Eu não tenho nada a ver com isso.

É como se agora, e a gente vê tantas vezes, a imprensa acaba de relatar a tragédia de uma criança etíope, eu escuto aquilo e vou efetivamente jantar. Vejam bem, isso não é acusação pessoal porque não se trata disso. Esse registro da acusação pessoal é o próprio registro da barbárie. A civilização tenta entender que mecanismos culturais e impessoais venham a fazer com que a gente seja capaz de horrores que a frio, se alguém perguntar a gente vai dizer: de maneira nenhuma eu faria.



Isso quando a gente começa a ver que a desigualdade é capaz de produzir alguma coisa anticivilizatória que eu chamo de desencantamento, nós vemos que a gente se aproxima disso e os resultados são os piores possíveis. Eu vou dar como exemplo um exemplo brasileiro e a eleição desastrosa de Bolsonaro.

Evidentemente o Brasil vinha nessa política de desigualdade, construindo o que eu estou chamando de maneira tipicamente muito esquemática três grandes universos de sentidos em que a ideia de solidariedade era torpedeada, detonada, sistematicamente minada. Primeiro o universo do sentido dos grandes ricos. Ninguém acredite que nesse universo do sentido dos grandes ricos existe qualquer preocupação com o todo brasileiro. Não é só porque eles querem explorar, é porque emocionalmente eles estão distantes. É o que eu chamo de desenraizamento.

Essas pessoas são cosmopolitas, elas são mais bem instruídas, elas circulam no mundo entre os favorecidos. A ideia delas é que elas estão aqui por um infeliz acaso da loteria genética. Elas não são perversas, simplesmente elas passam feito turista por este País e costumam dizer que a melhor saída do Brasil são os aeroportos internacionais. Esse desenraizamento faz com que elas tenham um desencantamento com esse povo em que ela não se reconhece como igual que é analfabeto, que é grosseiro. Vem aí o preconceito racista também de que não são brancos como elas se autodeclaram.

De maneira que a ideia de construir projeto para um todo do qual eu não faço parte é tão esquisita quando agora você chegar e pedir a uma pessoa média do Brasil para ser responsável pelo destino dos curdos da Síria ou dos uígures, trancafiados nos campos de concentração chineses. Eles não se vêem como igual, eles não sentem como o outro sente. Eles não acham que a dor deles é igual à do outro. Eles são capazes de se emocionar com isso, mas não com aquilo.

Um exemplo claro em que entram fatores dessa ordem, não só de classe, mas de preconceito racial, ocorreu há uns vinte anos, onde houve uma enchente pavorosa em Santa Catarina e as famílias mais pobres foram devastadas e boa parte das crianças que sofriam eram descendentes de poloneses e alemães. A comoção foi enorme de ver aquelas crianças, louras, bonitas, miseráveis. Ao mesmo tempo em que no Piauí havia uma onde a predominância era do tipo mestiços ou negros e onde a solidariedade foi mínima.

É algo dessa ordem, é esse corte que a gente não escolhe e que determina quem é nosso próximo e quem não é que faz com que os oligarcas brasileiros sejam capazes de tratar este País como se não fosse o lugar de pertencimento deles. Então, se eles têm uma atitude, digamos, de discrição quando estão fora, aqui não. A discrição passa por coisa tão simples quanto regras de bom senso, regras de respeito a garçom, regras de respeito ao transporte público, que tudo pode ser feito. Passou do equador, acabou. Aqui é liteira, aqui é cadeirinha, aqui é o que eu puder explorar. Aqui é não permitir que o porteiro chame a pessoa de você, como o Sarmiento disse.

Mas isso não é escolha, isso é introjetado pela mamadeira, isso vem desde criança se você aprende e pertence. Esse desenraizamento, então, vem e a contrapartida nas camadas médias é o ressentimento. O ressentimento é porque supostamente eu engoli a tal da ideologia



meritocrática que é uma farsa, a gente não vai ter que explicar aqui, e essa ideologia meritocrática não me permitiu, com o afunilamento das oportunidades, da mobilidade, de chegar ao Clube Vip. E eu não sei sair, dar um passo ao lado e tentar compreender que organização é essa que me vendeu uma mentira e que, na medida em que eu não fui capaz de cumprir, eu vou me etiquetar de perdedor.

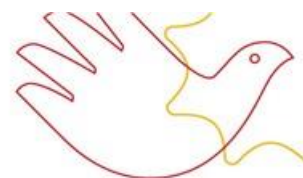
Porque existe um epíteto, criado pela sociedade espetáculo, que diz que quem não tem uma trajetória de enriquecimento num modelo dos livros de autoajuda, dos grandes *big boss*, ou seja, quem não tem aquela trajetória pouco importa o quanto ser humano social ele faça. Ele vai se julgar perdedor. Se ele é um grande cientista de bancada, se ele é um grande líder espiritual, se ele é uma pessoa particularmente generosa em suas relações pessoais, se ele é um artista que não teve inclusão no mercado mais rico de compra, pouco importa, ele vai se achar perdedor. E qual é a reação mágica dessa pessoa? A reação mágica dela é: quem me impediu de ser.

Efetivamente não é o sistema, porque eu sou cúmplice, partícipe, eu construo esse sistema. Eu vou buscar quem é o inimigo. O inimigo são os ideólogos. São esses do partido aqui que estão me impedindo de chegar lá. São esses aqui que roubam, que são desonestos, que alimentam preguiçosos com políticas sociais dele, políticas sociais de proteção de cotas, de proteção de pobres, de proteção de indígenas do que quer que seja. São essas pessoas que são responsáveis por eu estar patinando no quarto e sala, quando deveria estar vivendo aquela vida fictícia de luxo, que é do clube dos que estão aqui por acaso.

Vejam que essa reação vem de uma maneira absolutamente irracional, e é tão ancorada emocionalmente que se você criticar a resposta vai ser lhe incluir no grupo dos inimigos, do qual eu vou falar. Mas o desencantamento pela desigualdade atinge inclusive os grupos ou as camadas mais pobres, por outras razões. Se do lado do mais privilegiado é o desenraizamento, é o alheamento, se nas camadas médias é o ressentimento, nesses grupos mais pobres é o desvalimento.

De fato eles nunca se sentiram, como não são, pertencentes a uma grande comunidade solidária que seria a sociedade democrática brasileira. E eles, no caso, o que lidam? Literalmente com a sobrevivência, sobrevivência essa que pode ser a sobrevivência pessoal e a sobrevivência do mínimo de sentidos que eles têm que dar para uma vida que é uma vida sem nenhuma perspectiva. Nenhuma perspectiva de ascensão social, nenhuma perspectiva de atingir nada, exceto efetivamente aquilo que a cultura popular pode proporcionar. E claro que não é pouco. É alegria de roda de músicas, é alegria de futebol.

Exceto isso, os que estão fora desse grupo têm duas saídas. Uma que é o imediatismo do tráfico de drogas, é a conversão à sociedade espetáculo e o roubo, quer dizer, para posse e consumo de bens que, do ponto de vista do semblante, da caricatura dele faria dele um vencedor, e do lado de cá é a salvação espiritual com ênfase no material. Você vai ter do lado de lá o comando dos marginais e do lado de cá o comando da escroqueria neopentecostal. E eu estou dizendo isso desses grandes e grandes escroques, não estou falando efetivamente de pequenas comunidades neopentecostais, que para quem quiser ter um belo exemplo o João



Sales fez um documentário muito bonito, chamado Santa Cruz, que está à disposição para quem queira ver, o que pode ser um outro lado do neopentecostalismo. Muito bem.

Mas aí você vê que esse desvalimento, como esse ressentimento e esse desenraizamento são móveis profundamente racionais de divisão social, de divisão da solidariedade. E como todos nós tendemos ao nosso, dependendo da espontaneidade psicológica, se a gente pode encontrar a saída mais simples a gente não vai buscar a mais complexa. Então, todos eles, por razões diversas, vão construir um inimigo comum. Qual é o inimigo comum? É a política. O inimigo comum é a democracia. O inimigo comum é Brasília.

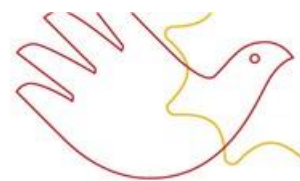
E eu não estou dizendo que Brasília seja povoada de políticos horrorosos. A gente sabe disso. O que acontece é que aquilo ali vai permitir que essas pessoas construam uma solidariedade de fachada, como se fosse um desfile de escola de samba. De repente, pessoas que não têm nada a ver umas com as outras constroem um enredo em que existe um país próspero, um país sem racismo, um país sem desigualdade, que tudo isso é invenção dos descontentes, dos fracassados, dos perdedores, dos esquerdistas, dos venezuelistas, dos cubanistas, dos comunistas, do que quer que seja, que faz com que esse país que vinha numa trajetória de recuperação tão grande, esse país completamente imaginário, que não existe, o que existe é o país que ele acabou de descrever, esse país começa a existir. E você começa a acreditar.

E nós, Freud disse, somos capazes de acreditar nas piores aberrações. A gente é capaz de acreditar num país absurdo que não existe, que é esse, esse país da propaganda oficial, é o país de Damares, é o país de Ernesto Araújo, é o país dessa gente toda que eu posso falar, não sou político então tenho a boca livre para citar nominalmente criaturas vis, enlouquecidas como essas.

Pois bem. Esse país, por outro lado, vai ter uma saída, que não é a saída pelo consenso democrático, não é a saída pelo que o Sarmiento estava dizendo, a maioria, a minoria, conversando, através da ação mediata, representativa, que é o ganho civilizatório por excelência, não é ação direta de um salvador, que é em geral o salvador escolhido justamente pelo pouco de qualidade, quer dizer, pelo histrionismo, pelo barbarismo, se vocês quiserem do pensamento, e pelo fato de não ser nada. É porque ele é só brutalidade, não tem nenhuma virtude que ele é escolhido como salvador, porque eu vou projetar nele todo tipo de ressentimento, todo tipo de desprezo, todo tipo de sinal negativo do sentimento que tenho.

Uma pessoa feito Bolsonaro é exatamente um poço de depósito do que todos nós temos de pior emocionalmente, de toda a nossa violência, do ressentimento, da mágoa, do despeito, do sentido de fracasso. E que nós gostaríamos, de maneira imaginária, de eleger alguém tipo coringa que vai me vingar de todas as minhas mazelas e de tudo aquilo que é socialmente organizado.

Então eu acho que o nosso cuidado é para que a gente tenha de recompor a imagem de política efetivamente como solução e não como problema. Porque historicamente, eu estava repetindo e às vezes eu brinco. Eu me lembro que a primeira vez que eu disse o Aliel que estava ali foi numa outra reunião se espantou. Historicamente, a política vem substituir nada mais nada menos do que Deus. Se vocês não estão lembrados aqui eu vou lembrar.



Depois de 1648, o Daniel pode me corrigir, acabou a ideia, ninguém quer mais banho de sangue, e a ideia de trono do altar deixa para lá, o que a gente quer aqui agora é o bem comum, o bem de todos, em vez de ser exercido por um deus e por uma religião, pertence aos homens, seja imanente. E quem vai representar o bem comum? São os políticos.

Do lado de cá a gente tem uma sociedade dividida entre seus vários interesses privados, que a gente não vai em absoluto coagir a liberdade para que haja progresso, mudança. Agora, aqui é a política que significa o bem maior. É ela que é defensora desse Estado, desse Estado justo, que o Eduardo acabou de lembrar agora. É essa política que torna o país igualitário, quando ele acaba de mostrar com números, o Sarmento também, é essa que a gente precisa para evitar isso.

E aí eu vou ser freudiano: não se engane. Existe mal-estar na cultura. Civilização é um produto de ourivesaria fina, democracia é a creme de la creme dessa ourivesaria. Isso que a gente tem é um milagre histórico, é de tal forma um ponto fora da curva, é de tal forma frágil que se a gente não se ocupa ele vai embora. Ele foi embora em plena Europa, culta, absolutamente culta, nos anos 30. Está ali, no final já tinha nascido. E a gente está vendo como ele escapa de vez em quando das mãos e o principal elemento de força não é outro. É a estabilidade e a qualidade democrática do espaço público.

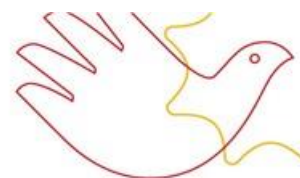
Ou nós temos nossos representantes efetivamente dignos com tudo aquilo que foi dito, com que o Presidente do PSB acabou de dizer, com uma ética de espírito público no sentido de bem comum, que a gente possa ser representado, ou a gente corre o risco de eleger Bolsonaro uma vez, duas vezes.

E isso pode parecer uma tarefa difícil, mas é o contrário do desencantamento. Civicamente nós não podemos ser desencantados. Isso é a doença da paralisia. Nós temos que ter esse tipo de esperança. E eu diria agora: em maio de 68 a estudante francesa pichou num muro de Paris: sejamos realistas, pensamos o impossível. Eu vou dizer: sejamos realistas. Vamos fazer do impossível, possível. Não tem duas saídas. É essa e essa.

Parabenizo o PSB por querer se engajar nessa saída. É isso que tenho a dizer. Obrigado. (Palmas.)

**O SR. FÁBIO MAIA (Moderador)** – Pessoal, primeiro eu gostaria de agradecer tanto ao Eduardo, ao Daniel e ao Jurandir pelas brilhantes explicações. A gente vai encerrando aqui a nossa conferência, convidando a todos e a todas para irem até a tenda da Fundação João Mangabeira, onde será feito o lançamento do livro da história do Rio Grande do Sul e depois nós vamos para o nosso almoço. E voltaremos depois do almoço, às 14h30, para as salas. Aqui vai ficar o Eixo Temático I e II, esta sala será dividida. No segundo andar os Eixos Temáticos III, IV e V.

Muito obrigado e um bom dia.



### Parte 3 - Atividades Desenvolvidas na Plenária: Apresentação dos Relatórios dos Eixos Temáticos

Transcrição realizada pela Taquígrafa Lívia Costa

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Boa tarde a todos e a todas. Sejam bem-vindos a esta Plenária.

Dando continuidade à programação, damos início à apresentação dos resultados dos trabalhos dos eixos temáticos e, para isso, gostaria de chamar ao palco, para compor a Mesa, o Sr. Carlos Siqueira, Presidente Nacional do PSB, o Sr. Paulo Câmara, Governador de Pernambuco, o Sr. Ricardo Coutinho, Presidente da Fundação João Mangabeira, o Líder da Oposição na Câmara, Sr. Deputado Alessandro Molon, o Líder da Bancada do PSB na Câmara, Sr. Deputado Tadeu Alencar.

Vamos então chamar os relatores dos eixos.

Para o Eixo Temático I, Reforma Política, gostaria de chamar o Sr. Sinoel Batista. Para o Eixo Temático II, Desenvolvimento e Meio Ambiente, gostaria de chamar o Relator Rafael Carneiro. Para o Eixo Temático III, Políticas Sociais, gostaria de chamar a Relatora Adriana Silva. Para o Eixo Temático IV, Economia: prosperidade, igualdade e sustentabilidade, a Sra. Tamara Ilinsky. E, para o Eixo Temático V, Socialismo e Democracia, o Sr. James Lewis. *(Palmas.)*

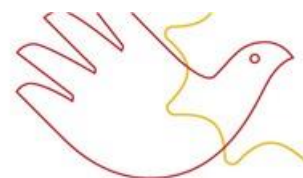
**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Boa tarde a todos e a todas. Vamos reiniciar os nossos trabalhos em plenário para que sejam feitas as apresentações dos relatórios dos cinco eixos temáticos. Antes, contudo, vamos pedir para que seja exibido um vídeo do Senador João Capiberibe sobre a experiência de gestão compartilhada. Terminado o vídeo, iniciaremos imediatamente a apresentação dos relatórios, pela ordem dos eixos.

*(Exibição de vídeo.) (Palmas.)*

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Parabéns ao nosso querido Senador João Capiberibe.

Vamos iniciar os trabalhos, mas antes gostaria de lembrar aos companheiros e companheiras o que vamos ter aqui ao receber todas as contribuições que foram apresentadas ou por meio de emendas ou por meio de anotações que foram feitas pelos relatores. Todas essas emendas serão levadas à Comissão de Sistematização, que vai tentar harmonizar o documento por eixo, incluindo as contribuições que se deram nos grupos temáticos. A partir daí é que o documento será levado para a Executiva Nacional, para ser apresentado e aprovado e, em seguida, vai descer para todas as instâncias do partido para, a partir dele, podermos continuar a discussão sobre a autorreforma.

Então, o primeiro Eixo é Reforma política: reforma política, reforma do estado, política externa, defesa nacional, sistema de governo, democratização da economia, estado e religião. O coordenador desse grupo foi o Sr. Carlos Siqueira e o relator o Sr. Sinoel Batista, a quem convido para que apresente o relatório.



**O SR. SINOEL BATISTA** (Relator) – Boa tarde a todas e a todos. Quero, rapidamente, em nome do Presidente Carlos Siqueira, cumprimentar todos os integrantes da Mesa e deixar de citar nominalmente todos que a integram. O Presidente Siqueira sempre diz que eu falo muito baixo, então eu tenho que falar mais alto.

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Força na voz.

**O SR. SINOEL BATISTA** (Relator) – Força na voz.

O nosso grupo, Eixo Temático I, tinha 57 inscritos e, na maioria do tempo, nós estivemos próximos disso. Da mesa a gente ficava monitorando a quantidade de pessoas que participavam e, em determinados momentos, havia mais de 57 pessoas, alguns e algumas integrantes de outros grupos vieram manifestar e apresentar propostas no Eixo I, mas em média nós tivemos a maioria dos inscritos participando nos dois períodos, ontem à tarde e hoje de manhã.

Tivemos participantes de 20 dos 27 Estados ontem e hoje. A representação do debate contemplou bem todas as regiões do Brasil. E nós tivemos, dos 57 inscritos e dos demais participantes, 31 pessoas participaram uma, duas ou três vezes, ou seja, fizeram várias intervenções.

A dinâmica adotada foi a recomendada ontem, com a leitura da introdução, depois a leitura de todo o conteúdo do Eixo Temático I. Então era feita a leitura, de forma pausada, fomos revezando entre os três integrantes da Mesa e, à medida que surgia alguma dúvida em relação ao texto era esclarecida e seguia-se o conteúdo.

No trabalho de relatoria, função desempenhada por mim, eu fui tomando nota dos nomes de todos e todas que participaram e o Estado de origem, por isso deu para fazer essa contabilidade. E ainda tomando nota de todas as propostas ou considerações.

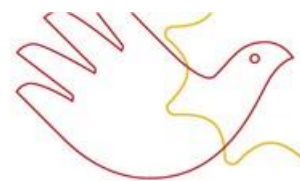
As propostas foram da seguinte natureza: algumas delas de suporte, de afirmação e de reforço ao conteúdo constante no caderno. Nós não tivemos no nosso grupo nenhuma oposição frontal ao conteúdo apresentado. O tema que mais deu discussão e que apareceram posições complementares estava relacionado ao parlamentarismo. Entre os manifestantes, a maior parte se declarou interessada e apoiando o parlamentarismo. Inclusive pessoas que sempre foram presidencialistas e que, nos últimos tempos, em função da crise a que o Brasil tem submetido, avalia que esse sistema pode ser o melhor para superar as crises.

Naturalmente há pessoas que se manifestaram em sentido contrário, especialmente em função de dois plebiscitos que nós já tivemos e que foi derrotado, e nesse debate apareceram propostas dos dois lados: umas afirmando e aprofundando o modelo parlamentarista e outras no sentido de manutenção, com o aperfeiçoamento do regime presidencialista.

Então nós temos propostas que foram feitas verbalmente e que foram tomadas notas no relatório, e propostas que foram escritas manualmente, ao longo dos debates, e propostas que foram produzidas previamente à conferência.

Temos proposta do companheiro Deputado Isaltino, que foram várias formuladas por ele ao longo dos debates e que nos foram entregues, em que ele pondera sobre vários temas.





Sobre o aperfeiçoamento do sistema presidencialista, em que faz uma longa trajetória sobre o tema e pondera sobre as dificuldades de transferir para o Congresso Nacional, Câmara e Senado, a decisão de formar um governo em nome dos eleitores brasileiros. Em linhas gerais, faz essa observação como argumento para defender o presidencialismo, em que a decisão é tomada por todos os eleitores com voto em urna.

Igualmente faz uma proposta para quando ao documento que foi apresentado da autorreforma forem incorporadas as propostas e debatido nos diretórios estaduais e municipais, que seja incorporado ao corpo do documento o manifesto do partido, o programa atual, o estatuto atual, mais o regimento interno e o código de ética, para que todos possam saber não só o que se está propondo na autorreforma, mas que também possam conhecer a estrutura de funcionamento do partido.

Faz uma sugestão de inserir na chamada da autorreforma, que é “O Brasil um passo adiante”, acrescentar “com democracia e políticas públicas”. Ou seja, preserva a proposta da marca e acrescenta “O Brasil um passo adiante, com democracia e políticas públicas”.

Temos ainda sugestões de atentar-se ao art. 90 do estatuto, em relação à posição do símbolo do partido, que é a marca pomba. O art. 90 diz que a pomba está sempre voando em direção à direita.

Proposta em relação à democratização dos meios de comunicação.

Proposta do Deputado Camilo Capiberibe na qual ponderou que no presidencialismo deveríamos experimentar por mais um período um conjunto de regras recentes que foram aprovadas, como cláusula de barreira, financiamento público de campanha e a proibição de coligações proporcionais, porque isso poderá, no médio prazo, produzir ajustes no regime atual e aperfeiçoar o sistema.

O Senador Valadares fez uma reflexão extensa sobre a defesa do parlamentarismo e disse-nos ontem à noite que faria uma proposta pequena, e fez: apresentou 58 páginas de defesa do parlamentarismo e, portanto, nós temos a missão de fazer a sistematização logo mais.

Há inúmeras outras propostas que foram surgindo em relação ao tema e acredito que não precisaria perpassar uma a uma, porque não há oposição ao que foi proposto, ou seja, são no sentido de aperfeiçoar ou de aclarar. Por exemplo, a questão dos ocupantes dos tribunais superiores, não há divergência de que devem ter mandato de oito anos. Ou seja, há indicação de aperfeiçoamento em relação à área de relações internacionais para olhar com mais atenção para o continente africano, por exemplo. Foram sugestões dessa natureza que apareceram.

Aquilo que não é do Eixo I nós enviaremos para os demais eixos, e aquilo que é do Eixo I a Comissão de Sistematização trabalhará para incorporar.

É isso, presidente. (*Palmas.*)

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Muito obrigado.

Vamos ao Eixo Temático II, Desenvolvimento e Meio Ambiente: políticas para a Amazônia, empregos verdes, economia verde. O coordenador do grupo foi o Prof. Paulo Bracarense e o Relator o Dr. Rafael Araripe Carneiro.



**O SR. RAFAEL CARNEIRO (Relator)** – Boa tarde a todas e a todos. Também cumprimento a todos na pessoa do Presidente Nacional do PSB, Dr. Carlos Siqueira, e cumprimento também ao Presidente da Fundação João Mangabeira, Governador Ricardo Coutinho.

O Eixo Temático II foi um grupo um pouco menor do que o grupo relacionado ao Eixo I. Éramos 35 pessoas, o que nos permitiu a intervenção de todos, um amplo debate oral, que foi seguido de sugestões por escrito e, ao final, conseguimos reunir todas essas considerações ou a maioria delas num documento final, que foi chancelado, então, pelo grupo no final da manhã de hoje.

Diferentemente do Sinoel, vou tomar a liberdade de ler esse documento, que dialoga com o texto principal do caderno. Nós também fizemos a leitura do texto principal e todos estiveram de acordo com ele, e esse segundo texto é complementar e dialoga com o que está no caderno.

Seguindo a ordem do que foi colocado no texto originário, perpassamos primeiro por uma introdução sobre desenvolvimento, cultura e meio ambiente, e daí fomos para políticas para a Amazônia, economia verde, limites e escassez dos recursos naturais, seguido de empregos verdes.

Então, basicamente a síntese do que foi falado e apresentado por escrito deu origem ao seguinte texto:

“O Partido Socialista Brasileiro deve defender com enorme ênfase o sentido de urgência da necessidade de proteção do meio ambiente diante dos dados que se apresentam e dos riscos ambientais iminentes.

Para que o modelo de desenvolvimento sustentável seja efetivo, não bastam apenas diretrizes claras, já que também é fundamental que o Estado brasileiro faça com que as leis vigentes sejam respeitadas. Atualmente o Poder Público não consegue combater a criminalidade ambiental ou às vezes e inclusive a incentiva. As queimadas, o desmatamento ilegal, a grilagem de terras, o garimpo ilegal e predatório precisam ser combatidos com os instrumentos legais existentes e também com novas leis que coíbam a ação de criminosos e predadores do meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável perpassa ainda pela reinvenção da industrialização brasileira, com base no aproveitamento econômico da biodiversidade. Com agregação de valor, a bioeconomia expandirá o modelo econômico atual da expansão da fronteira agrícola e pecuária.

Em relação à Amazônia, ela é ainda muito pouco estudada, embora muito explorada, e as soluções para a Amazônia não podem ser pensadas apenas a partir de uma perspectiva do centro-sul brasileiro, sendo necessário o envolvimento direto e preponderante de todos os povos tradicionais daquela região: indígenas, quilombolas, pescadores, raizeiros, seringueiros, quebradeiras de coco, ribeirinhos, castanheiros, dentre outros.

A bioindústria na Amazônia aumentará a renda total da região e reduzirá as desigualdades sociais e econômicas, já que grande parte dessa renda será destinada às populações locais.



Temos, portanto, que avançar na criação de polos de biodiversidade, aprimorar a pesquisa científica e desenvolver laboratórios com diferentes cadeias de valor. Para isso é preciso articular o trabalho e também o financiamento de órgãos e institutos de pesquisa.

Fazem-se necessários ainda mais incentivos e políticas públicas para a agricultura familiar no contexto do desenvolvimento sustentável local”.

A agricultura familiar foi objeto de muito debate no âmbito do nosso grupo.

“Para tanto, a agricultura familiar depende da reforma agrária, além do desenvolvimento de condições mínimas de produção. Assim, deve o Poder Público realizar amplo movimento para o reconhecimento dos reais proprietários das terras brasileiras e o combate efetivo aos grileiros, o que trará segurança jurídica especialmente aos pequenos e médios produtores.

A reforma agrária deve compor, assim, uma bandeira de defesa permanente e inegociável do PSB.

Além disso, um dos grandes desafios nacionais é a valorização daqueles que fazem da terra o seu sustento. Devemos fortalecer políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais, com garantia de crédito rural, tecnologia, assistência técnica, extensão rural, programas para comercialização da produção, garantia de preços mínimos e agregação de valor.

Lutar ainda pela manutenção da previdência rural do agricultor e estimular a agricultura orgânica, mediante a substituição do uso dos agrotóxicos e o pagamento de serviços ambientais para agricultores que preservem os mananciais de água e os recursos florestais de suas propriedades.

Os sistemas de integração lavoura, pecuária e floresta, em suas diferentes modalidades, já são uma realidade no Brasil e devem ser expandidos. O futuro da agricultura depende de intensificação e sustentabilidade dos sistemas de proteção, agregação de valor nas cadeias produtivas e convergência tecnológica e de conhecimento.

Deve-se ainda incluir a proteção às águas como elemento norteador para as políticas públicas e o projeto de Brasil. A água é recurso natural propulsor histórico. Assim, os recursos hídricos, a água potável, o saneamento e o tratamento de esgoto devem ser prioridades como estratégia nacional de desenvolvimento e de preservação do meio ambiente.

A legislação precisa ser adequada aos distintos biomas brasileiros, a fim de que as regras considerem as diferenças e especificidades de cada bioma.

Além disso, entendendo a matriz energética brasileira como um conjunto de fontes estratégicas e essenciais ofertadas para o Brasil, deve-se captar, distribuir e utilizar energia nos setores comerciais, industriais e residenciais, agindo contra o desmonte da nossa matriz energética, principalmente para o capital internacional, do qual não podemos ter nossa soberania financeira estratégica refém.

Ademais, o estado brasileiro deve expandir os mecanismos de compensação ambiental. O desenvolvimento com sustentabilidade exige que sejam plantadas florestas e mudas de árvore



como forma de antídoto mais efetivo ao efeito estufa, principalmente recuperando as áreas degradadas.

Uma das práticas governamentais que teriam significativo efeito nessa direção seria agregar a cada obra pública, principalmente as grandes obras públicas, a exigência de compensação ambiental, de modo que todo impacto inevitável seja compensado ambientalmente, a fim de perseguir a preservação e proteção das gerações futuras.

Além da perda da biodiversidade, o Brasil deixa de arrecadar bilhões de reais anualmente com isenções, deduções e incentivos às indústrias de agrotóxicos. Além dos danos ambientais, sociais e na saúde humano do uso dessas substâncias, o incentivo fiscal aos agrotóxicos acaba sendo uma concorrência desleal com a agricultura orgânica, que não dispõe do mesmo incentivo para os produtores de controle biológico nas pragas.

Neste ano de 2019, por exemplo, o Ministério da Agricultura já promoveu o registro de 467 novas marcas de agrotóxicos para o mercado.

Já caminhando para o fim, defendemos menos carros à combustão e óleo diesel, que são enormes poluentes do meio ambiente, mais energia solar e eólica para o transporte coletivo, escolar e de táxis, que precisam ser focos de atuação dos governos socialistas. A sustentabilidade deve se tornar conceito central de sociedade e depende ainda de ampla educação ambiental, que deve ser oferecida nas escolas para todas as crianças e adolescentes.

Não nos esqueçamos do aquecimento global, que é o fenômeno que bem denuncia a problemática ecológica, que há muito vem se impondo como questão principal nas esferas cultural, política e econômica dos humanos.

Nesse contexto, precisamos priorizar as políticas públicas de enfrentamento das mudanças climáticas e cumprir os compromissos internacionais já assumidos, como os tratados de Kyoto e de Paris.

Por fim, na busca de mais empregos verdes, a reciclagem de resíduos e de outros materiais possui condições de oferecer postos de trabalho para uma efetiva transição rumo a uma economia ambientalmente sustentável, com a adoção de novos padrões de consumo e produção.

A opção do PSB deve ser explícita de aproximação do movimento ecossocialismo que vem se desenvolvendo em vários países, no sentido de maior engajamento pela luta ecológica, através da atuação conjunta com organizações não governamentais e instituições culturais, assumindo, assim, enfaticamente, que o socialismo, hoje, deve ter como dimensão fundante o engajamento na luta ecológica.”

Viva o meio ambiente! Viva o desenvolvimento! Viva o socialismo! Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Muito obrigado, Dr. Rafael Carneiro pela sua contribuição como relator.

Gostaria agora de convidar, com muita alegria, para compor a nossa Mesa o Deputado Federal e Líder do nosso partido na Câmara dos Deputados, Deputado Tadeu Alencar. (Palmas.)



Tempo em que também registro, com alegria, a presença entre nós de vários deputados. Se tiver mais alguém que eu não esteja vendo, por favor, alguém me avise: Deputado Denis Bezerra, do PSB do Ceará, que nos dá a alegria da sua presença, o nosso querido João Campos, que também está aqui presente, o nosso relator, próximo prefeito do Recife. (*Palmas.*) Deputado Camilo Capiberibe, do Amapá, Deputado Gervásio Maia, futuro prefeito também, Deputado Júlio Delgado, também futuro prefeito de Belo Horizonte, o Deputado Cássio Andrade, também candidato a prefeito de Belém, o Deputado Danilo Cabral, do PSB de Pernambuco, o Deputado Eliel Machado, do PSB do Paraná. E o Deputado Bira do Pindaré, também candidato a prefeito de São Luís, Deputado Rafael Mota também está presente, Deputado Elias Vaz, também Presidente do nosso partido em Goiás, Deputado Ted Conde do PSB do Espírito Santo, a Deputada Lídice da Mata já está à mesa e não tivemos oportunidade de registrar porque já havia sido formada a Mesa. (*Palmas.*)

Temos também o prazer de registrar a presença de alguns deputados estaduais que vi por aqui, podem ter outros também, por favor, me avisem. O Deputado Diogo Moraes, do PSB de Pernambuco, o Deputado Jeová Campos, do PSB da Paraíba, o Deputado Buba Germano, do PSB da Paraíba, e o Deputado Figueiras do PSB do Pará, a Deputada Cristina Almeida, do PSB do Amapá, a Deputada Estadual Fabíola Mansur, do PSB da Bahia, o Deputado Valdemar Borges, do PSB de Pernambuco, o Deputado Romanelli do PSB do Paraná, líder do nosso partido na assembleia, e o Deputado Isaltino Nascimento, do PSB pernambucano. (*Palmas.*) E ainda Estela Bezerra, Deputada Estadual do PSB e a Deputada Cida Ramos. (*Palmas.*) Muito bem. São muitos deputados presentes.

Temos também a presença da Vice-Governadora do Espírito Santo, a companheira Jaqueline Moraes. (*Palmas.*)

Muita alegria em tê-los e tê-las aqui nesta sessão plenária.

Dando continuidade, passamos ao Eixo III, Políticas Sociais: educação, saúde pública, seguridade social, cultura, diversidade e identidade nacional, saneamento ambiental, reforma agrária, reforma urbana, direitos humanos, gênero e raça, segurança pública. O Coordenador foi o Deputado Alessandro Molon, do PSB do Rio de Janeiro, e a Relatora foi Adriana Silva, a quem convido para fazer a apresentação do seu relatório.

**A SRA. ADRIANA SILVA** (Relatora) – Boa tarde a todos. Como foi a própria narrativa dos temas constantes nesse eixo, impossível ser breve por conta da extensão.

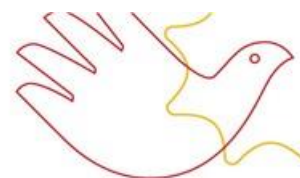
Metodologicamente, ontem o grupo fez a leitura total do texto e a quantidade de páginas fez com que toda a tarde de ontem fosse tomada por esse acesso ao texto.

No dia de hoje, orientados pelo nosso Coordenador ontem, cada um trouxe já resultados propositivos de debates que se estenderam, em alguns casos, até às 2 horas da madrugada.

Todos já estão com a versão impressa, a minha ainda está no computador porque o nosso grupo terminou o trabalho era 1 hora e 55 minutos.

A ideia de relatoria foi no formato de ata. Então, o documento final tem 12 páginas, não vou fazer a leitura, é claro, mas todas as ações propostas estão nominadas pelos seus respectivos autores. E usamos outros recursos. Alguns encaminharam por e-mail, outros

53



fizeram entrega em papel, outros por WhatsApp. A somatória de todos esses documentos, alguns até com vinte páginas de defesa das suas propostas serão todos absorvidos e entregues para a equipe de sistematização.

O nosso Eixo, então: o Deputado Heitor Schuch, sobre questões agrícolas e agrárias, fez o encaminhamento de oito tópicos. Resumidamente ele pede o seguinte: fortalecer e difundir os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Lutar pela manutenção da previdência rural do agricultor como segurado especial rural do regime de previdência social.

Estimular a agricultura orgânica, reavaliar o conceito de produtividade agrícola que não deve ser meramente a relação da produção por área de cultivo, mas a relação de produção por real investimento.

Incentivo à agroindústria familiar como forma de agregação de valor nas propriedades.

Garantia de qualidade de vida para evitar o êxodo rural.

Garantia da infraestrutura necessária para o desenvolvimento dos empreendimentos familiares rurais. E aí ele vai fazendo as suas descrições.

O ex-Deputado José Stédile apresentou documento referente ao campo da reforma urbana criativa. Depois de uma narrativa da realidade atual, ele enfatizou que uma tarefa importante para todo militante socialista é ajudar, participar, estar presente nos loteamentos rurais, aproveitando a Lei da Reurb, que possibilita a regularização dessas áreas.

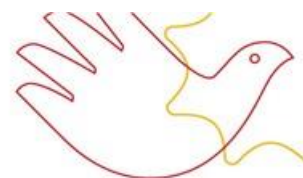
Ainda como contribuição, reiterou que o PSB deve se envolver na busca de soluções para graves condições desses moradores. Falta de saneamento, falta de energia, falta de abastecimento, iluminação pública, equipamentos adequados.

Com a participação da Secretária-Geral das Mulheres do PSB, Dora Pires, um grupo feminino extremamente representativo, foi encaminhado documento com narrativa do momento histórico e muitas proposições amplas e abrangentes, em sintonia com a expressiva demanda das mulheres brasileiras.

Resumir aqui todo o esforço do grupo é um risco de minimizar a importância do tema. É preciso superar a sub-representação das mulheres. Para isso esse grupo todo, representado no eixo, disse o seguinte: são necessárias ações de cultura e socialização da política do País nas famílias, escolas, instituições estaduais e, principalmente, nos partidos políticos com estímulo e a garantia de condições isonômicas das candidaturas femininas.

De maneira propositiva, o grupo enfatizou que para haver democracia interna no partido e em todos os seus níveis de organização, o PSB propõe que haja equidade de gênero nas referidas instâncias, sendo essas compostas de 50% de mulheres e 50% de homens. (Palmas.)

Caso o estado ou município não cumpra essa determinação, suas vagas na instância imediatamente superior serão substituídas por ocupantes de outros municípios ou estados.



As pautas inegáveis das mulheres femininas, negras são: fim do feminicídio, eficácia da Lei Maria da Penha, fim do encarceramento do povo negro, fim do extermínio da juventude negra, fim da violência obstétrica, fim da mortalidade materna, garantia de habitação digna, debates sobre políticas de legalização das drogas e 15% dos 30% do fundo eleitoral para garantir mulheres negras na política. (*Palmas.*) Lembrando que é resumo, por favor.

A Deputada Janete Capiberibe fez questão reiteradas vezes de garantir que todos os temas abordados no eixo fossem sempre extensivos às mulheres, negros, indígenas, parteiras tradicionais, ribeirinhas, pessoas idosas e os movimentos dos extrativistas. (*Palmas.*)

As proposições do Movimento LGBT também foram amplas, com um grupo bastante representado. Tatiana deixou claro que o PSB já tem extensa produção sendo referência inclusive para outros partidos de esquerda. Ela então disse que o partido deve se guiar por documentos anteriormente produzidos. E fez a entrega de várias proposições.

O Deputado Diogo Casé, do Pernambuco, defendeu a inclusão do problema da saúde mental e foi seguido por muitos, dando severo destaque para esse tema. O deputado entregará sua proposição, mas pediu que o PSB criasse um eixo temático sobre o tema saúde mental.

Luciana Trindade de Macedo, Coordenadora Nacional do Núcleo de Base do MPS para assuntos da pessoa com deficiência e André Ancelmo Araújo, desse mesmo movimento de São Paulo, enviaram texto com contribuições sobre o tema que atuam. Texto extenso, com bastantes contribuições em todas as áreas, fazendo uma ação bastante transversal.

A Deputada Fabíola, da Bahia, pediu para ressaltar a universalização do acesso à água e oferta de saneamento. Solicitou que conste o tema territorialidade na área da saúde.

O Deputado Danilo Cabral defendeu que o PSB deve apresentar qual é o novo estado de eficiência na saúde desejado para o Brasil.

Sandra da Paraíba enfatizou a necessidade de um texto orientador sobre um modelo de gestão pública que o PSB apregoa. Houve muita adesão na área da saúde, defendendo o fortalecimento do SUS. O grupo não entendeu e precisa ser esclarecido sobre o que se refere o texto base sobre a criação de um novo fundo na área da saúde.

Criação de mecanismos de auditoria interna e externa para acompanhar os custos no SUS.

Houve o pedido de fortalecimento e apoio às vinte metas do Plano Nacional de Educação. Quando esse tema foi abordado, houve a anuência de todo o colegiado para que esse tema fosse bastante relevante na pauta do PSB.

Eles querem também que seja reforçada a ação de valorização do professor.

Sobre o item Educação de Tempo Integral, o PSB é referência nesse tema. Deveria estar evidente no texto da autorreforma. Trata-se de jogar luz nas boas práticas do próprio partido. Tem história para isso. (*Palmas.*)



Pedem para que o PSB — essa ideia foi apresentada, mas depois coadunou com todo o grupo — tenha um envelopamento comum para todo o partido. As políticas das localidades precisam ser políticas do PSB.

Geralda Resende fez a sua defesa na área da educação, entregou uma propositiva e pediu que o partido fizesse adesão aos ODS previstos na Agenda 2020, uma vez que o Brasil é signatário.

Pediram também para incluir texto específico para compreender a criança e a juventude. Edvandi inclusive pediu o reforço das ações afirmativas na área da educação.

Odorico, ao item da saúde, disse que deveria ser pauta do PSB a consolidação de um plano nacional de saúde, no modelo do PNE, assegurado por lei e que deveria ser essa uma pauta do partido. (*Palmas.*)

O tema Novas Tecnologias Educacionais precisa ganhar destaque na pauta do PSB, segundo o grupo. O PSB tem que definir a defesa da educação como ação prioritária. Pedem uma proposta de financiamento para educação de pessoas com deficiência. Pedem também um plano nacional de erradicação do analfabetismo, por acreditarem que o que existe não deu conta.

A Deputada Fabíola pediu comprometimento e compromisso na área da educação na questão da diversidade e uma descrição de como os municípios podem melhorar no IDEB.

Pediram ainda que o PSB atuasse de maneira a propor o controle social às suas próprias políticas. Reiterar a necessidade da criação de uma linguagem comum em todos os governos do PSB. (*Palmas.*)

O grupo entende ser obrigação das gestões do PSB trabalhar para educação integral e a existência de creches. Disse que também há modelo a ser seguido nessa área pelo próprio partido.

Foi mencionado o fato de o tema cultura ter sido suprimido em algum momento. A ex-Deputada Cleusa reiterou a necessidade do debate da inclusão do tema cultura nesse grupo.

O ex-Governador Wilson reiterou a importância da escola de tempo integral. Ressaltou mais uma vez que o partido tem bons exemplos, seguindo gestão de Eduardo Campos.

A Profa. Isete apresentou um texto com proposituras para contemplar o tema da negritude. Também será anexo ao relatório final. Houve pedido dela de suprimir, toda vez que necessária, a palavra “carente”. Ela entende que o melhor seria dizer uma população com vulnerabilidade social.

Adriano Costa, educador do Amapá, enfatizou que o texto reforça as questões da escola pública com qualidade.

Quase terminando, Salete Ramos, de São Paulo, também reiterou a necessidade de defender os professores.

Juliana Nunes Lima, estudante universitária da Paraíba, chamou atenção para a presença da juventude. Sobre educação, pediu que as creches ofereçam período integral.





Defendeu a educação construtivista, solicitou mais atenção para o ensino técnico. Quanto ao ensino superior, pediu destaque no texto da autorreforma. Que as universidades tenham comitês de mulheres contra a violência, a favor dos movimentos sociais. E pediu uma ouvidoria nas universidades.

José Marcelo alertou sobre a questão da presença das libras, a linguagem dos sinais nas escolas.

Ubirajara, Secretário-Geral do PSB, iniciou o tema segurança, último tema debatido pelo grupo. O documento não deu conta de tratar do assunto. Alertou sobre a necessidade de pedir uma discussão sobre orçamento que ao longo do tempo avançou, mas depois recuou. Rever a realidade da gestão de profissionais do SUS, as relações são deficitárias.

A Deputada Fabíola entregou uma nova proposta em defesa da criação de fundos estatais de enfrentamento à violência contra mulheres, a fim de fortalecer as políticas em defesa das mulheres e minimizar o subfinanciamento histórico.

Sérgio Gonçalves, agora sim terminando, entregou proposta para reafirmar a luta antimanicomial.

Janete Capiberibe, fazendo uso da palavra, pediu que incluísse nesse grupo a questão da gestão compartilhada apresentada anteriormente.

O último tema foi a inclusão de segurança alimentar e nutricional sustentável.

Esse, só lembrando, é um resumo do que foi produzido pelo grupo Eixo III. Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Muito obrigado, companheira Adriana Silva, pelo seu relatório.

Antes de anunciar o próximo grupo, quero também registrar, com muita alegria, a presença do Deputado Estadual Genilson Leite, do PSB do Acre, recentemente filiado ao nosso partido. Seja muito bem-vindo. (*Palmas.*)

O próximo grupo é o Eixo Temático IV, cujo tema é Economia, Prosperidade, Igualdade e Sustentabilidade: macroeconomia do conhecimento/ economia criativa, futuro do trabalho/emprego, política industrial e competitividade, reforma tributária, cuja relatora é a companheira Tamara Ilinsky, que vai apresentar o seu relatório, por gentileza.

**A SRA. TAMARA ILINSKY** (Relatora) – Obrigada. Boa tarde, Presidente Carlos Siqueira, na figura de quem cumprimento também todos os participantes da Mesa.

Quero agradecer a todas e todos que participaram da discussão do nosso grupo. Tivemos cerca de 30 pessoas nos dois dias. Todos e todas muito engajados, trazendo muitas contribuições ao debate, inclusive o nosso Governador Casagrande participou brilhantemente dos dois dias, trazendo grandes contribuições.

Também cumprimento o Deputado Eliel Machado que também se engajou bastante nas discussões do nosso grupo e trouxe grandes contribuições.



Por fim, agradeço e cumprimento pela brilhante condução o Deputado Domingos Leonelli, que organizou a nossa metodologia e conduziu nossos trabalhos.

Também realizamos a leitura do texto todo e, após a leitura, conduzimos a discussão em grupo. Como nós éramos um grupo menor, cerca de 30 pessoas, conseguimos ter bastante debate, réplica, tréplica e seguimos dessa forma.

Vou também tomar a liberdade de fazer a leitura do documento, pois foi um texto que foi revisto por mim e pelo Deputado Leonelli e vou seguir com a leitura dos pontos principais, pois também é um resumo. Anexo a ele vamos entregar à Comissão de Sistematização o documento também com todas as alterações pontuais sugeridas, feitas por todos os membros do grupo.

Já em relação ao texto de introdução ao programa, tivemos algumas considerações. Foram realizados os seguintes apontamentos:

É preciso lembrar que a imensa diversidade brasileira também é fruto da escravidão. Nossa posição deve reforçar a integração com a América Latina e caribenha. A introdução do programa deve ponderar que, apesar dos avanços realizados sob os governos de Getúlio Vargas, esse presidente foi ditador, que prendeu e exilou pessoas. Para nós que nascemos com base na liberdade, é inadmissível!

A introdução deve ainda contextualizar o projeto de desenvolvimento brasileiro em consonância com elementos globais, como os objetivos de desenvolvimentos sustentáveis, questões ambientais, entre outros.

Em relação às discussões mais amplas, ressalta-se:

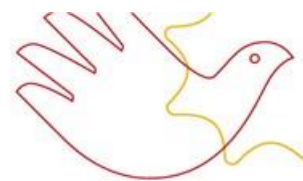
A definição da política econômica é essencialmente uma discussão sobre nossas prioridades enquanto sociedade. É uma discussão política, à qual devem se subordinar as soluções técnicas e não o contrário.

Devemos defender uma sociedade criativa, onde todos e todas são beneficiados pelos resultados da inovação tecnológica e da economia criativa. Nossa concepção de desenvolvimento deve estar centrada no ser humano, na sociedade em sua prosperidade de forma igualitária.

Nesse sentido, rever a utilização do Produto Interno Bruto, PIB, como medida de desenvolvimento, já que ela não considera a distribuição de renda, prosperidade, felicidade da população, bem-estar, entre outros. No caso brasileiro, a base estruturante da sociedade não pode ser somente o crescimento econômico, mas a distribuição de renda. Todas as discussões econômicas devem se relacionar com os desejos e necessidades da sociedade.

Dizer que queremos alterar as regras fiscais não quer dizer ser irresponsável fiscalmente, ou seja, é preciso promover desenvolvimento econômico e social com responsabilidade fiscal.

O Estado deve ter papel preponderante na regulamentação das relações de trabalho e da economia, como ente legitimado pela sociedade para sua proteção.



O Poder Público não pode se entregar ao discurso da retirada de direitos como forma de gerar empregos, o que se demonstrou e tem-se demonstrado uma falácia.

Em seguida, apresentam-se as discussões e recomendações específicas realizadas em cada tópico.

Reforçar a relevância do desenvolvimento econômico local e seus instrumentos, como arranjos produtivos locais, cooperativismo entre outros.

Essa estratégia de desenvolvimento deve ser precedida de um amplo estudo diagnóstico das vocações econômicas e criativas dos municípios e regiões brasileiras. Não há como intervir na realidade sem conhecê-la.

Ressaltar a importância do empreendedorismo, além da garantia de emprego e renda, inclusive nas pequenas e médias cidades. Da mesma forma, investir em formas de desburocratização do sistema tributário para o micro e pequeno empreendedor, bem como da obtenção de licenças. Ou seja, investir na simplificação do empreendedorismo no Brasil.

Valorizar o papel do microcrédito no desenvolvimento local da economia solidária, do associativismo e do cooperativismo.

As universidades devem estar comprometidas com o desenvolvimento da sociedade e das regiões em que estão instaladas, sob pena de se tornarem polos de excelência desconectados das necessidades da população.

A interação entre ensino superior, pesquisa, mercado e sociedade deve ser conduzida pelo Estado.

Valorização dos produtos feitos no Brasil.

A referência a políticas sociais deve ser complementada por políticas culturais, ambientais, entre outras.

Dar ênfase ao turismo, com alternativa do desenvolvimento econômico, principalmente em nível local e regional.

O turismo verde deve ser visto como alternativa para a Amazônia.

Relembrar as potencialidades dos biomas do Nordeste como a caatinga e o semiárido.

Na questão da água, não tratá-la apenas como disputa pelo ativo, mas também pela necessidade de compartilhamento do recurso.

Além da valorização do salário mínimo, ressaltar a necessidade de ampliação do poder de compra dos brasileiros e brasileiras.

Em relação ao financiamento da Previdência, discutir a possibilidade de criação de fundos de investimentos com ativos do Estado. Assim, os direitos sociais poderiam ser garantidos sem penalização do Tesouro e da liquidez das fazendas públicas.

É fundamental discutir e aprofundar o debate sobre a dívida pública, enfrentando a suposta insegurança jurídica que esse ponto pode trazer.



As renúncias fiscais devem ser colocadas sob perspectiva, a fim de não penalizarmos as instituições filantrópicas, por exemplo. Ainda é necessário elaborar alternativas a elas para a garantia do desenvolvimento econômico local, principalmente em nível estadual. Também se recomenda a adoção de estabelecimento de critérios específicos e contrapartida socioambientais para esses casos.

A proposta de renda básica universal deve dialogar com a necessidade de inclusão tecnológica da população e o aumento da produtividade, causado por soluções tecnológicas.

A política tecnológica deve ser inclusiva e não mais excludente e reforçadora das desigualdades estruturais e estruturantes da sociedade.

O desenvolvimento tecnológico e a economia criativa devem beneficiar a redistribuição de renda também por meio de políticas estruturais de saneamento básico, habitação, desenvolvimento urbano, entre outras.

O tema da economia criativa precisa ser tratado no ensino integral, no contraturno, bem como os temas de inclusão tecnológica como ensino de programação. Esse é o início de um programa focado em juventude futura, tematizado sobre sociedade e economia criativa.

Utilizar a educação de forma inovadora, para garantir a inclusão tecnológica de jovens, como forma fundamental de combate às desigualdades existentes e futuras.

Com o aumento da produtividade, debater a possibilidade de redução da jornada de trabalho para 40 ou 36 horas semanais, possibilitando que o trabalhador tenha mais tempo para cultura, lazer, educação, entre outros.

Relembrar que a inovação nem sempre está ligada somente ao desenvolvimento tecnológico, mas pode se relacionar à revisão ou à simplificação de processos.

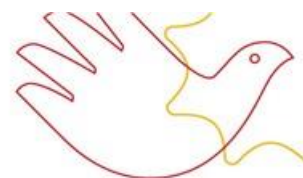
Elaborar soluções de tecnologia apropriada para a criação de oportunidades simples e rápidas para a massa da população desempregada.

Os sindicatos e pautas sindicais devem estar conectados com as evoluções do mundo do trabalho e futuro do emprego, de forma a garantir a proteção do trabalhador e as normas de segurança dentro das empresas.

O Conselho Nacional Monetário deve ser criticado pela sua composição e os interesses ali representados.

Sugere-se a supressão do termo “desprivatização” do Bacen, trocando pelo reforço do Bacen como banco público, subordinado ao projeto de desenvolvimento nacional, defendido pelo PSB e não aos interesses do capital especulativo. A reforma tributária deve considerar as novas tecnologias e a economia criativa, no sentido de compreender como esses serviços serão tributados e garantir as fontes de recursos para que o papel do Estado seja preponderante na organização da sociedade.

A revisão do sistema tributário também precisa dialogar com a revisão do pacto federativo e das responsabilidades de estados e municípios.



Dentro da perspectiva moderna, considerar a cannabis medicinal como fonte de geração de emprego, renda, e arrecadação tributária.

Inserir o tema da nanotecnologia no debate sobre economia.

Realizar uma série de audiências e seminários com as pessoas que constroem a economia criativa e o empreendedorismo, para que as propostas sejam atualizadas, levando em conta as diversidades existentes no território brasileiro.

A economia criativa deve ser apoiada por gestões criativas, que utilizam formas inovadoras de planejamento e gestão para estimular a sociedade criativa.

Valorizar as cidades criativas como vetor do desenvolvimento local.

Por fim, sugere-se a criação de um fundo de inovação voltado ao desenvolvimento do *design* nacional, associando academia e empresas. Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Muito obrigado, companheira Tamara pelo seu relatório.

Agora vamos ao Eixo V, Socialismo e Democracia (novas formas de participação na política, reinvenção da política e do partido).

O Coordenador foi o companheiro João Capiberibe e o Relator o companheiro James Lewis, que fará agora a apresentação do seu relatório.

**O SR. JAMES LEWIS** (Relator) – Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos e todas.

Além da coordenação do companheiro Capiberibe e da minha relatoria, já mostrando um pouco o clima do que foi o grupo, indicaram uma companheira para compor a Mesa, achando que a Mesa estava precisando, e foi indicada a companheira Lídice da Mata, que desempenhou o papel de subcoordenadora dos trabalhos. (*Palmas.*)

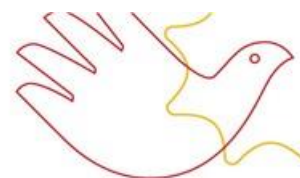
O grupo, como já foi anunciado, enfrentou o Eixo Temático Socialismo e Democracia, nos subtemas socialismo criativo, socialismo e democracia, pluralidade, movimentos sociais e o partido, o partido laico e acolhedor, o partido e a comunicação em rede, a autorreforma e o partido que queremos.

Pela própria natureza dos temas, houve grande presença dos segmentos organizados do partido de todas as regiões do País. Foram em grande número e bastante acaloradas as intervenções. Tivemos o plenário cheio em todos os momentos, foi facultada a palavra a todos e a participação foi bastante intensa, realmente.

Igualmente foi intenso o número de emendas apresentadas. Acabei de receber mais duas agora. Nós temos um número imenso de emendas e são textos, inclusive.

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Emendas de plenário, é?

**O SR. JAMES LEWIS** (Relator) – É, emendas apresentadas agora quando eu estava iniciando o relatório. Começou a chegar texto de todos os lados, por WhatsApp, por papel, mas eles estão todos preservados e vão ser entregues à Comissão de Sistematização, para que recebam a devida análise.



Para efeito de encerramento desta conferência, faremos um relato genérico das principais considerações. Na primeira sessão, em que foram abordados os temas socialismo criativo, socialismo e democracia, pluralidade, movimentos sociais e o partido, foi bastante reforçada a necessidade de construirmos uma base teórica ampla para o PSB, mas esse esforço deverá partir do resgate das teorias fundacionais do PSB de Mangabeira.

O conceito de socialismo criativo que visa enfrentar as profundas mudanças promovidas pelas novas tecnologias, a enorme concentração de renda e o seu impacto, tanto no modo de produção econômica, como no mundo do trabalho, deve merecer o aprofundamento do debate.

A compreensão da questão democrática, bem como de sua radicalização como passo indispensável para a construção do socialismo brasileiro teve bastante e ampla adesão e apoio, notadamente diante do espectro crescente do autoritarismo promovido pelo governo de extrema direita atual.

A importância dos segmentos organizados do PSB foi bastante destacada como caminho de enraizamento do partido na sociedade civil, como linha mais avançada da atuação partidária.

Ficou bastante evidente que essa relação deverá ser dialética, oxigenando e trazendo novas ideias e práticas para o partido, mas também deverá ser respeitosa da independência dos movimentos sociais, abstendo-se das velhas práticas de linha de transmissão do partido.

Na segunda sessão, abordamos os temas de um partido laico e acolhedor, o partido e a comunicação em rede, a autorreforma e o partido que queremos. Foram muitas as considerações sobre a necessidade e o estímulo da militância aos esforços do partido em apropriar-se das novas tecnologias de comunicação de redes sociais como instrumentos indispensáveis de relação com a sociedade brasileira e de democratização da vida partidária. Inclusive adotando a gestão compartilhada com transparência e participação popular como política de gestão do Partido Socialista Brasileiro.

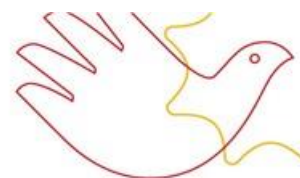
Grande número de manifestações cobraram o aumento dos esforços de formação de quadros pela Fundação João Mangabeira e uma ampliação dos espaços democráticos na atuação partidária, com maior respeito à militância partidária pelos líderes regionais e na relação com as bancadas parlamentares em seus diversos níveis.

Muitas das emendas propostas tratam dessas relações partidárias, propondo uma ação partidária mais planejada e o fortalecimento dos núcleos de base pelo equilíbrio de gênero na composição das direções e maiores recursos financeiros do fundo partidário para os segmentos organizados do partido poderem cumprir com as suas missões. (*Palmas.*)

E o partido dar uma ênfase maior na organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Claro que existe uma série de conteúdos que não estão aqui assinalados porque serão, como eu disse, entregues junto com este relatório à Comissão de Redação Final, que, certamente pelo número de textos, terá bastante trabalho.

É só, Presidente. Obrigado. (*Palmas.*)



**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Obrigado companheiro James Lewis. Concluímos os grupos.

Vamos passar a palavra, agora, aos nossos dois Governadores que nos alegram com suas presenças, mas antes passamos a palavra ao Líder da Oposição, Deputado Molon, para fazer a leitura de uma moção apresentada pela Vereadora, querida companheira, Sandra Marrocos. Depois daremos sequência.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** – Obrigado, Presidente.

Essa foi uma moção apresentada pela Sandra no nosso grupo do Eixo III, e diz o seguinte:

“Sou Sandra Marrocos, suplente de deputada federal pelo Estado da Paraíba, integrante do Diretório Nacional do PSB e atualmente Vereadora na cidade de João Pessoa, capital do Estado. Assistente Social de formação que apresenta essa moção de repúdio à Medida Provisória 905, de 2019, do Governo Federal, em conjunto com a Deputada Estadual da Paraíba, Cida Ramos, também assistente social e professora da Universidade Federal da Paraíba.

A Medida 905, de 2019, entre outros absurdos, trata da tentativa de extinguir assistência social no âmbito do INSS, tendo em vista que o assistente social é um dos poucos profissionais que ainda atendem presencialmente no órgão, ajudando a melhorar a qualidade de vida das pessoas que têm dificuldade de atendimento, dentre elas pessoas idosas, pacientes doentes e pessoas que moram distantes dos locais.”

Aproveitando o ensejo, solicito que toda a bancada federal do PSB, Líder Tadeu, vou encaminhar ao senhor essa moção que foi apresentada ao nosso grupo, após emendas dos colegas Deputados Federais Camilo Capiberibe e Danilo Cabral, incondicionalmente extensivo a todas as emendas que garantam a permanência das assistentes sociais no INSS, colocando-se em defesa da permanência desses profissionais nessa instituição. Inclusive o compromisso de todos e todas votarem contra a Medida Provisória 905, de 2019, a malfadada MP da carteira verde amarela. *(Palmas.)*

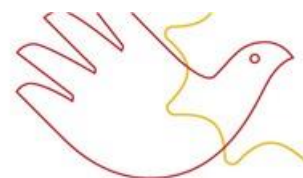
“A MP 905 trará graves prejuízos a toda a sociedade, uma vez que a importância das assistentes sociais e dos assistentes sociais nas atividades desempenhadas pelo INSS em apoio às pessoas que procuram esse órgão ficarão prejudicadas. Com sua extinção, reduzirá a proteção do Estado aos mais humildes.

Reafirmamos, assim, o compromisso do Partido Socialista Brasileiro em defesa do serviço social na Previdência.”

É a moção que passo ao senhor, Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Ok. A moção está aprovada e passamos à Secretaria da Mesa para que faça o encaminhamento.

Agora, com alegria, passo a palavra ao querido companheiro Secretário-Geral do nosso partido e Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande. *(Palmas.)*



**O SR. GOVERNADOR RENATO CASAGRANDE** – Boa tarde, gente. Cumprimento Carlos Siqueira e Ricardo Coutinho e, em nome dos dois, nossos presidentes, nossos líderes e todos os dirigentes que estão participando deste evento tão importante.

Começo fazendo um convite, em nome da Fundação João Mangabeira — com a permissão do Ricardo Coutinho —, pois Ricardo vai estar conosco lá no Espírito Santo dia 6, quando teremos uma atividade do Pense Brasil tratando da Amazônia Azul. Portanto, todos e todas estão convidados a participarem conosco na próxima sexta-feira.

Nesta oportunidade que o Presidente Carlos Siqueira me deu eu quero dizer da alegria de participar ontem e hoje desse debate, dessa reflexão que estamos fazendo no partido.

A autorreforma deixa cada vez mais clara a posição política do PSB, mas deixa cada vez mais claro também qual é o nosso socialismo, qual é a nossa proposta de socialismo. Deixa clara a visão moderna de um partido que quer buscar melhoria da qualidade de vida, que quer buscar uma sociedade soberana através da democracia.

O partido teve a coragem de condenar efetivamente regimes, sistemas, governos que se autodenominam socialistas, mas que na verdade não o são porque o nosso socialismo é aquele ancorado na democracia, na verdadeira democracia participativa da sociedade que nós representamos. Nós estamos buscando nos alinhar com forças políticas internacionais, com forças políticas que têm pensamento nessa linha, moderno, nessa direção, e isso nos dá condição efetiva de, num momento como este, de profundo retrocesso no Brasil, nós nos apresentarmos como alternativa.

E é bom que a gente se apresente como alternativa porque, o que eu sinto nesse debate, pela quantidade de pessoas com quem conversei nesses dois dias, nós estamos efetivamente buscando não ter uma adesão a um dos polos ou ao polo político que se apresenta como alternativa de esquerda, achando que essa seja a única alternativa do nosso partido.

Nosso partido tem força para construir com outros partidos do campo de centro-esquerda uma alternativa para este País. (*Palmas.*) E nós não temos necessidade de fazer adesão a nenhum projeto que não teve a capacidade de debater conosco os caminhos a seguir neste País.

Então, para mim está ficando clara a posição do PSB, as conversas que o Presidente Siqueira tem feito apontam nessa direção. Mas também nós nos ancoramos em programas e está ficando clara também aqui no nosso debate que a nossa luta principal é caminhar, caminhar e caminhar para diminuir a desigualdade. Este País é desnecessária e afrontosamente desigual com quem não tem alternativa.

Este é o nosso objetivo principal: enfrentar a desigualdade. Isso no Governo do Espírito Santo, também da Paraíba, na Câmara, na Assembleia, no Senado, nas prefeituras, a nossa militância do dia a dia. É enfrentar essa desigualdade vergonhosa que nós temos no nosso País.

Essa é uma marca que deve estar sempre colada no militante, no dirigente do PSB, para que a gente possa ter justiça neste País. Para isso é importante ter uma reforma tributária que seja progressiva. E discutimos muito esse assunto nesses debates. Para isso é importante ter políticas públicas eficientes, que deem retorno para a sociedade. Nós também temos que ter

64





clareza de que aquilo que a gente tem que fazer quando a gente está no Governo tem que produzir resultado.

Eu digo à minha equipe sempre que nós temos que ter pressa porque a sociedade tem pressa. Nós não podemos ficar num esforço gigantesco sem produzir nada para a sociedade. Então, quando a gente tem oportunidade, políticas públicas têm que produzir resultado e o resultado é para quem nós queremos. As políticas públicas têm produzido resultados, mas têm produzido muito para quem não precisa.

Governar para quem não precisa é fácil, porque quem não precisa está organizado, demanda, pressiona. Mas governar para quem precisa é difícil, porque essas pessoas não chegam até nós. E nós temos que chegar até essas pessoas.

Então, políticas públicas eficientes para quem precisa efetivamente de nós. E nós, juntando um modelo de desenvolvimento que está ancorado em algumas bases que acho fundamental, na boa política industrial, porque indústria é base para que outras atividades aconteçam, juntando economia criativa, sociedade criativa, sustentabilidade e inovação, porque falar de inovação é fundamental numa hora em que tantas coisas acontecem. E se nós não falarmos em inovação nós vamos ter um exército de excluídos. A educação no passado já produziu e ainda produz muitos excluídos, porque nem todo mundo tem acesso a educação de qualidade. Quem tem segue em frente, quem não tem fica para trás.

Vimos os dados aqui ontem, na palestra de abertura, que mostram que no Brasil são nove gerações para chegar a ter uma renda média para quem nasce pobre neste País.

Educação agiliza isso na velocidade. Se a gente não cuidar de políticas públicas na área de inovação, vamos ter um exército de excluídos nessa área da incorporação tecnológica e isso aumentará a desigualdade. Então, cuidar para que a gente não tenha mais desigualdade ainda é cuidar e tratar do tema da inovação como políticas públicas.

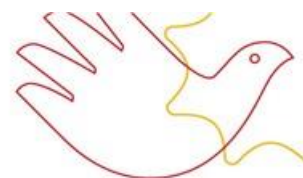
Então, muito feliz em ver que o nosso partido cada vez mais ganha consistência, renova intimamente as nossas forças, para que a gente possa seguir em frente, dando contribuição à população brasileira. Obrigado e parabéns a todos. (*Palmas.*)

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Muito bem, Governador Casagrande. Muito obrigado pelas suas palavras.

Passo a palavra agora, com alegria, ao Governador Paulo Câmara, do meu querido Estado de Pernambuco, e 1º Vice Presidente Nacional do nosso partido.

**O SR. GOVERNADOR PAULO CÂMARA** – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar na pessoa do Carlos Siqueira toda a Mesa aqui composta, senhores senadores, deputados, vereadores, militância do PSB.

É com muita satisfação que a gente tem a oportunidade de estar aqui hoje, discutindo temas tão importantes para o nosso partido e para o nosso País. A autorreforma reflete mais uma vez a responsabilidade que o PSB tem em discutir temas e buscar avançar numa discussão em favor do nosso País diante de tantas ameaças jamais vistas, de 88 para cá, em todas as áreas, como a que nós estamos vivendo nos dias atuais.



O Brasil pós-Constituição, pós 1988, avançou em várias áreas. Consolidou a sua democracia, as suas instituições, teve ganhos importantes na economia, com o fim da inflação, conseguiu avançar na área social, com a diminuição da pobreza, mas o que a gente tem visto nos últimos anos e principalmente nos últimos meses é a total fragmentação de políticas públicas, uma paralisação e a ausência de um norte, um norte que precisa ser dado num país com tantas fragilidades. E a gente vê os relatórios que foram apresentados hoje aqui, em vários eixos temáticos, com muita felicidade a gente pôde ouvir aqui contribuições para o meio ambiente, uma área que o Brasil tem andando para trás, é só ver os casos recentes que ocorreram só em 2019. Tragédias como a que nós vivemos lá em Minas Gerais, queimadas na Amazônia, no Centro-Oeste, chegada de óleo nas praias nordestinas sem respostas, sem planos de contingência, sem uma visão do que é isso, de como poder atuar para resolver.

E o partido tem-se comportado nessa questão ambiental também de maneira muito responsável. A gente vai ter oportunidade agora de debater o vazamento de óleo, o maior acidente ambiental das nossas praias, a história do Brasil vamos ter a oportunidade agora na CPI que está sendo instalada pelo Congresso Nacional, cujo relator será o Deputado João Campos, respostas. São 90 dias sem respostas, sem norte, sem o Governo dizer exatamente o que quer e o que pensa para o futuro do meio ambiente.

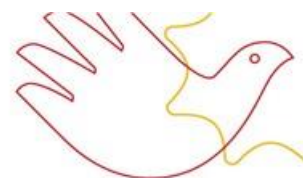
E o partido coloca isso hoje aqui, coloca na discussão da autorreforma temas e propostas para um Brasil mais equilibrado, mais sustentável, que olhe, que preserve e que dê garantias de um meio ambiente cada vez mais garantido.

Temos também a oportunidade de discutir políticas sociais. E o PSB tem tanto a contribuir com políticas sociais. Os exemplos são vários em todas as áreas, seja na saúde, seja na segurança, seja na assistência social, em políticas que forcem chegar a todos. Porque o socialismo é isso, é prestar um serviço que possa abranger a maior quantidade possível e, se possível, todos os brasileiros, aqueles que precisam do olhar e da atenção do poder público.

E nas políticas sociais o maior valor é educação. O PSB tem tantos exemplos exitosos na educação, é só ver o caso de Pernambuco, que vai chegar em 2022 com 70% dos seus alunos estudando em tempo integral. (*Palmas.*) Quem quiser estudar em tempo integral vai ter sua vaga garantida.

Essa é uma política de treze anos, uma política que começou lá atrás com o ex-Governador Eduardo Campos, que fez Pernambuco sair em um pouco mais de uma década das últimas colocações no Ideb para ter a educação de referência, ter a menor taxa de abandono do Brasil. Apenas 1% dos nossos alunos que iniciam o ensino médio não terminam. Eram 24 há 12 anos.

Então, é com esse olhar também que a gente tem que vestir nossas bandeiras, sem baixar a cabeça para esses retrocessos, principalmente retrocessos nessa área como educação, onde a gente tem hoje talvez o pior exemplo de como conduzir uma pasta sem nenhum compromisso nem com o momento atual, principalmente com as gerações futuras de brasileiros.



Então, a gente tem que fazer como o PSB sempre fez, ser propositivo, olhar a gestão, fazer as pactuações, fazer com que a Federação funcione, uma Federação que nós queremos, com todos tendo as suas responsabilidades sendo cumpridas, olhadas, travando o bom debate. Não o debate de coisas pequenas, mas o debate de políticas para o futuro.

Então, a gente conta com todos vocês, com o apoio da nossa bancada, seja a bancada federal ou estadual, seja a nossa militância, os nossos segmentos, para que a gente possa discutir realmente o Brasil que a gente quer e o PSB sabe como fazer, sabe o que discutir, sabe o que apresentar. Não tenho dúvida de que vamos sair desse processo mais fortes, mais unidos e cada vez mais comprometidos com o povo brasileiro, com o povo mais pobre, o povo que precisa cada vez mais do nosso olhar e da nossa voz.

Eu tive uma experiência na última semana, junto com os nove governadores do Nordeste, fazendo uma visita internacional à França, à Itália e à Alemanha. Fomos convidados. A imagem do Brasil é a pior possível. Mas uma região que é tão desigual como o Nordeste, que tem tantos desafios, conseguiu nesses três países mostrar que o Brasil que está sendo vendido lá fora não é o Brasil da resistência que nós temos consciência do nosso papel e o que pode ser feito.

Então, há voz, há formas, há ideias e há compromissos e vamos fazer com que o nosso compromisso chegue não apenas nos 27 Estados da Federação, nos mais de 5 mil municípios. Que o nosso compromisso com a liberdade, com o socialismo, com o povo mais pobre, mais carente por igualdade, por justiça, por democracia e por liberdade chegue não apenas em todos os cantos do Brasil, mas seja uma referência internacional.

Muito obrigado, parabéns Presidente Carlos Siqueira. Vamos em frente! (*Palmas.*)

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Muito bem. Tenho o prazer de passar a palavra agora ao Líder do nosso partido na Câmara dos Deputados, o ilustre Deputado Tadeu Alencar.

**O SR. DEPUTADO TADEU ALENCAR** – Muito boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o Presidente do Partido Socialista Brasileiro, Carlos Siqueira e também o Presidente da Fundação João Mangabeira, o Governador Ricardo Coutinho, e em seus nomes cumprimentar toda a Mesa diretiva desta tarde de encerramento dos debates dos eixos temáticos desta conferência, saudar a todos os nossos companheiros parlamentares, os segmentos sociais que dão vida ao nosso partido, a todos aqueles que, militando pelo Partido Socialista Brasileiro, representam aquilo que há de melhor na política brasileira.

Nós representamos um legado de decência na vida pública, de integridade, de espírito público, de visão republicana da política, da ação do Estado e da Administração Pública e isso nos envaidece, nos orgulha, mas nos dá também uma grande responsabilidade, Presidente Carlos Siqueira.

Então, quero dizer da minha satisfação em ver o meu partido promovendo essa discussão aqui da autorreforma que vamos ter durante todo o ano de 2020 até o Congresso Nacional do partido em 2021, para que a gente possa refletir sobre esse momento grave que vive o Brasil, um momento de ataques à democracia, um momento de ataque às políticas públicas em todas as áreas: educação, meio ambiente, no patrimônio estratégico do País.



Quando a gente vê o Ministro Paulo Guedes dizer que se deve vender tudo e repete: tudo! Significa que é um modelo e uma política que não atendem aos anseios de um país que tem a maior concentração de renda do planeta e, conseqüentemente, a maior desigualdade do planeta também.

Um momento grave de ataque à democracia, de flertes autoritários inaceitáveis, feitos pelo Presidente da República em vários momentos. A sua vida inteira foi exatamente essa pregação autoritária que nunca imaginamos que pudesse estar hoje dirigindo o Brasil.

Mas daí a nossa grande responsabilidade de um lado em cumprir aquilo que o PSB sempre cumpriu na sua trajetória em mais de 70 anos de vida política, de vida partidária, em defesa das maiores bandeiras do Brasil. Desde o seu início, lá em 1947, com aquela junção de setores médios da sociedade, de operários, da intelectualidade brasileira que sempre esteve muito próxima das preocupações em melhorar a condição de vida do povo que continua difícil. E, diante de um modelo de desenvolvimento que tem esse liberalismo selvagem presidindo todas as ações, de um lado os flertes autoritários do Presidente da República, enquanto passa a caravana desse liberalismo que quer atacar o nosso patrimônio natural como a Amazônia, que desdenha do maior acidente jamais ocorrido no litoral brasileiro, como fez referência aqui agora há pouco o Governador Paulo Câmara, que quer vender o Brasil, que quer entregar o Brasil e os seus interesses estratégicos ao que não tem nenhum compromisso com a sociedade e com o povo brasileiro.

É da maior importância que a gente entenda que o partido socialista de um lado não pode deixar de cumprir esse papel de resistência, mas também não pode deixar de pensar um projeto de Brasil.

Quero aqui dizer, Presidente, hoje no Eixo I, quando discutíamos reforma política e reforma do Estado, aonde nós chegamos praticamente à unanimidade, chegamos à conclusão de que o Estado brasileiro é caro, perdulário, corporativo, patrimonialista e precisa enfrentar essa feição deformada, com todos esses absurdos. (*Palmas.*)

E, portanto, acho que quando um partido de centro-esquerda, um partido que em toda a sua história nunca se afastou desses compromissos com o povo brasileiro, é muito importante de um lado cumprir esse papel de resistência, de outro lado pensar um projeto de Brasil e ter a capacidade de reafirmar, quando é criminalizada a política, quando os partidos políticos são vistos como mobiliário do século passado, sem nenhuma conexão com os anseios que estão nas ruas, o PSB se dispõe, não tragado pelas forças das ruas, como em 2013, a política brasileira teve que se dobrar a força que veio às vezes até violenta, às vezes desorganizadamente, sem nenhuma estruturação de uma saída para aquilo. O Congresso Nacional rapidamente aprovou e deliberou sobre medidas sob a pressão popular.

Aqui não estamos fazendo isso sob pressão, estamos fazendo essa reflexão sob a consciência e sob um imperativo que vem da necessidade de que precisamos abandonar os dogmas do passado e mirar o futuro, e que como um partido de centro-esquerda pensar que é de fundamental importância dialogar com essa ordem econômica globalizada, que exige dos partidos de centro-esquerda outra atitude, para enfrentar exatamente esse Estado com todas essas deformações a que me referi há pouco.



Então, é muito importante que nós possamos reafirmar os nossos valores históricos, os nossos compromissos com o povo brasileiro e que estão sendo aqui reafirmados. Mas também voltar a ser aquilo que os partidos políticos não podem deixar de ser, sob pena de caminhar para o esquecimento, para o rodapé da história, que é voltar a ser instrumento de reverberação dos anseios da sociedade.

Fico muito animado quando vejo, em todos os setores do nosso partido, na militância, nos segmentos, nos parlamentares, na direção do partido, na Fundação João Mangabeira, um sentimento de absoluta clareza de uma tarefa de ocupar um vazio que existe hoje na política brasileira. Esse vazio decorre dessa incompreensão de que não vamos sair dos problemas monumentais que enfrentamos pelos extremos. Esses extremos se alimentam enquanto derretem a economia brasileira com milhões de desempregados e com 50 milhões de pessoas que estão na informalidade.

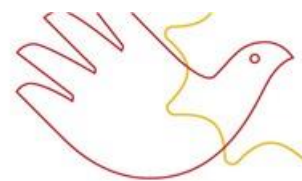
Por isso eu quero aqui, Presidente Carlos Siqueira, cumprimentá-lo por essa iniciativa. Sei que esse é um esforço de todo o nosso partido, mas decorreu da sua visão clarividente de enxergar a necessidade dessa atualização, para reafirmar os nossos valores que são muito claros: compromissos com a justiça, com a democracia, com a liberdade, com justiça social, com o combate às desigualdades que não se faz apenas com a retórica, mas com um modelo de desenvolvimento que possa compreender que desenvolvimento para poucos não é desenvolvimento, é apenas encher as burras de setores da elite brasileira que sempre deram as costas, como dão as costas para os rios, dão as costas para a sociedade ávida por uma força política que possa de um lado manter esses compromissos, mas também ter a capacidade de se reconectar com o sentimento da sociedade brasileira.

Então, quero cumprimentá-lo por essa iniciativa. Sei que aqui se faz uma preparação e se colocam muitos tijolos para estruturar uma saída para a política brasileiras, mas, principalmente, para os gargalos estruturais que estamos encontrando e que não vejo, muitas vezes, na esquerda brasileira a capacidade de responder proativa, positiva e propositivamente a esse desafio.

Quero mais uma vez dizer do orgulho também de liderar uma bancada de deputados federais que vem cumprindo um papel que considero digno de todos os encômios, no enfrentamento que estamos fazendo lá na Câmara dos Deputados.

Não é fácil. Não pensem que é fácil você contar com um enfrentamento brutal que estamos fazendo contra todos esses ataques. Mas estamos lá nas trincheiras de resistência que são muitas trincheiras, mas estamos procurando retribuir a confiança do povo com trabalho, com seriedade, com capacidade de debate e o PSB é um partido respeitado no Brasil inteiro e é muito respeitado também no Congresso Nacional, por força de todos aqueles que, conhecendo e compreendendo a responsabilidade que receberam da sociedade de representar esses interesses, têm feito o melhor do seu trabalho, da sua energia, para colocar um tijolo no Brasil do futuro.

Por isso parabéns, Partido Socialista Brasileiro! Quero lá em 2020, Presidente, com todos os candidatos que foram aqui nominados e todos os outros que vão surgir, a juventude, em cujas mãos está depositado o futuro do Brasil. Os militantes jovens do PSB, com quem conversei



ontem aqui no saguão do hotel, fiquei muito esperançoso de que aqueles, com muito pouca idade, que estão se dispondo a disputar eleições para levar esse legado de Arrais, (*palmas*) de João Mangabeira, de Antônio Houaiss, de Antônio Cândido, de Eduardo Campos e de todos nós! Um legado coletivo, um legado libertário, um legado insurgente, um legado de seriedade, integridade que o futuro e a história haverão de continuar escrevendo o papel do PSB na construção deste Brasil melhor, mais solidário e mais justo, com que todos nós sonhamos e que estamos ajudando a construir.

Parabéns PSB! (*Palmas.*)

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Muito obrigado, Líder Tadeu Alencar por suas palavras.

Quero convidar agora o Deputado Federal Bira do Pindaré, que tem uma moção para apresentar, para que possa fazê-lo neste momento. (*Palmas.*)

**O SR. DEPUTADO BIRA DO PINDARÉ** – Sr. Presidente Carlos Siqueira, a quem eu quero saudar, cumprimentar, parabenizar a sua pessoa pelo acerto desse evento e dessa discussão sobre a autorreforma do nosso partido. Também quero cumprimentar o Governador Paulo Câmara, também o Governador Casagrande, o nosso querido anfitrião, Alessandro Molon, nossa querida Lídice da Mata e em nome dela todas as mulheres aqui presentes. (*Palmas.*)

Quero dizer a vocês que este evento acontece no mês de novembro, que é o mês da consciência negra. E, até pelo reconhecimento de toda a luta que sempre marcou o PSB contra o racismo, quero ler uma nota de repúdio e que ela pudesse ser aclamada por todos nós como uma manifestação coletiva do partido reunido aqui nesta conferência.

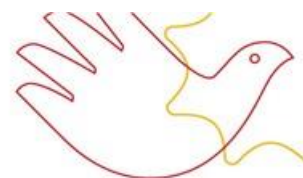
“Moção de repúdio.

O Partido Socialista Brasileiro, reunido em conferência nacional para debater a sua autorreforma, manifesta seu veemente repúdio à nomeação de Sérgio Nascimento Camargo para a presidência da Fundação Palmares. (*Palmas.*)

A Fundação Palmares é um conquista histórica do movimento negro brasileiro para enfrentamento do racismo no Brasil, criada para resguardar, defender e promover a cultura e manifestações afro-brasileiras. Ela tem o papel de reforçar a cidadania, a identidade e a memória do povo negro e tem como uma das principais atribuições a certificação das comunidades quilombolas, e que eu faço questão de frisar que neste momento presido a Frente Parlamentar Quilombola em nome do PSB no Congresso Nacional. (*Palmas.*)

Não podemos admitir em hipótese alguma que uma entidade dessa envergadura seja presidida por um cidadão que nega a existência do racismo no Brasil e que afirma que a escravidão foi benéfica aos negros. (*Palmas.*)

Não podemos admitir que a Fundação Palmares seja comandada por um indivíduo conhecido nas redes sociais por declarações racistas, que atacam a cultura, simbologias e lideranças da memória do movimento e do povo negro brasileiro. Que agridem personalidades negras, que cumprem importante papel no empoderamento da população negra no País e cujo próprio irmão se refere a ele como capitão do mato.



Portanto, a nomeação de Sérgio Nascimento de Camargo é, antes de tudo, uma violência repugnante contra o povo negro neste País. Mais um capítulo de maldades e de ataques do Governo Bolsonaro a direitos historicamente conquistados. Não podemos concordar com isso. Reagiremos com toda veemência.

Em nome do PSB, viva Zumbi! Viva Dandara! Viva a luta do povo negro! (*Palmas prolongadas.*)

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – A moção foi aprovada por aclamação.

Vamos ouvir agora, com muita alegria, a nossa querida brava Deputada baiana, Lídice da Mata. (*Palmas.*)

**A SRA. DEPUTADA LÍDICE DA MATA** – Companheiros e companheiras desta vitoriosa conferência, fui surpreendida pelo Presidente me chamando par falar. Cada um aqui tem uma função. Presidente, vice-presidente, governadores, líder do partido, líder da oposição, mas eu sinto que devo representar aqui justamente a luta das mulheres socialistas (*palmas*) que têm que estar presentes na autorreforma.

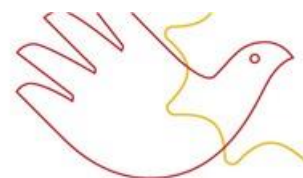
A autorreforma, na minha compreensão, é a necessidade de atualização da agenda política dos socialistas brasileiros. E não é possível falar em transformação radical, em enraizamento da democracia, em ampliação da democracia sem entender que o que há de novo no século XXI a realizar é o empoderamento das mulheres em todo o mundo. E no Brasil não é diferente. E das mulheres negras no nosso País de modo especial. (*Palmas.*)

É a possibilidade de entendimento de que não é possível haver democracia sem que a maior parte da população possa estar presente nos espaços efetivos de poder. Não apenas no espaço do poder político formal, mas na vida da sociedade brasileira, com direitos iguais à oportunidade do trabalho, à oportunidade de uma remuneração digna.

Com a possibilidade efetiva de realização na sua vida como mulher do seu direito a ter filhos e lhe ter assegurada a possibilidade de ter creches de qualidade para deixar os seus filhos. (*Palmas.*)

Com a ideia de que nós não podemos continuar convivendo com a violência que se abate sobre a mulher no nosso País. O fim de semana passado foi marcado no Brasil por feminicídios. Foram três anunciados num fim de semana. Até quando as mulheres serão vítimas dos seus companheiros, dos seus parceiros, daquelas que acreditavam que podiam estar conquistando a felicidade de realizar a organização de uma família e são destruídas na sua vida, lhes é retirada a vida numa afirmação de uma construção social baseada no patriarcalismo e na ideia de que a mulher é propriedade de alguém.

E é para construir a sociedade libertária que o PSB está se colocando a realizar essa autorreforma, penso eu, Presidente, espero não estar errada. E, portanto, se é para realizar esse compromisso de existência da insurgência no nosso País daqueles que estão embaixo da base da sociedade, seja econômica, seja nos direitos, daqueles que necessitam construir aquela ideia de que os de baixo devem passar a estar em cima ou ao lado para a construção de uma sociedade justa é que as mulheres do partido, brancas, mestiças, negras, indígenas, querem buscar a



possibilidade de militar nesse partido socialista cada vez mais aberto à sua participação e integração na estrutura da organização partidária. (*Palmas.*)

Grande abraço! Vamos à luta! Socialistas no poder! Mulheres socialistas no poder! Um, dois, três!

**Mulheres:** “Nas praças, nas ruas, na luta a vida inteira! E viva as mulheres socialistas brasileiras!” (Bis)

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Muito bem! Muito obrigado, Deputada Lídice da Mata por suas palavras.

Tenho agora a alegria de passar a palavra ao Deputado Alessandro Molon que, além de ser o Líder da Oposição na Câmara dos Deputados, é também para nossa honra o Presidente do Partido Socialista Brasileiro da Seção do Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** – Obrigado.

Presidente, antes de mais nada, quero começar agradecendo ao senhor por essa iniciativa de extrema felicidade e de importância para o Brasil. Eu acho que todos nós militantes e filiados do PSB devemos ser muito gratos por essa coragem de propor ao partido uma autorreforma. Quero agradecer ao senhor e ao Presidente da nossa Fundação, Ricardo Coutinho, pela honra de receber os companheiros e companheiras do PSB aqui no Rio de Janeiro. Essa escolha é uma grande honra para nós do PSB do Rio e quero falar da nossa alegria, em nome de todo o PSB do Estado do Rio de Janeiro, a honra e o privilégio de ter vocês aqui no nosso Estado. Muito obrigado por terem vindo ao Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

O nosso Estado vive um momento muito difícil e podem ter certeza de que a presença de cada um e de cada uma de vocês aqui foi uma luz, uma energia positiva para o nosso Estado nesse momento difícil que atravessamos.

O Brasil também atravessa um momento muito difícil. Como já foi dito aqui pelos que me antecederam, é o momento mais grave, desde a redemocratização do País. Ninguém tem dúvida de que esse é o momento mais delicado, mais ameaçador da nossa história das últimas quase quatro décadas.

Diante disso, o que o PSB está se questionando é a velha pergunta: o que fazer? Como agir diante dessa realidade? Será que nos cabe reforçar uma polarização estéril, personalista, que só serve aos polos e presta um grande desserviço ao Brasil? Será que nós devemos colocar o partido em primeiro lugar? Ou será que nós devemos colocar o partido a serviço do Brasil?

E esta foi a escolha que o PSB já fez: colocar-se a serviço do Brasil. Reformar-se para reformar o Brasil. Mudar o PSB, retomando os seus valores, princípios originais, para ter a coragem de apresentar propostas de mudança para o Brasil.

Na oposição — e eu devo a honra de ser Líder da Oposição ao nosso partido, ao meu partido, e quero agradecer o apoio de toda a bancada do PSB na Câmara por essa grande honra —, nós temos procurado fazer três coisas: primeiro resistir aos retrocessos. Então, conseguimos, por exemplo, com um projeto de decreto legislativo da bancada do PSB na Câmara, impedir que o tempo de sigilo dos documentos públicos fosse dobrado, como queria a presidência da

72





República. E nós derrotamos, aprovando um projeto de decreto legislativo, o primeiro deste ano aprovado na Câmara foi da bancada do PSB, derrotando uma medida do Governo. (*Palmas.*)

Nós resistimos impedindo a aprovação de uma medida provisória que anistiaría o desmatamento de mais de cinco milhões de hectares. O esvaziamento da Finep, órgão tão prestigiado pelo grande Ministro Eduardo Campos e pelos Ministros do PSB que honraram o País na ciência e tecnologia. Nós evitamos que se retirasse o dinheiro do Fat do BNDES, entre tantas outras coisas, que juntos impedimos.

Mas não basta resistir. Por isso, além de resistir, estamos procurando também a segunda coisa: reduzir danos, quando é inevitável a derrota ou aprovação de algum projeto. E eu citaria dois exemplos muito importantes para os quais o PSB contribuiu decisivamente na Câmara: a redução de danos na reforma da Previdência, porque nós sempre defendemos a necessidade de uma reforma da Previdência, mas sempre discordamos da qualidade do que propunha essa reforma da Previdência. (*Palmas.*) Nós não fomos contrários à ideia de uma reforma da Previdência, mas essa é injusta. E, além de votar contra, conseguimos reduzir os seus danos, e em especial eu destacaria um ponto: a redução do tempo mínimo de contribuição para acesso à aposentadoria, Líder, que foi uma emenda da bancada do PSB de 20 para 15 anos. E com isso nós garantimos o acesso de milhões de brasileiros à aposentadoria que não se aposentariam. (*Palmas.*) E foi uma vitória do Brasil graças à bancada do PSB. E aqui, Líder, eu quero fazer uma homenagem a você e a toda a bancada que tiveram a firmeza de defender e de lutar por isso.

Outro exemplo de redução de danos importante: o projeto de lei de armas, aprovado na Câmara, que conseguimos desidratar muito, muito. Tiramos mais de 80% do que ele era originalmente. Não conseguimos impedir a aprovação total, era o que queríamos, mas tiramos 80% dele.

Então, além de resistir, a gente reduz os danos, quando é impossível impedir a aprovação.

E, por fim, o terceiro ponto é o que estamos fazendo aqui: propor. Não basta resistir e reduzir danos. Isso é o que talvez uma velha oposição fizesse. O PSB quer ir muito além disso, que é propor caminhos para o Brasil. E, para isso, em primeiro lugar, é preciso ter a coragem de fazer autocrítica. Nós temos coragem de fazer autocrítica e de dizer que aquilo que foi feito de errado não pode ser repetido. E quem não tem coragem de fazer autocrítica se condena e condena o País a repetir os seus erros. (*Palmas.*)

E com isso, Presidente, nós temos a coragem de retomar para a esquerda a bandeira da ética na política e do combate à corrupção. Nós não temos que ter medo de falar disso, porque nós não temos compromisso com o erro, temos compromisso com o País.

Segundo ponto: a redução das desigualdades. O que está sendo proposto, através desse documento, Presidente, é reduzir as desigualdades, mexendo no andar de cima, nos superricos, Leonelli, e não fazer redução das desigualdades enriquecendo ainda mais os superricos e sacrificando as classes médias, como foi feito erradamente. E por isso também uma reação de boa parte das classes médias que perceberam. “Estão tirando da gente, mas não tiram dos de cima!”



Como o senhor disse ontem, na abertura dos trabalhos, não se teve a coragem de mexer na taxaçoão de lucros e dividendos de banqueiros! Não é possível defender isso! É preciso mudar isso.

E, por fim, defendendo uma racionalidade econômica, que tenha a capacidade de propor um modelo de desenvolvimento sustentável que de fato preserve a natureza. O Brasil ainda não desenvolveu isso. Tivemos bons resultados nos últimos vinte anos em alguns momentos, há oito anos. Redução do desmatamento. Bom. Mas não conseguimos ainda desenvolver um modelo econômico, Senador Capiberibe, Governador Camilo, de economia sustentável, com exceções de alguns governos, como os do Amapá. Mas são exceções. Temos que formular isso para o Brasil e isso está começando a ser feito aqui.

E é um grande orgulho, um grande privilégio poder participar deste momento como militante e filiado do PSB.

Termino dizendo o seguinte: O Brasil está precisando de saídas. A população olha para este momento e não vê saída, só vê impasse, disputa, acirramento, divisão. O PSB tem história para propor saídas, desde a esquerda democrática que precedeu nosso partido, a primeira a dizer que sem liberdade não há socialismo e sem socialismo não há liberdade.

E nós somos coerentes com isso porque aprovamos uma resolução no último diretório, Presidente, denunciando o Governo de Maduro e saindo do Foro de São Paulo muito bem acompanhados, na companhia de Michelle Bachelet, alta comissária de direitos humanos da ONU, e de Mujica, nosso querido Presidente do Uruguai.

Então, nós temos história para isso. Temos grandes governos. O Governador Paulo Câmara, Governador Casagrande, Governador Coutinho, Governador Capiberibe, Governador Camilo, Governador Valadares, Governador Rollemberg, no Distrito Federal, e o inesquecível Governador Eduardo Campos. (*Palmas.*)

Nós temos história para propor um futuro diferente. Temos presente grandes governos fazendo marcas impressionantes como na Paraíba, Espírito Santo, Pernambuco, no campo da segurança, dos mais difíceis. As marcas são impressionantemente boas. No campo da educação os melhores governos!

Então nós temos passado, temos presente, cabe ao PSB construir esse futuro de quem quer ajudar o Brasil a sair desse atoleiro e tem capacidade, força, talento, grandes bancadas para fazer isso.

Viva o PSB! Viva o nosso País! E viva a autorreforma!

Obrigado, Presidente! (*Palmas.*)

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Obrigado.

Nós gostaríamos agora de ouvir o mais jovem Deputado da nossa bancada, que teve uma iniciativa muito importante, pois no início duvidaram que ela fosse levada a efeito, mas com a insistência dele, como tinha seu pai, nosso querido Eduardo Campos, fez com que ontem fosse instalada, por iniciativa do Deputado João Campos, a CPI que vai apurar o óleo derramado nas praias brasileiras que já chegou ao Rio de Janeiro. (*Palmas.*)



Com a palavra o Deputado João Campos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS** - Boa tarde a todos e a todas. Saudar o Presidente Carlos Siqueira, o Governador Paulo Câmara, Molon, companheira Lídice, e em nome desses saudar a todos os presentes.

Para nossa bancada aguerrida uma saudação especial e agradecer por todo apoio, toda parceria que temos construído desde o início da nossa legislatura.

Tivemos uma vitória importantíssima. Quando eu digo tivemos, Presidente Carlos Siqueira, porque foi uma vitória do PSB. Nós vimos, no dia 30 de agosto deste ano, na Praia do Conde, Governador Ricardo Coutinho, a primeira aparição do óleo. Já são mais de 90 dias e não há nenhuma resposta e há muito deboche por parte do Governo Federal e pouca ação, pouca reação para esse que, infelizmente, é o maior desastre ambiental da história.

São 4.400 quilômetros de costas, se você pegar do ponto mais ao norte, Camilo, ao sul, aqui no Estado do Rio de Janeiro, que foram atingidos. Desses 4.400 quilômetros, 800 quilômetros, Gervásio, foram contaminados diretamente pelo óleo.

Trata-se de um desastre, de um crime ambiental sem precedentes, e a gente não pode admitir calado. O Parlamento não podia assistir a isso sem se posicionar. Muitos duvidaram da CPI. Em 24 horas, que foi o prazo que o Presidente Rodrigo Maia deu, nós coletamos 267 assinaturas. (*Palmas.*) A CPI de Brumadinho, liderada pelo companheiro Júlio, conseguiu 175 assinaturas diante de toda aquela comoção. Por isso o Brasil está solidário ao Nordeste e nós não podemos admitir um preconceito por parte do Governo Federal com essa situação.

Agora chegou a hora de a gente ver o real valor da palavra patriotismo. Não adianta falar de patriotismo e não cuidar do meio ambiente. Não adianta falar de patriotismo e cortar 42% do orçamento da Ciência e Tecnologia. Não adianta se dizer patriota e cortar 30% de todas as universidades do nosso País. (*Palmas.*)

Com isso nós vamos dar uma resposta enérgica, com muita seriedade mas com muita força e certeza do caminho que a gente quer trilhar na relatoria dessa CPI, mostrando ao Governo Federal como se enfrenta, como o meu pai dizia, Carlos Siqueira: “Problema não gosta de intimidade. Tem gente que pega o problema, bota no colo, fica dando carinho. O Problema gosta é de solução.” E a gente tem que enfrentar isso de cabeça erguida e com coragem. (*Palmas.*)

Para terminar, quero colocar esse espaço na Câmara à disposição do PSB. Que essa CPI seja um espaço para o PSB mostrar sua atuação diante da proteção da soberania do nosso País, do meio ambiente.

E quero ainda fazer outra referência a uma ação nossa, em conjunto com o PSB, o companheiro Navarro ajudou muito, nós fizemos uma emenda à LDO para tornar incontingenciável o orçamento da Ciência e Tecnologia. Este ano foram 42% de cortes. Apresentamos essa emenda, ninguém acreditou também. Conversamos com o relator, ele acatou no relatório. Conversamos na Comissão Mista de Orçamento foi aprovada. Foi aprovada no plenário e acredito, para ser bem sincero, que a equipe do Presidente Bolsonaro deve ter lido tão rápido que não vetou essa emenda. (*Palmas.*)



Então, foi uma vitória do PSB que botou lá na LDO: é proibido contingenciar o orçamento da Ciência e Tecnologia. Se contingenciar, é crime de responsabilidade Fiscal. (*Palmas.*)

Portanto, no próximo ano, a comunidade acadêmica, a pesquisa, a ciência no nosso País não vão poder sofrer corte nem contingenciamento por uma ação do PSB.

Viva o Partido Socialista Brasileiro!

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Muito obrigado ao Deputado João Campos. Parabéns pela sua iniciativa, pela sua garra como jovem militante do nosso partido. Desde a infância já fazia campanha pelo nosso partido.

Eu gostaria agora, companheiros, de convidar o companheiro Domingos Leonelli porque ele participou, com mais outros companheiros, Tamara, Sinoel, Prof. Bracarense, Marcelo Peron e Carlos Roberto, dessa Comissão de Redação e acho que foi um trabalho penoso, porque levou muitas horas, até domingo trabalhando lá, ele que é um jovem senhor que ainda tem bastante energia e nos transmite também muito entusiasmo, porque ele se entusiasma tanto que passa a energia e a gente nem lembra que ele tem já muitos cabelos brancos.

Com a palavra Domingos Leonelli. (*Palmas.*)

**O SR. DOMINGOS LEONELLI** – Companheiros, é com muita emoção mesmo que percebo que o Presidente Carlos Siqueira deu um passo adiante. Ele deu já esse passo adiante que nós esperávamos pelo partido. É um passo como se fosse um renascimento do PSB, uma refundação.

Nós estamos começando aqui, hoje, um ato de refundação e um ato inicial de um longo processo de mais de um ano que se dará com o debate aprofundado de cada uma das questões que nós apresentamos nesse falho, nesse deficiente documento, mas que ainda assim foi feito com muito fervor e até muito amorosamente.

A Comissão de Redação, a Comissão de Validação preparou um documento que foi muito difícil de ser feito. Era para ter 50 páginas, mas acabou tendo 120. Mas pretendeu, embora com muitas falhas e falhas evidentes, não tivemos em muitas áreas contribuições dos setores que devíamos ter, mas eu tenho a impressão de que foi dado o primeiro passo.

E quero registrar que foi dado um primeiro passo com muita audácia. Nós estamos ousando propor uma alteração, uma modificação no sistema político do País, estamos propondo não uma redução por decreto do número de partidos, mas uma redução do sistema partidário que seja coerente com a realidade política e ideológica do País. Que as pessoas possam olhar para o partido e se identificarem.

Estamos ousando entrar na área ambiental, na área da participação, da transparência com os nossos exemplos. Estamos seguindo os exemplos que foram dados em várias áreas. O Governador de Pernambuco está aqui, Paulo Câmara, as políticas implantadas na Paraíba, por Ricardo Coutinho, nas políticas que foram implantadas por Renato Casagrande, que é o ex-Presidente da Fundação e agora o Ricardo Coutinho. E nós temos um manancial, nós temos o que dizer ao País. Precisamos dizer. Precisamos nos comunicar melhor. Essa é a nossa grande falha, é a nossa grande deficiência que, felizmente, está nas competentes mãos de Capiberibe, porque precisamos resolver essa questão. E nós vamos resolver.



Nós temos ideias novas, temos propostas novas. Nós vislumbramos a possibilidade de renovar a política brasileira com uma proposta radical, profunda, de refazer esse modelo de desenvolvimento baseado na economia do conhecimento, na economia criativa, de forma a colocar o nosso partido *uptodate* com o mundo. É preciso fazer isso, do contrário, se nós fôssemos atender ao tradicional, não sairíamos do lugar.

E quero lembrar que nós temos experiências muito importantes com Rodrigo Rollemberg, enfim, uma experiência que precisa ser transformada em teoria. Uma experiência que precisa ser transformada em pensamento produtivo. E eu tenho certeza de que nós saberemos fazer isso.

Muito obrigado, Presidente. Você possibilitou uma espécie de renascimento de um homem que está chegando já à velhice, mas que é muito importante porque estou vendo um partido renascer.

Um abraço a todos! Viva o Partido Socialista Brasileiro! (*Palmas.*)

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Muito obrigado, companheiro Domingos Leonelli pelo seu trabalho, pela sua dedicação e, em nome dele, transmito também os meus agradecimentos a todos aqueles que colaboraram com a Comissão de Redação para que chegássemos com um documento que, ainda imperfeito, como tudo que é humano, mas foi um pontapé inicial para a nossa discussão.

Gostaria de convidar também o Coordenador do Grupo de Comunicação da Autorreforma, que é o Senador João Capiberibe, para dar uma palavra a respeito. (*Palmas.*)

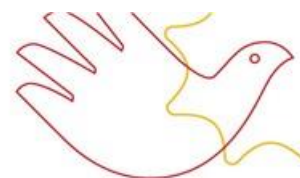
**O SR. SENADOR JOÃO CAPIBERIBE** – Muito boa tarde a todos e a todas. Eita que é muita emoção no dia de hoje! Imaginar um partido que renasce e renasce buscando uma aproximação com o povo, com a sua militância, com seus filiados!

De fato, Presidente, como disse Domingos Leonelli, nós temos um manancial de experiências bem-sucedidas, só precisamos conectar essas experiências bem-sucedidas inicialmente com a nossa militância e também com todos os nossos filiados, e na sequência com a sociedade brasileira.

E essa disposição foi manifestada claramente pela decisão do Presidente Carlos Siqueira. Ainda há pouco me perguntaram: “Mas de onde surgiu a ideia da autorreforma do PSB?” Eu digo: “Olha, posso adiantar que essa ideia surgiu da cabeça de um militante histórico do nosso partido, que é o Presidente Carlos Siqueira.” (*Palmas.*) É dele a proposta da autorreforma. É dele a condução desse processo. E é a ele que nós estamos acompanhando.

De fato Domingos Leonelli tem inteira razão. Para nós, jovens, que chegamos aqui correndo, é uma enorme felicidade ver o renascer do Partido Socialista Brasileira num momento da maior crise que a democracia já viveu. Nós estamos vivendo uma profunda crise da democracia liberal que não é uma crise apenas do nosso País, é uma crise global.

Há uma ruptura entre governantes e governados. Essa relação não existe mais, distanciou-se. Nós vimos em 2013 o povo dizendo: “Fora todos! Eles não me representam!” A política está distante do povo. O grau de exclusão política do nosso País nos empurrou para a



autorreforma e essa leitura o Presidente Carlos Siqueira, com absoluta segurança, fez essa leitura, fez esse diagnóstico, convocou esse partido e agora nós estamos no caminho dessa construção.

A comunicação em rede. Nenhum partido sobreviverá sem comunicação em rede. As novas tecnologias não surgiram para nos dividir. A comunicação interpessoal da forma como está sendo usada, com base nos *fake news*, precisamos resistir e estabelecer essa mudança. Esse trabalho nós estamos começando dentro do PSB, por delegação do nosso Presidente, com uma equipe nova, que buscar a conexão da direção nacional com o partido, diretamente com as direções estaduais.

Para isso nós criamos um aplicativo que começa a sua caminhada, nasce em conjunto com a autorreforma. Vamos nos conectar ao aplicativo do PSB. Lá nós vamos poder conversar diretamente com todos os nossos filiados, com todas as direções regionais e as direções municipais.

Encerro, Presidente, dizendo que esses dois dias foram dias de profunda emoção. Estou tomado por essa emoção e tomado por esse desejo revolucionário, mas revolucionário dentro de um processo democrático de aprofundar e ampliar a democracia. Esse é o nosso desejo. É para isso que nós estamos trabalhando e vamos continuar firmes.

Viva o Partido Socialista Brasileiro! Viva o povo brasileiro!

**TODOS:** “De Norte a Sul e no País inteiro! E viva o Partido Socialista Brasileiro!” (Bis)

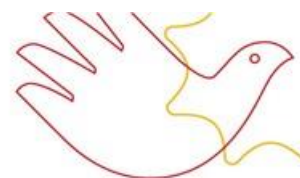
**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Companheiros, há vários deputados estaduais também, infelizmente não daria tempo para que todos tivessem de usar da palavra, mas eu gostaria de convidar para, de alguma maneira, representar os deputados estaduais, que são muitos em nosso partido e que têm uma função importantíssima também, a Deputada Estadual pela Paraíba, a companheira Cida Ramos. (*Palmas.*)

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL CIDA RAMOS** – Boa tarde a todos!

Quero saudar nosso Presidente e agradecer pela deferência, em nome de quem saúdo toda a Mesa. Lídice, que me conhece de bastante tempo, de muitas lutas, digo a vocês que tenho uma trajetória de militância política que enfrentou a ditadura militar, que lutou muito neste País pela democracia e hoje chego a este seminário com a convicção, a certeza e o coração, Presidente, repleto de vontade de continuar a luta para que este País não retroceda no autoritarismo e nos tempos da ditadura militar. (*Palmas.*)

Da mesma forma eu quero dizer a todos vocês aqui que este é um governo que, aparentemente é muito forte, porque usa as milícias, usa o *fake news*, usa a força. Mas é um santo de pé de barro e que nós vamos derrubá-lo, porque a democracia vai prevalecer neste País. (*Palmas.*) Bolsonaro, cada vez mais, hoje se fizéssemos uma pesquisa vocês veriam que ele decaiu. A classe média não está suportando a política econômica do Governo. E nós vamos derrotá-lo através da política, pelos direitos e em defesa das políticas públicas.

E aqui, Presidente, eu já afirmo que estarei na defesa neste evento para que a gente crie o segmento da pessoa com deficiência. Estaremos nas ruas! (*Palmas.*)



E, para concluir, quero lembrar o velho Guimarães Rosa: “A vida esquentada, esfria, aperta e afrouxa.” E o que ela quer da gente é algo que a Paraíba e com certeza tem, porque nosso ex-Governador e sempre Governador governou a Paraíba com uma única coisa: coragem. E ela nós temos de sobra! (*Palmas.*)

Um abraço no coração de vocês!

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Muito obrigado brava companheira Cida Ramos, parabéns pela sua luta.

Quero transmitir ao Plenário um pedido do Deputado Federal Jeová Campos, da Paraíba, que está aqui conosco, e diz o seguinte:

“O PSB deve fazer a defesa da água como bem indispensável, proibindo a venda do sistema Eletrobrás, preservar rios e barragens no patrimônio da União.”

Quem estiver de acordo, por favor. Muito obrigado, deputado.

Também há em nosso plenário vários vereadores, nem sei quantos, e para que possa de alguma forma representá-los e ter uma palavra aqui nesta sessão de encerramento dessa parte da nossa Conferência da Autorreforma, porque amanhã ela continua na área internacional, eu gostaria de convidar o ilustre companheiro vereador paulistano Eliseu Gabriel, que também é o Presidente do nosso partido na cidade de São Paulo. (*Palmas.*)

**O SR. VEREADOR ELISEU GABRIEL** – Boa tarde a todos. Eu nem imaginava que ia falar.

Quero então dizer que foi uma alegria enorme estar aqui no Rio de Janeiro. Essa iniciativa importantíssima do partido é da maior importância. Eu estava falando com o Siqueira. Ontem teve aquela abertura e o pianista Arthur Moreira Lima tocou a Polonaise Heroica de Chopin. Eu mandei uma mensagem para minhas redes sociais, simplesmente dizendo: Está iniciando o processo de autorreforma do PSB e no momento estamos ouvindo o Arthur Moreira Lima interpretando Polonaise de Chopin na abertura. E mandei simplesmente. Fiz um pedacinho do que ele estava tocando piano e mandei só essa informação. É impressionante a repercussão. Porque o que as pessoas estão pensando dos partidos? Poxa, que coisa séria, não é? O partido está fazendo uma autorreforma. Mesmo assim pessoas mais à direita, amigos meus que votaram no Bolsonaro, responderam: Parabéns, muito sucesso!

Quer dizer, aquela ideia de que o partido precisa fazer uma autorreforma. Precisamos nos adaptar às novas circunstâncias. Precisamos dar resposta para a sociedade. Está todo mundo, pelo menos as pessoas que imagino, cheio dessa polarização Lula/Bolsonaro, Bolsonaro/Lula. Nós não podemos ser mais um polo dessa briga! Nós temos que ser um polo pelo Brasil, um polo de construção de uma ideia de nação, um polo de projeto de desenvolvimento nacional.

Esse é o caminho, esse é o sentimento das pessoas. Então, até comentei que fiquei extremamente surpreso com essa ideia.

Quero dizer que estou muito feliz em estar aqui. Obrigado, Molon, Rio de Janeiro, essa belíssima cidade.



É um orgulho termos um presidente como o Carlos Siqueira. É impressionante! (*Palmas.*)

Só quero dizer algo a mais, eu até fiz um comentário lá no grupo em que estava, além de a gente ter essas políticas sociais e democracia, a gente precisa entender que precisa fazer desenvolvimento. A gente precisa colocar no nosso documento o tempo inteiro: plano nacional de desenvolvimento social, plano nacional de desenvolvimento social, porque é disso que precisamos. A política social depende também de um grande desenvolvimento do País.

Muito obrigado então pela oportunidade de falar aqui e um abraço a todos. (*Palmas.*)

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Muito obrigado, companheiro Eliseu Gabriel por suas palavras.

Quero citar um aspecto do pronunciamento da Deputada Cida Ramos, que falou sobre a ideia de organização do segmento das pessoas com necessidades especiais, pessoas com deficiência, que eles possam se organizar, porque organização não é a direção que faz, a organização tem que partir de baixo para cima. Então vocês podem identificar no País inteiro os companheiros nossos que têm essas deficiências e se organizarem para que possam, no momento oportuno, estarem presentes na direção nacional.

**A SRA. LUCIANA TRINDADE** – Boa tarde a todos. Sou de São Paulo e estou nessa missão, sou nova de partido, somente quatro anos, já há algum tempo e hoje o PSB, segmentado pela pessoa com deficiência, já está estabelecido em sete. Saio daqui desta conferência com mais quatro estados estabelecidos e acredito que para o próximo ano já estejamos em pelo menos quinze estados.

Com isso, Presidente, eu gostaria, se possível-, que a gente já saísse com o compromisso de que essas coordenações já fossem provisórias, visando a própria conferência de 2021 para que a gente consiga, de fato, estabelecer. (*Palmas.*)

Agradeço a iniciativa e a oportunidade de podermos pautar a questão da participação social da pessoa com deficiência, mas de fato a gente só vai conseguir estabelecer essa participação quando o partido reconhecer o segmento, quando o partido de fato proporcionar a nossa participação efetiva dentro dos momentos de decisão, de participação.

Repito, de fato hoje temos sete estados, saio daqui com mais quatro, mas acredito que para o próximo ano a gente já consiga estar estabelecido pelo menos em quinze.

As regras para o segmento da pessoa com deficiência também precisam ser um pouquinho mais brandas, porque o acesso da pessoa com deficiência ao espaço político requer algumas especificidades e nem todos os estados têm isso, nem todos os municípios ainda estão acessíveis.

A gente está aberto para essa conversa e queria sair daqui com o compromisso de que a gente já possa de fato ter essas coordenações provisórias já pensando para o próximo congresso em 2020. (*Palmas.*)

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Ok, companheira, pode ficar tranquila. Thomas, adotar essas providências e informar à direção nacional quais são os estados, quem são as





peças e, obviamente, encarrega-las de atrair mais pessoas para fortalecer o segmento e, portanto, lá em 2021 poder fazer o seu congresso. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JEOVÁ VIEIRA CAMPOS** – Eu estou convidando no meu nome, em nome da Deputada Cida, do Deputado Gervásio, Deputado Isaltino, os companheiros que estão neste plenário, terminada esta conferência pedimos que permaneçam no auditório para fazermos uma frente nacional em defesa do sistema único de saúde. Quem tiver disponibilidade para participar dessa reunião será muito importante, porque será uma pauta de luta extremamente representativa no próximo ano, na defesa do sistema único de saúde. O Capiberibe já disse que vai participar. (*Palmas.*)

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Muito obrigado, Deputado.

Companheiros, gostaria de passar a palavra agora, para fazer o pronunciamento de encerramento desta parte da Conferência Nacional da Autorreforma, ao Presidente da nossa fundação, o companheiro Ricardo Coutinho, e reiterar a ele e a todos os diretores da nossa instituição que é o braço de formulação política e formação política do nosso partido, a contribuição extraordinária para a realização dessa autorreforma.

Com a palavra o companheiro Ricardo Coutinho. (*Palmas.*)

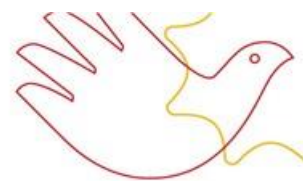
**O SR. RICARDO COUTINHO** (Presidente da Fundação João Mangabeira) – Muito obrigado, companheiro Presidente Carlos Siqueira, companheiras e companheiros aqui presentes. Naturalmente tentarei ser muito breve, até mesmo pela qualidade das intervenções anteriores à que vou fazer neste momento.

Primeiro, quero reforçar algo que está muito presente no sentimento da grande maioria das pessoas socialistas que participaram desta primeira etapa deste evento, que continua amanhã com o seminário internacional. É como se um vento novo de energia nos cobrisse. Nós estávamos precisando disso. A política não está fácil, todo mundo aqui sabe disso muito mais do que eu. A política está extremamente excludente, a política está antipopular, a política está numa situação de descrédito permanente, onde a população é instigada a ver a política como atividade minimamente criminosa. E é preciso reagir a isso.

A grande invenção da humanidade é a política. Sem a política é a barbárie, sem a política não há transação, não há acordo, não há respeito mútuo. É a política que cria isso nas comunidades e dentro da sociedade. E nós somos um partido político, com muita honra por sinal.

Nós temos uma grande e bela história. E chega num momento em que essa história precisa se reencontrar e ver novos horizontes. Não é uma tarefa fácil. Se fosse fácil, já dizia o poeta, meu caro Molon, todo mundo era. Mas ninguém está fazendo isso que o PSB está fazendo.

Observem: todos talvez estejam recolhidos porque não é fácil se rediscutir, não é fácil se pautar temas que talvez a gente mesmo não tenha as respostas na mão. Porque tem muita coisa para as quais ainda não temos as respostas; tem outras coisas que não teremos em 2021, nós sabemos disso. Mas o que interessa é a vontade de caminhar adiante. O que interessa para



o PSB é perceber que existe um grande vácuo e que essa população e esse povo brasileiro têm que voltar a acreditar na política.

E para voltar a acreditar na política tem que sentir a responsabilidade de quem está falando. E esse vácuo existente, sem querer ser hegemônico, exclusivista, pode e deve ser ocupado pelo PSB. É essa tarefa que o Presidente Carlos Siqueira, numa determinação que considero extraordinária, porque não é fácil fazer isso aqui acontecer. Não é simplesmente dizer: vamos fazer e está feito. Isso requereu toda uma produção intelectual, que tivesse dentro de si uma articulação de ideias coerentes com a história do partido. Isso requereu o esforço de muitos setores, para poder convocar companheiros e companheiras para nesse novo momento chegarem aqui e respirarem esses novos ares de mudança e de construção.

Então, companheiro Carlos Siqueira, não tenho a menor dúvida de que o PSB tem um reconhecimento pelo grande papel que o nosso Presidente representa para que o partido tal qual aquela história da águia, que com 35 anos a águia precisa se refazer. Se ela não trocar todas as suas penas, as suas garras, o seu bico, ela morre com um pouco mais de 5 anos. Se ela consegue trocar tudo isso, que é profundamente doloroso, ela vai viver mais 5 anos, e ela se isola num canto mais distante e começa a fazer um processo que não é um processo fácil. Nós estamos fazendo mais ou menos isso.

Porque em épocas de Bolsonaro fazer política é para quem tem coragem, é para quem tem determinação. Procurar ver um Brasil pós Bolsonaro, derrotando esse ultraliberalismo, derrotando a violência e derrotando a antipolítica.

Observem: nós votamos aqui uma moção de repúdio ao atual Presidente da Fundação Palmares. Mas essa antipolítica, porque ele representa a antipolítica da Fundação Palmares, se expressa em todos os momentos do atual Governo.

É um Governo que joga da desconstituição e na desconstrução de tudo aquilo que nós sempre consideramos importante dentro da política. O Ministro do Meio Ambiente é um antiambientalista, é um lobista. O Ministro da Saúde quer destruir o SUS, que é o mais importante instrumento jurídico, social, de prestação de serviço à saúde e o único em país com mais de 100 milhões de habitantes. Nenhum país tem uma saúde integral e ao mesmo tempo gratuita como tem o Brasil. (*Palmas.*) E eles querem destruir o SUS.

O Ministro da Educação, durante todo esse período, tratou apenas de destruir a educação, observem, de combater as universidades, de fazer com que tudo aquilo que se tinha avançado pudesse retroceder. Ou seja, nós estamos num momento neste País e em outras partes do mundo de profunda prova. É a luta entre a política, que é essencial para a humanidade, e a desconstrução de tudo isso para se substituir por ditaduras das mais diversas formas.

E é importante que nós, brasileiros, nós do PSB possamos ter a capacidade de responder a isso. Não se vai responder a isso simplesmente comparando o passado. É claro que você tem diferenças num passado porque é impossível ser pior do que Bolsonaro.



É claro que você tem diferenças no passado, mas a população quer muito mais do que uma comparação de trás, a população quer saber para onde a gente pode ir resgatando uma coisa que é essencial na política chamada “esperança”.

É essa a questão central que o nosso partido, como um partido popular. Pode não ser um partido de massas, mas é um partido popular, ou seja, genuinamente vindo das maiores aspirações da nossa população. Sendo um partido da esquerda democrática, um partido socialista e que agora tem talvez a obrigação, e é essa a visão privilegiada do Presidente Siqueira, a obrigação de produzir algo que faça com que a população se reencontre com a política e com os partidos.

Então eu, particularmente, que estava meio que observando as coisas, quero falar da minha alegria em ver tantos militantes reenergizados, olhando para frente, com uma vontade enorme de mudar a própria vida, mudar o Brasil, mudar o mundo. Militante é para isso. Militante não pode se acomodar em momento algum. Nós, militantes, temos que sempre perceber que temos uma tarefa ali imediata, que é mudar seja o nosso quarteirão, seja o País, seja o mundo.

O PSB é um partido socialista brasileiro, mas o socialismo é universal. Tenho a impressão de que a grande tarefa dos socialistas nessa nova etapa de redescoberta, é efetivamente criar uma nova Internacional. Uma Internacional democrática socialista, (*pausa*) uma Internacional que olhe para o mundo, porque nós não vamos ter socialismo apenas em um país. É impossível isso! E ao mesmo tempo em que recupere a generosidade do socialismo, tão abalada por experiências concretas, evidentemente, muito abalada e num momento de refluxo geral.

O que eu quero, para concluir minhas palavras, é dizer que isso que aí está, a supremacia do rentismo, a exclusão de pessoas, a extrema concentração da riqueza, isso não pode ser permanente. Isso vai quebrar. O capitalismo da forma em que se encontra vai quebrar! Ele dá sinais claros, como em 2008, nos Estados Unidos, com a quebra, ele dá sinais claros. A grande questão é que as forças contrárias não conseguiram ainda elaborar algo que se apresente como algo viável.

Companheiros e companheiras, essa é simplesmente a nossa tarefa. Nós temos que transformar essa alternativa em algo viável, em algo concreto, em algo que tenha etapas, em algo que interfira diretamente na vida das pessoas, da população. Que traga a população de volta para esse terreno. É essa a questão.

Nós precisamos tirar, meu companheiro Molon, minha grande companheira Lídice da Mata, lá de dentro do Congresso o debate da reforma tributária. Esse debate não é para economista, é para o povo! É para saber quem paga a conta do Brasil. (*Palmas.*) Quem paga a conta hoje do Brasil é o pobre, são os setores médios. Quem tem que pagar a conta, ou a maior parte da conta, são os ricos, são os 500, 600, 700 mil pessoas ricas deste País!

E eu falo de um país de 200 milhões de habitantes. É essa a nossa questão. Se a gente não consegue tirar de dentro do Congresso, não consegue transformar isso para o popular, nós não teremos chance absolutamente alguma de poder derrotar quem hoje tenta nos derrotar, quem hoje derrota o povo. E esta é a grande conjugação: partido, bancada, parlamentares espalhados, mas fundamentalmente militantes.



Para encerrar mesmo, quero falar sobre 2020. Eu sei que nós temos aqui diversos candidatos a vereadores e a prefeitos. Então 2020 é fundamental para qualquer partido e é essencial para nós. Nós temos que vencer, eleger o maior número de vereadores e eleger muitos prefeitos. Só que essa, companheiros e companheiras, não é uma tarefa fácil. Essa tarefa vai ser mais difícil do que em qualquer outro ano. Porque aquela direita violenta, mentirosa, que cria as coisas e alimenta a mentira dia após dia está intacta. Os canhões das mentidas, dos *fake news*, estão preparados e apontados. Eles não foram aposentados, eles estão aí. E me parece que as forças de esquerda, e nós nos colocando dentro, talvez a gente ainda não tenha aberto os olhos e os sentidos para a importância da disputa de 2020. Nós estamos ainda, me permitam, muito despreparados. É preciso que a gente faça um esforço imediato. (*Palmas.*) Não um esforço aqui de cima, porque é impossível para quem está aqui em cima, para quem dirige o partido ir a um município de 2, 3 mil habitantes ou de 100 mil, para poder organizar isso. '

É preciso que os nossos companheiros chamem para si a responsabilidade. Essa eleição é fundamental. A queda da violência bolsonarista, violência econômica, violência social, tem que começar em 2020. Nós não podemos permitir que mais uma vez sejamos derrotados. E fazendo ou não fazendo alianças, o PSB precisa estar preparado, porque se não tem alianças nós temos que disputar. Se tiver, maravilha! Queremos ser apoiados. E, naquilo que não pudermos, vamos apoiar, porque a política é assim. Sempre foi assim e vai continuar sendo assim.

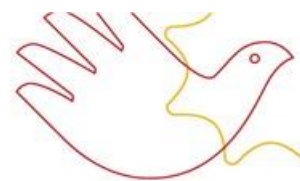
E cabe a nós termos essa percepção de que algo nos une. E me parece que a transição, a barreira desse algo que nos une, João Capiberibe, é exatamente a questão democrática. Estão destruindo a democracia no País

Hoje, bater numa mulher, assassinar uma mulher está parecendo uma coisa normal nas redes. Hoje, cometer crime de racismo, é apoiado nas redes sociais! E nós estamos olhando e quem fala contra é detonado. (*Palmas.*) É algo que é preciso estancar, é algo que é preciso derrotar, porque tudo isso está vindo na esteira de um movimento que é mundial mas que encontrou no Brasil um terreno fértil, de eleger um energúmeno como o Presidente da República para nos governar! (*Palmas.*)

Essa questão é fundamental e é preciso a gente cuidar disso. E se cuida disso derrotando as forças que estão fazendo isso nas eleições. Cuida-se disso cuidando de 2020. Agora, é impossível esperar que a direção nacional do partido organize um partido lá no interior do Ceará, da Paraíba ou então no interior do Rio Grande do Sul. É impossível isso!

Nós temos que acordar, nos preparar e termos um grande 2020, até mesmo porque não teremos coligação proporcional. Observem: nós não temos coligação proporcional. Tem cidades onde o PSB tem vereadores e que vai olhar ao lado e perceber que vai ser difícil fazer uma chapa para atingir o coeficiente.

Então, é preciso colocar a cabeça e as conversas para funcionar imediatamente, para que, repito, a gente saia fortalecido de 2020. Nós não perdemos 2018, do ponto de vista proporcional. Nós saímos, ficamos mais ou menos numa grande crise, com a mesma bancada, mas uma bancada sinceramente que acho muito mais qualificada do que outras bancadas que nós tínhamos aqui que era cada um por si. (*Palmas.*)



Os problemas que surgem são enfrentados pela direção nacional e pelo Presidente Siqueira imediatamente, sem medo do que a imprensa, uma imprensa comprometida com o outro lado vá falar. Nós estamos agindo rapidamente. E acho que isso vai dar ao nosso partido, com esse grande processo da autorreforma, uma capacidade enorme de atrair novos olhares, de atrair novos companheiros e companheiras, de renovar cada vez mais e de nos renovarmos. É essa a grande tarefa deste encontro.

Este encontro serviu para poder marcar o momento, talvez o mais importante momento do Partido Socialista Brasileiro. Nós não estamos pensando no presente apenas. O presente a gente toca. Nós estamos pensando é no futuro. E o futuro tem que ser socialista, e o futuro tem que ser democrático!

Muito obrigado. Viva o PSB! E até amanhã, aqui, no grande seminário internacional! (Palmas.)

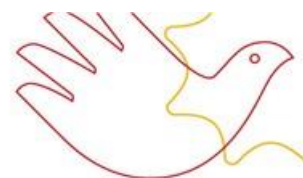
**TODOS:** “De Norte a Sul, e no País inteiro! E viva o Partido Socialista Brasileiro!” (Bis)

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Antes das palavras finais do Sr. Presidente, gostaria de dar dois avisos. Um é lembrando que amanhã a nossa programação começa às 8:30, aqui na plenária, com o Diálogo Internacional, e o segundo aviso é que a gente precisa que todos façam o *checkout* antes do meio. Então, por favor, antes de virem para a plenária, desçam com suas malas, façam o *checkout*, nós teremos uma sala onde vocês poderão guardar as suas bagagens.

Sr. Presidente, o encerramento é com o senhor.

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente) – Não, o encerramento foi o Presidente Coutinho que fez. Quero apenas encarecer a todos os companheiros e companheiras um pedido de que amanhã a gente procure ser pontual, porque teremos mesas muito importantes, com pessoas que vieram do exterior, e vamos começar pontualmente às 9 horas, senão a gente não terá condições de cumprir o programa que é bastante extenso. Por gentileza.

Um grande abraço a todos. Está encerrada a sessão. (Palmas.)



## Parte 4 – Resultados das atividades dos cinco Eixos Temáticos

### Eixo Temático I – REFORMA POLÍTICA

**Reforma política, reforma do estado, política externa, defesa nacional, sistema de governo, democratização da economia, estado e religião.**

- Coordenador: Carlos Siqueira
- Relator: Sinoel Batista

O relator optou por anotar todas as considerações e análises dos participantes na sua íntegra. Deixando para a Comissão de Sistematização as decisões que e como aproveitar enquanto conteúdo

#### **Washington (PSB-AP)**

A Reforma Política defendida pelo PSB pode ser realizada pelo Congresso Nacional em exercício ou é necessário uma nova assembleia nacional constituinte?

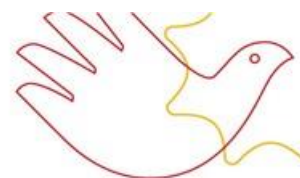
#### **Evilásio Cavalcante Farias (PSB-SP)**

Tribunais de Contas necessitam ser órgão de estado. E devem ser órgão de auditoria e apoio exclusivo de apoio ao poder legislativo. Em SP, por exemplo, todos os integrantes foram indicados pelo partido que está no governo a quase 30 anos, ou seja, é um tribunal de “um partido”.

Tribunais intermediários e superiores: compreende que as vagas devem ser preenchidas por funcionários de carreira. Assim, se evita a partidarização desses órgão.

#### **Valdomiro L. da Silva Júnior (PSB-SP)**

- Sempre foi presidencialista, sempre, porém, nos últimos tempos a situação deste modelo de governo tem demonstrado insuficiente para gerir os problemas que o Brasil apresenta. Na atualidade avalio que o melhor seria o **parlamentarismo**, com voto distrital, coincidência de eleições e proibição de reeleição. Claro, é fundamental debater profundamente o assunto com os nossos filiados.
- A favor das transferências fundo-a-fundo
- A favor do mandato para os integrantes dos tribunais superiores



- Apresentou a questão da propriedade de imóveis por estrangeiros. Chineses, americanos entre outros “estão comprando o Brasil”.
- Defendeu que é necessário o Brasil ter uma política industrial para agregar valor à produção das commodities brasileiras

#### **Mário Assad Júnior (PSB-MG)**

- É parlamentarista, entende como a melhor forma de governo para superar crises políticas.
- Fundamental que seja realizada uma reforma política ampla, especialmente nos parlamentos com vista a acabar com “os diversos penduricalhos” vigentes na atualidade que tornam os salários das equipes absurdamente fora da realidade.
- Importante que o PSB adote como lema “Austeridade” e “Meios iguais para discutir e debater ideias diferentes”. Precisamos criar as condições necessárias para atrair os jovens para o partido.

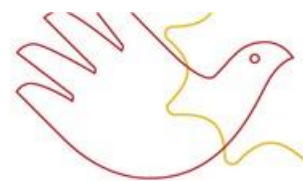
#### **Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) – 2X**

- Parlamentarista convicto. Entretanto, compreende que o modelo a ser adotado no Brasil, deva ser semelhante ao francês.
- A adoção deve ser precedida de profundo debate com a sociedade, uma vez que o modelo já foi rechaçado em plebiscito nacional.
- Apresentou proposta de “Parlamentarismo: Uma proposta para o Brasil”- **Anexo 1** - estruturada em 58 páginas. O documento faz parte deste relatório.
- Defende o voto distrital misto (híbrido de voto majoritário e proporcional). O candidato somente entrará na lista se – de fato – representar o partido na região (pela lista).
- Favorável à cláusula de barreira. Defende inclusive que a barreira, seja maior que o modelo atual (15% está em vigor e chegará a 3% em 2030). Este percentual deveria ser maior, como fora proposto anteriormente, 5%.

#### **Volmir José “Miki Breier” (PSB-RS), Prefeito de Cachoeirinha**

- Diferenciação de Partido e Governo. Importante reforçar a importância de que o PSB tenha responsabilidade de apoiar os governos que ajudaram a eleger. Há que se ter solidariedade com os eleitos no exercício do mandato.

#### **Carlos Siqueira**



- Quando o PSB defende redução do número de partidos, não está defendendo o impedimento do funcionamento dos partidos, mas sim, a adoção de cláusula de desempenho.

#### **Anselmo Piovesan (PSB-RS)**

- Peso das despesas com juros, serviços, renovação dos títulos da dívida pública.
- Lei Kandir, um absurdo, prejudica e muito os municípios
- Como o PSB avalia a proposta de extinção de pequenos municípios

#### **Isaltino Jose do N. Filho (PSB-PE) – Deputado Estadual – 2X**

- Sugestão de adotar com maior ênfase os documento da FJM “Um projeto para o Brasil”
- Avalia que em algumas passagens no nosso texto é a defesa do discurso da direita. Temos que ser mais incisivo na “Defesa do Estado de Direito”
- Sobre o parlamentarismo, avalia que o este modelo levará a eternização dos conservadores no poder, pois com a alta concentração de rendas, somente os ricos terão condições de eleger-se. Ante a estas considerações, defendeu a manutenção do presidencialismo e formulou proposta neste sentido. O conteúdo poderá ser verificado no **Anexo 2**.
- É necessário destacar mais as experiências exitosas dos governos estaduais e municipais do PSB Brasil a fora
- “Desprivatização”, este termo não é adequado utilizarmos no nosso texto.
- Quanto a elaboração do orçamento é fundamental assegura mais participação da sociedade na elaboração, execução e controle do orçamento.
- Quanto ao Poder Judiciário é fundamental ter controle
- Quanto ao Ministério Público é fundamental ter controle público
- Página 31/37, faltou incluir o Bioma da Mata Atlântica
- Reforçar a importância de ampliar as relações com o México, que é um país governado por uma coalização progressista
- O PSB deverá se posicionar contra a “fusão” dos percentuais de 15% SUS e 25% Educação igualmente se posicionar contra a extinção da COFINS
- É importante indicar alguma referência sobre o “controle da mídia”. Este foi um dos grandes erros que a esquerda cometeu ao assumir o Governo no Brasil.
- Recomenda que os temas Parlamentarismo e o Presidencialismo sejam tratados em seções à parte no corpo do documento.



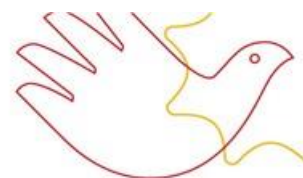


- No Parlamentarismo quem decide a composição do governo são os Deputados Federais (551) e os Senadores (81), ante a mais 100 milhões de eleitores. É isso que não os parlamentaristas desejam?
- Explicitar com maior ênfase de que o PSB é contra a proposta “Escola Sem Partido”.
- Devemos tomar cuidado também com o tema da “crítica” à participação de OSs na gestão da Saúde.
- Em relação do *Slogan*, acrescentar Um passo adiante com democracia e políticas públicas **Anexo 3**.
- O símbolo do Partido (Regimento, Artigo 90, página 45), a “Pomba” deve estar voando em direção à esquerda **Anexo 4**.
- Sugere que no documento que será divulgado após a esta conferência sejam incorporados o regimento, estatuto e manifesto do partido **Anexo 5**.
- Sugere que no documento da Autorreforma seja tratado o tema da Democratização dos Meio de Comunicação do País. Apresentou argumentos conforme indicado no **Anexo 6**.

#### **Eliseu Gabriel de Pieri (PSB-SP), vereador**

- “Acordo da dívida” com Estados e Municípios, firmados no Governo FHC foi mortal para quem assumiu.
- Fundeb é fundamental no Brasil. A educação pública no Brasil, opera um verdadeiro milagre. Mas, apesar disso é fundamental que a educação seja estruturante de um grande plano nacional de desenvolvimento.
- Entende que o parlamentarismo somente poderá ser adotado depois de uma ampla reforma política e partidária. A situação atual não favorece a adoção do modelo. Avalia também que o modelo não favorece a ascensão da esquerda no poder
- Sugere que o documento seja mais enfático na defesa de um Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e que o mesmo deverá ter a participação de investimento público e privado.
- Quanto ao TC entende que os mesmos devem ser mantidos e fortalecidos, pois a alternativa de contratação de consultorias especializadas é muito mais cara.
- Afirmar o voto obrigatório.
- Voto distrital, entende que é importante de ser adotado, entretanto, o problema está na adoção de qual o distrito. Como conformar e adotar a territorialização do distrito.
- Sugere que o PSB deva fazer a defesa da continuidade do voto obrigatório nas eleições.

#### **Roberto Franca Filho (PSB-PE), Presidente do Diretório Estadual**



- Avalia que o texto apresentado está muito bom, necessário porém, aprofundar o debate sobre vários deles.
- Sobre os mandatos dos membros dos tribunais superiores é fundamental enfrentar este tema.
- É preciso também enfrentar também a frouxidão das punições dos juízes condenados, que são “punidos com aposentadorias” quando flagrados condenados
- É preciso enfrentar também a questão dos altos salários dos servidores do parlamento
- Defende que o texto seja mais enfático em condenar a corrida armamentista

#### **Adir Cardoso Gentil (PSB-SC)**

- É parlamentarista convicto. Compreende que no Brasil, o presidencialismo é muito forte. Acredita que o melhor caminho ante a esta situação seja a adoção de um semipresidencialismo, como em Portugal.
- Defende: voto distrital misto e fidelidade partidária forte e sem restrição.
- Sobre candidaturas oriundas dos “movimentos” avulsos. Entende que é ruim esse modelo.
- Sugere que fosse defendido a ampliação do número de candidatos a vereadores já para a as próximas eleições. O número atual é pequeno e poderá prejudicar o Partido na disputa.

#### **Ângelo R. F. dos Santos (PSB-PE), Prefeito de Sertânia**

- PSB deve se posicionar contrariamente a extinção de municípios
- PSB deve ser a favor do Fundeb, igualmente aos fundos do SUS e Assistência

#### **Fabio Maia (PSB-PB)**

- Vacina deve ser tomada antes de contrair a doença. Para explicar o tema da extinção de pequenos municípios.
- Redistribuição do FPM e FPE devemos deixar mais claro os critérios adotados pela redistribuição dos montantes.
- A pergunta central é que “Partido queremos”.
- Sobre a proposta do Parlamentarismo, ainda não estou convencido, por hora ainda sou presidencialista. Entendo que não é adequado também a defesa tendo como referência os países europeus.

#### **Godinho J. da Silva Santos (PSB-ES)**



- Sobre a política externa. O Brasil afeta diretamente 2,3 bilhões de habitantes.
- Falta falar do continente africano. O País necessita estar mais próximo destes países.
- Qual é a posição do PSB sobre este tema.
  - O Presidente CS considerou que de fato, há uma lacuna quanto a este continente neste documento e que a mesma será preenchida na revisão.

#### **Francisco “Tadeu. B. de Alencar” (PSB-PE), Deputado Federal**

- Sobre a reforma política: já foram produzidos muitos estudos, entretanto, na hora de colocar o bloco na rua, ou seja, de fazer o debate chega no chão do Congresso Nacional, a coisa muda e não avança.
- Acha que há dois temas que produzirão bastante impacto: a proibição das coligações proporcionais e a cláusula de desempenho
- O PSB precisa defender: fim das reeleições, mandatos de 5 anos e coincidência das eleições.
- É preciso aprofundar o debate sobre o sistema do voto: distrital misto, distritão, distrital simples.
- Precisa também defender fortemente os mecanismos de financiamento público das campanhas eleitorais. Democracia custa dinheiro e é melhor que ela seja financiada pelo Estado, que ser capturada por grupos financeiros.
- Sobre a Reforma do Estado: nosso estado é caro: 34% do PIB, mais 6% no custo da gestão. É fundamental aprofundar o debate sobre estes temas, especialmente sobre os salários de várias funções. Temos que ter um “selo próprio” do PSB sobre este tema.
- Sobre a Reforma Tributária: é preciso defender o fim da regressividade, o fortalecimento da federação por meio da redistribuição das responsabilidades e das transferências.
- Sobre o “Privilégios no Brasil”: este tema precisa ser debatido profundamente.
- PEC-95/2015, que propõe novos critérios para investiduras nos cargos dos tribunais superiores.

#### **Adalberto S. Galvão – Bebeto (PSB-BA)**

- Para onde o PSB quer ir? Reformar para definir o centro político (de esquerda) é a sinalização clara que estamos adotando.
- A Conferência Nacional aponta para um Partido de Referência Nacional, aos quais os projetos regionais deverão se submeter, pois queremos e almejamos o debate sobre um projeto de poder na esfera nacional.



- É necessário evitar que o partido que seja “adonado” por grupos e não permitam a renovação. Tem lugares que há mais de 15 anos está sob o mesmo comando.
- Sobre o presidencialismo de coalizão está falido, absolutamente falido.
- Ante a descentralização o melhor seria a desconcentração.
- Relações internacionais, reforço a importância de fortalecer relações com os países do Continente africano, igualmente com o México.

#### **Raimundo José M Silva (PSB-PI)**

- Bobbio: século XIX foi o século do poder legislativo, o Século XX foi o século do Executivo (duas guerras) e o século XXI será o século do judiciário
- Será que já não estamos numa semiparlamentarismo? Temos um Centrão operando, teremos orçamento impositivo a partir do próximo ano. Há um STF fazendo atividades atípicas.
- Com as cautelas necessárias, não seria necessário discutir o poder de ex-presidentes serem julgados monocraticamente?
- Outro tema que é importante debate é o abuso de autoridade.
- Controle da mídia: tema difícil de trabalhar. É preciso termos estratégia e inteligência para abordar o assunto

#### **Alcenir Maria da Cruz Rocha (PSB-ES),**

- Página 29, deve considerar a Lei do MRSC
- Defesa da reciprocidade em relação aos EUA, por exemplo, eles não precisam de vistos para entrar aqui, mas nós necessitamos para entrar lá.
- SIVAM, o Brasil tem capacidade para montar o próprio sistema de defesa com tecnologia nacional
- Sobre o armamento é necessário ser enfático na defesa do não armamento
- Ministro do Tribunais devem ser preenchidos por servidores do quadro de carreira

#### **Max Russi (PSB-MT), Presidente do Diretório Estadual**

- O Parlamentarismo é um bom sistema de governo. Avalia que EC teria chance de ser primeiro ministro, idem Ulysses Guimarães, entretanto, Jair Bolsonaro, jamais seria...
- Avalia que o mecanismo de concurso público, Mato Grosso, não produz efeitos adequados.
- Sobre o IRPF, deve adotar o princípio de quem ganha mais e ganha menos paga menos.



- Sobre o MP precisa passar por reformas.
- Eleições defende a coincidência dos mandatos.
- Recomenda a adoção de mecanismos de ampliação da consultas juntos aos filiados.
- Entende que em todas as eleições presidenciais o PSB deve ter uma candidatura a Presidente.
- Financiamento público de campanha, fundamental a defesa pelo PSB, igualmente a defesa da política como estratégia de enfrentamento dos debates.

#### **Neide Lima de Souza (PSB-ES)**

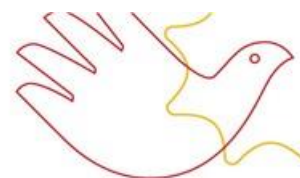
- Defende o parlamentarismo com adoção do voto misto.
- Defende a lista mista (uma mulher um homem).
- Financiamento público para campanha.
- Defesa do mandato de 5 anos sem reeleição.
- Defende que tem mandato não deve assumir o comando do Diretório ao qual ele está filiado.

#### **Luiz Cláudio Romanelli (PSB-PR)**

- Sugeriu envolver e estimular mais a participação dos Deputados Estaduais no processo da Autorreforma.
- Sobre os serviços públicos entende que é necessário assegurar a garantia do acesso público, entretanto, a prestação / execução dos serviços pode ser por instituição não pública.
- Fundamental radicalizar a democracia.
- Federalismo: é necessário aprofundar o debate sobre a redistribuição dos recursos bem como das tarefas. Este tema deve ser defendido como bandeira do PSB.
- Sempre foi presidencialista, entretanto, compreende que a situação que o Brasil enfrenta, somente o parlamentarismo seja capaz de superar. Claro, é difícil, mas o SB deveria adotar esta bandeira.
- Temos também que debater que algumas instituições voltem para as suas caixinhas, especialmente o MP.

#### **Camilo Capiberibe (PSB-AP)**

- Sobre o sistema parlamentarista, poderá trazer mais instabilidade. Avalia que é necessário assegurar tempo para o Brasil experimentar os mecanismos recém aprovados pelo



Congresso, como por exemplo a proibição das coligações proporcionais, a cláusula de barreiras e o financiamento público de campanhas. Apresentará proposta formal nesta direção à mesa. Apresentou proposta **Anexo 7**, em defesa da manutenção, ao menos, por um tempo ainda do presidencialismo.

#### **Alexandre Navarro Garcia (PSB-DF)**

- Realizou considerações gerais sobre as reflexões verbalizadas pelos participantes.

#### **Fábio Henrique Matos (PSB-PI)**

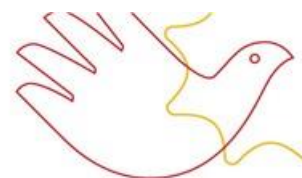
- Sugeriu a adoção dos ODs como elemento transversal no documento, em particular a Meta 4, que trata da educação.
- Reforçar o conceito de que estado que desejamos, Estado Democrático e de Direito.

#### **Luciano F. de Souza Leitora (PSB-MA)**

- Reforma tributária é importante para o fortalecimento dos municípios.
- Entende também a estabilidade do servidor público, por vezes não é adequada.
- Sobre o parlamentarismo avalia que deverá aprofundar o debate.
- Sobre as lideranças que estão da direção do Partido há anos e não elege ninguém. O Partido se faz com mandatos no parlamento municipal, no estadual e nacional. É fundamental que as lideranças que conduzem o Partido tenham isso em mente.
- É fundamental que o PSB tenha (elejamos) mais parlamentares nas próximas eleições.

#### **Jiberlândio Miranda (PSB-ES)**

- Sobre o financiamento da campanha, entende que deveria ser haver a possibilidade do retorno do financiamento privado das campanhas.
- Autofinanciamento da campanha, defendeu a necessidade de estabelecer teto.
- Defendeu adoção do voto distrital
- Defendeu também a coincidência dos mandatos, para evitar que o Brasil passe por eleições a cada dois anos.
- Defendeu que seja adotado cotas de candidaturas para os seguimentos sociais
- Defendeu mandato de 5 anos.
- É contra a prisão em segunda instância, pois ela fere a Constituição.



- Entende que o Presidencialismo é a melhor alternativa para gestão do Brasil.
- Defende adoção de impostos para grandes fortunas.

#### **Maria Andrade Leite (PSB-CE)**

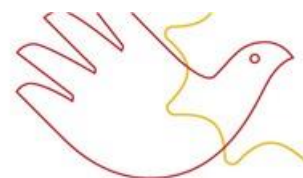
- Sobre a participação das OSs (gestão compartilhada) na administração pública, pois elas não pagam encargos sociais. Entende que elas deveriam aplicar estes recursos (economizados) em atividades de melhora da gestão, dos salários...

#### **André Avelino da Silva (PSB-PR)**

- Sobre o parlamentarismo avalia que a elite política brasileira é muito complicada e dificultará muito a operacionalização.
- Defende a adoção do referendo revogatório. É um mecanismo importante para ser implementada, pois ajudará no alinhamento ideológico do partido.
- Defende que o documento deva ter um posicionamento mais ideológico sobre vários temas, tais como educação, participação, controle.
- Defendeu que é necessário colocar muita atenção nos temas relacionados à nova economia, economia 4.0, a gestão de dados, etc.
- Defendeu ainda que é importante continuar o fortalecimento das estratégias de comunicação, porém avalia que sejam adotadas estratégias de organização de ventos no interior.

#### **Dalvino Troccoli Franca (PSB-DF)**

- Reforçou a necessidade de aprofundar a reforma tributária, os elementos relacionados ao



## **Anexo 1 - Parlamentarismo: Uma proposta para o Brasil**

Apresentada pelo ex-Senador Antônio Carlos Valadares

### **PARLAMENTARISMO: UMA PROPOSTA PARA O BRASIL**

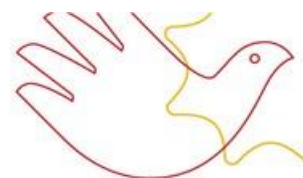
Parlamentarismo para acabar com as crises provocadas pelo *impeachment*. Muda-se o governo, sem abalos institucionais.

**Antonio Carlos Valadares**

Membro do Diretório Nacional do PSB

2016





## INTRODUÇÃO

O debate sobre as reformas necessárias para que o País encontre uma rota sustentável de desenvolvimento deve incluir, como questão central, a configuração de nosso sistema de governo. Embora o presidencialismo seja, sem dúvida, o sistema tradicionalmente adotado em nossa história republicana, ele não é nem deve ser imutável. Precisamos debatê-lo no contexto das transformações do mundo atual. As ideias parlamentaristas, que sempre estiveram presentes com mais ou menos força na vida política brasileira, contribuirão decisivamente para as reformas. Essas ideias devem ser revitalizadas, a fim de que encontremos formas mais estáveis, eficientes e democráticas para o funcionamento de nossas instituições políticas.

Pretendemos somar esforços e contribuir para a retomada de tema que no momento está quase que adormecido, mas que, renasce quando nos deparamos com crises políticas de difícil solução. A continuar esse estado de coisas, com os extremos em disputas quase sempre sem sentido, sem apontarem os rumos para o nosso país, podem surgir crises que possam causar perigo real à sobrevivências de nossas instituições democráticas. do Senador Antonio Carlos Valadares. A nossa proposta tem como objetivo instituir um novo sistema de governo no Brasil, de matriz parlamentarista. Trata-se, mais propriamente, de um sistema misto, que combina características parlamentares e presidenciais, também chamado de semipresidencialismo ou semiparlamentarismo.

A fim de evitar o risco de contaminação do debate por questões conjunturais será de bom alvitre deixar bem claro que o novo sistema apenas será implantado se for aprovado em referendo popular. A ideia é que ele entre em vigor a partir do pleito presidencial seguinte à realização da consulta popular. A reforma do sistema de governo é tema demasiado importante. Por isso, não podemos nos furtar a discutir uma nova alternativa para o Brasil.

No semipresidencialismo, o Presidente da República, chefe de Estado, continua sendo eleito diretamente pelo povo e mantém poderes efetivos de participação nas questões políticas e governamentais. No entanto, não concentra tantos poderes como no presidencialismo. A direção geral do governo cabe ao Primeiro-Ministro, chefe de governo, nomeado pelo presidente com base na composição majoritária do Congresso Nacional. uma interdependência entre os Poderes Executivo e Legislativo. De um lado, a sustentação do Governo depende do apoio da maioria parlamentar; de outro, a falta de apoio às políticas formuladas pelo Executivo pode levar, em determinadas circunstâncias, à dissolução da Câmara dos Deputados e à convocação de novas eleições parlamentares. Nesse caso, o povo será chamado a escolher outra Câmara, que terá influência decisiva na formação do novo Governo.

Esse desenho político-institucional tem muitas vantagens. É mais flexível, dinâmico e adaptável às circunstâncias econômicas, políticas e sociais. Permite a troca de governos ineficientes e impopulares de forma mais ágil, sem o risco de rupturas institucionais ou a ocorrência de processos traumáticos como o impeachment. A alternância de poder ocorre naturalmente, sem sobressaltos e sem a rigidez de um prazo fixo para o mandato do Governo.



O sistema exige de parlamentares e partidos políticos, inclusive da oposição, consistência de propostas, trabalho mais construtivo e responsabilidade com os assuntos governamentais. Isso porque, na iminência de uma demissão do Governo ou de uma nova composição parlamentar, todos devem estar prontos para assumir o poder.

A proposta aqui apresentada não traduz um modelo pronto de semipresidencialismo. A PEC dialoga com outras propostas como a originária da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, o projeto da Frente Parlamentarista Nacional “Ulysses Guimarães”, de 1993, a Emenda Constitucional nº 4, de 1961, a PEC nº 32, de 2015, que tem o Senador Fernando Collor como primeiro signatário, a PEC nº 9, de 2016, subscreta inicialmente pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira e a PEC nº 20, de 1995, encabeçada pelos deputados Eduardo Jorge, Sandra Cavalcanti, Tuga Angerami, Rita Camata, José Richa e outros.

#### **Partidos políticos do governo e da oposição deverão ser mais consistentes e apresentar propostas para o País**

Esperamos que, a partir do debate, a proposta possa receber os devidos aprimoramentos e que o Congresso Nacional, que decide em última análise se tem disposição política para oferecer ao Brasil um sistema de governo bem delineado, capaz de assegurar estabilidade às relações entre os Poderes, eficiência à ação governamental e legitimidade ao modo como se exerce o poder no país.

Partimos da compreensão de que a simples mudança os problemas do país. De fato, as crises surgem e podem ser superadas tanto no presidencialismo quanto no parlamentarismo. Elas decorrem de fatores econômicos, sociais, culturais e históricos que não se resolvem apenas pela virtude interna de um ou outro sistema político. No entanto, a forma como as instituições políticas se relacionam pode contribuir para que as crises sejam alimentadas e prolongadas ou resolvidas e abreviadas. Se é verdade que as regras, sozinhas, não moldam instituições, também é certo que elas podem ser reformadas para que fortaleçam, cada vez mais, princípios que estruturam o Estado democrático, como os da transparência, da estabilidade das instituições e da legitimidade do exercício do poder.

Cabe a nós retomarmos essa discussão, no contexto das reformas necessárias para a o desenvolvimento do país. O debate sobre o sistema de governo deve ser feito em momentos como o atual, em que a democracia encontra-se consolidada e não se cogita de quaisquer ameaças ao regular funcionamento de nossas instituições republicanas.



## **A ORGANIZAÇÃO DO TEMA**

Inicialmente, apresentamos as regras gerais do semipresidencialismo como sistema de governo (capítulo 2). Em seguida, as vantagens desse sistema em relação ao presidencialismo (capítulo 3) e ao parlamentarismo “puro” (capítulo 4). A origem do sistema e sua caracterização, em alguns países, ajudam a compreender a diversidade de modelos e as nuances de seu funcionamento, na prática (capítulo 5). A experiência histórica brasileira (capítulo 6) também é fundamental para a construção de um sistema que seja o mais adequado à nossa cultura política, costumes e tradições. Por fim, um resumo esquemático dos pontos principais da proposta (capítulo 7).

- l) e um quadro comparativo esquematizado em torno de temas-chave para o funcionamento do sistema de governo (anexo II).



## **Capítulo 1**

### **SEMIPRESIDENCIALISMO COMO SISTEMA DE GOVERNO**

#### **SEMELHANÇAS COM O PRESIDENCIALISMO E O PARLAMENTARISMO**

O semipresidencialismo é o sistema de governo em que o Presidente da República divide com o gabinete ministerial e o Parlamento os poderes de comando geral da nação. É considerado um sistema de matriz parlamentarista, pois há responsabilidade política direta do Governo perante o Parlamento e, inversamente, do Parlamento perante o Governo. Como no presidencialismo, porém, o Presidente da República é eleito diretamente pelo povo e detém poderes efetivos de participação nas questões políticas e governamentais. Por combinar elementos do presidencialismo e do parlamentarismo, o semipresidencialismo também é conhecido como sistema misto, híbrido ou semiparlamentarista.

Assim como no sistema parlamentar, o chefe de Estado é pessoa diferente do chefe de governo, cada qual com atribuições próprias. O chefe de governo é o Primeiro-Ministro (ou Presidente do Conselho de Ministros ou Chanceler), que lidera o Conselho de Ministros (ou Gabinete), que por sua vez é o órgão colegiado responsável pela direção da política geral do Governo e pela chefia da Administração Pública Federal. O chefe de Estado é o Presidente da República, escolhido como representante da unidade nacional, em níveis interno e externo.

#### **INTERDEPENDÊNCIA ENTRE EXECUTIVO E LEGISLATIVO**

Existe uma interdependência entre os Poderes Executivo e Legislativo, pois a escolha e a sustentação do Governo (Primeiro-Ministro e Conselho de Ministros) dependem do apoio da maioria parlamentar. O Primeiro-Ministro e o Conselho podem se manter no poder enquanto gozarem desse apoio, inclusive por mais de uma legislatura. O Parlamento pode provocar a demissão do Governo aprovando uma moção de censura ou negando um voto de confiança. Daí a existência de responsabilidade política do Governo perante o Parlamento.

O Parlamento, por outro lado, responde politicamente perante o Governo, que pode solicitar ao Presidente da República, observadas certas limitações, que dissolva o Parlamento e convoque novas eleições parlamentares. O Presidente pode atender a solicitação, se considerar que o Parlamento já não corresponde aos interesses da população e nega o apoio necessário às iniciativas salutares do Governo. Nesse caso, o povo é chamado para decidir o impasse político, em eleições parlamentares antecipadas: se eleger uma maioria favorável ao Governo, o Gabinete e o Primeiro-Ministro podem se manter no poder; caso contrário, um novo Primeiro-Ministro deve ser escolhido e um novo Gabinete formado.

#### **A POSIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

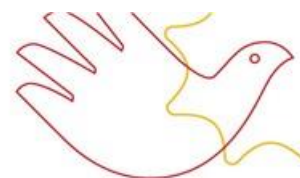
O Presidente da República é eleito pelo povo para um mandato fixo e só perde o cargo em hipóteses de responsabilidade criminal, renúncia ou morte. Ele exerce suas atribuições constitucionais com legitimidade democrática obtida diretamente nas urnas, sendo assim reconhecido como um importante – senão o maior – líder político da nação.



Os sistemas considerados semipresidenciais são aqueles que conferem ao Presidente da República poderes relevantes em relação ao Governo e ao Parlamento, mas a extensão desses poderes é uma escolha do constituinte de cada país. É assim que o semipresidencialismo pode assemelhar-se mais ao parlamentarismo ou ao presidencialismo, conforme a predominância de poder seja do Gabinete e do Primeiro-Ministro (como em Portugal) ou do Presidente da República (como na França). Seja como for – e apesar de controvérsias quanto à correta denominação –, são variações de uma mesma matriz parlamentarista.

#### **REGRAS GERAIS DO SEMIPRESIDENCIALISMO**

- I) o eleitor escolhe, pelo voto direto, secreto e universal, o Presidente da República e os membros do Congresso Nacional (deputados federais e senadores);
- II) o Presidente da República nomeia o Primeiro-Ministro, com a aprovação da maioria dos deputados;
- III) o Primeiro-Ministro indica os demais ministros que irão compor o Conselho de Ministros (Gabinete) e, com ele, desempenhar as funções de governo;
- M) a Câmara dos Deputados pode provocar a demissão do Governo se, por maioria absoluta, após transcorridos pelo menos seis meses de mandato, aprovar uma moção de censura ou rejeitar um voto de confiança solicitado pelo Primeiro-Ministro;
- V) por outro lado, o Presidente da República pode dissolver a Câmara dos Deputados e convocar eleições antecipadas para deputado federal, nas seguintes situações: a pedido do Primeiro-Ministro, se a maioria parlamentar que assegurou confiança ao programa de governo nega apoio a sua execução; ou por iniciativa própria, quando houver impasse insuperável na escolha da pessoa do Primeiro-Ministro.



## Capítulo 2

### VANTAGENS EM RELAÇÃO AO PRESIDENCIALISMO

O semipresidencialismo cria um regime de colaboração entre os Poderes Executivo e Legislativo, pois ambos são estruturalmente dependentes um do outro (o voto de censura dos parlamentares pode derrubar o Governo, assim como o chefe de Estado pode dissolver o Parlamento). No presidencialismo, eles são estruturalmente independentes, sendo que os mandatos de cada um desses poderes são fixos e possuem fonte própria de legitimidade. Essas estruturas básicas criam diferentes incentivos para os agentes políticos envolvidos, com implicações sobre a eficiência, a flexibilidade e a legitimidade do sistema político.

### APOIO ÀS POLÍTICAS DE GOVERNO: SISTEMA MAIS EFICIENTE

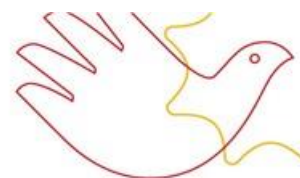
O Governo, no semipresidencialismo, sendo uma emanção da maioria parlamentar, é empossado com apoio para formular e executar as políticas que considera necessárias. Como a conservação do Governo também depende do apoio da maioria da Câmara dos Deputados, ele precisa manter-se constantemente aberto às negociações, ao tempo em que os parlamentares são incentivados a fiscalizar as ações governamentais de forma mais próxima e intensa. No presidencialismo, em face da adoção de medidas necessárias, mas impopulares, os parlamentares são levados a se distanciar do presidente, dificultando as reformas e aumentando o custo político delas, quando não engessando completamente o Governo.

A experiência recente do Brasil mostra que, no desenrolar das crises, é impossível ao Presidente governar, ou seja, fazer valer seus poderes, sem o apoio do Congresso Nacional. A conquista desse apoio é incerta (basta ver as dificuldades do Governo em poder contar com sua base de apoio parlamentar), quando não fundada em práticas não republicanas (basta ver os escândalos de corrupção). O Legislativo dispõe, hoje, de muitos poderes e pouca responsabilidade sobre a forma como os exerce.

### MAIS CONSISTÊNCIA E RESPONSABILIDADE DOS PARTIDOS E PARLAMENTARES

No semipresidencialismo, o Legislativo mantém os poderes que lhe são típicos, mas, como a Câmara está sujeita à dissolução, pelo Presidente da República, os deputados respondem pelas consequências de suas decisões. Isso exige dos partidos políticos que demonstrem ao eleitorado capacidade de atuar de forma qualificada e de escolher lideranças capazes de responder à altura aos anseios da sociedade. Os parlamentares ficam mais expostos às cobranças da população, seja pelo poder que têm de provocar a derrubada do Governo,

**Os parlamentares ficam mais expostos às cobranças da população, pois além de poderem provocar a derrubada do Governo, correm o risco de terem que disputar novas eleições antecipadas**



seja pelo risco de terem que disputar novas eleições antecipadas. A atuação e as eleições dos membros do Congresso Nacional adquirem centralidade na dinâmica política.

A oposição, nesse novo sistema, é incentivada a travar um debate construtivo, oferecendo alternativas, pois deve estar sempre preparada para disputar novas eleições. Como a conquista do poder depende da conquista da maioria parlamentar, precisará convencer o eleitorado de que tem um projeto político consistente, com propostas e soluções para o Governo. No presidencialismo, o caráter plebiscitário das eleições incentiva o personalismo e campanhas de promessas demagógicas, contraditórias e mesmo impossíveis de serem realizadas. A radicalização das posições políticas, pode levar a impasses que, não raro, geram crises institucionais.

#### **SUBSTITUIÇÃO DO GOVERNO: SISTEMA MAIS FLEXÍVEL**

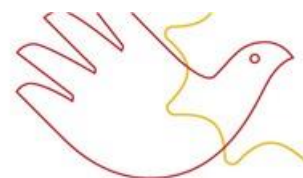
A flexibilidade para o enfrentamento de crises é outra vantagem do semipresidencialismo. No mundo contemporâneo, caracterizado pela circulação da informação em tempo real, a opinião pública experimenta mudanças mais profundas em períodos mais curtos. Essa situação deixa os governos mais vulneráveis a crises de legitimidade. Uma vez instalada uma crise desse tipo, a regra flexível tende a revelar sua superioridade sobre os mandatos com prazo fixo. Em outras palavras, o custo da espera pelo término de um mandato fixo pode tornar-se muito elevado e o caminho da mudança é incerto, moroso e alimentador da crise.

**A substituição do Governo acontece sem sobressaltos e evita que uma crise coloque em risco a estabilidade das instituições ou leve o país à paralisia por tempo indeterminado**

No semipresidencialismo, a flexibilidade reside na possibilidade de a maioria parlamentar promover a demissão do Governo por motivos de conveniência política e, em sentido inverso, no poder de o chefe de Estado dissolver a Câmara dos Deputados, caso as tensões políticas alcancem os níveis mais acirrados. A substituição da cúpula do Governo ocorre sem sobressaltos e evita que a crise coloque em risco a estabilidade das instituições ou leve o país à paralisia por tempo indeterminado. No presidencialismo, não há solução política para afastar o mau governante probo. O impeachment é um processo complexo, aplicável restritivamente para as hipóteses de crime de responsabilidade.

#### **COMPARTILHAMENTO DE PODERES: SISTEMA MAIS DEMOCRÁTICO**

O caráter messiânico, tipicamente atribuído no Brasil e em outros países ao detentor do cargo de Presidente da República, é atenuado no semipresidencialismo pela divisão de atribuições do Poder Executivo entre o chefe de Estado e o chefe de governo. Essa estrutura evita que o poder seja excessivamente concentrado em uma só pessoa. O Presidente mantém algum poder de comando, mas cabe ao Conselho de Ministros, liderado pelo Primeiro-Ministro, conduzir os rumos da ação governamental. Já no presidencialismo, o Presidente da República é a figura central do cenário político, embora os parlamentares também tenham legitimidade democrática direta. Uma vez empossado, passa a ser o líder



maior do país, representante dos interesses de toda a nação e dele espera-se que seja o principal agente das transformações e do desenvolvimento econômico e social.

O semipresidencialismo tem maior ressonância democrática. O Governo tende a estar mais alinhado com a vontade popular. Inicialmente, àquela manifestada nas eleições parlamentares, já que a maioria de deputados eleitos dará suporte ao Governo. Em um segundo momento, havendo um impasse insuperável entre a maioria parlamentar e o Governo, o Primeiro-Ministro poderá pedir ao Presidente da República a dissolução da Câmara e, na nova eleição, o povo servirá como árbitro do conflito, elegendo deputados que se alinhem a uma ou outra posição.

O eleitorado participa mais intensamente da vida política, manifestando suas escolhas nas eleições periódicas e nas eleições parlamentares antecipadas. Em alguns países, a convocação de referendos ocorre com frequência, nas questões de interesse nacional.





### Capítulo 3

#### VANTAGENS EM RELAÇÃO AO PARLAMENTARISMO “PURO”

Uma das principais críticas que se faz ao parlamentarismo refere-se ao risco da instabilidade: que o Parlamento possa promover trocas sucessivas do Governo ou, ao revés, que o chefe de Estado venha a dissolver o Parlamento com uma frequência imprevisível. A ação concertada entre Executivo e Legislativo, típica desse sistema, pode ser frustrada se não houver um mínimo de estabilidade na maioria parlamentar que serve de base ao Primeiro-Ministro e ao Conselho de Ministros. O risco constante de perda da maioria pode levar ao adiamento de decisões importantes e necessárias, às vezes por mais de uma legislatura.

Nesse cenário, o parlamentarismo não seria melhor que o presidencialismo para resolver as crises institucionais decorrentes do natural jogo do poder. É essa instabilidade que teria levado a França a elaborar uma nova Constituição, em 1958, para abandonar o sistema “puro” e conferir poderes de comando mais relevantes ao Presidente da República, eleito pelo voto direto alguns anos depois.

#### FORMAS DE EVITAR A INSTABILIDADE

É certo que existem meios para limitar o exercício dos poderes de demissão do Governo ou de dissolução do Parlamento. A previsão constitucional de condições e restrições para que eles sejam exercidos, por exemplo, ou o uso de instrumentos como a moção de censura construtiva, de inspiração alemã, que exige a indicação concomitante de um novo nome para Primeiro-Ministro, são caminhos possíveis.

#### **Um chefe de Estado forte e instrumentos como a moção de censura construtiva diminuem o risco de instabilidade.**

A figura de um chefe de Estado forte é outra forma de diminuir o risco de instabilidade do parlamentarismo “puro”. No semipresidencialismo, a eleição direta do Presidente da República e os poderes relevantes que ele possui evitam a concentração excessiva de poder no Legislativo, constituindo um contrapeso que confere mais equilíbrio ao sistema de governo. O Presidente permanece com possibilidade de participar dos assuntos políticos e governamentais, com legitimidade e força política conquistada nas urnas, não se limitando à figura de árbitro dos conflitos políticos, como no parlamentarismo tradicional.

A estabilidade política não decorre só da ameaça de dissolução da Câmara e de convocação de novas eleições parlamentares, pelo Presidente da República, mas também pelo exercício normal de suas atribuições como: participação no processo legislativo, com a iniciativa de Propostas de Emenda à Constituição e exercício do poder de veto às leis aprovadas pelo Congresso Nacional; indicação e nomeação de autoridades como Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, do Tribunal de Contas e do Procurador-Geral da República; proposição de ações diretas de inconstitucionalidade, entre outras atribuições. Na França, por exemplo, a Constituição chega a conferir ao Presidente poderes de convocar referendos para aprovar matérias legislativas e, em situações



excepcionais, de promulgar medidas de emergência que dispensam, temporariamente, a colaboração do Parlamento.

### **REGIME DE COABITAÇÃO**

Não se pode negar que, quando o Presidente da República e o Primeiro-Ministro são do mesmo partido ou coalizão, o sistema semipresidencial pode funcionar de forma muito parecida com o presidencialismo puro, especialmente se o Presidente tem efetivos poderes e não somente influência no âmbito do Poder Executivo. De outro modo, se pertencem a partidos ou coalizões diferentes, notadamente quando a maioria parlamentar opõe-se ao Presidente, dá-se um regime de coabitação, em que o funcionamento do sistema é mais tipicamente parlamentarista. Nesses casos, para que o Governo funcione, a ação do Primeiro-Ministro deve preponderar, cabendo à Constituição estabelecer limites ao exercício do poder presidencial (como condições para a dissolução do Parlamento, possibilidade de revisão de vetos, etc.), a fim de que eventuais impasses não gerem uma séria crise política.

### **O QUADRO PARTIDÁRIO NÃO É OBSTÁCULO À REFORMA DO SISTEMA DE GOVERNO**

Finalmente, deve-se considerar o argumento segundo o qual, no Brasil, não existem partidos fortes – ou que o quadro partidário muito pulverizado impediria o funcionamento de um sistema de governo de matriz parlamentarista. Isso não é óbice para que comecemos a implementar as reformas necessárias em nosso sistema de governo.

A fragmentação partidária e o enfraquecimento dos partidos são problemas graves também no presidencialismo, que acaba dependendo de coalizões grandes e custosas para assegurar a governabilidade. A instabilidade da base de apoio ao governo presidencialista também põe em risco a eficiência das ações governamentais e compromete a necessidade de promover uma agenda de reformas mais profundas. A superação desse problema dependerá de mudanças pactuadas no âmbito do sistema partidário.



## Capítulo 4

### PARLAMENTARISMO E SEMIPRESIDENCIALISMO PELO MUNDO

#### REINO UNIDO: MONARQUIA PARLAMENTARISTA

O sistema parlamentar de governo tem origem na Inglaterra. Formou-se, ao longo da história, como decorrência da prática política.

A Carta Magna, de 1215, formou o embrião do que viria a ser o Parlamento e estabeleceu as primeiras limitações ao poder do Rei. Aos poucos, o governo foi se tornando mais dependente desse órgão que era formado, originalmente, por nobres e religiosos.

Após a Revolução Gloriosa, a assinatura da *Bill of Rights* (1689) marcou o compromisso da monarquia de respeitar os direitos dos ingleses e os poderes do Parlamento. Consolidou-se o princípio da supremacia do Parlamento e a monarquia constitucional começou a ganhar corpo.

O poder na Inglaterra ficaria institucionalmente dividido entre o Rei e o Parlamento. O Rei manteria poderes para gerenciar a máquina administrativa, as relações exteriores e a força armada, enquanto o Parlamento, dividido em duas câmaras – a dos Lordes, representativa da nobreza e o alto clero, e a dos Comuns, representativa do povo – teria o poder de formar a lei, consentir em novos tributos e exercer alguma forma de controle sobre as contas públicas. A Câmara dos Comuns, eleita pelo voto majoritário, em eleições distritais uninominais, poderia ser dissolvida pelo Rei, mas novas eleições seriam convocadas imediatamente. A independência do Poder Judiciário, que até então era função exercida em nome do Rei, foi estabelecida em 1701.

Ao longo do século XVIII, o sistema inglês foi se consolidando como uma monarquia de poderes limitados, dotada de uma divisão funcional do poder. Esse arranjo institucional é o ponto de partida que resultou no parlamentarismo.

A figura do Primeiro-Ministro surgiu ainda no início do século XVIII, quando a presidência e a supervisão do Conselho de Ministros foram incumbidas, pelo Rei, a alguém que o representasse, levando sua opinião e as decisões que deveriam ser formalizadas. Essa prática tornou-se comum e, em 1721, o Primeiro-Ministro Robert Walpole foi oficializado no cargo que veio a exercer por vinte anos. O Primeiro-Ministro e os demais ministros ficariam responsáveis pelos atos de governo e submetidos ao controle do Parlamento, que poderia julgá-los politicamente pelos atos praticados no exercício de suas funções.

Por volta de 1780, consagrou-se o princípio da responsabilidade política do Gabinete, segundo o qual o Primeiro-Ministro e os demais membros do Gabinete dependeriam da confiança da maioria parlamentar. A perda desse apoio levaria à demissão do governo. Instituiu-se, assim, um elemento chave do parlamentarismo. O monarca, a quem caberia formalizar a designação do Primeiro-Ministro (hoje o chefe do partido majoritário), também formalizaria sua demissão, pela aceitação de sua renúncia. Por outro lado, haveria a possibilidade de dissolução da Câmara dos Comuns por decisão do Rei, referendada pelo

107



Primeiro-Ministro. Nesse caso, novas eleições parlamentares deveriam ser convocadas, o que teria a virtude de dar ao eleitorado a última palavra sobre o impasse político.

### **EXPANSÃO DO PARLAMENTARISMO PELO MUNDO**

O sistema do Reino Unido é considerado o modelo clássico de parlamentarismo. Transformado em sistema de governo, adquiriu contornos constitucionais formais a partir da França, ao longo do século XIX. De lá, expandiu-se por toda Europa continental, especialmente após a I Guerra Mundial, sempre adotado com os objetivos maiores de reduzir o personalismo, garantir estabilidade e governabilidade com controle social sobre o Governo e fortalecer o Estado Democrático. Em cada país, o sistema acabou moldado à respectiva realidade, aos costumes e às particularidades locais, mas sempre foi mantido o traço fundamental de atribuir competência ao Gabinete para a fixação da política do Estado, com responsabilidade perante o Parlamento.

Exemplos de países monárquicos que adotam o parlamentarismo são Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Holanda, Japão, Noruega, Suécia, entre outros.

### **REPÚBLICAS PARLAMENTARISTAS E SEMIPRESIDENCIALISTAS**

O parlamentarismo também foi adotado em países republicanos, em que o chefe de Estado está sujeito a eleição e cumpre um mandato fixo. Em alguns, o Presidente da República é eleito de forma indireta pelo Parlamento (Alemanha, Itália e Grécia, por exemplo). Em outros, o Presidente da República é eleito diretamente pelo povo (França, Portugal, Áustria, Finlândia e Islândia).

É interessante observar as semelhanças e diferenças entre dois modelos de semipresidencialismo: o português, que é mais próximo do parlamentarismo e serviu à consolidação da democracia após um período ditatorial; e o francês, que é mais próximo do presidencialismo e origina-se de uma transformação do parlamentarismo tradicional.

### **PORTUGAL: PARLAMENTARISMO PRESIDENCIALIZADO**

Em Portugal, o semipresidencialismo, na sua forma atual, foi instituído pela revisão constitucional de 1976. O Presidente da República e os parlamentares são eleitos pelo voto popular. O Presidente, para um mandato de cinco anos, não podendo ser destituído antes; os parlamentares, para uma legislatura de quatro anos. As atribuições do Presidente são de representar o país, garantir a soberania, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas. Ele é o comandante supremo das forças armadas e possui poderes significativos para intervir na condução política do país, dos quais se destacam o direito de veto, a dissolução do Parlamento (Assembleia da República) e a demissão do Governo.

Os poderes presidenciais, no entanto, em geral são mitigados por outros órgãos de Estado. O Presidente nomeia o Primeiro-Ministro, que forma seu Governo, mas o Parlamento tem que apreciar seu programa no prazo de dez dias após a nomeação. Se rejeitá-lo, o



Governo é demitido. Assim, o Presidente é obrigado a nomear o Primeiro-Ministro levando em consideração os resultados eleitorais.

A Constituição portuguesa permite que o Presidente demita o Governo, mas somente se necessário para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas. Ele pode, também, dissolver o Parlamento, mas não nos primeiros seis meses após a eleição dos parlamentares nem no último semestre do mandato presidencial. O Presidente possui, ainda, atribuições próprias de um titular do Poder Executivo, mas que dependem, em geral, de proposta ou referendo ministerial, como: nomear e exonerar membros do Governo, o Presidente do Tribunal de Contas, o Procurador-Geral da República, embaixadores e os comandantes das forças armadas; promulgar leis e decretos regulamentares; declarar o estado de sítio e o de emergência; conceder indulto; ratificar tratados internacionais; declarar a guerra e celebrar a paz, entre outras.

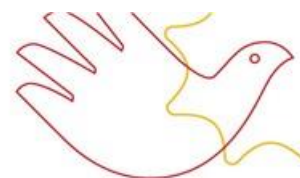
**Em Portugal, os poderes presidenciais são expressivos, mas balanceados pela atuação de outros órgãos do Estado, como o próprio Primeiro-Ministro**

Por iniciativa própria e sem a ratificação do Governo, o Presidente da República português pode requerer ao Tribunal Constitucional a apreciação preventiva de leis, decretos-leis e convenções internacionais, propor a declaração de inconstitucionalidade de leis e o reconhecimento da inconstitucionalidade por omissão, bem como submeter a referendo questões de relevante interesse nacional.

Percebe-se, assim, que o sistema de governo português conferiu ao chefe de Estado uma função institucional que vai além da representação do Estado e da mediação política em situações de crise, para chegar ao ponto de poder influir na definição das políticas do Estado. O Governo é responsável perante o Parlamento, mas também perante o Presidente da República. De todo modo, o êxito do protagonismo político do Presidente é, em grande medida, dependente do apoio da maioria parlamentar e da ressonância de suas propostas no eleitorado.

A Assembleia da República é o principal órgão responsável pelo controle sobre o Governo, desde sua formação, fiscalização, até a demissão – neste último caso, mediante a aprovação de uma moção de censura ou a não aprovação de uma moção de confiança. Deve-se notar que o Governo não é necessariamente de origem parlamentar nem precisa receber sua confiança positiva; para que se mantenha no poder, basta que não tenha formalizada sua desconfiança. O Governo não precisa ter seu plano de governo aprovado – sequer votado – pela Assembleia, sendo suficiente que não seja rejeitado, o que exige a maioria absoluta. Dessa forma, não é preciso uma maioria parlamentar para manter o Governo em exercício, mas é indispensável a maioria absoluta para derrubá-lo.

**No sistema português, é preciso maioria absoluta de parlamentares para derrubar o Governo, mas não necessariamente para mantê-lo em exercício**



## **FRANÇA: PRESIDENCIALISMO PARLAMENTARIZADO**

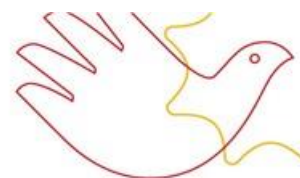
Na França, o chefe de Estado (Presidente da República) tem várias funções de governo. O sistema de governo vigente tem raízes na Constituição de 1958, que por influência do General de Gaulle fortaleceu as funções do Presidente da República e racionalizou as funções do Parlamento, dando início à V República. No período anterior, da IV República, nos onze anos compreendidos entre 1947 e 1958, a França teve 21 primeiros-ministros. O objetivo da nova Constituição, portanto, foi o de assegurar mais estabilidade política ao país, por meio de um parlamentarismo dual, em que a autoridade do Presidente da República ficaria contraposta à dos partidos políticos. A eleição direta para Presidente veio em 1962, com uma emenda constitucional que fortaleceu a figura do chefe de Estado, atribuindo-lhe legitimidade direta das urnas. A V República levou 55 anos para empossar seu 21º Primeiro-Ministro, o que veio ocorrer apenas em 2014.

O sistema francês é considerado, por muitos, mais parecido com o presidencialismo, dada a extensão de poderes conferidos ao Presidente da República. O mandato presidencial tem duração de cinco anos, com a possibilidade de uma reeleição. O Presidente integra o Governo e divide o poder com o Primeiro-Ministro. Na prática, quando as maiorias apuradas nas eleições presidenciais e legislativas são coincidentes, a direção da política geral é feita pelo Presidente, cabendo ao Primeiro-Ministro a execução das decisões e a coordenação das tarefas administrativas. Quando o Primeiro-Ministro é da oposição, tende a assumir parte das atribuições que o Presidente concentrava e o sistema fica mais assemelhado, então, com o parlamentarismo.

Destacam-se duas instâncias de governo: o Conselho de Ministros, presidido pelo Presidente da República, é incumbido das decisões políticas mais importantes; o Gabinete, presidido pelo Primeiro-Ministro, cuida das questões administrativas. É o Conselho de Ministros, por exemplo, que tem a iniciativa legislativa e que autoriza o Primeiro-Ministro a apresentar questão de confiança ao Parlamento.

Entre os poderes privativos do Presidente da República, destacam-se o de nomear o Primeiro-Ministro, dissolver a Assembleia Nacional, nomear o Presidente do Conselho Constitucional e três de seus membros, bem como o de suspender disposições constitucionais e direitos individuais, em circunstâncias excepcionais de ameaça grave e imediata às instituições da República, à independência da nação, à integridade do território, ao cumprimento de obrigações internacionais ou ao regular o funcionamento dos poderes constitucionais.

Há uma clara preponderância do Poder Executivo sobre o Legislativo. A formação do Governo não depende da aprovação da Assembleia Nacional. O Presidente da República nomeia o Primeiro-Ministro levando em consideração a maioria parlamentar, mas sem a necessidade de sua aprovação formal. É o Governo e não o Parlamento que define e orienta a política nacional. A moção de censura existe, com os requisitos da iniciativa de um décimo dos deputados e aprovação por maioria absoluta, sendo que, se rejeitada, outra não pode ser apresentada pelos mesmos subscritores no mesmo período legislativo. O Governo pode, em determinadas circunstâncias, fazer aprovar um projeto de lei sem que ele seja, sequer,



votado pelos parlamentares, se com ele apresentar uma questão de confiança. Nesse caso, o projeto só será barrado se a Assembleia Nacional aprovar uma moção de censura, que deve ser apresentada no prazo de 24 horas, contadas da apresentação da questão de confiança.

O Presidente também pode convocar o referendo legislativo, mediante proposta do Governo ou do Parlamento, pelo qual submete à decisão popular a aprovação de um projeto de lei que trate da organização do poder público ou de reformas relativas à política econômica, social ou ambiental da nação. Com isso, o Presidente retira do Parlamento a decisão sobre o tema controvertido, o que é particularmente relevante quando percebe não possuir maioria parlamentar ou o quórum especial necessário para sua aprovação.

A dissolução da Assembleia Nacional (a câmara baixa francesa) é um poder que o Presidente francês pode exercer com ampla liberdade. A Constituição exige consulta prévia ao Primeiro-Ministro e aos presidentes das Câmaras, mas sem caráter vinculante. A medida é adotada não tanto para solucionar conflito entre o Primeiro-Ministro e o Parlamento, mas para resolver situações em que o Presidente não tem a maioria dos deputados.

**Na França, há uma preponderância do Poder Executivo sobre o Legislativo. Com a questão de confiança, o Governo pode aprovar projetos de lei sem que haja votação parlamentar**

Na falta do apoio parlamentar necessário, o Presidente tem três opções. A primeira é nomear um Primeiro-Ministro de seu partido ou coalizão e ter um governo inviabilizado por falta de apoio da maioria. A segunda é estabelecer, desde logo, um governo compartilhado, fazendo valer o parlamentarismo dual e passando a desempenhar um papel menos interventivo nas questões do Governo, nos moldes de um parlamentarismo mais tradicional. É a chamada “República de coabitação”, ocorrida pela primeira vez em 1986, com a vitória da coligação parlamentar liderada por Jacques Chirac sob a presidência de Mitterrand. A terceira opção do Presidente é a de usar o poder de dissolução e esperar que o eleitorado escolha uma nova composição parlamentar que lhe permita governar em harmonia com a Assembleia Nacional, como fez, em 1978, François Mitterrand. Se o eleitorado não lhe assegurar maioria parlamentar, ou o Presidente aceita um governo compartilhado ou renúncia.



## Capítulo 5

### A EXPERIÊNCIA PARLAMENTARISTA BRASILEIRA

Afirma-se que o Brasil passou por experiências práticas de parlamentarismo em dois momentos de sua história.

#### PRIMEIRO MOMENTO: IMPÉRIO

Durante o Império, tivemos um governo de gabinete. Dificilmente, porém, o sistema adotado pode ser caracterizado como propriamente parlamentarista.

A Constituição de 1824 investia o monarca de dois dos quatro Poderes do Estado: o Poder Executivo e o Poder Moderador, o que lhe conferia supremacia absoluta sobre os demais. Cabia ao Imperador nomear e demitir os ministros de Estado, independentemente do apoio da maioria parlamentar.

Não havia responsabilidade política dos ministros perante a Câmara, nem o voto de censura, embora eventualmente os deputados aprovassem manifestações de desconfiança quanto a um ou outro ministro. Qualquer resistência oferecida pelos parlamentares poderia resultar na dissolução da Câmara dos Deputados. A dissolução, aliás, é a marca traumática do nascimento dessa Constituição, já que a Assembleia Constituinte foi dissolvida para que o Imperador viesse a outorgar sua própria Carta.

Deve-se notar que, durante o Segundo Reinado, a prática política gerou certo aprimoramento do sistema de governo. Em grande parte, isso se deveu ao bom senso de D. Pedro II, que passou a observar a necessidade de indicar ministros considerando a composição da maioria parlamentar. Em 1847, foi oficializado o cargo de Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro). A dissolução da Câmara passou a ser aplicada com mais cuidado, tendo ocorrido onze vezes nos cinquenta anos do reinado.

Grande problema desse período foi que a alternância do poder, entre conservadores e liberais, que existiu com frequência, precedia a manifestação das urnas, ao invés de dela derivar.

#### **No período do Império, a alternância de poder entre conservadores e liberais decorria da intervenção do Imperador e não das urnas**

Na expressão do Conselheiro Nabuco, o Imperador .ubava um governo e criava outro, que por sua vez produzia eleições em que saía vitorioso.

Na transição para o período republicano, a identificação do parlamentarismo com a monarquia certamente contribuiu para a rejeição do sistema em prol do presidencialismo.





## **SEGUNDO MOMENTO: 1961-1963**

O segundo momento parlamentarista do país ocorreu no breve período entre setembro de 1961 a janeiro de 1963. As avaliações feitas sobre esse período são as mais diversas. Alguns consideram que a experiência foi simplesmente um fracasso. Outros ponderam que ela foi, ao menos, capaz de manter o equilíbrio das forças políticas e sociais e evitar conflitos mais sérios. É razoável considerar, também, que não se poderia esperar que o novo sistema resolvesse rapidamente problemas que o longo período presidencialista anterior não havia sido capaz de resolver. Observam, ainda, que o curto período de 16 meses de vigência foi insuficiente para o novo sistema ser, efetivamente, testado.

É fundamental observar, em qualquer avaliação que se faça, que o sistema foi instituído às pressas, sem maiores debates ou consulta à população, em meio a uma gravíssima crise política e no intuito de solucioná-la. Foi a forma improvisada encontrada para assegurar a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros. Evitar o golpe significaria retirar poderes do vice-presidente que enfrentava forte rejeição dos militares.

No período de João Goulart como chefe de Estado parlamentarista, tivemos três Gabinetes. Tancredo Neves foi o Primeiro-Ministro com mais tempo à frente do Governo (aproximadamente dez meses). Foi sucedido por Brochado da Rocha (dois meses) e Hermes Lima (quatro meses).

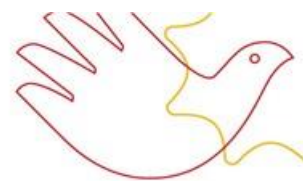
O primeiro Conselho de Ministros parlamentarista conseguiu, temporariamente, reconstruir o diálogo entre os principais partidos da época. A insatisfação social, porém, era generalizada e tomava as ruas em protesto contra a inflação, por reajustes salariais; sucessivas greves dificultavam a retomada econômica; e, no campo, a tensão social era crescente. O conflito social deflagrado voltou a radicalizar a relação entre os defensores das reformas de base e as forças conservadoras que se opunham a elas, minando qualquer possibilidade de o novo sistema de governo consolidar-se. Para completar, o próprio Governo, incluindo o Presidente da República, pregava abertamente o retorno do presidencialismo como forma de assegurar um Poder Executivo mais forte e estável.

### **O PLEBISCITO DE 1963**

Em janeiro de 1963, a população foi consultada sobre a manutenção do parlamentarismo ou o retorno ao presidencialismo. O plebiscito já era previsto na emenda constitucional que instituiu o sistema parlamentar de governo, em 1961. Se o resultado fosse a manutenção do sistema, os presidentes da República subsequentes seriam eleitos indiretamente pelo Congresso. O sistema evoluiria para um parlamentarismo “puro”. Os Estados, por simetria, deveriam adaptar suas constituições ao sistema parlamentar. O resultado da consulta, por uma ampla margem (77% contra 17%, com aproximadamente 12 milhões de votantes), foi pelo retorno ao presidencialismo.

### **RESSURGIMENTO DO TEMA NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987-1988**

O tema retornou com força com o fim do regime militar, ainda nos preparativos para a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. A Comissão Afonso Arinos, nomeada pelo Presidente José Sarney em 1985 para realizar estudos constitucionais que subsidiassem



os trabalhos dos constituintes, apresentou em seu relatório final a sugestão de um sistema parlamentarista dual, mantendo a figura de um presidente eleito diretamente e com amplos poderes.

Nos trabalhos da Constituinte, a Comissão de Sistematização enviou a plenário a recomendação do sistema parlamentarista. Nas votações, a proposta enfrentou a resistência do próprio Presidente da República, de candidatos em potencial à chefia do Executivo, de militares, governadores, parlamentares da esquerda e até de líderes empresariais que acreditavam que o presidencialismo seria mais eficiente no combate à inflação. Na votação final da proposta parlamentarista, foram 212 votos “sim” e 344 votos “não”.

### **O PLEBISCITO DE 1993**

Resultou da Constituinte, no entanto, a previsão de um plebiscito sobre a alteração da forma (república ou monarquia constitucional) e do sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo), que seria realizado no dia 7 de setembro de 1993 (art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais da Constituição da República de 1988).

Nos anos seguintes à promulgação da Constituição, parlamentares movimentaram-se para reerguer a proposta parlamentarista. O próprio Deputado Ulysses Guimarães conduziu gestões com o objetivo de criar uma legenda parlamentarista. Em 1992, ele preparava-se para deixar o PMDB e constituir um partido que tomasse a frente da proposta de mudança do sistema de governo no plebiscito que se realizaria no ano seguinte. Esperava reunir 60 deputados. Com o trágico acidente que lhe custou a vida, a formação dessa nova legenda foi praticamente esquecida.

O plebiscito foi antecipado para o dia 21 de abril de 1993 e 67 milhões de pessoas foram às urnas em todo o país. A república foi escolhida por 43,8 milhões de eleitores (66,28%), enquanto a monarquia teve apenas 6,79 milhões (10,26%). Os votos brancos e nulos somaram 23,49%. Para o sistema de governo, o presidencialismo recebeu 55,41%, contra 24,79% do parlamentarismo. Os 19,49% restantes foram de votos brancos e nulos.



## Capítulo 6

### RESUMO DA PROPOSTA

#### Principais Pontos

##### 1. Composição do Executivo:

- a. o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelo Conselho de Ministros;
- b. o Conselho de Ministros é composto pelo Primeiro- Ministro e pelos Ministros de Estado;
- c. o Presidente da República é eleito pelo povo, mantendo-se também o mandato de quatro anos, a possibilidade de reeleição e a linha sucessória (Presidente da Câmara, Presidente do Senado e Presidente do STF).

##### 2. Formação do Governo:

- d. o Presidente da República indica o nome do Primeiro-Ministro à Câmara dos Deputados;
- e. o indicado comparece à Câmara para apresentar seu plano de governo;
- f. se a Câmara não aprová-lo, o Presidente indica um segundo nome;
- g. se a Câmara não aprovar o segundo, o Senado Federal indica um terceiro nome;
- h. se a Câmara não aprovar o nome indicado pelo Senado, deve escolher um nome por maioria absoluta;
- i. se nenhum candidato alcançar maioria absoluta, Presidente da República pode nomear o mais votado ou dissolver a Câmara.
- j. o Primeiro-Ministro nomeado indica ao Presidente da República os nomes que comporão o Conselho de Ministros.

##### 3. Relação do Governo com o Congresso Nacional:

- k. Voto de confiança:
  - i. é solicitado pelo Primeiro-Ministro à Câmara dos Deputados;
  - ii. negada a confiança, por maioria absoluta, o Conselho de Ministros será exonerado;
  - iii. propostas do Primeiro-Ministro, para as quais não seja solicitado voto de confiança, se forem rejeitadas, não implicam a exoneração.
- l. Moção de censura:
  - i. é de iniciativa de 1/5 da composição da Câmara e deve ser aprovada por maioria absoluta;
  - ii. deve ser acompanhada do nome para Primeiro-Ministro e de seu programa de governo (moção de censura construtiva);



iii. limitações:

- 1) vedada nos seis primeiros meses da posse do Primeiro-Ministro;
- 2) só pode ser votada três dias após ser apresentada, ouvido o Primeiro-Ministro;
- 3) se não aprovada, seus signatários só poderão assinar outra após 6 meses.

**4. Dissolução da Câmara dos Deputados:**

m. Pode ocorrer nas seguintes hipóteses:

- i. se a Câmara não aprovar qualquer dos indicados e não conseguir eleger o Primeiro-Ministro por maioria absoluta (item 2.f., acima);
- ii. a pedido do Primeiro-Ministro, em exposição motivada, quando a maioria parlamentar que aprovou a sua investidura ou voto de confiança nega apoio à execução do programa de governo.

n. Produz os seguintes efeitos:

- i. o Presidente da República convoca novas eleições, que deverão ser realizadas em até 90 dias (passado esse prazo, a Câmara dos Deputados voltará a reunir-se, de pleno direito);
- ii. o Presidente da República poderá nomear um Conselho de Ministros provisório ou manter aquele que está em exercício até a posse da nova composição governamental;
- iii. encerra-se a legislatura e uma nova terá início com a posse dos novos deputados;
- iv. caberá ao Senado Federal, enquanto não se instalar a nova Câmara dos Deputados, as seguintes atribuições:
  - 1) autorizar o Presidente da República e o Primeiro-Ministro a se ausentarem do País por mais de quinze dias;
  - 2) aprovar o estado de defesa, o estado de sítio e a intervenção federal, ou suspender qualquer dessas medidas;
  - 3) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

o. Limitações: a Câmara não pode ser dissolvida:

- i. nos seis meses posteriores à eleição dos deputados;
- ii. no último semestre do mandato do Presidente da República;
- iii. durante a vigência do estado de sítio, do estado de emergência ou da intervenção federal.



## **5. Competências e atribuições:**

### **p. Quanto a autoridades:**

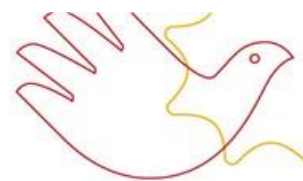
- i. Ministros do STF, dos Tribunais Superiores, Procurador-Geral da República, Ministros do TCU: mantidas a indicação e a nomeação pelo Presidente da República, após aprovação do Senado;
- ii. Advogado-Geral da União: Primeiro-Ministro indica e Presidente da República nomeia;
- iii. Presidente e diretores do Banco Central e outros servidores quando determinado em lei: Primeiro-Ministro indica e Presidente da República nomeia, após aprovação do Senado.

### **q. Do Primeiro-Ministro:**

- i. indicar nomes para o Conselho de Ministros;
- ii. informar ao Presidente dos assuntos relativos à condução da política interna e externa do País;
- iii. propor ao Presidente a sanção ou o veto de leis;
- iv. indicar nomes do Advogado-Geral da União, do Presidente e diretores do Banco Central, de comandantes e oficiais das Forças Armadas;
- v. tomar a iniciativa dos projetos de lei do Governo que devam ser submetidos ao Congresso Nacional, inclusive as leis orçamentárias;
- vi. editar medidas provisórias;
- vii. exercer o poder regulamentar;
- viii. propor ao Presidente a decretação de estado de defesa, do estado de sítio e a intervenção federal;
- ix. prestar contas ao Congresso Nacional;
- x. convocar extraordinariamente o Congresso Nacional;
- xi. celebrar tratados e convenções internacionais;
- xii. assumir a direção de qualquer Ministério.

### **r. Do Presidente da República:**

- i. atribuições novas:
  - 1) nomear o Primeiro-Ministro e, por indicação deste, os demais ministros de Estado e exonerá-los quando a Câmara dos Deputados retirar-lhes a confiança;
  - 2) decretar a dissolução da Câmara dos Deputados, nas hipóteses previstas;



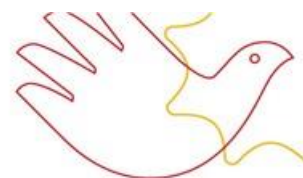
3) presidir as reuniões do Conselho de Ministros, quando julgar conveniente.

ii. atribuições mantidas:

- 1) apresentar Proposta de Emenda à Constituição;
- 2) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis;
- 3) vetar, total ou parcialmente, os projetos de lei;
- 4) dispor sobre organização e funcionamento da administração federal, bem como extinguir cargos vagos, mas mediante proposta do Primeiro-Ministro;
- 5) manter relação com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos e nomear os embaixadores e os enviados extraordinários (indicados, porém, pelo Primeiro-Ministro);
- 6) decretar o estado de defesa, o estado de sítio e a intervenção federal, mas mediante proposta do Primeiro-Ministro;
- 7) dirigir mensagens ao Congresso Nacional;
- 8) conceder indulto e comutar penas;
- 9) convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;
- 10) exercer o comando das Forças Armadas e, por proposta do Primeiro-Ministro, nomear seus comandantes, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;
- 11) declarar guerra e celebrar a paz, com autorização ou referendo do Congresso;
- 12) permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional;
- 13) conferir condecorações e distinções honoríficas.

iii. atribuições perdidas:

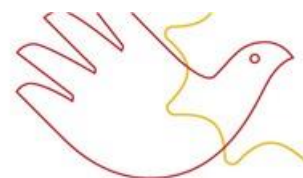
- 1) iniciar o processo legislativo de leis ordinárias e complementares;
- 2) poder regulamentar (expedir decretos para execução das leis);
- 3) celebrar tratados internacionais (passa a ser do Primeiro-Ministro), cabendo ao Presidente a posterior ratificação;
- 4) indicar os nomes dos embaixadores e enviados extraordinários;
- 5) indicar os nomes dos comandantes das Forças Armadas;
- 6) enviar ao Congresso as leis orçamentárias;
- 7) editar medidas provisórias.



**6. Permite que Estados adotem o parlamentarismo, mas veda aos municípios**

**7. Outras questões importantes:**

- s. condiciona a vigência do novo sistema a sua aprovação em REFERENDO, que não poderá ser realizado no último ano antes da realização de eleição para Presidente da República;
- t. assegura que a implantação do novo sistema ocorrerá a partir da posse do Presidente da República eleito após a realização desse REFERENDO.
- u. extingue o cargo de Vice-Presidente da República;
- v. dispõe que o cargo de Primeiro-Ministro é privativo de brasileiro nato;
- w. aplicam-se aos membros do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro inclusive) as restrições aplicáveis aos parlamentares (art. 54 da CF);
- x. Congresso Nacional deve autorizar o Primeiro-Ministro a ausentar-se do País por mais de quinze dias;
- y. Congresso Nacional fixa os subsídios do Primeiro-Ministro;
- z. Congresso Nacional julga as contas do Primeiro-Ministro, além das do Presidente da República. Ambos devem apresentar contas ao TCU;
- aa. Câmara dos Deputados e Senado Federal podem convocar o Primeiro-Ministro para esclarecimentos;
- bb. Primeiro-Ministro responde por crimes de responsabilidade, cabendo à Câmara autorizar a instauração do processo e ao Senado julgar;
- cc. não perderá o mandato parlamentar a pessoa investida no cargo de Primeiro-Ministro;
- dd. o pedido de urgência constitucional para projetos de lei passa à competência do Primeiro-Ministro, assim como o pedido de lei delegada;
- ee. Primeiro-Ministro integra o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;
- ff. Cabe ao STF julgar:
  - i. o Primeiro-Ministro por crimes comuns;
  - ii. o *habeas corpus* em que o Primeiro-Ministro seja o paciente;
  - iii. o mandado de segurança e o *habeas data* contra ato do Primeiro-Ministro;
  - iv. o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora foi atribuição do Primeiro-Ministro.
  - v. o Primeiro-Ministro pode propor ação direta de inconstitucionalidade.



**Antonio Carlos Valadares**

e-mail: [ancarval@uol.com.br](mailto:ancarval@uol.com.br)

cel: (61)981164746





## Anexo 2 – A Favor do Presidencialismo

Deputado Estadual **Isaltino Nascimento** - PSB-PE.

A República Brasileira completou 130 (cento e trinta) anos no último dia 15 de novembro de 2019.

De 1889 até o ano de 1930 o voto era aberto. A partir do Governo do Presidente Getúlio Vargas foi instituído o voto fechado. Uma afronta ao coronelismo.

Mesmo a partir desta decisão do voto fechado ainda prevalece na grande maioria do nosso extenso e diverso País, o poder financeiro.

O voto proporcional dá a oportunidade de que haja renovação política em nossas lideranças e sentimentos com melhor posicionamento.

Todos os votos de cada eleitor em qualquer local será acolhido e validado. Fortalecendo a democratização e a representatividade especialmente dos segmentos menos representativos em detrimentos dos coronéis e dos feudos do poder econômico.

A despeito do momento político ultraconservador capitaneado pelo atual Presidente da República, do questionamento da representação política da grande maioria dos membros da Câmara Federal e do Senado, entendemos ser imprescindível a manutenção do presidencialismo no País.

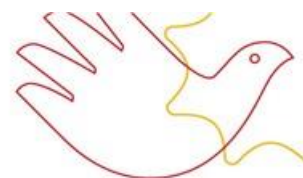
A maioria esmagadora dos membros do Congresso Nacional compõem bancadas conservadoras entorno de partidos de uma maioria centro-esquerda ou de esquerda.

Tivemos 147,3 milhões de eleitores aptos a votar em 2018, nas últimas eleições presidenciais. Ou seja, um mandatário do presidente espelham o desejo da maioria dos eleitores brasileiros.

Entendemos que o voto deve ser direto e proporcional.

Porque temos 513 Deputados Federais e 81 Senadores, ou seja, um universo de 584 pessoas, número limitado e fácil de ser cooptado pelos setores financeiros.

A eleição deve ser direta com a vontade da maioria dos eleitores do País. Elegendo um Presidente da República e com o voto proporcional respeitando o desejo do eleitor.



Dep. ISALTINO

~~DEBATE~~ ~~RELEVANTE~~

A REPÚBLICA BRASILEIRA COMPLETOU ~~130~~  
 130 (CENTO E TRINTA ANOS) NO ÚLTIMO  
 DIA 15 DE NOVEMBRO DE 2019.

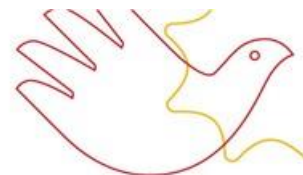
DE 1889 ATÉ O ANO DE 1930  
 O VOTO ERA ABERTO. APÓS DE  
 GOVERNO DO PRESIDENTE GETÚLIO  
 VARELA INSTITUIU O VOTO FECHADO.  
 AFIANÇA  
 UMA ~~SEGUNDA~~ AO CORONELISMO.

~~APÓS~~ MESMO A FAZTA DESTA  
 DECISÃO DO VOTO FECHADO AINDA  
 PREVALIA NA GRANDE MAIORIA  
 DO NOSSO EXERCÍCIO E AINDA  
 PAÍS, O PODER ~~ESTÁVEL~~ FINANCEIRO.

O VOTO PROPORCIONAL É A  
 OPORTUNIDADE DE QUE AINDA  
 RENOVAR <sup>política</sup> COM NOVAS IDEIAS  
 E SEGUIMENTOS COM MELHOR POSI-  
 APOSTAR



1



~~Em todos os níveis independentemente~~  
~~do município do estado~~  
 TODOS OS NÍVEIS DE CADA  
 EXISTOR EM QUALQUER LOCAL  
 SERÁ RECONHECIDO E MANUTIDA.  
 FORTALECENDO A DEMOCRATIZAÇÃO  
 E A ~~representatividade~~ REPRESENTATIVIDADE  
 ESPECIALMENTE ~~em~~ DOS LEGISLADORES  
 MESMO REPRESENTANTES. EM  
 DETRIMENTO DOS CORRENTES E  
 DOS FEUROS DO PSB ECONOMIA.

A RESPEITO DO MOMENTO  
 POLÍTICO <sup>ULTIMO</sup> CONSERVADOR CAPTIVADO  
 POU ANO PRESIDENTE DA REP  
 REPÚBLICA. DO QUESTIONAMENTO  
 A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA  
 GRANDE MAIORIA DE MEMBROS  
 DA CÂMARA FEDERAL E DO  
 SENADO. ENTENDENDO SER



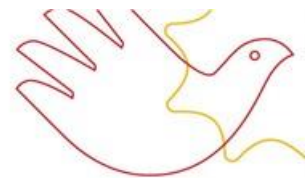


IMPRELINDIVEL A MANUTENÇÃO  
 DO PRESIDENCIALISMO. NO PAÍS.

~~2ª~~ A MISSÃO É MAIOR DO  
 DO MEMBROS DO CONSELHO  
 NACIONAL COMPOE A  
 BANCA COMITENTE EM  
~~2ª~~ CENTRO E SUPOSTO O DE  
 ESTUDO. ~~2ª~~  
 (DE UMA MANEIRA)

DO TÍTULO ~~PARA CLARIFICAR~~  
~~OS~~ ~~DE~~ ~~COM~~ ~~MUNDO~~ ~~DE~~  
~~ESTUDO~~ ~~127~~ ~~3~~ ~~MUNDO~~ ~~DE~~  
 ESTUDO ATÉ A VOTAÇÃO  
 2018 NO ÚLTIMO SUCESSO.  
 PRESIDENCIALISMO.  
 O JORNAL UM PROGRESSO  
 MAROATIANO DO PMB DEVE  
 ESPERAR O DESEJO DA MAIORIA  
 DO SUCESSO BANCA COMITENTE.





Entendemos que o voto  
deve ser direto, ~~pro~~ e  
proporcional

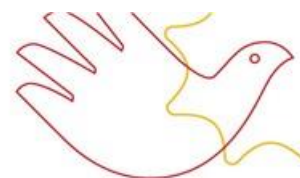
Porque temos 513 deputados  
federais e ~~81~~ ~~deputados~~  
em cada um universo de  
Até 500 mil habitantes. Número  
limitado e fácil de ser  
controlado pelos ~~deputados~~  
financeiros.

A ética deve ser diferente  
com a vontade da maioria  
dos eleitores do país. ~~Se~~

~~Se~~ ~~deve~~ ~~ser~~ ~~um~~  
governo um presidente  
da república e com o  
voto proporcional respeitando  
o direito do eleitor



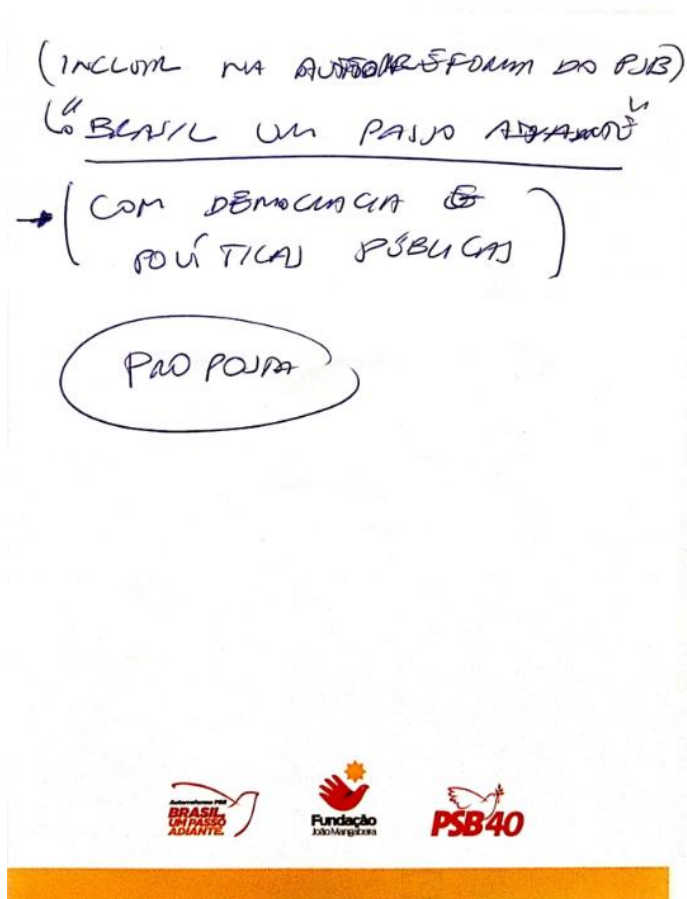
4

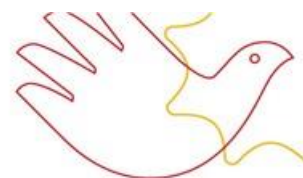


### Anexo 3 – Ajuste na Frase da Logomarca da Autorreforma

Deputado Estadual **Isaltino Nascimento** - PSB-PE.

Incluir na logomarca após as palavras “Brasil Um Passo Adiante” as palavras “Com Democracia e Políticas Públicas”.



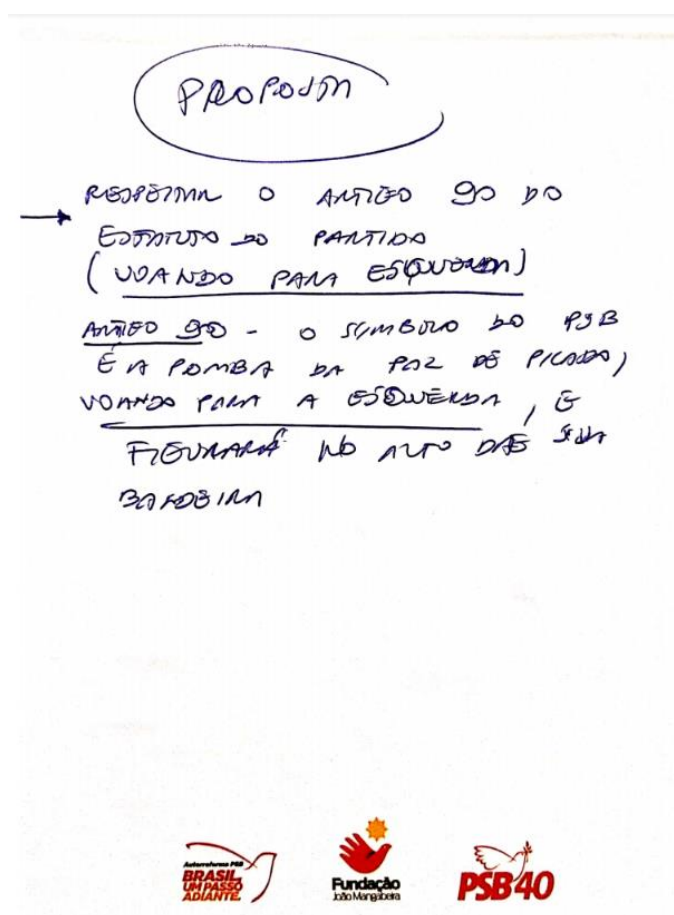


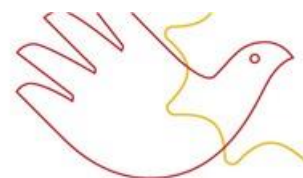
#### Anexo 4 – Respeito ao Artigo 90 do Estatuto do PSB

Deputado Estadual **Isaltino Nascimento** - PSB-PE.

Respeitar o Artigo 90 do Estatuto do PSB (voando para a esquerda).

“Artigo 90 – O símbolo do PSB é a pomba da paz do Picasso, voando para a esquerda, e figurará no alto de sua bandeira.



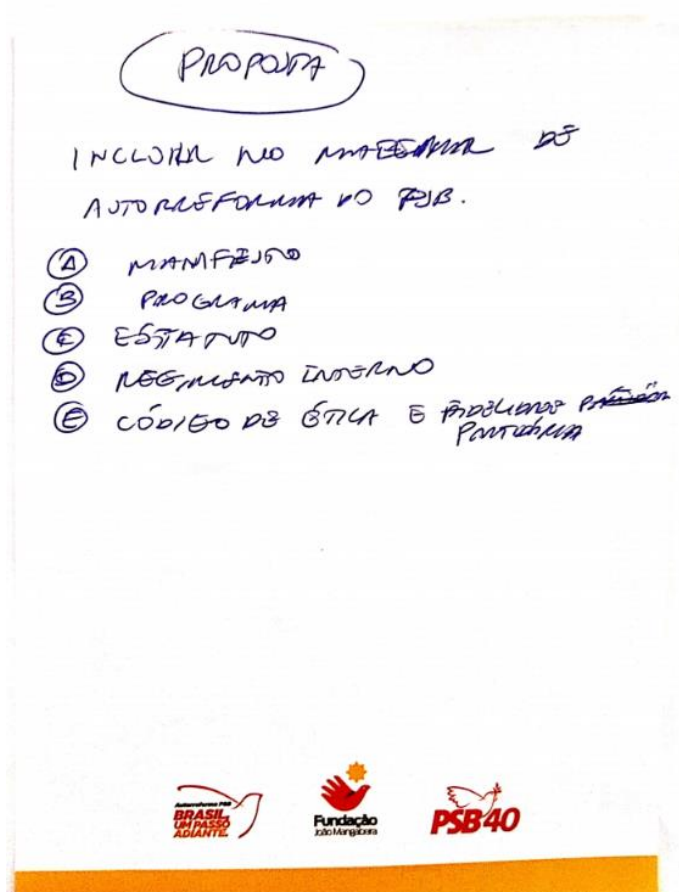


## Anexo 5 – Incorporar Documentos Estruturantes do PSB ao Documento da Autorreforma

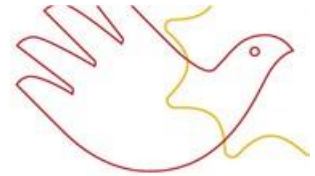
Deputado Estadual **Isaltino Nascimento** - PSB-PE.

Incorporar no material da Autorreforma do PSB:

- Manifesto
- Programa
- Estatuto
- Regimento Interno
- Código de Ética e Fidelidade Partidária







## Anexo 6 – Incorporar ao Documento da Autorreforma o tema da Democratização dos Meios de Comunicação do País

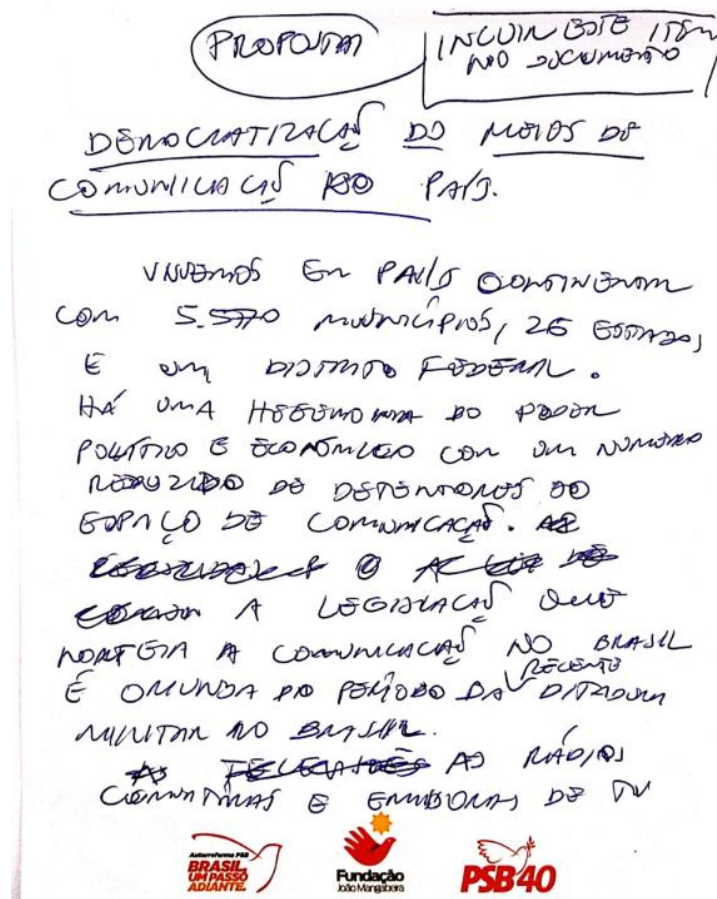
Deputado Estadual **Isaltino Nascimento** - PSB-PE.

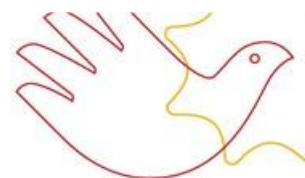
Democratização dos Meios de Comunicação.

Vivemos num País continental com 5.570 municípios, 26 Estados e um Distrito Federal.

Há uma hegemonia do poder político e econômico com um número reduzido de defensores do espaço de comunicação. A legislação que norteia a comunicação no Brasil é oriunda do período da recente ditadura militar o Brasil.

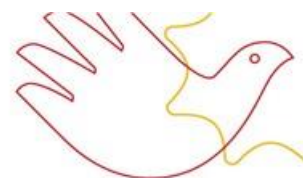
As rádios comunitárias e emissoras de TV controladas pela sociedade certamente vão possibilitar a ampliação de alternativas de comunicação para o cidadão, dando possibilidades a que nos Municípios, Estados e Distrito Federal e no nível nacional permitirá uma democratização dos meios de comunicação.





CONTRARIAMENTE À BOLA SOCORRIDA.  
CONTAMONTO NÃO POSSIBILITA  
NÃO A AMPLIACÃO DE ALTERNAN-  
TIVAS DE COMUNICAÇÃO PARA  
O CIDADÃO. BUSCAMOS DADOS  
POLÍTICAS A QUE NOS  
MUNICÍPIOS, ESTADOS E DISTRITO  
FEDERAL E NO NÍVEL NACIONAL  
PERMITIRÁ UMA DEMOCRATIZAÇÃO  
DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.

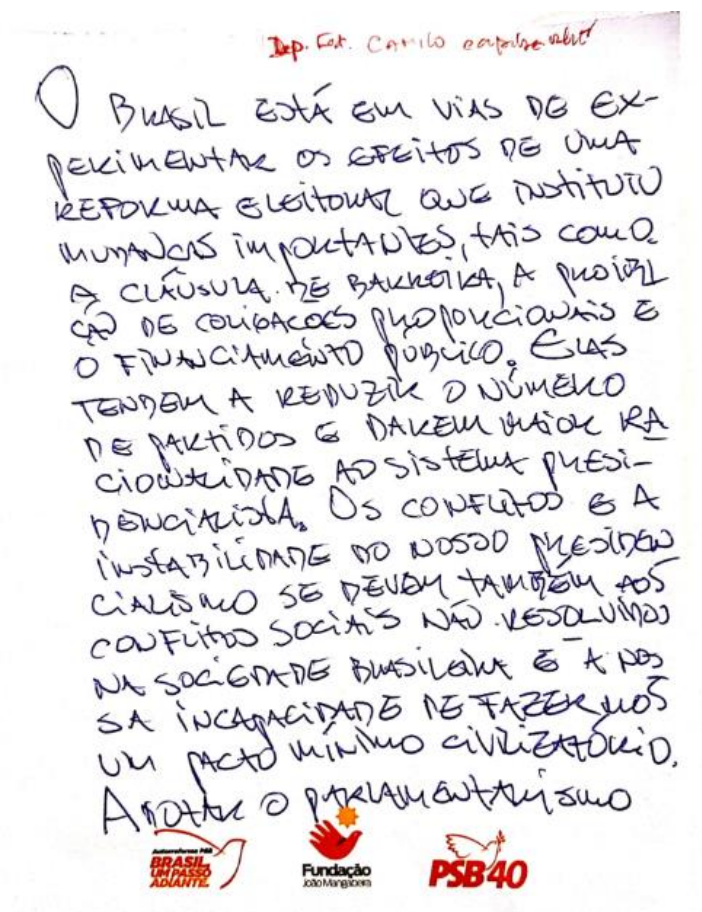


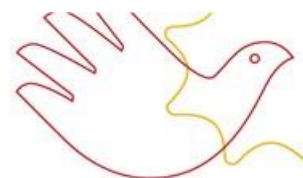


## Anexo 7 – Defesa do Presidencialismo.

Deputado Federal **Camilo Capiberibe** - PSB-AP.

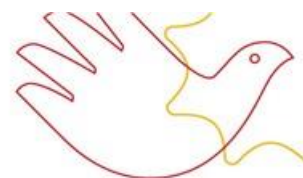
O Brasil está em vias de experimentar os efeitos de uma reforma eleitoral que instituiu mudanças importantes, tais como a Cláusula de Barreira, a Proibição de Coligações Proporcionais e o Financiamento Público. Elas tendem a reduzir o número de partidos e darem maior racionalidade ao Sistema Presidencialista. Os conflitos e a instabilidade do nosso presidencialismo se devem também aos conflitos sociais não resolvidos na sociedade brasileira e à nossa incapacidade de fazer um pacto civilizatório. Adotar o parlamentarismo não vai resolver esses conflitos. A engenharia institucional não será capaz de resolver nossos conflitos e contradições.





NÃO VAI RESOLVER ESSES CONFLITOS.  
A EMBENHADA INSTITUCIONAL NÃO  
DELA CAPAZ DE RESOLVER ESSES  
CONFLITOS E CONDIÇÕES.

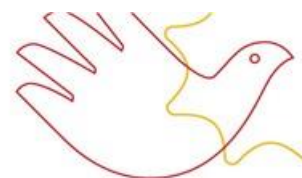




## **Anexo 8 – Proposta em defesa do parlamentarismo.**

*Esta manifestação, foi coletada nos debates ocorridos no Eixo III*

Vivemos em regime presidencialista com regramento fortemente parlamentarista. O resultado é que em nome da governabilidade, reinou o toma lá dá cá, a corrupção e um monte de outros equívocos nada republicanos. Proponho que o Partido defenda de forma clara, o Regime Parlamentarista de Governo!



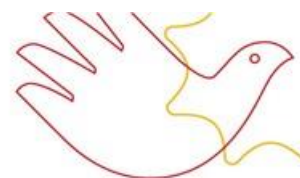
## Anexo 9 – Proposta de Articulação da Internacional Democrática Socialista.

Proponente: Presidente da FJM **Ricardo Coutinho** - PSB-PB.

Ao Partido Socialista Brasileiro e para outros partidos no mundo,, seria importante a criação de uma nova **Internacional Democrática Socialista** para se contrapor à globalização econômica capitalista ultraliberal e criação de plataforma socialista, baseada na radicalidade democrática junto a convivência de pessoas de locais e realidades diferentes.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2019.

PROPOSTA: Propõe RC  
Ao PSB e para outros partidos no mundo, seria importante a criação de uma nova INTERNACIONAL DEMOCRÁTICA SOCIALISTA para se contrapor à globalização econômica capitalista ultra-liberal e criação de uma plataforma socialista baseada na radicalidade democrática junto a convivência de pessoas de locais e realidades diferentes.  
29/11/19  
Ricardo Coutinho



## **Anexo 10 - Moção de repúdio à nomeação de Sérgio Nascimento Camargo para a presidência da Fundação Palmares.**

Deputado Federal **Bira do Pindaré** – PSB-MA.

O Partido Socialista Brasileiro, reunido em conferência nacional para debater a sua autorreforma, manifesta seu veemente repúdio à nomeação de Sérgio Nascimento Camargo para a presidência da Fundação Palmares.

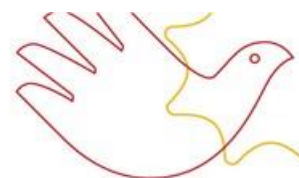
A Fundação Palmares é uma conquista histórica do movimento negro brasileiro para enfrentamento do racismo no Brasil, criada para resguardar, defender e promover a cultura e manifestações afro-brasileiras. Ela tem o papel de reforçar a cidadania, a identidade e a memória do povo negro e tem como uma das principais atribuições a certificação das comunidades quilombolas, e que eu faço questão de frisar que neste momento presido a Frente Parlamentar Quilombola em nome do PSB no Congresso Nacional.

Não podemos admitir em hipótese alguma que uma entidade dessa envergadura seja presidida por um cidadão que nega a existência do racismo no Brasil e que afirma que a escravidão foi benéfica aos negros.

Não podemos admitir que a Fundação Palmares seja comandada por um indivíduo conhecido nas redes sociais por declarações racistas, que atacam a cultura, simbologias e lideranças da memória do movimento e do povo negro brasileiro. Que agridem personalidades negras, que cumprem importante papel no empoderamento da população negra no País e cujo próprio irmão se refere a ele como capitão do mato.

Portanto, a nomeação de Sérgio Nascimento de Camargo é, antes de tudo, uma violência repugnante contra o povo negro neste País. Mais um capítulo de maldades e de ataques do Governo Bolsonaro a direitos historicamente conquistados. Não podemos concordar com isso. Reagiremos com toda veemência.

Em nome do PSB, viva Zumbi! Viva Dandara! Viva a luta do povo negro!



#### \*Moção de Repúdio\*

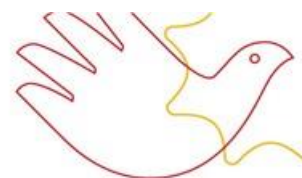
O Partido Socialista Brasileiro, reunido em Conferência Nacional para debater sua Autorreforma, manifesta seu veemente repúdio à nomeação de Sergio Nascimento de Camargo para a presidência da Fundação Palmares.

A Fundação Palmares é uma conquista histórica do Movimento Negro brasileiro para enfrentamento do racismo no Brasil, criada para resguardar, defender e promover a cultura e manifestações afro-brasileiras. Ela tem o papel de reforçar a cidadania, a identidade e a memória do povo negro, e tem, como uma das principais atribuições, a certificação das comunidades quilombolas. Não podemos admitir, em hipótese alguma, que uma entidade dessa envergadura seja presidida por um cidadão que nega a existência do racismo no Brasil e que afirma que a escravidão beneficiou os negros.

Não podemos admitir que a Fundação Palmares seja comandada por um indivíduo conhecido nas redes sociais por declarações racistas que atacam a cultura, simbologias e lideranças da memória do movimento e do povo negro brasileiro, que agride personalidades negras que cumprem importante papel de empoderamento da população negra no país, e cujo o próprio irmão se refere a ele como 'capitão do mato'.

Portanto, a nomeação de Sergio Nascimento de Camargo é, antes de tudo, uma violência repugnante contra o povo negro desse país. Mais um capítulo de maldades e de ataques do governo Bolsonaro a direitos historicamente conquistados. Não podemos concordar com isso. Reagiremos com veemência. ~~De lá registro meu repúdio e informo que estamos entrando com uma representação junto ao Ministério Público solicitando a exoneração deste cidadão da presidência da Fundação~~





## **Eixo Temático II – DESENVOLVIMENTO, CULTURA E MEIO AMBIENTE**

### **Políticas para a Amazônia, empregos verdes, economia verde.**

- Coordenador: Paulo Bracarense
- Relator: Rafael Araripe Carneiro

#### **Desenvolvimento, Cultura e Meio Ambiente**

Devemos defender com enorme ênfase o sentido de urgência da necessidade de proteção do meio ambiente diante dos dados que se apresentam e dos riscos ambientais iminentes.

Para que o modelo de desenvolvimento sustentável seja efetivo não bastam apenas diretrizes claras, já que também é fundamental que o Estado brasileiro faça que as leis vigentes sejam respeitadas. O Estado brasileiro atualmente não consegue combater a criminalidade ambiental ou às vezes a incentiva. As queimadas, o desmatamento ilegal, a grilagem de terras, o garimpo ilegal e predatório precisam ser contidos com os instrumentos legais existentes e com novas leis que coíbam a ação de criminosos e predadores do meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável perpassa ainda pela reinvenção da industrialização brasileira com base no aproveitamento econômico da biodiversidade. Com agregação de valor, a bioeconomia modificará o modelo econômico atual da expansão da fronteira agrícola e de pecuária.

#### **Políticas para a Amazônia**

A Amazônia é ainda muito pouco estudada, embora muito explorada. E as soluções para a Amazônia não podem ser pensadas apenas a partir do centro---sul brasileiro, sendo necessário o envolvimento direto e preponderante de todos os povos tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores, raizeiros, seringueiros, quebradeiras de cocos, ribeirinhos, castanheiros).

A bioindústria na Amazônia aumentará a renda total da região e reduzirá as desigualdades sociais e econômicas, já que grande parte dessa renda será destinada às populações locais. Temos, portanto, que avançar na criação de polos de biodiversidade, aprimorar a pesquisa científica e desenvolver laboratórios com diferentes cadeias de valor. Para isso é preciso articular o trabalho e o financiamento de órgãos e institutos de pesquisa.

#### **Economia Verde, Limites e Escassez dos Recursos Naturais**

Fazem necessários mais incentivos e políticas públicas para a agricultura familiar no contexto de desenvolvimento sustentável local. Para tanto, a agricultura familiar depende da reforma agrária, além do desenvolvimento de condições mínimas de produção. Assim, o



Poder Público deve realizar amplo movimento para reconhecimento dos reais proprietários das terras brasileira e combate aos grileiros, o que trará segurança jurídica especialmente aos pequenos e médios produtores. A reforma agrária deve compor uma bandeira de defesa permanente e inegociável do PSB.

Um dos grandes desafios nacionais é a valorização daqueles que fazem da terra seu sustento. Devemos fortalecer políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, com garantia de crédito rural, tecnologia, assistência técnica, extensão rural, programas para comercialização da produção, garantia de preços mínimos e agregação de valor. Lutar ainda pela manutenção da previdência rural do agricultor e estimular a agricultura orgânica mediante a substituição do uso dos agrotóxicos e o pagamento de serviços ambientais para agricultores que preservem os mananciais de água e os recursos florestais nas propriedades.

Os sistemas de integração lavoura, pecuária e floresta em suas diferentes modalidades já são uma realidade no Brasil e devem ser expandidos. O futuro da agricultura depende de intensificação e sustentabilidade dos sistemas de proteção, agregação de valor nas cadeias produtivas e convergência tecnológica e de conhecimentos.

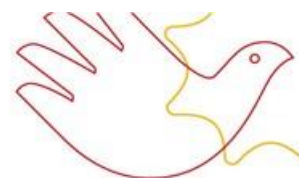
Deve---se incluir a proteção às águas como elemento norteador para as políticas públicas e o Projeto de Brasil. A água é recurso natural propulsor histórico de grandes batalhas do mundo. Assim, os recursos hídricos, a água potável, o saneamento e o tratamento de esgoto devem ser prioridades como estratégia nacional de desenvolvimento e preservação do meio ambiente.

A legislação precisa ser adequada aos distintos biomas brasileiros, a fim de que as regras considerem as diferenças e especificidades de cada bioma.

Entendendo a matriz energética brasileira como um conjunto de fontes estratégicas e essenciais ofertadas no Brasil para captar, distribuir e utilizar energia nos setores comerciais, industriais e residentes, temos que agir contra o desmonte da nossa matriz energética principalmente para o capital internacional, do qual não podemos ter nossa soberania financeira e estratégica refém.

Ademais, o Estado brasileiro deve expandir mecanismos de compensação ambiental. O desenvolvimento com sustentabilidade exige que sejam plantadas florestas e mudas de árvores como forma de antídoto mais efetivo ao “efeito estufa”, principalmente recuperando áreas degradadas. Uma das práticas governamentais que teriam significativo efeito nessa direção seria agregar a cada obra pública exigência de compensação ambiental, de modo que todo impacto ambiental inevitável seja compensado ambientalmente, de modo a perseguir a preservação e proteção das gerações futuras.

Além da perda de biodiversidade, o Brasil deixa de arrecadar bilhões de reais anualmente com isenções, deduções e incentivos às indústrias de agrotóxicos. Além dos danos ambientais, sociais e na saúde humana do uso dessas substâncias, o incentivo fiscal aos agrotóxicos acaba sendo uma concorrência desleal com a agricultura orgânica que não dispõem do mesmo incentivo para os produtos de controle biológico de pragas. Neste ano



de 2019, o Ministério da Agricultura já promoveu o registro de 467 novas marcas de agrotóxicos para o mercado.

Menos carros à combustão e óleo diesel, que são muito enormes poluentes do meio ambiente, mais energia solar e eólica para o transporte coletivo, escolar e de taxis precisam ser focos de atuação dos governos socialistas. A sustentabilidade deve se tornar conceito central de sociedade e depende da educação ambiental que deve ser fornecida nas escolas para todas as crianças e adolescentes.

O aquecimento global é hoje o fenômeno que bem denuncia a problemática ecológica que, há mais de cinquenta anos, vem se impondo como questão principal nas esferas cultural, política e econômica dos humanos. Nesse contexto precisamos priorizar as políticas públicas de enfrentamento das mudanças climáticas e cumprir os compromissos já assumidos, como os Tratados de Kyoto e de Paris.

Sugere-se que o PSB crie uma Secretária Nacional de Meio Ambiente e implante Observatório da Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), além do que a Fundação João Mangabeira desenvolver plataforma de monitoramento e avaliação de indicadores sócio---econômicos alinhados à agenda global dos ODS, com o objetivo de adaptar as metas à realidade brasileira, respeitando as diferenças regionais e os arranjos produtivos locais. Promover a territorialidade da agenda ODS---2030, objetivando sensibilizar e conscientizar os gestores municipais.

### **Empregos Verdes**

Por fim, na busca de mais empregos verdades a reciclagem de resíduos e de outros materiais possui condições de oferecer postos de trabalho para uma efetiva transição para uma economia ambientalmente sustentável com a adoção de novos padrões de consumo e produção.

A opção do PSB deve ser de explícita aproximação do movimento do ECOSSOCIALISMO que vem se desenvolvendo, em vários países, no sentido de maior engajamento pela luta ecológica, através da atuação conjunta com organizações não governamentais e instituições culturais assumindo, assim, enfaticamente, que o socialismo hoje deve ter como dimensão fundante o engajamento na luta ecológica.

Viva o meio ambiente, viva o desenvolvimento, viva o socialismo!

-----

Foram entregues à Comissão de Sistematização as seguintes propostas / emendas, constantes nos Anexos **11 ao 14**, a seguir:



## **Anexo 11 - Proposta A Sociedade é a Continuação da Natureza**

Proposta apresentada por **Fernando Mousinho** – PSB-DF

A sociedade é a continuação da natureza.

Nas últimas décadas a industrialização brasileira tem se caracterizado pela primarização da economia. Uma economia de produtos primário baseada em minério e produtos agrícolas precários de alta tecnologia.

É preciso reinventar a industrialização brasileira com base no aproveitamento econômico da biodiversidade. Com agregação de valor, e o valor desta Bio economia é muito superior ao modelo econômico atual de expansão da fronteira agrícola e da pecuária. A agregação de valor do açaí é dez vezes mais rentável do que a pecuária de mais alta rentabilidade na Amazônia e é até quatro ou cinco vezes mais rentável do que um hectare de soja.

A bioindústria na Amazônia aumentaria a renda total da região e diminuiria as desigualdades sociais e econômicas porque boa parte desta renda seria apropriada pelas populações locais além de conectar a região a economia nacional e internacional.

Temos, portanto, que avançar na criação de polos de biodiversidade e desenvolver laboratórios com diferentes cadeias de valor como por exemplo a de açaí, do cupuaçu, da castanha e da genômica. Para isso é preciso articular o trabalho e o financiamento de órgãos e institutos de pesquisa da região de reconhecimento científico do quilate da Embrapa, UFOPA, UFRA entre **outros**.

Por fim, creio que esse breve panorama é suficiente para concluirmos que é necessário promover uma radical mudança de Cultura de produção, substituindo o secular modelo baseado no latifúndio da monocultura pelo aproveitamento da biodiversidade.

A sociedade é a continuação da natureza, esse há de ser nosso lema socialista.



## CONFERÊNCIA DA AUTORREFORMA DO PSB

### Eixo Temático II – Desenvolvimento e meio ambiente

*A sociedade é a continuação da natureza.*

Fernando Mousinho (PSB-DF)

Nas últimas décadas a industrialização brasileira tem se caracterizado pela primarização da economia. Uma economia de produtos primário baseada em minério e produtos agrícolas precários de alta tecnologia.

É preciso reinventar a industrialização brasileira com base no aproveitamento econômico da biodiversidade. Com agregação de valor, o valor dessa bioeconomia é muito superior ao modelo econômico atual de expansão da fronteira agrícola e da pecuária. A agregação de valor do açaí é dez vezes mais rentável do que a pecuária de mais alta rentabilidade na Amazônia, e é até quatro ou cinco vezes mais rentável do que um hectare de soja.

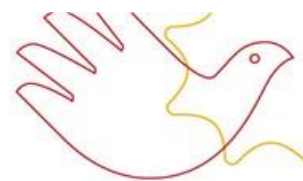
A bioindústria na Amazônia aumentaria a renda total da região e diminuiria as desigualdades sociais e econômicas, porque boa parte dessa renda seria apropriada pelas populações locais. Além de conectar a região à economia nacional e internacional.

Temos, portanto, que avançar na criação de polos de biodiversidade e desenvolver laboratórios com diferentes cadeias de valor, como por exemplo, a de açaí, do cupuaçu,

da castanha e da genômica. Para isso é preciso articular o trabalho e o financiamento de órgãos e institutos de pesquisa da região de reconhecimento científico do quilate da Embrapa, INPA, UFOPA, UFRA entre outros.

Por fim, creio que esse breve panorama é suficiente para concluirmos que é necessário promover uma radical mudança de cultura de produção, substituindo o secular modelo baseado no latifúndio de monocultura pelo aproveitamento da biodiversidade.

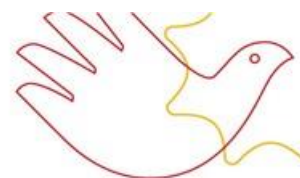
A sociedade é a continuação da natureza, esse há de ser nosso lema socialista.



## **Anexo 12 - Proposta da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar – Desenvolvimento Rural Sustentável**

Proposta apresentada pelos Deputados Federais Heitor Schuch – PSB-RS e Vilson da Fetaemg – PSB-MG (Frente Parlamentar da Agricultura Familiar).

Arquivo encontra-se em separado, na versão PDF.



### Anexo 13 - Proposta – O PSB e o Ecosocialismo

Proponente: Adriano Sandri -PSB-DF.

#### A Questão Sócio-Ambiental

O aquecimento global é hoje o fenômeno que melhor denuncia a problemática ecológica que, há mais de cinquenta anos, vem se impondo como questão principal nas esferas cultural, política e econômica dos humanos. Sempre mais a ecologia se apresenta como o campo da revolução que a humanidade tem que realizar. Como afirma com clareza e precisão o documento emanado pelo Sínodo da igreja católica sobre a Amazônia “*Instrumentum Laboris*” de 26 de outubro deste ano, é necessário ‘*abraçar e praticar o novo paradigma da ecologia integral*’ (*idem*, item 4), e ‘*forjar um projeto de vida plena...que se caracteriza pela conectividade e harmonia de relações entre a água, o território e a natureza, a vida comunitária e a cultura, Deus e as diversas forças espirituais*’. (*idem*,9). Diante do ‘*modelo de desenvolvimento predatório e ecocida*’ (*Idem*, 46) precisa implementar um sistema de ‘*formação de ecologia integral como eixo transversal*’ (*idem*,57), tendo como fundamentos ideológicos o princípio de que ‘*a ecologia integral tem como fundamento o fato de que tudo está intimamente relacionado e por isto ecologia e justiça social estão intrinsecamente unidos*’ (*Idem*,66). Na compreensão deste documento ‘*o pecado ecológico é uma ação ou omissão contra Deus, o próximo, a comunidade, o ambiente ...e as futuras gerações*’ (*Idem*,82). E ainda o documento convida a todos para ‘*proteger a terra mudando nossa cultura de consumo excessivo, a produção de resíduos sólidos, estimulando o reutilização e a reciclagem,... reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e a utilização do plástico, mudando nossos hábitos alimentares (excesso de consumo de carnes e de peixes e mariscos)... procurando alternativas sustentáveis na agricultura, energia e mobilidade.. promovendo a educação em ecologia integral*’ (*idem*, 84).

As citações deste atual documento de uma entre as milhares de forças culturais engajadas naquela que na linguagem socialista chamamos de ‘*revolução cultural*’, visa definir nossa compreensão do problema ecológico dentro e juntos com as incontáveis iniciativas que hoje se destacam na luta por uma ecologia integral. A poluição das águas e dos mares, a destruição de florestas e a contaminação por agrotóxicos do solo e dos alimentos, a poluição da atmosfera e do ar que respiramos nas cidades e nos espaços da agricultura industrializada e envenenada, o derretimento das calotas polares, o avanço da desertificação de vários biomas entre tantas calamidades, são sinais de uma ação humana que coloca em sério perigo a existência de todas as formas de vida no planeta.

A opção do PSB é a de se aproximar do movimento do **ECOSSOCIALISMO** que há décadas vem desenvolvendo, em vários países e nações, um trabalho de engajamento por uma luta ecológica que, avançando no caminho construído ao longo de mais de meio século por partidos ecológicos como os Partidos Verdes, por organizações não governamentais, instituições culturais como as igrejas, e assumir explicitamente que o socialismo hoje deve ter como dimensão fundante o engajamento na luta ecológica, pois socialismo distante da luta ecológica não é socialismo e luta ecológica sem os princípios e a ideologia do socialismo democrático é uma ecologia incompleta.



A história do socialismo nos últimos dois séculos carrega uma herança muito positiva em todas as lutas emancipatórias nas relações trabalhistas, sociais e nas relações políticas contra todo tipo de colonialismos. Mas errou ao entender e praticar uma competição com o capitalismo como etapa que precederia a instalação de regimes socialistas: o socialismo não pode comungar com o consumismo, e deve ser radicalmente crítico sobre o que produzir, como produzir, quanto produzir, onde produzir, pois refutando radicalmente o princípio capitalista de que a felicidade se dá na insaciável satisfação do possuir e do consumir.

É preciso uma radical revolução na ideologia socialista. Para o socialismo é fundamental unir sistematicamente as lutas sociais por justiça, equidade, bem-estar econômico, desenvolvimento social e pelos direitos humanos com as lutas pela preservação e a boa utilização dos bens que a natureza, o nosso planeta Terra, coloca a disposição de todos os seres vivos, vegetais, animais e seres humanos. A harmonia entre todos os seres vivos deve se tornar a forma cultural, portanto política, econômica e estética do agir, prioridade da perspectiva política do socialismo. Com tais premissas, o PSB, em seu processo de Autorreforma, deve assumir as propostas de diretrizes políticas e programáticas a seguir:

### **Diretrizes Políticas**

#### **A. Ecosocialismo**

- 1 Afirmar o papel fomentador e regulador do Estado, na concepção socialista de Estado, na determinação do valor de uso da produção de bens, do objetivo da satisfação equitativa das necessidades de todas as pessoas e de toda a humanidade, não aceitando que o mercado seja o determinante absoluto na afirmação do valor do produto, substituindo a racionalidade econômica dominante por uma racionalidade econômica e social, em ruptura da lógica capitalista produtivista, de exploração ilimitada dos recursos naturais, destruidora dos ecossistemas e de maximização do lucro;
- 2 Substituir o Estado por um modelo de governança socioambiental democrático, visando construir uma cultura que tenha como premissa o valor social de todos os meios de produção, as formas coletivas e comunitárias de propriedade e de produção, a universalização e o empoderamento equitativo de todo tipo de poder, sem discriminações de sexo, etnia, religião e culturas.
- 3 Adotar o planejamento democrático que permita à sociedade a possibilidade de definir seus objetivos no que concerne ao investimento e à produção e novas estruturas tecnológica das forças produtivas.
- 4 Objetivar o decrescimento da produção, graças à autolimitação das necessidades de consumo, assumindo que a sociedade pode produzir melhor com menos. Uma declaração de guerra ao capitalismo e seu produtivismo.
- 5 Construir culturalmente a sociedade egocêntrica onde tudo está em volta do todo superando a atual cultura da sociedade antropocêntrica onde o meio ambiente é tudo o que está em volta de ser humano.
- 6 Assumir o projeto da economia verde ou circular que objetiva obter a melhoria do bem-estar humano e da equidade social, economia socialmente inclusiva e ambientalmente





adequada, que promove a redução das emissões de poluentes, intensifica a eficiência energética usando fontes renováveis de energia e reforça a conservação da biodiversidade.

7 Praticar a radical emancipação do trabalho incluindo o fim da divisão sexual do trabalho e separação e hierarquização da produção manual e intelectual.

### **B. Amazônia**

8 Fortalecer o conceito de “florestania”, a cidadania dos povos da floresta, que privilegia o desenvolvimento humano em convergência com a conservação ambiental.

9 Valorizar os saberes locais e tradicionais, sobretudo os dos povos indígenas, como parte da cultura brasileira e nos processos educacionais de sua população.

10 Criar mecanismos autênticos de empoderamento socioeconômico dos povos da floresta.

11 Refutar incisivamente a comercialização internacional de produtos da Amazônia na condição de matéria-prima barata.

1. Desenvolver todas as ações necessárias a inserir o Brasil no contexto da economia criativa, que já se transformou, nas economias desenvolvidas, no principal elemento de geração de valor.

12 Investir pesadamente em educação, ciência, tecnologia e inovação, como elemento essencial ao desenvolvimento em geral e no desenho de uma verdadeira política industrial, que amplie a produtividade e competitividade da indústria nacional.

13 Defender a soberania da região amazônica, com base no Programa Ocupação Inteligente da Amazônia, fundamentado essencialmente na articulação de iniciativas das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação, tendo por metas principais promover a sustentabilidade econômica regional e inclusão social, criando derivados dos produtos amazônicos, fortalecendo alternativas de economia local.

### **Diretrizes Programáticas**

### **C. Ecosocialismo**

14 Consolidar o zoneamento ecológico e econômico das sub-regiões, em conformidade com os diversos biomas que compõem o território brasileiro, definindo as respectivas vocações.

15 Instituir, por meio da Fundação João Mangabeira, Centros de Estudos especializados por cada bioma, para formar e capacitar prioritariamente os agentes políticos do PSB na elaboração e aplicação das políticas ecossociais.

16 Rever profundamente a questão fundiária, eliminando a grilagem e as propriedades particulares com mais de 10 mil hectares. Não emitir mais títulos de propriedade da terra, mas somente concessões que serão renovadas apenas com o cumprimento ferrenho da legislação.

17 Rever e aperfeiçoar o modelo de reservas extrativistas, para ampliá-las nos locais em que forem adequadas e viáveis.



18 Estabelecer um cuidadoso planejamento de longo prazo para os aproveitamentos energéticos e minerais que sejam essenciais ao desenvolvimento brasileiro, minimizando seus impactos socioambientais.

19 Implementar um projeto nacional de reflorestamento em todos os biomas e de recuperação das matas ciliares

#### **D. Amazônia**

20 Implementar um ecossistema de inovação vinculado à quarta revolução industrial específico da Amazônia, para que possam ser aplicadas combinações tecnológicas digitais, biológicas e materiais avançados, aos recursos naturais renováveis, ativos biométricos, serviços ambientais, moléculas e biodiversidade. (1)

21 Aprimorar a proteção legal de áreas de florestas. Proteger as unidades de conservação e terras indígenas da região;

22 Tratar a Região Amazônica como absoluta prioridade nacional, no âmbito do desenvolvimento sustentável, unindo todos os atores nacionais em um projeto de valorização regional, com intenso investimento em ciência e tecnologia;

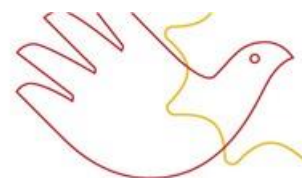
23 Definir projetos de reocupação das áreas desmatadas com atividades compatíveis, barrando o avanço destrutivo do agronegócio, e projetos de reflorestamentos.

24 Priorizar as hidrovias e um modelo de logística de transporte que privilegie a utilização dos recursos disponíveis na região.

#### **NOTA**

*Esta contribuição ao debate procura sintetizar autores e debates de diferentes campos, dentro e fora do partido. Além de ideias do autor, foram incorporadas reflexões e contribuições do seminário sobre Ecosocialismo realizado em Teresina (PI) com participantes do Piauí, Ceará e Maranhão, o seminário sobre a temática da Amazônia da série "Pense Brasil" realizado em Macapá (AP), e no grupo do WhatsApp PSB40, a contribuição do prof. Arlindo Nogueira, o documento do Sínodo da Igreja Católica "Instrumento Laboris".*

*Autor: Adriano Sandri - FJM*



#### Anexo 14 - Proposta – Defesa da Água Como Bem Indisponível

Proponente: Deputado Estadual Jeová Vieira Campos - PSB-PB.




Pedido,

O PSB deve fazer a defesa da água como bem indisponível – proibição da venda do Sistema Eletrobras – preservar rios e barragens no patrimônio da União.

PEDIDO  
O PSB DEVE FAZER  
A DEFESA DA ÁGUA COMO  
BEM INDISPONÍVEL. PROIBI  
ÇÃO DA VENDA DO SISTEMA  
ELETROBRÁS. PRESERVAR  
RIOS E BARRAGENS NO  
PATRIMÔNIO DA UNIÃO.

Dep. Jeová Vieira Campos  
PSB-PB

Preservar fonte permanente  
das águas





### **Eixo Temático III - POLÍTICAS SOCIAIS**

**Educação, saúde pública, seguridade social, cultura diversidade e identidade nacional, saneamento ambiental, reforma agrária, reforma urbana, direitos humanos, gênero e raça, segurança pública.**

- Coordenador: Deputado Molon
- Relatora: Adriana Silva

Aos 29 dias do mês de novembro de 2019, reuniram-se em uma das salas no Othon Hotel, Rio de Janeiro – RJ, às 9 horas, os participantes da Conferência **AUTORREFORMA DO PSB** vinculados ao Eixo Temático III, coordenado pelo Deputado Federal Alessandro Molon e com a relatoria de Adriana Silva. Alguns participantes entregaram suas contribuições em papel para digitação e inclusão como proposta.

- (1)** O deputado Heitor Schuch, sobre questões agrícolas e agrárias;
- (2)** José Luiz Stedile, sobre Reforma Urbana Criativa;
- (3)** Deputado Vilson da Fetaemg, com contribuição sobre vários temas;
- (4)** Janete Capiberibe se certificou de que sua fala no dia 28 tinha sido registrada para constar como proposição. Ela quer seja incluído texto sobre mulheres, negros, indígenas, parteiras tradicionais, ribeirinhos, pessoas idosas e os movimentos dos extrativistas;
- (5)** O deputado Diogo Casé (Pernambuco) foi o primeiro a fazer uso da palavra para defender a inclusão do problema da Saúde Mental. Ele disse que a cada 40 minutos uma pessoa de suicida no País e isso deve estar na pauta do PSB. O deputado disse que entregará sua propositura. Mas pediu que o PSB criasse um eixo temático somente para esse debate. Dora Pires fez uso da palavra para explicar que no dia anterior a equipe trabalhou até meia noite para a produção de um texto para substituir o apresentado. Sandra, vereadora da Paraíba, interrompeu para afirmar que a fala dela antecede qualquer condução. Que a equipe de sistematização do texto adequa as questões de gêneros, tipo pessoas idosas, indivíduo por pessoa, entre outras. Janete voltou a falar, dando retorno ao que disse o deputado Diogo Casé, sobre suicídio. Pedindo para incluir as questões do povo indígena no tema do suicídio. Luiz Odorico falou sobre a importância da abordagem da saúde mental. Disse que estamos diante de um novo momento quanto à doença psíquica. É fundamental incluir essa agenda nas questões públicas. Há lacuna do conhecimento sobre o tema na área da pesquisa. O Ministério da Saúde está indo na contramão dessa questão. A atual política está medicalizando, mas não é o caso;
- (6)** Dora Pires retomou a palavra para fazer a leitura do texto produzido por algumas mulheres. O conteúdo ficou de ser enviado à relatora por e-mail. Foi liberado o número do WhatsApp da relatora para que recebesse os textos já digitados;
- (7)** Marcelo Mota, de São Paulo, solicitou no tema Melhoria da Gestão Pública, revisar no parágrafo 3, Dentro da Educação Pública e Superior a contribuição na área específica ao governo;

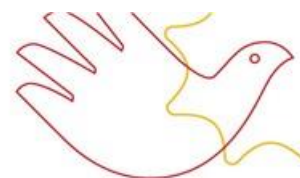


(8) Marcelo Mota, de São Paulo, no tema Negritude Socialista, no parágrafo 5, solicitou fosse revisado: *O reconhecimento da Equidade na questão da afro-brasileira dentro das questões da visão de reparação;*

(9) Luciana Trindade de Macedo, Coordenadora Nacional do Núcleo de Base do MPS para Assuntos da Pessoa com Deficiência e André Anselmo Araújo, Secretário Municipal do MPS em São Paulo, enviaram texto com contribuições sobre o tema em que atuam e consta em anexo no final dessa ata. Cristina solicitou uma adequação no texto, referindo-se à necessidade de adequação da Lei Maria da Penha – Ver detalhes no **Anexo 13**;

(10) Tati apresentou a proposta representativa LGBT. Flávio, de Brasília, fez a leitura do texto, também apresentado no final da ata. Laura pediu para ver se o tema trabalho e renda estava incluído e Flávio afirmou que estava previsto. Sandra pediu para incluir a questão de família. O mesmo ficou de enviar o texto para ser relatoriado. Luciana Trindade fez a leitura do texto de inclusão já enviado. André Anselmo concluiu a leitura. Ele pediu que fosse pensado em um projeto de Brasil para as pessoas com deficiência. *Dora voltou a falar sobre pessoas com deficiência. Sobre o PSB ela disse que no estatuto do partido tem previsto a criação de uma secretaria para tratar das questões das pessoas com deficiências, mas que a mesma não foi criada. Solicitou que o partido criasse um Movimento Nacional para organizar nos estados e nos municípios pelas pessoas com a pessoas com deficiência. A deputada Fabíola Mansur, da Bahia, pediu a palavra para evidenciar a revisão do estatuto do partido a fim de fazer constar novas demandas. Luciana retomou a palavra e disse que a participação dela no partido tem esse objetivo, de reforçar as causas das pessoas com deficiência. Ela narrou o trabalho que vem fazendo em sete estados brasileiros para juntar as pessoas que atuam nesse movimento. Dora retomou explicando que o atual estatuto prevê a existência de militância organizado em 12 estados. Janete Capiberibe apresentou o Amapá como o 8º Estado a adotar a causa das pessoas com deficiência.* Luiz Odorico de Andrade elogiou o partido pela iniciativa. Disse que o texto apresentado desconhece a produção de ações do PSB em todos os lugares do Brasil, no caso mencionou o Pernambuco. Ele sugere que o grupo formado no Eixo III ficasse representativo na interlocução com o partido sobre as Políticas Sociais, até fevereiro de 2020.

(11) Sobre Saúde, pediu para incluir a relação interfederativa (deu exemplo do Ceará). Referiu-se sobre a questão da municipalização da saúde. Poucos Países têm essa configuração de política pública. Alerta que os prefeitos precisam se articular para conquistar benefícios. Evidenciou a necessidade de existir um eixo, em saúde, para debater as questões das regiões focado na união dos municípios. Disse que o Brasil é o único País do mundo que faz renúncia do Imposto de Renda de todo o recurso empregado na saúde. Incluir o tema complementar na área da saúde. Afirmou que o PSB precisa unir setores diversos, como saúde com economia, citou casos como CPMF e fontes de recursos, disse que o Partido precisa ter clareza de como atuar nessa área. Ele diz que o PSB precisa esclarecer como entende e o que defende como sendo Estado de Bem-Estar Social e isso deve fazer parte da Autorreforma. Sugere a construção de uma Agenda para seguir o aperfeiçoamento do texto. O ex-governador Wilson Nunes Martins fez uso da palavra para se posicionar contrário à CPMF. Falou sobre sua experiência no Maranhão quanto ao consorciamento.



**(13)** A deputada Fabíola, da Bahia, pediu para ressaltar a universalização de acesso a água e oferta de saneamento.

**(14)** Solicitou que conste no texto da Autorreforma a questão da territorialidade na área da saúde e fortaleceu a proposta de Odorico para o fortalecimento da regionalização da saúde. O deputado Danilo Cabral fez referência do que estão fazendo em Brasília sobre o tema da saúde. Disse que o PSB está atento.

**(15)** O texto deve afirmar qual o novo estado de eficiência na saúde desejado para o Brasil. Ele pediu que o documento tenha uma proposta de gestão em política pública do PSB. Unindo Saúde e Educação ele afirmou que tudo o que está acontecendo em Brasília é para diminuir os recursos dessas áreas. Que é preciso lutar por maior recurso. Sandra, Paraíba, reforçou a necessidade de um texto orientador sobre o modelo de gestão pública que o PSB apregoa.

**(16)** Sobre saúde ela defende o fortalecimento do SUS. Foi contrária ao texto que afirma a criação de um novo fundo para a Saúde.

**(17)** André, São Paulo, retomou a fala para pedir criação de mecanismos de auditoria interna e externa para acompanhar os custos do SUS.

**(18)** O deputado Danilo pede atenção para o texto na página 66, pede o fortalecimento e apoio às 20 metas do Plano Nacional de Educação. Na questão do ensino fundamental evidenciou o trecho em que afirma a educação seja totalmente pública. Ele diz que não é papel do partido se colocar contrário à educação privada. Não cabe esse debate. Uma escola pública com qualidade, por si só, minimiza a ação da iniciativa privada nessa área. **(19)** Quer seja reforçada a ação de valorização do professor. Disse que está no texto, mas com destaque insuficiente pela importância. **(20)** Sobre o item tempo integral disse que o PSB é referência nesse tema, deveria estar evidente no texto da Autorreforma. Trata-se de jogar luz nas boas práticas do PSB. Pede para criar um envelopamento comum para todo o partido. As políticas das localidades precisam ser políticas do PSB.

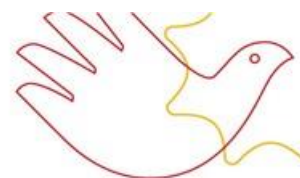
**(21)** Geralda Rezende fez um texto colaborativo para Educação. Entregou ao final da sua fala e está no final da ata. Fez a leitura de alguns itens. Reforçou sobre o financiamento. Como educadora disse que o texto não foi abrangente. Referenciou o ODS 4 da Agenda 2030 que o texto deve fazer constar já que o Brasil é signatário. Falta texto para criança e juventude. Disse que está a disposição para colaborar na escrita do texto.

**(22)** Edvande pediu reforçar as ações afirmativas na área da educação.

**(23)** Sandra, Paraíba, pede a palavra para contrariar a fala do deputado Danilo Cabral sobre a supressão do texto que se refere “somente educação pública” no texto da educação. Deputado Danilo retomou não haver discordância com Sandra. Reiterou que a permanência do texto sobre a exigência de oferta de educação pública de qualidade deve seguir, não referindo somente ao público, podendo o setor privado continuar atuando.

**(24)** Odorico Andrade retomou para reforçar a questão de apoio ao Plano Nacional de Educação. Ele pediu um capítulo sobre o PNE no texto da Autorreforma. **(25)** Voltou ao item da Saúde e disse que deveria ser pauta do PSB a consolidação de um Plano Nacional de Saúde no modelo do PNE assegurado por lei. **(26)** Disse que o texto da introdução sobre as novas tecnologias

150



educacionais menciona a programação e no corpo do texto sobre Educação o tema ficou acanhado sem menção à programação. Paulo Matheus pede seja reafirmado a importância do PNE. O PSB tem que definir a defesa da educação como ação primeira. Debater o fim do Fundeb. **(27)** Pede uma proposta de financiamento para a educação de pessoas com deficiências. **(28)** Pede um Plano Nacional de Erradicação do Analfabetismo.

**(28)** Deputada Fabíola pediu o compromisso na área de educação, a questão da diversidade. Pediu destacar um parágrafo para o Fundeb. **(29)** Pediu uma descrição de como os municípios podem melhorar no Ideb. **(30)** O início do texto sobre educação deve ser sobre a questão, segundo o que afirma a ODCE, do financiamento per capita aluno no Brasil que é um dos piores no mundo. **(31)** Entende a necessidade de ter que incluir o tema creche. Depois concordou com propositivas anteriores na área de tecnologia e educação.

**(32)** Dora Pires retomou a palavra. Contou que debateram e vão colocar a questão do Aborto Legal, que o PSB inclua. Sobre a Autorreforma pediu que o PSB atuasse de maneira a propor o Controle Social às suas próprias políticas. Reiterou a necessidade de criação de uma linguagem comum em todos os governos do PSB.

**(33)** Dora, entende ser uma obrigação das gestões do PSB trabalhar para a educação integral e a existência de creches. Disse que é muito ruim para o PSB quando se observa que gestores socialistas não oferecem educação de qualidade. Citou o exemplo da qualidade da gestão do prefeito Patriota, de Afogados da Ingazeira. Afirmou que a Educação deve ser pilar de todas as políticas e pediu que as escolas precisem atuar com propostas pedagógicas contra a violência a favor da paz.

**(34)** Paulo, secretário de Educação de Guarulhos, falou da plateia que nesse eixo não consta o tema Cultura. A Ex-deputada Cleuza pegou o microfone para reiterar a importância da Cultura como tema da Autorreforma.

**(35)** Deputada Fabíola disse que a Cultura tem que ser contemplada na Educação. O Ex-governador Wilson reiterou a importância da escola de tempo integral. Ressaltou a importância de premiar os bons alunos com viagens para o exterior a exemplo do que muitos fizeram e estão fazendo motivados pela gestão Eduardo Campos.

**(36)** Professora Izete apresentou um texto com proposituras. Pede a mudança do título do tema negritude. Suprimir a expressão “carente” para vulnerabilidade social. Depois fez várias observações na sua leitura, mas assumiu entregar um texto que complemente o documento apresentado, entretanto, não o fez até o final desta conferência. **(37)** A educação precisa ser reforçada para eliminar o machismo. **(38)** Pediu revisão do texto anteriormente mandado pelas mulheres para aumentar a porcentagem das mulheres pretas e pardas para 50% dos 30% das vagas para as mulheres na política. Adriano Costa, Amapá, educador, enfatizou que o texto reforce a questão da escola pública com qualidade e exclusividade da atividade pelo estado e entregou texto complementar que segue ao final dessa ata. Salate Ramos, São Paulo, professora, reiterou falas anteriores sobre a difícil situação do professor no governo do estado. Disse ter gostado da frase de Darcy Ribeiro sobre a crise da educação ser um projeto. Criticou a proposta de educação do Dória.



**(39)** Juliana Nunes Lima, estudante universitária da Paraíba chamou a atenção para a presença da juventude. Sobre educação, pediu que as creches ofereçam período integral. **(40)** Defendeu a educação construtivista. **(41)** Solicitou mais atenção para o Ensino Técnico. **(42)** Quanto ao ensino superior pediu destaque no texto da Autorreforma. Que as universidades tenham comitês de mulheres, contra a violência, a favor dos movimentos sociais. **(43)** Ainda sobre Ensino Superior pediu seja incluído políticas de permanência ao longo do período do curso com bolsas, trabalho, boa alimentação, creches. **(44)** Pediu ouvidoria nas universidades. Jovens estão deixando as universidades por problemas de violência. Reiterou a questão dos Direitos Humanos como sendo importante para o partido. Enquanto PSB é preciso fortalecer a juventude.

**(45)** José Marcelo alertou a questão das libras nas escolas. Mousin lembrou que sempre é momento de fazer referência aos importantes nomes do PSB, como Miguel Arraes, por exemplo. Stedile fez uso da palavra e evidenciou a necessidade do tema escola de período integral estar na pauta da Autorreforma do partido.

**(46)** Ubirajara, Bira Mar, secretário geral do PSB iniciou o tema seguridade. O documento não deu conta de fazer um diagnóstico do SUAS. **(47)** Alertou para a necessidade do debate sobre os serviços na área da política de assistência social. **(48)** Pede a discussão sobre o orçamento que ao longo do tempo avançou, mas recuou. **(49)** Rever a realidade da gestão de profissionais do SUAS. As relações são deficitárias.

**(50)** A deputada Fabíola entregou uma nova proposta em papel. Defesa da criação de Fundos Estaduais de Enfrentamento à Violência contra mulheres a fim de fortalecer as políticas em defesa das mulheres e minimizar o sub financiamento histórico para implementação destas políticas.

**(51)** Sérgio Gonçalves Pereira entregou proposta para reafirmar a luta antimanicomial. Sandra pegou a palavra com foco no tema seguridade. Anuiu as pautas apresentadas por Bira e reiterou que o PSB precisa pensar um projeto de sociedade.

**(52)** Janete Capiberibe falou sobre o projeto de Gestão Compartilhada, proposta de João Capiberibe.

**(53)** A deputado Fabíola pediu detalhe para a questão do Estado de Direito. Concordou com a proposta do Bira de trabalhar o tema de financiamento na área da seguridade. Ampliar o financiamento com base no IDH. **(54)** Pediu seja incluído a questão da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

**(55)** Sobre habitação Paulo Matheus da Silva, secretário de Educação de Guarulhos, sugere a requalificação dos centros urbanos das grandes cidades, com habitação de interesse social e, dessa forma, reocupar os centros. **(56)** Definição de uma política de voltada ao atendimento aos moradores de ruas e de cortiços.

Como anunciado anteriormente, as propostas foram apresentadas e anotadas ao final do relatório / ata, na forma de anexos, conforme apontado a seguir e na seção dos anexos:





## **Anexo 15 – Proposta para Inclusão da Pessoa com Deficiência**

Proposta apresentada por **Luciana Trindade de Macedo**, Coordenadora Nacional do Núcleo de Base do MPS para Assuntos da Pessoa com Deficiência e **André Anselmo Araújo**, Secretário Municipal do MPS em São Paulo

### **Objetivo Geral:**

Contribuir para a implementação das diretrizes e metas na garantia de direitos às pessoas com deficiência no PSB.

### **Objetivos Específicos:**

- Coordenar e articular com estados e municípios para o desenvolvimento de ações específicas nas respectivas áreas de atuação;
- Identificar oportunidades de potencialização de ações em todas as esferas de governo e poderes;
- Direcionar as ações dos programas de governos os marcos regulatórios institucionalizados;
- Promover a participação de Conselhos Estaduais e Municipais no acompanhamento das ações direcionadas as pessoas com deficiência;
- Promover a participação de entidades representativas nas discussões de acompanhamento e aperfeiçoamento das ações contempladas as pessoas com deficiência;
- Fortalecer a política de proteção social no que tange às pessoas com deficiência;
- Promover e garantir políticas públicas de atenção e prevenção à saúde da pessoa com deficiência;
- Fomentar a realização de pesquisas e articulação de redes de apoio às pessoas com deficiência;
- Garantir o acesso e a permanência da pessoa com deficiência a uma educação que favoreça o seu pleno desenvolvimento e sua inclusão social;
- Promover a inclusão produtiva das pessoas com deficiência, por meio de ações de iniciação, qualificação e acesso ao mercado de trabalho formal ou apoiado, de geração de renda e de empreendedorismo, estimulando a sua autonomia;
- Implementar a acessibilidade para pessoas com deficiência, por meio da remoção de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, de comunicação e de informação, assegurando a utilização de tecnologias assistivas, equipamentos e serviços que favoreçam a sua autonomia e inclusão social;
- Promover ações que assegurem o respeito pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência fomentando o imaginário coletivo e individual para o conhecimento das capacidades e contribuições das pessoas com deficiência;
- Fomentar atitudes receptivas em relação aos direitos da pessoa com deficiência, promover percepção positivas e maior consciência social;
- Promover o reconhecimento das habilidades e potencialidades e de suas contribuições ao mercado de trabalho;
- Disseminar informações que facilite o processo de mudança, sendo utilizada para combater preconceitos, neutralizar estigmas e fortalecer o poder conferido ao cidadão para agir de forma consciente sobre as questões da deficiência;



- Promover acessibilidade para pessoas com deficiência no turismo;
- Ampliar o acervo de obras em formatos acessíveis nas bibliotecas públicas;
- Incentivar a iniciação de práticas esportivas para pessoas com deficiência e a prática do paradesporto;
- Promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e o respeito pela sua dignidade.

#### **Ações por Eixos Temáticos:**

##### **I-Saúde:**

1. Implantar programas e ações voltados à prevenção das deficiências, inclusive prevenções adicionais às crianças e idosos;
2. Implementar diretrizes incluindo parcerias interinstitucionais para a proteção da saúde da pessoa com deficiência, sua reabilitação e a prevenção de agravos, promovendo sua capacidade funcional e desempenho humano, contribuindo para sua inclusão em todas as esferas da vida social;
3. Definir protocolos de Serviços Especializados de Saúde e protocolos para o Diagnóstico, Terapêutica e Assistência da Pessoa com Deficiência;
4. Aperfeiçoar as atividades de prevenção por meio da qualificação do pré-natal de forma a evitar o pré-natal tardio, garantir a realização do pré-natal desde o 1º mês de gestação e realizar o acompanhamento dos bebês de risco;
5. Implantar ações voltadas à estimulação oportuna, no atendimento de crianças (0a6 anos) que possuem risco para deficiências e doenças raras favorecendo seu desenvolvimento global;
6. Estabelecer ações intersetoriais e promover estratégias de educação permanente em saúde, visando a aquisição o aprimoramento de conhecimentos, habilidades e atitudes para atenção à pessoa com deficiência;
7. Ofertar serviços de apoio técnico e especializado às famílias/cuidadores para prover o cuidado e melhor qualidade de vida;
8. Definir Política de Atendimento em Saúde para pessoas com deficiência em processo de envelhecimento;
9. Promover intercâmbio de experiências e estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas que busquem o aperfeiçoamento a inovação de tecnologias e a disseminação de conhecimentos voltados a promoção da saúde, a prevenção, ao cuidado e a reabilitação/habilitação das pessoas com deficiência;
10. Promover mecanismos de formação continuada para profissionais de saúde em todos os níveis de hierarquização de serviços, visando o isolamento social e garantindo o acesso a serviços e tratamento igualitário;
11. Gerar e disseminar informações sobre os direitos de saúde das pessoas com deficiência;



12. Garantir uma rede de serviços de reabilitação integrada, articulada, efetiva e humanizada nos diferentes pontos de atenção à saúde no território, qualificando o cuidado, por meio do acolhimento e classificação do risco, para atender as pessoas com deficiência;
13. Construir indicadores capazes de monitorar e avaliar a qualidade dos serviços e a resolatividade da atenção à saúde da pessoa com deficiência;
14. Promover a disponibilidade, o conhecimento e o uso de dispositivos e tecnologias assistivas, projetados para pessoas com deficiência e relacionados com habilitação e reabilitação.
15. Garantir Orçamento Público e Financiamento para serviços especializados de saúde à pessoa com deficiência;
16. Implantar política que tenha como objetivo reduzir a mortalidade, contribuir para a redução da morbimortalidade e das manifestações secundárias e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, por meio de ações e promoção, prevenção, detecção precoce, tratamento oportuno, redução de incapacidade e cuidados paliativos;
17. Adotar mecanismos de monitoramento, avaliação e auditoria, com vistas à melhoria da qualidade das ações e dos serviços ofertados, considerando as especificidades dos serviços de saúde e suas responsabilidades;
18. Implantar o acolhimento e a humanização no cuidado à pessoas com deficiência em domicílio, instrumentalizando e orientando cuidadores e familiares, contribuindo para a qualidade de vida e promovendo ações de atenção básica e especializada que auxiliem a autonomia no ambiente familiar;

## **II-Educação:**

1. Zelar pelo cumprimento dos critérios de elegibilidade dos alunos com deficiência a serem atendidos na rede regular de ensino e nas escolas especiais.
2. Estabelecer programas de monitoramento e avaliação continuada dos alunos com deficiência em parceria com instituições públicas e privadas especializadas em educação especial;
3. Promover a integração do corpo docente com a equipe pedagógica especializada, visando à construção conjunta de soluções para o sucesso de ensino/aprendizado da pessoa com deficiência;
4. Orientar o processo de avaliação e acompanhamento dos alunos com deficiência atendidos na rede regular de ensino e nas escolas especiais conveniadas;
5. Fortalecer a formação dos professores e a comunidade escolar da rede regular de ensino, especificamente quanto à adaptação curricular dos alunos com deficiência, com vistas a garantir uma educação inclusiva efetiva;
6. Ampliar a formação continuada e especializada dos profissionais de educação tendo como foco a sensibilização, o planejamento, metodologias, recursos tecnológicos para a efetivação da educação inclusiva;
7. Ampliar o atendimento educacional especializado na rede estadual de ensino;



8. Promover a atuação de profissionais de apoio especializado (intérprete de libras, guia-intérprete e professores para suporte à comunicação alternativa);
9. Estabelecer parcerias com municípios de modo que as creches e as escolas de educação infantil possam ter profissionais capacitados para atender crianças com deficiências;
10. Propor e/ou incidir que a temática da deficiência seja incluída como um dos temas transversais do professor em sala de aula;

### **III-Desenvolvimento Social:**

1. Realizar diagnóstico e ampliar a oferta de Serviços da Rede de Proteção Básica e da Rede de Proteção Especial de Média e Alta Complexidade às pessoas com deficiências, observando a vulnerabilidade, risco social e o perfil socioeconômico destas pessoas;
2. Desenvolver protocolos e ampliar canal de denúncias de quaisquer formas de violência, discriminação e violação de direitos humanos das pessoas com deficiência;
3. Criação de banco de dados de entidades que trabalhem ou militem na área de direitos humanos, contemplando os segmentos relativos às pessoas com deficiência;
4. Divulgação de informações e orientações sobre direitos assegurados em lei e rede de serviços para pessoas com deficiência;
5. Disponibilização em homepages da secretaria de direitos de *link* com informações sobre os direitos básicos e os crimes previstos em legislação de proteção à pessoa com deficiência, bem como elaboração de cartilha de delegacia especializada de atendimento a pessoa com deficiência e ao idoso com o mesmo propósito;
6. Viabilizar a inclusão de pessoas com deficiências na rede de Proteção Social; ampliar o atendimento domiciliar para pessoas com deficiências, em especial, aos beneficiários do BPC e de programas de transferência de renda, visando à prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais;
7. Qualificar e capacitar a rede SUAS para atendimento da pessoa com deficiência na perspectiva da oferta de serviços, e da defesa e garantia de direitos; fortalecer a rede de proteção às pessoas com deficiência, prevenindo o enfrentamento às situações de violência sofridas por esta população, articulando com o sistema de garantia de direitos (Promotoria e Defensoria Pública) e outras políticas públicas;
8. Definir políticas de atendimento em todos os ciclos de vida às pessoas com deficiência, com maior necessidade de apoio e ou vulnerabilidade social;
9. Ampliar os serviços de acompanhamento, monitoramento, assessoramento técnico e cofinanciamento para implantação do serviço de residência inclusiva (alta complexidade);
10. Acompanhamento, monitoramento, assessoramento técnico e cofinanciamento aos municípios para Serviço de Proteção Social Especial em Centro-Dia para pessoas com deficiência em situação de dependência e suas famílias.

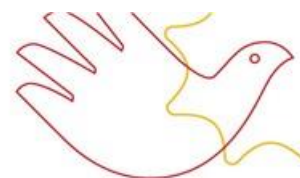
### **IV-Emprego e Relações do Trabalho:**



1. Promover a inclusão produtiva das pessoas com deficiência por meio de ações de acesso ao mercado formal de geração de renda e de empreendedorismo, estimulando a sua autonomia;
2. Aumentar o número de pessoas com deficiência incluídas no mercado de trabalho formal e realizar campanhas informativas e/ou educativas que favoreçam a sua inclusão;
3. Estabelecer parcerias de forma a promover a iniciação, qualificação e inclusão profissional para pessoas com deficiências de acordo com as demandas de cada território;
4. Consolidar um sistema de busca ativa de pessoas com deficiência para a avaliação, capacitação e inclusão profissional;
5. Adaptar os cursos profissionalizantes existentes às pessoas com deficiência, flexibilizando e individualizando o ensino e favorecendo o pleno desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, habilitando-o para inserção no mercado de trabalho;
6. Instituir programa de acompanhamento e apoio das pessoas com deficiência por equipe multidisciplinar durante o estágio probatório nas administrações públicas em nível federal, estadual e nos municípios, a fim de verificar a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo;
7. Garantir orçamento anual para o financiamento das ações de iniciação, qualificação e inserção no mercado de trabalho;
8. Oferecer e disseminar o emprego apoiado como uma alternativa para ampliar as oportunidades de emprego às pessoas com deficiência;
9. Promover formação continuada aos profissionais da rede de educação em âmbito municipal e estadual que atuam nas ações de iniciação, qualificação e inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho;
10. Desenvolver políticas de incentivo fiscal a empresas que apoiem e invistam em acessibilidade e tecnologias assistivas para a inclusão de pessoas com deficiência, independente da lei de cotas;
11. Realizar estudo longitudinal da inclusão e permanência das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

#### **V-Esporte, Lazer e Juventude:**

1. Incentivar a participação dos alunos com Deficiência nas Olimpíadas Escolares, respeitando-se as suas especificidades;
2. Aumentar o número de provas de atletismo e natação, bem como o número de classes funcionais, que contemple os casos de atletas com maior comprometimento, nos jogos regionais, jogos abertos e paraolímpicos;
3. Estabelecer programa de avaliação física para todos os alunos em especial a pessoas com deficiências, antes do início das atividades;
4. Qualificar e capacitar os profissionais e técnicos desportivos (analistas socioculturais);



5. Incentivar o financiamento de projetos que fomentem mais inclusão pelo esporte aos deficientes;
6. Conceder 5% (cinco por cento) das vagas do Centro de Excelência Desportiva aos Paraatletas;
7. Realização de seminários de divulgação do para esporte para universitários, profissionais de educação física, gestores, pessoas com deficiência e entidades.

#### **VI-Cultura:**

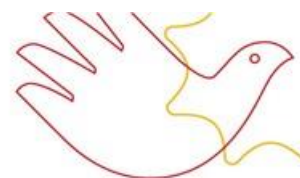
1. Incentivar e apoiar a realização de Festivais de Arte, Oficinas Culturais e Ações Educativas em parceria com instituições que atenda pessoas com deficiência, para que afim de promover a multiplicação de boas práticas da arte e cultura;
2. Incentivar o financiamento de convênios que fomentem a inclusão pela arte de pessoas com deficiência;
3. Qualificar e capacitar profissionais da área de Artes;
4. Promover, a sensibilização e capacitação dos funcionários das Organizações Sociais de Cultura, Secretaria e Diretorias de Cultura dos municípios e estados, sobre a acessibilidade e inclusão das pessoas com Deficiência;
5. Observância da acessibilidade enquanto critério ou diretriz na avaliação de projetos culturais, fomentados ou incentivados pelo poder público.

#### **VII-Justiça e da Defesa da Cidadania:**

1. Articular e mobilizar os Defensores Públicos, por meio da Defensoria Pública Geral, para que tenham informações qualificadas sobre a Deficiência;
2. Incidir para que a temática da Deficiência seja incluída nos Editais de Seleção de concursos públicos para Defensores Públicos;
3. Promover, proteger e assegurar o exercício pleno equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e o respeito pela sua dignidade;
4. Garantir a participação política das pessoas com deficiência a fim de que possam advogar em causa própria, promovendo o progresso para mais políticas públicas inclusivas;
5. Promover a qualidade de vida enquanto diretriz, sendo responsabilidade social compartilhada, garantindo a participação de todos os cidadãos em iguais condições de direitos, nos vários aspectos da vida diária das comunidades.

#### **VIII- Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação:**

1. Investir na produção e oferta de tecnologias assistivas destinadas às pessoas com deficiência, múltiplas;
2. Disseminar boas práticas de inclusão;
3. Realizar estudos e pesquisas em favor da prevenção, inclusão e melhoria da qualidade de vida da pessoa com Deficiência;



4. Implementar acessibilidade para pessoas com deficiência por meio da remoção de barreiras arquitetônicas e urbanísticas de comunicação e informação;
5. Assegurar a dispensação e utilização de tecnologias assistivas, inclusive de baixo custo, equipamentos e serviços que atendam as necessidades específicas da pessoa com deficiência, favorecendo sua autonomia e inclusão social;
6. Promover acessibilidade para pessoas com deficiência no turismo;
7. Criação de Centros de desenvolvimento e transferência de tecnologia assistiva, potencializando ações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;
8. Apoio orçamentário e financeiro aos municípios quanto a infraestrutura urbana e rural e transporte, atendendo as normas legais de acessibilidade para pessoas com deficiência;
9. Implantar o programa de modernização tecnológica em unidades de reabilitação, montagem e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção;
10. Implantar e manter núcleo de capacitação e qualificação em tecnologia assistiva;
11. Estabelecer intervenções para melhorar o acesso em diferentes áreas do ambiente, incluindo edifícios e estradas, transporte, informação e comunicação em benefício a participação cívica, na educação, nos cuidados à saúde e no mercado de trabalho;
12. Promover a inclusão digital no que se refere ao acesso físico a computadores, conectividade e infraestrutura, mas também as características geográficas, fatores econômicos, culturais e sociais, prevenindo a criação de barreiras para inclusão social,

**Luciana Trindade de Macedo**

Coordenadora Nacional Núcleo de Base do MPS para Assuntos da Pessoa com Deficiência

**André Ancelmo Araújo**

Secretário Municipal do MPS em São Paulo



## **Anexo 16 - Proposta apresentada sobre o tema Democracia e as Mulheres (página 72)**

Para os/as socialistas, a igualdade de gênero é uma base absolutamente necessária para a construção e afirmação de um Brasil próspero, sustentável e justo. E, tem efeitos multiplicadores para o desenvolvimento de uma democracia econômica, social e política substantiva.

O Estado democrático de direito exige equidade de gênero, pois não existe socialismo sem a participação efetiva das mulheres. As mulheres são mais de 52% da população e do eleitorado, mesmo assim, são sub-representadas nos espaços de poder e no parlamento federal, com 15%. Enquanto não houver equidade de 50% nesses espaços, o PSB defende a manutenção de 30% do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para as mulheres, bem como o tempo proporcional de rádio e TV.

É preciso superar essa sub-representação das mulheres. Para isso, são necessárias ações de cultura e socialização da política do país, nas famílias, escolas, instituições estatais e, principalmente, nos partidos políticos com o estímulo e a garantia de condições isonômicas das candidaturas femininas.

O Partido Socialista Brasileiro garante o repasse de 5% dos Recursos do Fundo Partidário nacional e estadual para a formação política das mulheres, depositado em conta específica do segmento de mulheres. Conforme estabelece a Lei 9.096/1995 em seu artigo 44 V- na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, criados e executados pela Secretaria da Mulher ou a critério da agremiação, por instituto com personalidade jurídica própria presidido pela secretária da mulher em nível nacional em direção partidária, observando o mínimo de 5% do total.

Se a cota de 30% nas candidaturas partidárias já representa um certo avanço, o PSB aspira por uma igualdade de 50% entre homens e mulheres da representação política do poder Legislativo. Os/as socialistas entendem que a melhor forma para concretizar o alcance da igualdade é a adoção do Voto em Lista fechada, para que se alterne, na ocupação da vaga, uma candidatura feminina, seguida de uma masculina, e assim sucessivamente.

Para haver democracia interna no partido, em todos os seus níveis de organização, o PSB propõe que haja equidade de gênero nas referidas instâncias, sendo estas compostas de 50% de mulheres e de 50% de homens. Caso o estado, ou município, não cumpram essa determinação suas vagas na instancia imediatamente superior serão substituídas por ocupantes de outros municípios ou estados.

As gestões socialistas devem criar organismo de política de gênero e criar ou fortalecer os mecanismos legais de controle social, tais como, o Conselho de Direito da Mulher e realizar as conferências específicas. Criar também o Fundo Estadual de Enfrentamento à Violência, que venha complementar o sub financiamento do recurso destinado à essa política. O PSB reafirma que dentro do contexto da Autorreforma deve-se contemplar a necessidade cotidiana do enfrentamento ao machismo, ao patriarcado e ao neoliberalismo, em defesa da radicalização da democracia.





Enquanto persistir o estado de violência contra as mulheres no país, como a doméstica, sexual, institucional, política, psicológica, patrimonial, obstétrica, racial e etc., que redundam numa violência maior contra a vida das mulheres – o feminicídio – não se pode considerar a vigência de um estado democrático de direito pleno.

O PSB garante a bandeira do fortalecimento da cidadania das mulheres nas suas múltiplas identidades que compõem o ser mulher: Cis, LBTs – lésbicas, bissexuais e transexuais –, idosas, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, ciganas, em situação de rua, jovens e adolescentes, privadas de liberdade, com deficiência, e mães de crianças com doenças raras, etc. que se expressa através da autonomia e do respeito ao corpo da mulher e, se confirma, também, através de políticas afirmativas e das bandeiras de lutas feministas garantindo o aborto legal previsto em lei, às quais o Partido deve defender interna e externamente.

Uma questão alarmante, no plano econômico, que realça a desigualdade entre homens e mulheres é a disparidade entre os seus salários. As mulheres, além de ganhar menos, são exigidas até na sua qualificação profissional, sem contar com a exacerbação da jornada tripla, o que também evidencia o machismo no mundo do trabalho, e deve ser combatido pelo PSB.

Para garantir autonomia da mulher e sua respectiva independência, afastando-a dos ambientes de dependência, o PSB defende firmemente creche pública como seu instrumento de emancipação.

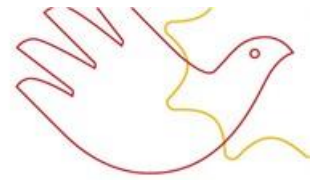
### **Democracia e as Mulheres Negras**

As mulheres negras, segundo o IBGE, compõem a base da pirâmide social brasileira. Portanto, nesse momento da Autorreforma é necessária uma reflexão do Partido a fim de entender que a questão racial deve ser centralidade, uma vez que todas as pautas sociais de vulnerabilidade perpassam pelo povo negro e, mais cruelmente, pela mulher negra, que é a base da base da referida pirâmide.

A questão racial é um problema não só do povo negro, é de toda sociedade brasileira. Se o negro não tiver reparação histórica, a sociedade não avança. Segundo Ângela Davis, “quando uma mulher negra se movimenta a sociedade toda se movimenta com ela”.

As pautas inegociáveis das mulheres feministas negras são:

- Fim do feminicídio – observar o crime de racismo quando houver crime de racismo casado,
- Eficácia da Lei Maria da Penha - observar o crime de racismo quando houver crime de racismo casado
- Fim do encarceramento do povo negro;
- Fim do extermínio da juventude negra;
- Fim da violência obstétrica;
- Fim da mortalidade materna;
- Garantia de habitação digna;
- Debate sobre políticas de Legalização das drogas;
- 15% dos 30% do fundo eleitoral para garantir mulheres negras na política;
- Comunidade do bem viver como norteador de nova política.





## **Anexo 17 - Proposições para Agrícola e Agrária**

Proponente – Deputado Heitor Schuch

I - Fortalecer e difundir os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, conforme o disposto na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (garantia de crédito rural, tecnologia, assistência técnica, extensão rural, programas para comercialização da produção, garantia de preços mínimos e agregação de valor).

II – Lutar pela manutenção da Previdência Rural do agricultor (a) como segurado especial rural do Regime de Previdência Social.

III – Estímulo à agricultura orgânica. Manutenção e ampliação das políticas públicas que garantam o desenvolvimento sustentável das propriedades rurais familiares, mediante a substituição do uso de agrotóxicos e o pagamento de serviços ambientais para agricultores que preservam os mananciais de água e os recursos florestais nas propriedades.

IV – Modelo de produção. Reavaliar o conceito de produtividade agrícola, que não deve ser meramente a relação da produção por área de cultivo, mas a relação produção por real investimento. Portanto, é necessário um novo modelo que busque a viabilização das propriedades rurais com base na sua sustentabilidade econômica.

V – Incentivo à agroindústria familiar como uma forma de agregação de valor nas propriedades.

VI – Garantia de qualidade de vida para evitar o êxodo rural, de forma a viabilizar a sucessão rural, a permanência dos jovens e o empoderamento da mulher no campo.

VII – Garantia da infraestrutura necessária para o desenvolvimento dos empreendimentos familiares rurais, boas estradas, energia elétrica com qualidade de fornecimento, habitação rural, saneamento, comunicação, internet e o desenvolvimento das tecnologias da agricultura de precisão voltadas para a realidade da pequena propriedade. O uso de GPS, o micromapeamento de pragas e doenças, a customização do manejo em frações de terreno, análises detalhadas de fertilidade e umidade e a digitalização das operações, entre outros recursos, respondem ao desafio permanente de garantir e elevar a produtividade e devem estar à disposição também da Agricultura Familiar.

VIII – Desenvolver campanhas de informação e esclarecimentos à sociedade brasileira sobre a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos saudáveis, saborosos, livres de agrotóxicos e que garantam a segurança alimentar da população e substituam os alimentos ultraprocessados e as bebidas açucaradas de forma a integrar a produção familiar com a gastronomia das diferentes regiões do País.



## Anexo 18 - Proposições para LGBT

No dia 28 de junho de 1969, em Nova York, Estados Unidos, no Bar *The Stonewall Inn*, a polícia fazia mais uma ação truculenta como de costume. Pessoas LGBT eram constantemente alvo de extorsão e espancamento por parte de policiais. Naquele dia, um grupo de lésbicas, travestis e gays reagiu e se negou a sair do local. O protesto durou três dias e a data tornou-se um marco simbólico pela luta por direitos. A partir de então, as comunidades LGBT por todo o mundo passaram a se organizar como um movimento, para reivindicar direitos bem como pelo orgulho de existir.

Apesar de assinar tratados e acordos internacionais como os da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil ainda não dispõe de um arcabouço de ações e instrumentos de prevenção primária, secundária ou mesmo terciária para conter os índices alarmantes da LGBTfobia no país. Por quase três décadas, com apoio de outros grupos, o Grupo Gay da Bahia (GGB) tornou-se uma das primeiras Organizações Não-Governamentais a denunciar, incansavelmente, os crimes LGBTfóbicos, sendo muitas vezes, uma das poucas referências, em virtude da ausência de políticas públicas voltadas às populações em contextos de vulnerabilidade social. No âmbito federal, o Projeto Brasil Sem Homofobia, de 2004, esteve entre os principais indicadores, marcando uma ação protagonizada pelo Ministério da Saúde, que muito atuou no enfrentamento da AIDS nas décadas de 1980/90. Foi lançado com o objetivo de desenvolver ações que pudessem prevenir violências contra as consideradas minorias sexuais, auxiliando na compreensão do fenômeno. Além de quase duas décadas com Paradas do Orgulho LGBT desde o final dos anos 90, mérito dos movimentos sociais, o país realizou as maiores Conferências Nacionais LGBT, quando comparada às outras partes do mundo, com participação do poder público e sociedade civil, a partir de 2008.

Outra valiosa força na defesa de direitos foi a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), vinculado à Presidência da República, constituído em 2001, e reorganizado em 2010.

A maioria da população LGBT ainda luta por respeito e dignidade. Diante disso, parte da sociedade tem tensionado tanto o legislativo quanto o judiciário. Dentre as conquistas alcançadas por pessoas LGBT, temos: a inclusão de companheiros e companheiras em planos de saúde (Agência Nacional de Saúde Suplementar. Diário Oficial da União. 4 de maio de 2010); o casamento civil, após a Resolução nº 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); direitos como a adoção de crianças por casais de homoafetivos, sem restrição de idade (Recurso Extraordinário 846.102, STF, 05 de março de 2015). Em dezembro de 2011, a portaria nº 2.836 do Ministério da Saúde instituiu no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Em 2013, Ministério da Saúde, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, lançou uma campanha de combate à violência contra travestis e transexuais. O Ministério também anunciou que pessoas podiam usar o nome social no Cartão SUS, com o objetivo de reconhecer a legitimidade da identidade desses grupos e promover o maior acesso à rede pública.



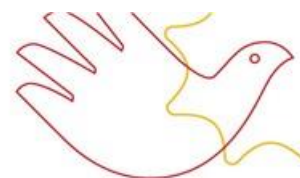
A sigla LGBT é utilizada para identificar a ação conjunta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais no Brasil. No dia 08 de junho de 2008, durante a I Conferência Nacional GLBT, ocorrida em Brasília-DF, as delegadas e os delegados nacionais decidiram pelo uso dessa terminologia, referindo-se à esfera política e à construção de políticas públicas, bem como nas diversas vertentes dos movimentos sociais organizados, relativas às garantias de direitos, visando o enfrentamento à discriminação, assegurando o exercício da cidadania dessas pessoas. Na atualidade há inclusão de variações da sigla para designar outros movimentos e identidades em construção (intersexos, *queer*, assexuais ou mesmo um sinal de +), porém ainda não são um consenso.

A letra T da sigla LGBT é usada para representar travestis e transexuais. Ao contrário das outras letras (LGB) que representam orientações sexuais diferentes, a representação T envolve um grupo que milita por conta de sua identidade de gênero. A identidade de gênero diz respeito a como a pessoa se identifica, seja do gênero feminino ou masculino, independente de com quem esta pessoa se relacione. O tratamento deve ser de acordo com a identidade de gênero da pessoa, ou seja: AS mulheres transexuais, AS travestis e OS homens trans.

A orientação sexual de uma pessoa indica por quais gêneros ela sente-se atraída – seja física, romântica e/ou emocionalmente. A expressão orientação sexual entra em substituição ao termo opção sexual, já que o interesse do indivíduo não é uma escolha feita deliberadamente e que não pode ser mudada, muito menos influenciada por fatores externos. Pessoas travestis e transexuais podem ser heterossexuais, bissexuais ou homossexuais, o que independe de sua identidade de gênero, que também não é uma escolha.

Em 1973, os Estados Unidos retiraram “homossexualismo” da lista dos distúrbios mentais da American Psychology Association, passando a usar o termo Homossexualidade. O sufixo “ismo” é terminologia referente a muitas doenças; “dade” remete ao modo de ser. E no dia 17 de maio de 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Código Internacional de Doenças (CID). No Brasil, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia formulou a Resolução 001/99, considerando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão [...]”. Desde então, ativistas da comunidade LGBT adotam o uso de novos termos como homossexualidade e bissexualidade para excluir o estigma pejorativo das palavras.

O Segmento LGBT Socialista vem construindo sua história desde o ano de 2005, quando militantes que já se identificavam como LGBT do Partido Socialista Brasileiro por todo o Brasil, passaram a considerar a necessidade de articulação e organização de um segmento que pautasse questões específicas daquela população, na estrutura orgânica do PSB, e reunindo-se em suas sedes regionais, a fim de iniciar a inserção dos LGBT nas instâncias partidárias. Em outubro de 2011, um grupo de militantes se reuniu e como produto daquele encontro propôs a “Carta de Recife”, que se tornou o marco na efetivação do Movimento LGBT Socialista em âmbito nacional, propondo metas para a organização interna, como segmento organizado, buscando a defesa dos princípios preconizados pelo Partido Socialista Brasileiro, de socialismo e liberdade. E já em 2012, com a realização da 1ª Plenária Nacional LGBT do PSB, ocorrendo concomitantemente aos congressos dos demais segmentos sociais, é eleita a 1ª Executiva Nacional LGBT do PSB. Desde então, o Segmento LGBT Socialista tem contribuído com



efetividade em diversos temas, construindo um Partido Socialista Brasileiro identificado com suas raízes ideológicas, comprometido com o respeito à diversidade, na defesa irrestrita dos direitos humanos, visando a participação geral e a identificação da comunidade com o Socialismo Democrático. Em 2018, a atual gestão entra para a história do Partido Socialista Brasileiro ao eleger a primeira mulher trans a integrar a Executiva Nacional.

A diversidade sexual ou de gênero ainda gera inúmeras dúvidas, pois envolvem questões afetivas, papéis sociais esperados/desejáveis e desempenhados na sociedade bem como comportamentos. Cabe, a todo e qualquer membro da sociedade, e principalmente aos legisladores e mandatários, a cobrança para a garantia efetiva dos direitos da população LGBT.

### **Direitos de Pessoas Trans**

Em setembro de 2016, a Defensoria Pública da União solicitou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que concedesse a Pessoas Trans sem cirurgia o direito de retificar o registro de nascimento. Em outubro de 2016, pela primeira vez, uma Mulher Trans mudou o gênero sem avaliação médica, em São Bernardo do Campo-SP, e sem a necessidade de profissional de saúde ou atestado para se dizer mulher.

### **Lei Maria da Penha e Mulheres “T”**

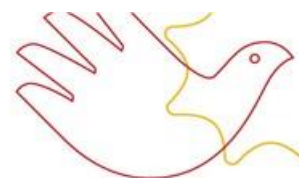
A Comissão de Diversidade Sexual do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) publicou, no dia 11 de agosto de 2014, Nota Técnica que dá parecer indicativo da aplicabilidade da Lei nº 11.340/2006 às situações de violência doméstica e familiar, sofridas por transexuais femininas e travestis. Ainda em 2006, o Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (CNPJ) aprovou recomendação, para que promotorias de todo o Brasil passassem a aplicar a Lei nº 11.340/2006 às vítimas travestis e transexuais em caso de violência doméstica. Ao completar 10 anos em 2016, a Lei nº 11.340/2006 ficou mais inclusiva. O CNPJ aprovou, por unanimidade, uma recomendação para que promotorias de todo o país passem a aplicar as regras da Lei Maria da Penha a travestis e transexuais, vítimas de violência doméstica.

### **Nome Social Para Pessoas Trans e Avanços**

Em alguns estados brasileiros, Decretos/Portarias determinam a inclusão do Nome Social de travestis e transexuais (masculinos e femininos) e Transgêneros em fichas de cadastro, formulários, instrumentais, prontuários e documentos congêneres. O Decreto do Nome Social (Nº 8.727, de 28 de abril de 2016 – Diário Oficial da União – Imprensa Nacional) dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O Direito vale para Servidoras e Servidores que trabalham no órgão, assim como para as pessoas atendidas por esses serviços.

### **Reconhecimento Jurídico da Identidade de Gênero**

A partir de março de 2018, de acordo com o provimento 73/2018, todo e qualquer cidadão ou cidadã tem o direito de alteração do nome e sexo no registro civil, sem que se submetam a cirurgias ou tratamentos invasivos. Deste modo, mesmo sem ação judicial, toda pessoa trans ou travesti tem o direito de fazer a modificação diretamente no cartório.



### **Direitos Que Ainda Precisam Ser Alcançados**

A criminalização da LGBTfobia é uma das pautas prioritárias no debate sobre direitos LGBT. O Brasil é o país que mais mata pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis ou transexuais, motivados e catalogados como crimes de ódio. Ao tipificar a prática, indução ou incitação à discriminação ou preconceito como crime, pretende-se incidir ainda na construção de uma cultura de valorização dos direitos humanos, de respeito e propagação destes direitos, e de enfrentamento ao ódio, ao preconceito e a discriminações. Trata-se, assim, de uma legislação penal, mas que não se limita apenas à definição e punição dos crimes, mas à difusão de uma perspectiva de prevenção e inibição pela via educativa.

Em julgamento recente da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26 e do Mandado de Injunção 4733, ministros e ministras do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceram a omissão legislativa e de deram interpretação, conforme a Constituição Federal, para enquadrar atos de homofobia e transfobia nos tipos penais previstos na legislação, equiparando aos crimes de racismo (Lei 7.716/1989), até que o Congresso Nacional aprove lei específica sobre a matéria.

### **Doação de Sangue**

A falsa ideia de promiscuidade do grupo LGBT advém de uma época na qual o estigma foi imposto unicamente a essa comunidade. A classificação em “grupo de risco” significava uma defesa contra contaminações em um sistema ainda precário de identificação de doenças. Porém, a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis decorre da atividade sexual, e não da orientação homossexual, e o sistema de triagem atualmente é extremamente funcional. O Partido Socialista Brasileiro, com a autoria da Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 5543, defende que a política de exclusão ofende a dignidade humana e gera discriminação.

### **Ocupação de Espaços Políticos**

A participação de pessoas LGBT na política ainda é mínima se comparada com os demais grupos reivindicatórios. Com uma comunidade de cerca de 10% da população brasileira, entende-se que a representação deve ser maior, possibilitando assim o debate de pautas específicas da comunidade LGBT. Mesmo com um aumento crescente, é importante que pessoas não LGBT façam a defesa da causa por conta da dificuldade de acesso aos poderes de modificação da sociedade.

### **Combate às Fake News Contra A População LGBT**

Um dos assuntos mais polêmicos para quem não tem conhecimento sobre a causa LGBT é a chamada “ideologia de gênero”, que foi criada com a ideia errônea e absurda de que ativistas de direitos humanos, educadores, educadoras intencionavam propositalmente sexualizar as crianças, levando-as a transformar seu gênero de forma impositiva. A propagação na mídia dessa expressão tem sido utilizada como tática de poder, com o objetivo de colocar a comunidade LGBT como criminoso, numa tentativa de desmoralizar sua luta.

### **Direitos Sociais**



O Estado brasileiro tem o dever de garantir a todas e todos os direitos sociais. No entanto, não é o que acontece com a maioria da população LGBT no Brasil. Para tanto, tendo como base a isonomia, a jurisprudência e a equidade, deve promover direitos igualitários, para minimizar o alto grau de vulnerabilidade e marginalização a diferentes contextos que a população LGBT é submetida.

### **Sistema de Segurança e Justiça**

A população LGBT sofre diversas violências todos os dias e existem especificidades para o atendimento dessas pessoas, portanto, a criação de DELEGACIAS ESPECIAIS, no âmbito das Secretarias de Segurança Pública é fundamental para REPRESSÃO AOS CRIMES POR ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO.

No sistema prisional deve ser observada a construção de alas específicas para população LGBT, dentro dos presídios femininos ou masculinos, de forma que assegurem a liberdade de escolha para qual unidade carcerária a pessoa LGBT sinta-se melhor acolhida, com profissionais do sistema penitenciário capacitados sobre orientação sexual e identidade de gênero e suas especificidades, respeitando a segurança, privacidade, auto identificação de cada indivíduo, com o olhar nas várias identidades e expressões de gênero.

### **Saúde Integral da População LGBT**

O atendimento à população LGBT em Unidades de Básicas de Saúde ainda é uma realidade precária, pois não há a equidade e o respeito às suas especificidades dessas pessoas.

Nos últimos anos, a negligência do Estado em promover a prevenção e combate de HIV/AIDS, IST e Hepatites virais têm sido uma constante, devendo ser observados os boletins epidemiológicos divulgados pelo Ministério da Saúde.

Os Ambulatórios Especializados para Travestis, Transexuais e Transgêneros devem ser instituídos no âmbito das Secretarias de Saúde, com os atendimentos em Psicologia, Psiquiatria, Serviço Social e Endocrinologia, e ainda realizar o processo transexualizador, por meio do Sistema Único de Saúde.

Outro desafio de saúde é o suicídio de pessoas LGBT, que têm uma alta taxa de ocorrências, quando não são respeitadas na sua condição e na medida em que a morte social pela falta de acesso à educação, trabalho e renda, leva à morte física.

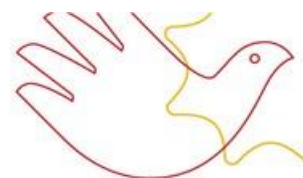
### **Trabalho e Renda**

A população LGBT sofre diversas violências no ambiente de trabalho, por isso é preciso promover e divulgar as políticas públicas e as leis de proteção, bem como construir programas de inclusão para o mercado de trabalho e empreendedorismo.

### **Direito à Moradia**

Uma das maiores dificuldades vivenciadas hoje pela comunidade LGBT é o acesso ao direito à moradia, diante da triste realidade de que muitas pessoas LGBT são retiradas de suas famílias de forma brutal. Faz-se necessário a incorporação da união homoafetiva, enquanto





unidade familiar nos programas habitacionais, para que essas pessoas tenham esse direito resguardado.

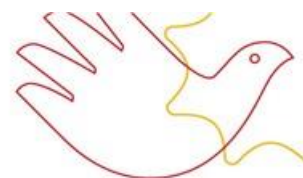
### **População LGBT Negra**

Nas políticas de igualdade racial, devemos promover um olhar voltado às especificidades da população LGBT, incentivando a discussão da pauta junto a Conselhos, Comissões, Grupos de Trabalho etc., visando promover a inclusão social e diminuir a violência contra a população LGBT negra.

### **Direito à Educação**

Os temas “gênero” e “sexualidade” precisam ser inseridos no currículo escolar de forma efetiva, do ensino fundamental ao superior e que também sejam produzidos materiais didáticos, para que educadoras e educadores possam promover debates em sala de aula de modo apropriado e produtivo.

A população LGBT ainda sofre diversas violências quando adentra a educação formal, do ensino fundamental ao superior, por isso é dever do Estado promover políticas de permanência e/ou inclusão de pessoas LGBT, como formas de diminuir a evasão/expulsão escolar.



### **Anexo 19 - Proposições realizadas pelo Deputado Vilson da Fetaemg**

Precisa ser incluído a questão da Educação do Campo e não Educação no Campo. São princípios básicos para o desenvolvimento do meio rural também.

O Ensino Superior, Universidades públicas precisa ser para a população de baixa renda.

Na área. De Ciência e Tecnologia, pesquisa para produzir com quantidade e qualidade, com a redução dos Agrotóxicos, ou seja, uso dos defensivos biológicos. Exemplo: como deputado tem um projeto de lei tramitando na Câmara de taxaço tributária dos defensivos químicos e incentivando os defensivos biológicos, porque isso é uma questão de saúde.

#### **Reforma Agrária**

Precisa ser defendida, mais do que nunca, porém temos que enriquecer o debate da valorização da agricultura familiar, sua importância e seu perfil na produção de alimentos e alimentos seguros e saudáveis no golpe da ex-presidente Dilma.

Tivemos um grande retrocesso com o fim do MDS – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Perdemos recursos, falta assistência técnica, pesquisa, investimento e valorização.

No conjunto de Reforma Agrária, precisamos avançar com programa de crédito fundiário, como uma política agrária para algumas regiões do país.

Incrementar para quem produz com respeito do meio ambiente: o pagamento por serviços ambientais e mais precisamos derrubar o decreto lei que diz e proíbe que terra ocupada não pode ser vistoriada.



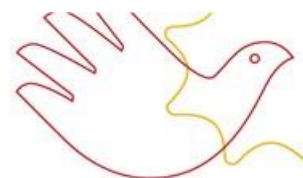
## **Anexo 20 – Proposta para Avançar com o SUS**

Proposta apresentada por **Wilson Martins** - PSB-PI.

Avançar com o SUS (página 58). Importante o que está posto sobre o Sistema Único de Saúde, inclusive aumentando seu financiamento, porém, o que está escrito na página 58:

“É necessário discutir a criação de um fundo próprio e específico para a saúde oriundo de uma contribuição específica”, tem que ficar bem claro. Entendo que devemos aumentar os investimentos em saúde e não diminuir como está acontecendo, mas, exceto a defesa de tributar grandes fortunas e de rever os benefícios fiscais, não concordamos com a criação de qualquer novo tributo, nos moldes de contribuição tributária!

Implementar a regionalização da saúde, o consorciamento interfederativo e a regulação.



## **Anexo 21 – Proposta para Educação, Seg. Pública, Enfrentamento às Drogas, Proteção Social – Bolsa Família, Criança e Adolescente, Respons. Fiscal**

Propostas apresentadas ao longo dos debates.

### **Na Educação:**

Importante que o Fundeb deva ser de caráter permanente;

Valorização dos professores;

Escola com jornada ampliada já e até evoluir para 100% de Tempo Integral deve ser meta do PSB;

Fortalecer o ensino técnico;

Reforçar a importância do financiamento nas Universidades Públicas, da pesquisa, ciência e tecnologia;

Apesar de entender que exageraram na criação de escolas privadas na área de saúde, sobretudo escolas de medicina, e de haver uma discrepância enorme de valores das mensalidades, o Financiamento de Estudantes em Instituições Privadas Superiores - FIEIS, ProUni-devem ser sim incrementado;

Combate ao Analfabetismo-enfatizar como bandeira do PSB nos Estados e Municípios com gestão socialista;

Incentivo com premiação para os melhores alunos nos anos finais do ensino médio - para cursos de seis meses em línguas no exterior.

### **Na Segurança Pública**

Dar mais ênfase ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), como importante instrumento para a segurança pública;

Reforçar as ações preventivas. Sugerimos priorizar a prevenção com policiamento comunitário;

Incluir políticas públicas de enfrentamento às drogas como meta socialista;

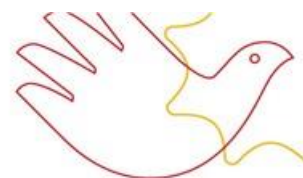
Combate à violência e mortes no trânsito-Acidentes com carros e motos, devido ao consumo de drogas, especialmente o álcool, tem sido causa importante e crescente de morte e mutilação.

### **Enfrentamento às drogas**

As drogas são causas importantes da desestruturação e sofrimento da família, da violência e de morte. Não ví na publicação, referência a esta problemática. Sugerimos, incluir no texto, Políticas Públicas de Enfrentamento às Drogas.

### **Proteção Social-Bolsa Família**

Considerando que sair da extrema pobreza demanda muito tempo, gerações, fortalecer a defesa da manutenção dos programas de proteção social, sobretudo o bolsa família.

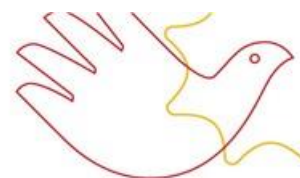


### **Criança e adolescente**

Não vimos no texto, algo sobre a criança e adolescente. Importante reafirmar seus direitos e a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, sugerimos: 1) Oferta de escola de tempo integral com contraturno para adolescentes do sistema socioeducativo; e 2) Tornar Obrigatório a garantia de direito de creches em tempo integral para a primeira infância.

### **Responsabilidade Fiscal**

Responsabilidade Fiscal - importante que fique claro sua importância para as gestões públicas. Priorizar a gestão em bases socialistas, respeitando o orçamento e fazendo mais com menos.



## **Anexo 22 – Proposta para Educação Pública**

Proposta apresentada por **Adriano Costa** – PSB-AP

### **Educação Pública**

Exclusividade do ensino fundamental na esfera pública.

A educação pública desse país sul-americano, continental, que fala uma única língua mas que possui em sua sociedade enorme pluralidade e diversidade cultural, tem o desafio em ofertar e garantir o direito público de acesso a educação à todos os brasileiros, presente nos artigos 205 à 214 da Constituição Federal de 1988.

Todos esses aspectos precisam gerar uma proposição/choque de ação popular, classista e administrativa, com a participação dos movimentos sociais, de classe trabalhadora e de iniciativa popular para fortalecer a proposta de garantir a oferta do ensino fundamental em completo por esfera pública, garantindo o acesso e permanência do filho da classe média e de baixa renda na educação pública de qualidade e socialmente referenciada.

Como proposta sugiro a participação e abertura de discussão com as entidades de classe, as que serão impactadas com a retirada do mercado capitalista desse nível/modalidade de ensino, garantindo a abertura de investimento público para absorção de profissionais, transição e dissolução de instituições que estão ofertando na espera privada Educação no ensino fundamental.

Uma proposta partidária com essa magnitude, que atinge financiamento público, interesses privados, controle social, classe trabalhadora, as entidades têm papel essencial como catalisador de garantir uma discussão ampla, sintética, coerente e fortalecida com a participação dos movimentos de educação, entidades sindicais e movimentos populares, além dos profissionais da educação.

No Brasil, para conseguirmos realizar com excelência essa tarefa, o partido precisará interagir com a participação dos sujeitos envolvidos na educação, garantindo uma educação mais igualitária, onde o filho do rico, do pobre, do trabalhador rural, ribeirinho, indígena e todos os segmentos sociais presente no país, será assistido exclusivamente pelo estado, no ensino fundamental, estratégia essencial para a efetividade da proposta.

Sem a participação desses sujeitos apresentados, a proposta se torna pouco razoável e inexecutável do ponto de vista popular, um projeto de quebra interesses mercadológicos e retira da iniciativa privada a educação fundamental, além da resistência que seria em uma proposta meramente partidária sem o apoio popular.

A proposta precisa desses compostos, e levar isso a partir da Autorreforma é desafiador, educação pública requer qualidade política, mas para além disso, a participação da população é essencial, referendo ou consulta pública devem nortear essa ação proposta pelo Partido Socialista Brasileiro.

Proposta de alteração no texto base da Autorreforma do PSB

Adriano Costa



Professor de Política e Legislação Educacional / Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

Membro do Sindicato Nacional de Docentes da Educação Superior - ANDES S/N

e-mail: [adrianocosta@unifap.br](mailto:adrianocosta@unifap.br)

Contatos: (96) 98808-4447/99112-5751



### **Anexo 23 – Proposta para Reforma Urbana Criativa**

Proposta apresentada pelo **Deputado Heitor Schuch** – PSB-RS, Secretário de Obras e Habitação do RS, ex-prefeito e Ex-Deputado Federal. Incluir em Reforma Urbana Criativa.

A política econômica brasileira adotada desde meados do século XX provocou um enorme êxodo rural e também concentração populacional nos grandes centros. Isto não veio acompanhado de um planejamento urbano capaz de suprir as necessidades básicas das pessoas.

No aspecto habitacional existem hoje milhares de loteamentos irregulares em todo o Brasil. A Secretaria de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul fez um cadastro onde são identificados 4.260 e apenas nos 125 maiores municípios.

Esta realidade é a mesma em todo o Brasil. Por isso, é possível afirmar que em nosso país temos bem mais de 100 mil loteamentos sem regularização e é possível afirmar, também, que perto de 60 milhões de brasileiros vivem nesta situação.

Uma tarefa importante para todo militante socialista é ajudar, participar e estar presente nestes loteamentos aproveitando a Lei 13.465/2017 da Regularização Fundiária Urbana (Reurb) que possibilita a regularização destas áreas.

Paralelo à regularização devemos nos envolver na busca de soluções das graves condições em que boa parte desses moradores vivem: Falta de saneamento; Falta de energia elétrica regular; Falta de abastecimento de água; Falta de iluminação pública; Falta de equipamentos adequados de educação, saúde e segurança.





## **Anexo 24 - Moção de repúdio à Medida Provisória 905/2019**

Proponente: Vereadora **Sandra Marrocos** – PSB-JPA-PB.

Sou Sandra Marrocos, suplente de deputada federal pelo Estado da Paraíba, integrante do Diretório Nacional do PSB e atualmente Vereadora na cidade de João Pessoa, capital do Estado. Assistente Social de formação que apresenta essa moção de repúdio à Medida Provisória 905, de 2019, do Governo Federal, em conjunto com a Deputada Estadual da Paraíba, Cida Ramos, também assistente social e professora da Universidade Federal da Paraíba.

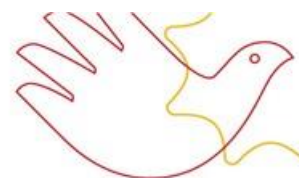
A Medida 905, de 2019, entre outros absurdos, trata da tentativa de extinguir assistência social no âmbito do INSS, tendo em vista que o assistente social é um dos poucos profissionais que ainda atendem presencialmente no órgão, ajudando a melhorar a qualidade de vida das pessoas que têm dificuldade de atendimento, dentre elas pessoas idosas, pacientes doentes e pessoas que moram distantes dos locais.”

Aproveitando o ensejo, solicito que toda a bancada federal do PSB, Líder Tadeu, vou encaminhar ao senhor essa moção que foi apresentada ao nosso grupo, após emendas dos colegas Deputados Federais Camilo Capiberibe e Danilo Cabral, incondicionalmente extensivo a todas as emendas que garantam a permanência das assistentes sociais no INSS, colocando-se em defesa da permanência desses profissionais nessa instituição. Inclusive o compromisso de todos e todas votarem contra a Medida Provisória 905, de 2019, a malfadada MP da carteira verde amarela. (*Palmas.*)

“A MP 905 trará graves prejuízos a toda a sociedade, uma vez que a importância das assistentes sociais e dos assistentes sociais nas atividades desempenhadas pelo INSS em apoio às pessoas que procuram esse órgão ficarão prejudicadas. Com sua extinção, reduzirá a proteção do Estado aos mais humildes.

Reafirmamos, assim, o compromisso do Partido Socialista Brasileiro em defesa do serviço social na Previdência.”

É a moção que passo ao senhor, Presidente.



Moção de Repúdio a Medida Provisória 905/2019.

Me chamo Sandra Marrocos, sou suplente de Deputada Federal pelo estado da Paraíba, Integrante do Diretório Nacional do PSB, e estou vereadora na cidade de João Pessoa capital do meu estado, sou assistente social de formação e venho apresentar essa moção de repúdio à Medida Provisória 905/2019 do governo federal, em conjunto com a deputada estadual da Paraíba Cida Ramos, também assistente social e professora da Universidade Federal da Paraíba.

A medida 905/2019 que entre outros absurdos, trata da tentativa de extinguir a Assistência Social no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), tendo em vista que o (a) Assistente Social é um (a) dos (as) poucos (as) profissionais que ainda atendem presencialmente no órgão, ajudando a melhorar a qualidade de vida de pessoas que tem dificuldades de atendimento, idosos (as), pacientes doentes e pessoas que moram distante dos locais.

Aproveitando o ensejo, solicito que toda a bancada federal do Partido Socialista Brasileiro (PSB), na Câmara das (os) Deputadas (os) apoie as emendas dos colegas Deputados Federais Camilo Capiberibe e Danilo Cabral, incondicionalmente, e extensivo às todas as emendas que garantam a permanência das (os) assistentes sociais no INSS, se colocando em defesa da permanência dessas (es) profissionais nesta instituição, inclusive com o compromisso de todas (os) de votarem contra a Medida Provisória 905/2019.

A MP 905/2019 trará um grave prejuízo a toda a sociedade, uma vez que a importância das (os) Assistentes Sociais nas atividades desempenhadas pelo INSS em apoio às pessoas que procuram este órgão. Com a sua extinção, reduzirá a proteção do Estado aos (as) mais humildes.

Reafirmamos assim o compromisso do Partido Socialista Brasileiro na luta em defesa do Serviço Social na Previdência.

Não nos furtando de mais essa batalha!



## Anexo 25 – Ampliação do Capítulo da Cultura

Proponente: Deputada Estadual **Fabíola Mansur** – PSB-BA.

Cultura como instrumento de inclusão especialmente de jovens e desenvolvimento pela cultura, contra a censura;

Reafirmar o compromisso do PSB com a liberdade das manifestações artísticas;




Pelo não contingenciamento da cultura e garantir financiamento mínimo de 1,5% do PIB;

Fortalecimento do Sistema Cultura – retomada do Ministério da Cultura, do Fundo da Cultura, Secretarias e Conselhos.

Ampliar o capítulo de cultura

- 1 cultura o instrumento de inclusão especialmente de jovens e desenvolvimento pela cultura, contra censura
- 2 Reafirmar o compromisso do PSB o a liberdade das manifestações artísticas
- 3 Pelo Não contingenciamento da cultura garantir financiamento mínimo de 1,5% PIB
- 4 Fortalecimento de sistema de cultura – retomada do ministério FUNDO, secretarias e conselhos

Dep EST Fabíola Mansur  
BA



## **Anexo 26 - Proposta para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar**

Proposta apresentada pelo Deputado Estadual **Jeová Vieira Campos**

### **Frente Parlamentar da Água e da Agricultura Familiar da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba - Casa de Eptácio Pessoa.**

Propostas para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar na Paraíba

#### **1. Estruturação da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido**

- 1.1. Priorizar no orçamento do Estado a definição de fontes para custeio da agricultura familiar.
- 1.2. Definir no orçamento do Estado um percentual do Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza — FUNCEP, para a agricultura familiar.
- 1.3. Garantir a realocação dos programas PNAE, PAA, AQUISIÇÃO DE SEMENTES, PROGRAMAS DE CISTERNAS, entre outros, para a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido.

#### **2. Acesso à Água para o Consumo Humano e para a Produção**

- 2.1. Implantar e assegurar a execução de programas para captação, armazenamento estratégico de águas, a exemplo das tecnologias de construção de cisternas de placas, de calçadão e de enxurradas, poços artesianos e amazonas, açudes, barreiros trincheiras e pequenos barreiros, barragens subterrâneas, tanques/caldeirões de pedra e barraginhas, entre outras, assegurando-se a participação da sociedade civil na definição das ações.
- 2.2. Criação de instrumento legal, que tenha por objetivo, reduzir o uso indiscriminado de agrotóxicos e outros defensivos agrícolas e assim evitar a contaminação do solo e dos mananciais destinados ao abastecimento humano e animal.
- 2.3. Implementar um programa destinado a dessalinização das águas para o consumo humano, e o reaproveitamento do rejeito para a produção de camarão, como forma de estímulo à geração de emprego e renda.
- 2.4. - Instalação de um laboratório no Campus IV da UEPB destinado à análise da qualidade de água e de solo.
- 2.5. - Garantir a todos os municípios do Semiárido Paraibano, dentro dos itens do Projeto Cooperar, item sobre a vulnerabilidade hídrica.

#### **3. Alianças e Arranjos Produtivos Locais de Base Familiar**

- 3.1. Apoio às redes e sistemas de cooperativas, associações e organizações da agricultura familiar e reforma agrária na perspectiva da economia solidária, através da articulação, constituição e consolidação das alianças e arranjos produtivos locais de base familiar, priorizados pelos territórios.



- 3.2. Apoio à agroindustrialização, comercialização e acesso aos mercados de produtos das alianças produtivas de base familiar e dos arranjos produtivos locais, priorizando a certificação do produto e o selo de origem.
- 3.3. Garantir que o Estado da Paraíba adquira, no percentual mínimo de 30%, produtos da agricultura familiar destinados à alimentação escolar, observando-se a sazonalidade e territorialidade da produção familiar.
- 3.4. Implantação do Programa de Desenvolvimento Territorial "PRODETER" para estruturação das alianças e cadeias produtivas de base familiar e os arranjos produtivos locais.
- 3.5. Fortalecimento do Fundo Rotativo Solidário da agricultura familiar na Paraíba.
- 3.6. Organizar um sistema que se permita fazer denúncias sobre a contaminação das sementes crioulas.

#### **4.-Certificação dos Produtos da Agricultura Familiar**

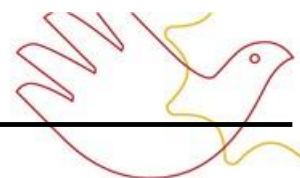
- 4.1. Criação e consolidação de redes de produção, comercialização e consumo solidário, utilizando sistemas de certificação participativa e selos de identificação de origem dos produtos da agricultura familiar, dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e comunidades de matriz africana.
- 4.2. Adesão do Estado da Paraíba ao Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), bem como incentivar que os municípios adiram ao sistema, individualmente ou em forma de consórcios.

#### **5.Assistência Técnica**

- 5.1. Firmar parcerias com as instituições de ensino — UFCG, UFPB, UEPB, Institutos Federais Tecnológicos, para prestar assessoria aos agricultores familiares.
- 5.2. Universalizar o acesso das famílias agricultoras de base familiar, à assistência técnica e extensão rural, à capacitação, ao crédito e às políticas de comercialização.
- 5.3. Implementação de uma política estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural/Extensão Social, articulada com a política nacional de A TER/ATES.
- 5.4. Reconhecimento da assessoria técnica realizada por entidades da sociedade civil como fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar.

#### **6.Apoio e Beneficiamento da Produção da Agricultura Familiar**

- 6.1. Estimular a produção da agricultura familiar através de programas de mecanização de baixo impacto, (tratores, tratoritos, moto ensiladeiras, cultivadores etc.), e o beneficiamento dos produtos através de programas de agregação de valor (abatedouros móveis, despoldadoras, batedeiras de feijão etc.).
- 6.2. Aquisição de equipamentos destinados ao armazenamento e conservação de sementes e de produtos da agricultura familiar, a exemplo de silos etc., potencializando as oportunidades para comercialização.



6.3. Implementar sistema de isenção fiscal dos produtos processados, oriundos da agricultura familiar e a desburocratização do acesso aos serviços de Coletoria do Estado, concedendo aos agricultores o Talão de Notas do Agricultor Familiar.

6.4. Apoiar a produção agroecológica de base familiar.

#### **7. inovações**

7.1. Desenvolvimento de programas que apoiem sistemas de energias renováveis na agricultura familiar, especialmente, energia solar.

#### **8. Escola, Saúde, Esportes, Lazer, Cultura e Segurança no Campo**

8.1. Desenvolver políticas públicas que garantam cidadania e qualidade de vida no campo, especialmente nas áreas de educação, saúde, esportes, lazer, cultura e segurança pública.

#### **9. FINANCIAMENTO ATRAVÉS DO PROGRAMA EMPREENDER**

9.1. Assegurar através do Programa Empreender, linhas de crédito específicas para a agricultura familiar, com taxas de juros e carências inferiores às praticadas no mercado para este público, sobretudo priorizando mulheres, jovens e comunidades tradicionais.

#### **10. Sementes e Mudanças:**

10.1. Criação de um programa de produção de sementes e mudas visando a utilização das mesmas para processos de reflorestamento, preservação de matas ciliares e de nascentes, bem como a sua utilização em quintais produtivos e pomares domésticos da agricultura familiar.

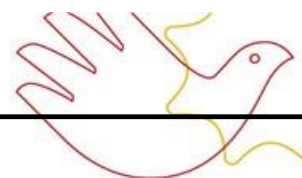
10.2. Implementar um programa de aquisição e distribuição de palmas resistentes às pragas, a exemplo da cochonilha do carimim.

10.3. Garantir que o Estado da Paraíba apresente propostas junto a CONAB para execução do PAA Sementes, voltado para execução e distribuição de sementes crioulas da agricultura familiar.

10.4. Garantir que o Governo estadual atue junto ao programa de venda de milho nos balcões da CONAB, substituindo progressivamente a oferta de milho por sorgo para a alimentação animal e exigir que o milho distribuído seja identificado como transgênico, atendendo a legislação vigente.

10.5. Estimular a aquisição das raças crioulas de animais e suspender a orientação atual/voltada para o estímulo à aquisição de raças exóticas e não adaptadas às condições ecológicas do semiárido.

10.6. Fortalecer e ampliar, a nível estadual, a campanha "Não planto transgênico para não apagar minha história", bem como a campanha de conscientização da sociedade sobre os riscos do consumo de alimentos transgênicos e contaminados pelo uso de defensivos agrícolas.



- 10.7. Fortalecer os sistemas de monitoramento da contaminação das sementes de milho crioulo, buscando parcerias com as instituições de pesquisa.
- 10.8. Ampliar a produção e a oferta de derivados de milho livre de transgênicos.
- 10.9. Ampliar os campos de multiplicação do milho crioulo, utilizando estratégias de pequena irrigação por gotejamento com água de cisternas calçadão e de outras fontes de água.
- 10.10. Criar sistema de proteção do milho crioulo, por meio de guarda de cópias de segurança.
- 10.11. Fortalecer e ampliar o número de Comunidades Guardiãs que declaram ser livres do plantio de sementes transgênicas.

#### **11. Piscicultura:**

- 11.1. Criação de um programa capaz de garantir o repovoamento dos açudes públicos.
- 11.2. Implantação de um centro de produção de alevinos pela Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido.
- 11.3. Inclusão do pescado na merenda escolar.
- 11.4. Ampliar a capacidade de armazenamento da produção de pescado em câmaras frias com a utilização de energias renováveis.

#### **12. Revitalização dos Rios, Riachos, Nascentes, Barragens e Matas Ciliares**

- 12.1. Implementar programas de revitalização dos rios, riachos, nascentes e reflorestamento das matas ciliares.

João Pessoa, 18 de junho de 2019.

**Jeová Vieira Campos**

Deputado Estadual

Presidente da Frente Parlamentar da Água e da Agricultura Familiar

Subscrevem-na os Deputados e Deputadas: Adriano Galdino, Wilson Filho, Cida Ramos, Estela Bezerra, Pollyana Dutra, Melchior Nelson Batista, Júnior Araújo, Ricardo Barbosa, Lindolfo Peres.



#### **Eixo Temático IV - ECONOMIA: PROSPERIDADE, IGUALDADE E SUSTENTABILIDADE**

**Macroeconomia, economia do conhecimento/economia criativa, futuro do trabalho/emprego, política industrial e competitividade, reforma tributária.**

- Coordenador: Domingos Leonelli
- Relator: Tamara Ilinsky

Em relação ao texto de introdução ao programa, foram realizados os seguintes apontamentos, de forma geral:

- É preciso lembrar que a imensa diversidade brasileira também é fruto da escravidão;
- Nossa posição deve reforçar a integração com a América Latina e Caribenha;
- A introdução do programa deve ponderar que, apesar dos avanços realizados sob os governos de Getúlio Vargas, este presidente foi ditador, que prendeu e exilou pessoas. Para nós que nascemos com base na liberdade, é inadmissível;
- A introdução deve ainda contextualizar o projeto de desenvolvimento brasileiro em consonância com elementos globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODSs, questões ambientais, entre outros.

Em relação às discussões mais amplas, ressalta-se:

- A definição de política econômica é, essencialmente, uma discussão sobre nossas prioridades enquanto sociedade. É uma discussão política, a qual devem se subordinar as soluções técnicas, e não o contrário. Devemos defender uma sociedade criativa, onde todos e todas são beneficiados pelos resultados da inovação tecnológica e da economia criativa;
- Nossa concepção de desenvolvimento, que deve estar centrada no ser humano, na sociedade e em sua prosperidade, de forma igualitária;
- Neste sentido, rever a utilização do Produto Interno Bruto – PIB como medida de desenvolvimento, já que ela não considera a distribuição de renda, prosperidade, felicidade da população, bem-estar, etc.;
- No caso brasileira, a base estruturante da sociedade não pode ser somente o crescimento econômico, mas também a distribuição de renda;
- Todas as discussões econômicas devem se relacionar com os desejos e necessidades da sociedade, que devem ser ressaltados;
- Dizer que iremos alterar as regras fiscais, não quer dizer ser irresponsável fiscalmente, ou seja, é preciso promover desenvolvimento econômico e social com responsabilidade fiscal;





- O Estado deve ter papel preponderante na regulamentação das relações de trabalho e da economia, como ente legitimado pela sociedade para sua proteção. O Poder Público não pode se entregar ao discurso da retirada de direitos como forma de gerar empregos, o que se demonstrou e tem se demonstrado uma falácia;

Em seguida, apresentam-se as discussões e recomendações específicas realizadas em cada tópico:

- Reforçar a relevância do desenvolvimento econômico local e seus instrumentos, como Arranjos Produtivos Locais, cooperativismo, entre outros;
- Esta estratégia de desenvolvimento deve ser precedida de um amplo estudo diagnóstico das vocações econômicas e criativas dos municípios e regiões brasileiras. Não há como intervir na realidade sem conhecê-la;
- Ressaltar a importância do empreendedorismo, além da garantia de emprego e renda, inclusive nas pequenas e médias cidades;
- Da mesma forma, investir em formas de desburocratização do sistema tributário para o micro e pequeno empreendedor, bem como da obtenção de licenças. Ou seja, investir na simplificação do empreendedorismo no Brasil;
- Valorizar o papel do microcrédito no desenvolvimento local, da economia solidária, do associativismo e do cooperativismo;
- As universidades devem estar compromissadas com o desenvolvimento da sociedade e das regiões em que estão instaladas, sob pena de se tornarem polos de excelência desconectados das necessidades da população. A interação entre Ensino Superior, pesquisa, mercado e sociedade deve ser conduzido pelo Estado;
- Valorizar dos produtos feitos no Brasil;
- A referência a políticas sociais deve ser complementada por políticas culturais, ambientais, entre outras;
- Dar ênfase ao turismo como alternativa de desenvolvimento econômico, principalmente em nível local e regional. O turismo verde deve ser uma alternativa para a Amazônia;
- Relembrar as potencialidades dos biomas do Nordeste, como a caatinga e o semiárido;
- Na questão da água, não tratá-la apenas como disputa pelo ativo, e também pela necessidade de compartilhamento do recurso;
- Além da valorização do salário mínimo, ressaltar a necessidade de ampliação do poder de compra dos brasileiros;
- Em relação ao financiamento da Previdência, discutir a possibilidade de criação de fundos de investimento com ativos do Estado. Assim, os direitos sociais poderiam ser garantidos sem penalização do Tesouro e a liquidez das fazendas públicas;



- É fundamental discutir e aprofundar o debate sobre a dívida pública, enfrentando a suposta “insegurança jurídica” que este ponto pode trazer;
- As renúncias fiscais devem ser colocadas sob perspectiva, afim de não penalizarmos as instituições filantrópicas, por exemplo. Ainda, é necessário elaborar alternativas a elas para a garantia do desenvolvimento econômico local – principalmente estadual. Também se recomenda a adoção de estabelecimento de critérios específicos e contrapartidas socioambientais para estes casos;
- A proposta de renda básica universal deve dialogar com a necessidade de inclusão tecnológica da população e o aumento da produtividade causado por soluções tecnológicas. A política tecnológica deve ser inclusiva, e não mais excludente e reforçadora das desigualdades estruturantes da sociedade;
- O desenvolvimento tecnológico e a economia criativa devem beneficiar a redistribuição de renda também por meio de políticas estruturais de saneamento básico, habitação, desenvolvimento urbano, etc.;
- O tema da economia criativa precisa ser tratado no ensino integral, no contra turno, bem como em temas de inclusão tecnológica – ensino de programação, por exemplo. Este é o início de um programa focado em juventude e futuro, tematizada sobre sociedade e economia criativa;
- Utilizar a educação de forma inovadora para garantir a inclusão tecnológica de jovens, como forma fundamental de combate às desigualdades existentes e futuras;
- Com o aumento da produtividade, debater a possibilidade de redução da jornada de trabalho para 40 ou 36 semanas semanais, possibilitando que o trabalhador tenha mais tempo para cultura, lazer, educação, entre outros;
- Relembrar que a inovação nem sempre está ligada somente ao desenvolvimento tecnológico, mas pode se relacionar a revisão ou a simplificação de processos, por exemplo;
- Elaborar soluções de tecnologia apropriada para criação de oportunidades simples e rápidas para a massa da população desempregada;
- Os sindicatos e pautas sindicais devem estar conectadas com as evoluções do mundo do trabalho e futuro do emprego, de forma a garantir a proteção do trabalhador e as normas de segurança dentro das empresas;
- O Conselho Nacional Monetário deve ser criticado pela sua composição e os interesses ali representados;
- Sugere-se a supressão do termo “desprivatização” do Bacen, trocando pelo reforço do Bacen como Banco Público, subordinado ao Projeto de Desenvolvimento Nacional defendido pelo PSB, e não aos interesses do capital especulativo;



- A reforma tributária deve considerar as novas tecnologias e a economia criativa, no sentido de compreender como estes serviços serão tributados e garantir as fontes de recursos para que o papel do Estado seja preponderante na organização da sociedade;
- A revisão do sistema tributário também precisa dialogar com a revisão do pacto federativo e das responsabilidades de estados e municípios;
- Dentro da perspectiva moderna, considerar a *cannabis* medicinal como fonte de geração de emprego/renda e a arrecadação tributária;
- Inserir o tema da nano tecnologia no debate sobre economia;
- Realizar uma série de audiências e seminários com as pessoas que constroem a economia criativa e o empreendedorismo, para que as propostas estejam atualizadas e levando em conta as diversidades existentes no território brasileiro;
- A economia criativa deverá ser apoiada por gestões criativas, que utilizam formas inovadoras de planejamento e gestão para estimular a sociedade criativa;
- Valorizar as cidades criativas como vetor de desenvolvimento local;
- Sugere-se a criação de um Fundo de Inovação voltada ao desenvolvimento do *design* nacional, associando Academia a empresas.



## Eixo Temático V - SOCIALISMO E DEMOCRACIA

### Novas formas de participação na política, reinvenção da política e do partido)

- Coordenador: João Capiberibe
- Vice coordenadora: Deputada Lídice da Mata
- Relator: James Lewis

O grupo enfrentou sob o eixo temático socialismo e democracia os temas: socialismo criativo, socialismo e democracia, pluralidade, movimentos sociais e o partido; um partido laico e acolhedor; o partido e a comunicação em rede; a Autorreforma e o partido que queremos.

Pela própria natureza dos temas, houve uma grande presença dos segmentos organizados do partido, de todas as regiões do País. Foram em grande número e bastante acaloradas as intervenções. E igualmente em grande número as emendas por escrito apresentadas. Dada a exiguidade do tempo para a consolidação dessas emendas serão todas devidamente enviadas à comissão de sistematização para a sua devida análise.

Para efeito de encerramento desta Conferência faremos um relato genérico das principais considerações.

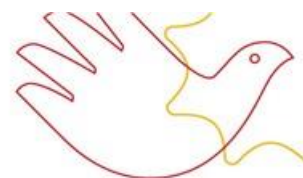
**Primeira sessão** abordou os temas Socialismo criativo, socialismo e democracia, pluralidade, movimentos sociais e o partido.

Foi bastante reforçada a necessidade de construirmos uma base teórica ampla para o PSB. Mas esse esforço devesse partir do resgate das teorias fundacionais do PSB de Mangabeira. O conceito de socialismo criativo que visa enfrentar as profundas mudanças promovidas pelas novas tecnologias e a enorme concentração de riquezas, tanto no modo de produção econômica e no mundo do trabalho, exigirá um aprofundamento no debate.

A compreensão da questão democrática, bem como de sua radicalização, como passo indispensável para a construção do socialismo brasileiro, teve bastante ampla adesão e apoio, notadamente diante do espectro crescente do autoritarismo promovido pelo governo de extrema direita atual.

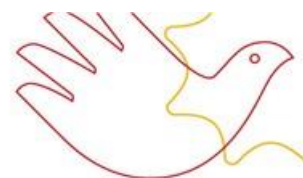
A importância dos segmentos organizados do PSB foi bastante destacada, como caminho de enraizamento do partido na sociedade civil, como linha mais avançada de atuação partidária. Ficou bastante evidente que essa relação deverá ser dialética, oxigenando e trazendo novas ideias e práticas para o partido, mas também deverá ser respeitosa a independência dos movimentos sociais, abstendo-se das velhas práticas de “linha de transmissão do partido”.

**Segunda Sessão:** Abordou os temas um partido laico e acolhedor; o partido e a comunicação em rede; a Autorreforma e o partido que queremos. Foram muitas as considerações sobre a necessidade e o estímulo da militância aos esforços do partido em apropriar-se das novas tecnologias de comunicação das redes sociais como instrumentos indispensáveis de relação com a sociedade brasileira e de democratização da vida partidária. Esses instrumentos tecnológicos ampliam as possibilidades de adoção da gestão compartilhada com transparência e participação popular, como política de gestão do PSB.



Um grande número de manifestações cobraram um aumento dos esforços de formação de quadros pela Fundação João Mangabeira, e uma ampliação dos espaços democráticos na atuação partidária, com um maior respeito à militância partidária pelos líderes regionais e na relação com as bancadas parlamentares em seus diversos níveis.

Muitas das emendas propostas tratam dessas relações partidárias. Propondo uma ação partidária mais planejada, o fortalecimento dos núcleos de base, pelo equilíbrio de gênero nas composições das direções e maiores recursos financeiros (5% do Fundo Partidário) para os segmentos organizados do partido poderem cumprir com suas missões. Também defendeu-se uma maior atenção e apoio a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.



## Anexo 27 – Complemento de relatório

### Complemento de relatório:

----- Forwarded message -----

De: James Lewis Gorman Junior Lewis <jameslewisgorman@hotmail.com>

Date: dom., 8 de dez. de 2019 às 14:22

Subject: relatório grupo V

To: sinoel@qcp.com.br <sinoel@qcp.com.br>

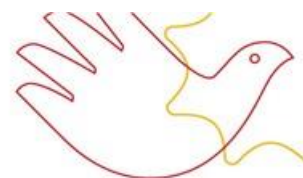
Conferência Nacional da Autorreforma do PSB – Complementação do Relatório Grupo V – Socialismo e Democracia (emendas apresentadas)

Foram **apresentadas 56 emendas por escrito**, com propostas de acréscimo ou alteração do texto, em grande número convergentes e pelos seguintes autores:

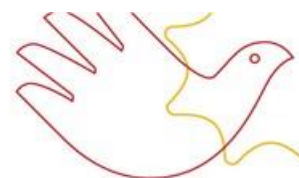
- 1) Caio Santana (AP)
- 2) Georgina dos Reis e Silva (PE)
- 3) James Figueiredo (AM)
- 4) Movimentos Organizados do RS (mulheres, negritude, juventude, popular, lgbt, sindical) apoiada por Malu (RS), Jesus (AL), Kátia (MG), Karine (SE), Eliane (RO), Frizzo (RS), Robinho (ES)
- 5) Mário Guide (SP)
- 6) Jhonatan Alencar (JSB-SP)
- 7) MPS - Daniel Lindoso, Maia de Jesus, Karina Drummond, Igor Belchior e Acilino Ribeiro,
- 8) Alba de Oliveira (PB)
- 9) Marco Antonio da Silva (SP)
- 10) Adriano Sandri (DF),

A maior parte das emendas convergem para a ampliação da participação dos segmentos organizados e da militância em geral. Com maior democracia interna e por apoio de formação e financeiro para as candidaturas à representação parlamentar dos segmentos organizados. Seguem as principais propostas:

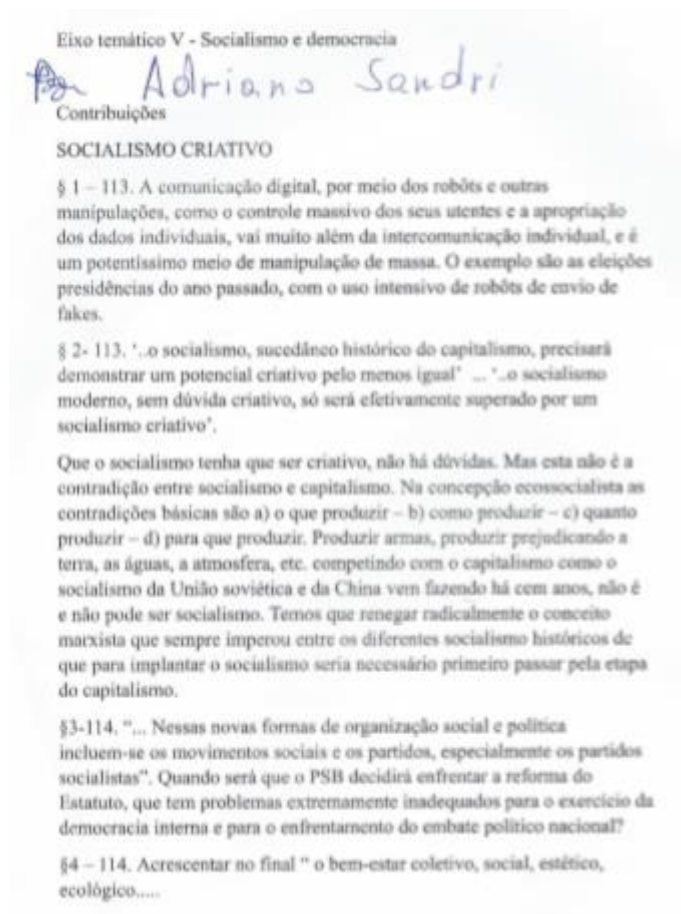
1. Buscar ferramentas e criar meios para atender as comunidades que não tem acesso a internet, desenvolvendo material inclusivo e interativo de acordo com a regionalidade;
2. Montar Rádio WEB, fortalecendo o PODCAST e ampliando as interações na rede com seus filiados;
3. Todo candidato terá como critério obrigatório o curso de formação política e que este candidato use suas redes compartilhando as publicações nacionais;
4. Que aos estudantes seja oferecido o desconto de 50% na contribuição partidária anual, e que sejam isentos de contribuição os desempregados, refugiados, sem terra, sem teto;



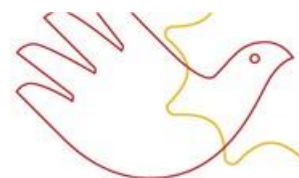
5. Ampliar e fortalecer nossa democracia interna, com o uso intensivo dos meios digitais, inclusive criando mecanismos de consulta digital;
6. Criação do Observatório da Democracia com os movimentos sociais do partido;
7. Construção da Agenda 40 tratando das principais bandeiras de luta e pautas dos movimentos;
8. Criar Observatório dos Mandatos como forma de diálogo permanente e direta dos parlamentares com a militância partidária.



## Imagens dos registros das proposituras que subsidiaram a geração da síntese do Anexo 27







#### SOCIALISMO E DEMOCRACIA

§3 – 114. Democracia não é simples premissa do socialismo. É muito mais; é socialismo.

§4 - 114. Hegemonia e contra-hegemonia: são referenciais teóricos da democracia do PT, de inspiração gramsciana.

§1 – 115. ... autorreforma ... construindo uma atualização de seu ideário. Questiono a necessidade de atualização de seus estatutos.

#### PLURALIDADE, MOVIMENTOS SOCIAIS E O PARTIDO

§2 – 117. ... processo de democratização radical... que chegue à praça pública, aos parlamentos, mas também às casas, fábricas, igrejas, escolas. Questiono: porque não também aos PARTIDOS, Sindicatos...? Não precisa reinventar o PSB?

§5 – 118. A absolutização do poder (e de grupos no poder)... O PSB atua no nível nacional, mas não raras vezes no nível estadual e municipal, não por meio das instâncias democraticamente eleitas, mas por 'grupos de poder'. Precisa avançar, muito, inclusive reformando e atualizando o ESTATUTO.

#### A AUTORREFORMA E O PARTIDO QUE QUEREMOS

§1 – 123. "Movimento e estrutura devem se alinhar numa mesma direção, mesmo que em ritmos diferentes" – Questiono: porque em ritmos diferentes?

O que significa 'ritmos diferentes'? Quem decide os ritmos?

Por Adriano Sandri

### CONGRESSO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO PROPOSTA DE CONVOCAÇÃO

Nós, participantes da Conferência Nacional sobre AUTORREFORMA que se realiza no Rio de Janeiro nos dias 28-29-30 de novembro de 2019, propomos que esta importante Conferência seja complementada e, possivelmente, concluída com o **CONGRESSO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO** a ser realizado no primeiro semestre de 2020 com os seguintes objetivos:

1. Aprovar o texto que atualiza o **MANIFESTO** do PSB;
2. Aprovar o texto do **PROGRAMA** do PSB, que atualiza o original de 1947 e 1985, texto sintético no formato dos anteriores;
3. Aprovar a atualização do **ESTATUTO** do PSB, para levar em partido a formas democráticas estatutárias adequadas ao nível dos desafios internos e externos que as lutas políticas hoje exigem.

Em vista destes objetivos propomos que esta Conferência indique um "Grupo de Trabalho Nacional" – GT – composto por três pessoas de cada uma das cinco macro-regiões, mais três nomeadas pela Direção Nacional do partido para que, no prazo de sessenta dias, elaborem uma proposta de mudanças estatutárias que sirvam como sugestão nos debates congressuais preparatórios nos níveis municipais, zonais e estaduais.



#### DOAÇÃO DE SANGUE

A falsa ideia de promiscuidade do grupo LGBT advém de uma época na qual o estigma foi imposto unicamente a essa comunidade. A classificação em "grupo de risco" significava uma defesa contra contaminações em um sistema ainda precário de identificação de doenças. Porém, a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis decorre da atividade sexual, e não da orientação homossexual, e o sistema de triagem atualmente é extremamente funcional. O Partido Socialista Brasileiro, com a autoria da Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 5543, defende que a política de exclusão ofende a dignidade humana e gera discriminação.

#### OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS POLÍTICOS

A participação de pessoas LGBT na política ainda é mínima se comparada com os demais grupos reivindicatórios. Com uma comunidade de cerca de 10% da população brasileira, entende-se que a representação deve ser maior, possibilitando assim o debate de pautas específicas da comunidade LGBT. Mesmo com um aumento crescente, é importante que pessoas não LGBT façam a defesa da causa por conta da dificuldade de acesso aos poderes de modificação da sociedade.

#### COMBATE ÀS FAKE NEWS CONTRA A POPULAÇÃO LGBT

Um dos assuntos mais polêmicos para quem não tem conhecimento sobre a causa LGBT é a chamada "ideologia de gênero", que foi criada com a ideia errônea e absurda de que ativistas de direitos humanos, educadores, educadoras intencionavam propositalmente sexualizar as crianças, levando-as a transformar seu gênero de forma impositiva. A propagação na mídia dessa expressão tem sido utilizada como tática de poder, com o objetivo de colocar a comunidade LGBT como criminosa, numa tentativa de desmoralizar sua luta.

#### DIREITOS SOCIAIS

O Estado brasileiro tem o dever de garantir a todas e todos os direitos sociais. No entanto, não é o que acontece com a maioria da população LGBT no Brasil. Para tanto, tendo como base a isonomia, a jurisprudência e a equidade, deve promover direitos igualitários, para minimizar o alto grau de vulnerabilidade e marginalização a diferentes contextos que a população LGBT é submetida.

#### SISTEMA DE SEGURANÇA E JUSTIÇA

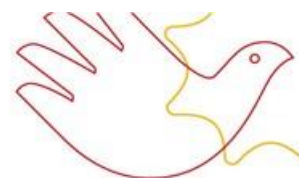
A população LGBT sofre diversas violências todos os dias e existem especificidades para o atendimento dessas pessoas, portanto, a criação de DELEGACIAS ESPECIAIS, no âmbito das Secretarias de Segurança Pública é fundamental para REPRESSÃO AOS CRIMES POR ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO.

No sistema prisional deve ser observada a construção de alas específicas para população LGBT, dentro dos presídios femininos ou masculinos, de forma que assegurem a liberdade de escolha para qual unidade carcerária a pessoa LGBT sinta-se melhor acolhida, com profissionais do sistema penitenciário capacitados sobre orientação sexual e identidade de gênero e suas especificidades; respeitando a segurança, privacidade, autoidentificação de cada indivíduo, com o olhar nas várias identidades e expressões de gênero, socioeconômico e étnico-racial.

#### SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBT

O atendimento a população LGBT em Unidades de Básicas de Saúde ainda é uma realidade precária, pois não há a equidade e o respeito às suas especificidades dessas pessoas.

116



Nos últimos anos, a negligência do Estado em promover a prevenção e combate de HIV/AIDS, ISTs e Hepatites virais têm sido uma constante, devendo ser observados os boletins epidemiológicos divulgados pelo Ministério da Saúde.

Os Ambulatórios Especializados para Travestis, Transexuais e Transgêneros devem ser instituídos no âmbito das Secretarias de Saúde, com os atendimentos em Psicologia, Psiquiatria, Serviço Social e Endocrinologia, e ainda realizar o processo transexualizador, por meio do Sistema Único de Saúde.

#### TRABALHO E RENDA

A população LGBT sofre diversas violências no ambiente de trabalho, por isso é preciso promover e divulgar as políticas públicas e as leis de proteção, bem como construir programas de inclusão para o mercado de trabalho e empreendedorismo.

#### POPULAÇÃO TRANS NEGRA

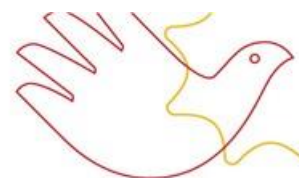
Nas políticas de igualdade racial, devemos promover um olhar voltado às especificidades da população LGBT, incentivando a discussão da pauta junto a Conselhos, Comissões, Grupos de Trabalho etc., visando promover a inclusão social e diminuir a violência com a população trans negra.

#### DIREITO À EDUCAÇÃO

Os temas "gênero" e "sexualidade" precisam ser inseridos no currículo escolar de forma efetiva, do ensino fundamental ao superior e que também sejam produzidos materiais didáticos, para que educadoras e educadores possam promover debates em sala de aula de modo apropriado e produtivo.

A população LGBT ainda tem sofrer diversas violências quando adentra a educação formal, do ensino fundamental ao superior, por isso é dever do Estado promover políticas de permanência e/ou inclusão de pessoas LGBT, como formas de diminuir a evasão/expulsão escolar.

116



#### RELATÓRIO GRUPO V – SOCIALISMO E DEMOCRACIA

Coordenador: JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE

Vice-coordenadora: LÍDICE DA MATA

Relatoria: JAMES LEWIS

O grupo enfrentou sob o eixo temático socialismo e democracia os temas: socialismo criativo, socialismo e democracia, pluralidade, movimentos sociais e o partido; um partido laico e acolhedor; o partido e a comunicação em rede; a autoreforma e o partido que queremos.

Pela própria natureza dos temas, houve uma grande presença dos segmentos organizados do partido, de todas as regiões do País. Foram em grande número e bastante acaloradas as intervenções. E igualmente em grande número as emendas por escrito apresentadas. Dada a exiguidade do tempo para a consolidação dessas emendas serão todas devidamente enviadas à comissão de sistematização para a sua devida análise.

Para efeito de encerramento desta Conferência faremos um relato genérico das principais considerações.

**Primeira sessão** abordou os temas Socialismo criativo, socialismo e democracia, pluralidade, movimentos sociais e o partido.

Foi bastante reforçada a necessidade de construirmos uma base teórica ampla para o PSB. Mas esse esforço deverá partir do resgate das teorias fundacionais do PSB de Mangabeira. O conceito de socialismo criativo que visa enfrentar as profundas mudanças promovidas pelas novas tecnologias e a enorme concentração de riquezas, tanto no modo de produção econômica e no mundo do trabalho, exigirá um aprofundamento no debate.

A compreensão da questão democrática, bem como de sua radicalização, como passo indispensável para a construção do socialismo brasileiro, teve bastante ampla adesão e apoio, notadamente diante do espectro crescente do autoritarismo promovido pelo governo de extrema direita atual.

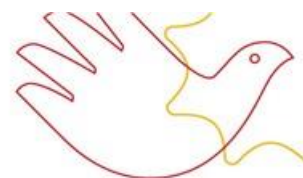
A importância dos segmentos organizados do PSB foi bastante destacada, como caminho de enraizamento do partido na sociedade civil, como linha mais avançada de atuação partidária. Ficou bastante evidente que essa relação deverá ser dialética, exigindo e trazendo novas idéias e práticas para o partido, mas também deverá ser respeitosa a independência dos movimentos sociais, abstendo-se das velhas práticas de "linha de transmissão do partido".

**Segunda Sessão:** Abordou os temas um partido laico e acolhedor; o partido e a comunicação em rede; a autoreforma e o partido que queremos. Foram muitas as considerações sobre a necessidade e o estímulo da militância aos esforços do partido em apropriar-se das novas tecnologias de comunicação das redes sociais como instrumentos indispensáveis de relação com a sociedade brasileira e de democratização da vida partidária. Esses instrumentos tecnológicos ampliam as possibilidades de adoção da gestão compartilhada com transparência e participação popular, como política de gestão do PSB.

Um grande número de manifestações cobraram um aumento dos esforços de formação de quadros pela Fundação João Mangabeira, e uma ampliação dos espaços democráticos na

atuação partidária, com um maior respeito à militância partidária pelos líderes regionais e na relação com as bancadas parlamentares em seus diversos níveis.

Muitas das emendas propostas tratam dessas relações partidárias. Propondo uma ação partidária mais planejada, o fortalecimento dos núcleos de base, pelo equilíbrio de gênero nas composições das direções e maiores recursos financeiros (5% do Fundo Partidário) para os segmentos organizados do partido poderem cumprir com suas missões. Também defendeu-se uma maior atenção e apoio à organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.



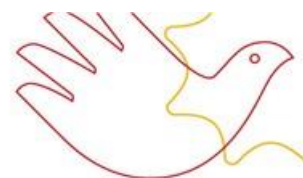
### O Partido e a Comunicação.

\* Buscar ferramentas e criar meios para atender as comunidades que não têm acesso a internet, desenvolvendo material inclusivo e interativo de acordo com a regionalidade.

→ Montar Rádio Web PSB, fortalecendo Podcast e ampliando as interações

MPS

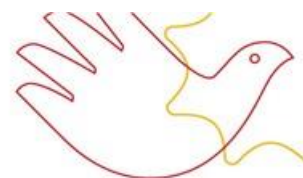




na rede com seus filiados e simpatizantes.

→ Montar uma equipe operacional <sup>permanente</sup> que passe a dar suporte aos pré-candidatos dentro do alinhamento partidário, evitando assim contratações milionárias em período eleitoral de empresas ~~que~~ marketing.

→ Exigir que todos os diretores tenham site, facebook e instagram, usando ex: Lei de transparência



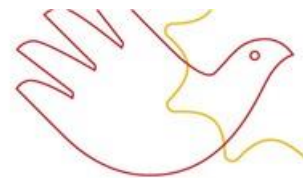
→ Todo candidato tenha  
como critério obrigatório  
o curso formação política  
e que este candidato  
sempre use suas redes  
compartilhando as  
publicações nacionais

Daniel Mendes <sup>MPS</sup>  
Márcia de Jesus Alageas  
Karina Mublert Drummond - SE  
Igor Belchior  
Acelino Ribeiro

BRASIL  
UNIDOS

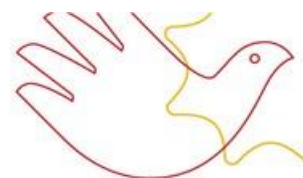
Fundação  
socialista

PSB 40



<p>I) Pluralidade, movimento sociais e partidos.</p> <p>* Incluir os secretários (as) Estaduais e Nacional sejam inseridos nos núcleos estadual dos Conselhos da FJM.</p> <p>segue →</p> 	<p>II) "MPS"</p> <p>Pluralidade, movimentos sociais e o partido.</p> <p>* Incentivar candidaturas de militantes dos segmentos para esplanas eleitorais, utilizando 5% do recurso destinado do fundo eleitoral.</p> <p>Proposta feita por:</p> <p>Karima Jefferson Drummond - MPS. São Paulo</p> <p>Daniel Lindoso</p> <p>Adelino Ribeiro = MPS</p> <p>Marina de Jesus = MPS Alagoas</p> <p>Geor Belchior = MPS</p> 
--	--

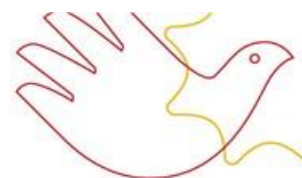




## "Autorreforma e o Partido que Queremos"

- Aprova modificação do Estatuto fazendo constar expressamente a possibilidade do Diretório Nacional arcar com despesas dos Diretórios Estaduais que estejam com o fundo partidário suspenso por decisão da Justiça Eleitoral. Tal mudança é matéria interna, não sindicável pela Justiça Eleitoral, e de natureza estritamente contábil, sustentada no princípio de autonomia.





partidária (princípio constitucional)  
e na preservação de imagem  
pública do Partido, sendo  
limitada as despesas essenciais para  
o funcionamento partidário na  
Unidade Federativa.

Marco Antonio de S. Jr  
PSB/SP:

Autoreforma e o partido  
que queremos.

pág 124 - 1.

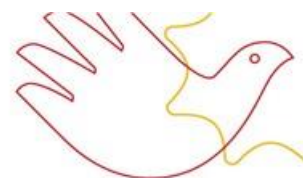
Terar Fazer e substituir para  
estabelecer que o aplicativo  
PSB40 seja uma ferramenta  
efetiva participação, intera-  
ção e efetivo pertencimento.

pág 125 item 4)

4- Incluir e observar:  
Estudantes filiados ao partido



PSB40 segue



pagar a taxa da contribuição  
anual em \$01.

Desempregados, refugiados,  
sem terra, sem teto ~~dividas~~  
~~reserva (desemprego)~~ comprovados  
não pagará taxa anual.

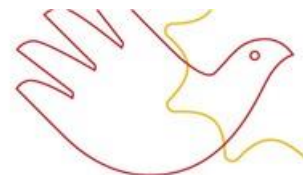
MPs

Karina Muleri Drummond

Igor Belchior =

Maria Jesus =

Daniel Lindoso =



**Item "Socialismo e Democracia"**

- Consulte digital via aplicativo, exclusivo nos filiados, para que a militância faça a manifestação de vontade partidária de forma a vincular os parlamentares eleitos, no sistema proporcional, no que toca o direcionamento das votações nos parlamentos, sob pena de aplicação de punições inovadoras a infidelidade partidária.

Marco Antonio da Silva / PSB-SP

PSB 40  
 Partido Socialista Brasileiro

---

**AUTO-REFORMA É O PARTIDO QUE QUEREMOS**  
**Proposta de alteração de redação.**

Proj. 134 - Item 1, parágrafo 1º - (A)

Fortalecer sua democracia interna por meios digitais . . . . .

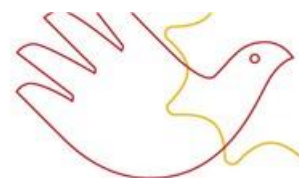
- Estabelecer uma plataforma digital, que permita, às direções municipais, estaduais e nacional, consultar os filiados e filiados, sobre questões de caráter político/ideológico, polêmicas, em caráter consultivo em deliberativo, de acordo com o interesse partidário das respectivas instâncias.

Alto - Pb.

PSB 40  
 Partido Socialista Brasileiro



<p>1. CRIAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA E DOS MOVIMENTOS;</p> <p>2. CONSTRUÇÃO DA "AGENDA 40" TRAZENDO OS PRINCIPAIS BAIXOS DE CUSTA E PONTAS DOS MOVIMENTOS;</p> <p>3. CRIAR O OBSERVATÓRIO DOS MOVIMENTOS, SENDO UMA FORMA DE DIÁLOGO TRAZENDO O DIÁLOGO COM AS/OS PARLAMENTARES;</p> <p>4. TOUCAR AO SENADO, CÂMARA E ASSEMBLEIAS QUE TENHAM INICIATIVA DE REPRESENTAÇÃO DOS MOVIMENTOS;</p> <p>5. DEVO NAVER A PARTICIPAÇÃO DAS/AS SECRETARIAS/AS NACIONAIS OU UM MEMBRO INDEPENDENTE, COMO MEMBRO DO CONSELHO POLÍTICO DA FUNDAÇÃO TONÓ MANGABEIRA;</p> <p>6. INCLUIR OS MOVIMENTOS NA COMISSÃO ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO FUNDO ELEITORAL;</p> <p>7. PRIORIZAR E VALORIZAR A FORMAÇÃO DAS COMUNITARIAS NOS MOVIMENTOS;</p> <p>8. FORTIFICAR CONVÊNIO COM PARTICIPANTES MOVIMENTOS;</p> <p>9. INCLUIR OS TEMAS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, FEMINICÍDIOS EIS O TRANS NO OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA;</p>	<p>10. DA NECESSIDADE DO COMPROMETIMENTO DAS LEGISLADORAS PARA COM OS TRABALHOS COMUNITÁRIOS EM CONJUNTO;</p> <p>11. INSTRUMENTALIZAR E VIABILIZAR AÇÕES QUE POSSAM PRODUZIR A CRIAÇÃO DE NÚCLEOS DO GABE;</p> <p>12. CRIAÇÃO DE ESPAÇO COMUNITÁRIO COLETIVO COM TEMÁTICA FEMINISTA E/OU LGBTQT QUE TRABALHE ENTRE OS DIVERSOS SEGMENTOS;</p> <p>13. GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO AUTÊNTICA DOS SEUS/AS MEMBROS/AS DE REPRESENTAÇÃO PARITÁRIA EM MÓDOS POLÍTICOS NO PARTIDO E NA FUNDAÇÃO;</p> <p>14. INCLUIR A VOZ DO EXTERIÑO DA JUVENTUDE NEGRA NA TOMADA DE DECISÃO DO BUB. ESTA PUNTAO NO OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA;</p> <p>15. REAFIRMAÇÃO DO CULO DE APLICAÇÃO DOS MOVIMENTOS COM AS/AS PARLAMENTARES DO PSB;</p> <p>16. ENCLUSÃO DAS PONTAS DOS SEGMENTOS NOS PLANOS, PROJETOS E DOCUMENTOS DO PSB;</p> <p>17. CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE FORTALEÇA O MOVIMENTO E A REPRESENTAÇÃO DAS/AS FILIADES/AS NOS PARLAMENTOS E PARLAMENTOS DO PSB;</p> <p>18. PARTICIPAÇÃO DE DELEGADAÇÕES SOCIAIS;</p>



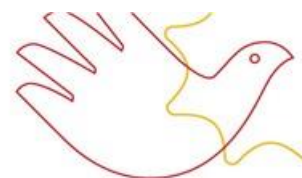
19. FOMENTAR A PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS ORGANIZADOS DO PARTIDO, SENDO OS MANDATOS DO MOVIMENTO QUE TAMBÉM A SEREM REELEITOS/AS E, POR CONSEQUÊNCIA, CRIAR UM TENDIMENTO MANDATO, PORTANTO HAVENDO, POSTERIORMENTE, A ALTERAÇÃO DOS ESPAÇOS DE REPRESENTATIVIDADE LOCAL MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL.

20. GARANTIA DE NO MÍNIMO DE 40% DE BÊNDO NAS ESTÂNCIAS DE PRODUÇÃO PARTICIPATIVA.

\* MOVIMENTOS ORGANIZADOS DO RS  
 (MULHERES, NEGATUDO, JUVENTUDE;  
 POPULAR, LGBT, SINDICAL)

→ MALU, JESUS, KATIA, KARINA, NICOLA  
 RS AL MG SC PE  
 ELIANA, FAIZO, ROB/NHO, ... )  
 RO RS ES





Eixo V - Socialismo e Democracia  
→ Johnston F. Alencar - PSB-SP

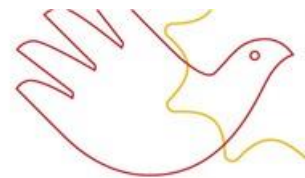
↳ Pluralidade, movimentos sociais e o partido

durante todo o texto apareceram palavras como "reconhecer", "reconhecer a importância", "atenção sobre os aspectos "identitários", "reconhecer a importância da pluralidade e diversidade", "igualdade"

Acho importante deixar claro como o partido pretende de fato colocar as palavras na prática. Reconhecer como?

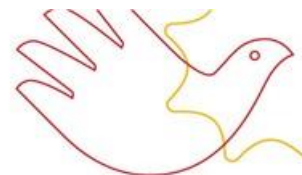
Destinando apoio financeiro igual para todos? Candidatos negros receberão apoio para suas campanhas igual os candidatos que já possuem cargo e as mulheres?





Acredito que essa a posição do partido de se dispor a reconhecer, dar atenção e etc, venha acompanhada de ações que serão realizadas. Apresentação de números e indicadores que o partido pretende alcançar. Mostrar que de fato reconhece com metas pré-estabelecidas. Haverá um número de candidatos de cada segmento que o partido fará todo o possível para dar todo tipo de apoio, inclusive porcentagem financeira? Essas são medidas de reconhecimento importantes.





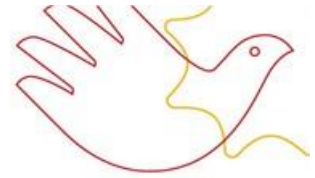
① Alterar a redação o parágrafo 5º da página 122:  
 "A liberdade socialista é maior ampla que a liberdade do mercado. Ela é frutífera..."

② Página 124. Parágrafo 3º:  
 1- Fortalecer...  
 • Estabelecer...  
 • Proficuar...  
acessorio no f.º orgão-púb  
 de uma biblioteca digital socialista.

③ Página 125:  
 4- Reformular...  
acessorio: considerando a nota e a atuação pessoal

④ acrescentar na página 125:  
 b- Estimular...  
 e "os Cursos de transformação social que constituem uma sociedade mais justa e próspera."

BRASIL SOCIALISTA  
 Fundação  
 PSB40  
 Heringer



1) Pág 115 - 2º parágrafo  
 caminho para o socialismo: ...  
 sugere - continua:  
 "expono na página ~~115~~  
 de João Manfreado:  
 "Solidarismo sem liberdade  
 socialismo não é liberdade  
 sem socialismo, liberdade  
 não será!"

Mário Gu. de

2) alterar a redação do parágrafo 4º: "Esta ideia, arraigada na tradição do socialismo de esquerda também ~~está~~  
 presente nos escritos de Lênin e Gramsci

Mário Gu. de

3) Pág 118 - 1º parágrafo  
 alterar a redação:  
~~o~~ ... ao ter-se  
 omitido pela prática política  
 burguesa, ou seja, a contenção  
 da fraternidade em nome  
 do interesse humano.

Mário Gu. de

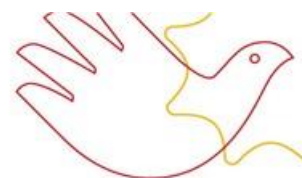


Autorreforma é o partido que queremos  
 de usaria no trabalho e fortalecimento  
 da segurança pública através de  
 investimento nas forças policiais.  
 Não queremos esquecer que os policiais  
 também são trabalhadores e sofrem  
 os mesmos problemas sociais, porém  
 sofrendo com a política implante  
 do pelo governo atual.

SSB/AM  
 James Figueiredo




Proposta de demandas dos bis e esposa  
 PSB  
 acrescentar nos temas e também  
 na introdução a cada seção  
 Trabalhadores (Trabalhadores)  
 — homens — mulheres —  
 "Trabalhadores e Trabalhadoras rurais"



SSB / <sup>SJ</sup>Caio-AP  
(2º dia)  
Eixo V.  
Autoreforma e o Partido que  
queremos.

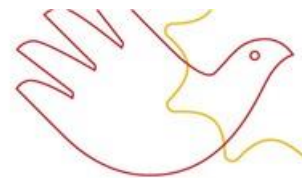
• Fez ou quanto com a defesa e  
a implementação da gestão com-  
partilhada.

→ Que os núcleos de base do  
PSB, ~~que~~ continuem sendo nossa  
forma principal de organização,

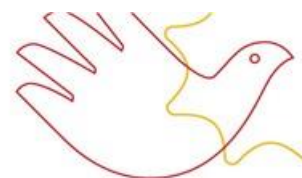


Com foco nas bases e  
nas candidaturas majoritárias

- Que os núcleos de bases, ~~que~~  
incentivem candidaturas de suas  
bases para cargos proporcionais e  
evitem anintencionalismo de  
candidatos não orgânicos e sem  
identidade ideológica.



<p>AUTO REFORMA E O PARTIDO BREVEMENTES</p> <p>LETRA F-</p> <p>REALIZAR CURSO DE FORMAÇÃO POLITICA AOS PRE-CANDIDATOS, AOS DIVERSES CARGOS DELETIVOS</p> <p>REALIZAR CURSO DE FORMAÇÃO/ADMINISTRATIVA AOS OCUPANTES DE CARGOS SE FOR DO CASO. SEGUNDO PARAMETROS E CATEGORIAS PARTICULARES ESTABELECIDOS NA REFERIDA BARRA/PROGRAMA.</p> <p>ALBA-</p> <p>OBS - FOI ACORDADO EM SEMINARIO EM BELOHORIZONTE, POR OCASIÃO DA CRIAÇÃO DO PARTIDO SE UMA RESOLUÇÃO, QUE REGULAMENTARIA esta obrigatoriedade)</p> <p>ALBA . Pb.</p>	<p>Parg 124/125</p> <p>Criar mecanismos de burocracia ...</p> <p>Além disso, o ombudsman, tem, entre suas atribuições, o papel de apurar as eventuais denúncias.</p> <p>Revisar o papel de avaliar o comportamento dos diretores ...</p> <p>PAG 125. ITEM 4 - BOLSAS + ISENÇÕES</p>



## AUTO REFORMA E O PARTIDO QUE QUEREMOS

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE REDAÇÃO  
Pág 104 - ITEM 1 - 4: Parágrafo (D)

" ADOPTAR O VOTO DIRETO E SECRETO, PARA  
ELEIÇÕES DE DIREÇÕES PARTIDÁRIAS ~~EM~~  
EM TODAS AS INSTÂNCIAS - D. DELEGA-  
DOS(A) PARA OS CONGRESSOS ESTADUAIS E  
NACIONAIS .

ALBA - Pb.





## Parte 6 – Seminário Diálogo Internacional



## **Programa – Diálogo Internacional (30 de novembro de 2019)**

### **30 de novembro de 2019 – sábado**

**09h00:** Mesa de abertura do Seminário, ocasião em que será realizada homenagem a Salvador Allende.

**10h30: A Utopia Necessária** – Senadora Mónica Xavier, Partido Socialista do Uruguai.

**11h00: A crise atual do Chile e o Partido Socialista Chileno** – Karin Delfino Mussa – Vice-Presidente do PS Chile e Presidente do Instituto Igualdade do Chile.

**A Experiência de Governos da Frente Ampla Uruguai** - Deputado Roberto Chiazzaro, Secretário de Relações Internacionais do Partido Socialista do Uruguai.

**13h00:** Almoço

### **14h30: – Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE):**

- A experiência de Governos Socialistas na Espanha e as últimas eleições espanholas – apresentação da Deputada Olga Alonso Suárez

### **16h00: Partido Socialista Português:**

- Deputado João Paulo Moreira Correia
- Deputado Hugo Alexandre Pulido Pires

**18h00:** Mesa de encerramento do Seminário





## Solenidade de abertura

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Bom dia a todas e a todos.

Abrimos o nosso terceiro e último dia do Seminário da Autorreforma do Partido Socialista Brasileiro. Durante esses três dias reunidos, pudemos debater e refletir sobre os novos caminhos que tomaremos para transformar o nosso partido e o atual cenário político brasileiro em suas diversas vertentes. O intuito deste encontro é possibilitar a cada um dos presentes novos alicerces, para que juntos sejamos capazes de lutar pela conquista de um país mais justo e solidário.

Antes de iniciarmos as atividades do dia, teremos o prazer de mais uma vez acompanhar o grande talento do Sr. Arthur Moreira Lima ao piano. Por favor, peço que venha ao palco o Sr. Arthur Moreira Lima. (*Palmas.*)

### Arthur Moreira Lima - Pianista

**O SR. ARTHUR MOREIRA LIMA** – É uma honra e um prazer estar aqui junto dos companheiros. Como nós temos uma parte do nosso partido importantíssima que veio do Nordeste, eu vou, em homenagem à nossa bancada nordestina, tocar o segundo hino nacional. Chopin fez a Polonesa e Luiz Gonzaga fez a Nordestese. Asa Branca. (*Palmas.*)

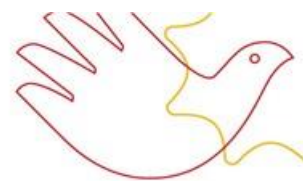
(*Apresentação ao piano de Asa Branca.*) (*Palmas.*)

**O SR. ARTHUR MOREIRA LIMA** – Agora vou tocar uma música característica do tango brasileiro, que era tocado no Rio de Janeiro no início do século XX. É uma peça de Ernesto Nazaré para piano, um tango brasileiro que deu origem depois ao chorinho, e se chama Odeon, de 1910, em homenagem ao Cinema Odeon, onde Nazaré, grande compositor e pianista, tocava na sala de espera.

(*Apresentação ao piano de Odeon.*) (*Palmas.*)

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Muito obrigada, Sr. Arthur Moreira Lima.

Agora, para dar início ao nosso painel “Diálogo Internacional”, peço que se dirija ao palco o Sr. Carlos Siqueira, Presidente Nacional do PSB. (*Palmas.*) O Sr. Ricardo Coutinho, Presidente da Fundação João Mangabeira. (*Palmas.*) O Sr. Paulo Câmara, Governador de Pernambuco. (*Palmas.*) O Sr. Alessandro Molon, Líder da Oposição na Câmara dos Deputados e Secretário de Relações Internacionais do Partido Socialista Brasileiro. (*Palmas.*) A Sra. Mônica Xavier, Senadora do Partido Socialista do Uruguai. (*Palmas.*) O Sr. Tadeu Alencar, Deputado Federal, Líder da Bancada na Câmara dos Deputados. (*Palmas.*) A Sra. Olga Alonso Soares, Deputada do Partido Socialista Obrero Espanhol. (*Palmas.*) O Sr. Roberto Chiazzaro, Deputado do Partido Socialista do Uruguai. (*Palmas.*) A Sra. Karina Delfino Mussa, Vice-Presidente do Partido Socialista do Chile e Presidente do Instituto Igualdad. (*Palmas.*) O Sr. Felipe Barnachea Vasquez, representante do Partido Socialista do Chile. (*Palmas.*) O Sr. João Paulo Moreira Correia,



Deputado do Partido Socialista Português. (*Palmas.*) O Sr. Hugo Alexandre Pulido Pires, Deputado do Partido Socialista Português. (*Palmas.*)

Enquanto todos se dirigem ao palco, gostaria de registrar a presença das convidadas internacionais: Deputada Brigida Quiroga do MAS – Bolívia. (*Palmas.*) Deputada Katia Gilvanio, do Partido Socialista do Peru (Nuevo Peru) (*Palmas.*) Deputada Silvia Salgado, do Partido Socialista do Equador. (*Palmas.*) Deputada Susana Delgado, do Partido Socialista do Equador. (*Palmas.*) Fabiana Suárez, Secretária de Mulheres do Partido Socialista do Uruguai. (*Palmas.*) Shady Ruiz, Secretária de Relações Internacionais, do PRF do Paraguai. (*Palmas.*) Ana Luna Guillen, Secretária de Mulheres do Partido Socialista do Peru. (*Palmas.*) Hilda Carrera, Secretária de Relações Internacionais de Colômbia Humana. (*Palmas.*) Benilda Santana, Vice-Presidente do PRD do Panamá. (*Palmas.*) E Rogelia Gonzalez, Secretária de Mulheres do PRD do México. (*Palmas.*)

Sejam todas muito bem-vindas! (*Palmas.*)

Para um breve pronunciamento, convido o Sr. Presidente do PSB, Sr. Carlos Siqueira.

#### **Carlos Siqueira - Presidente Nacional do PSB**

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente Nacional do PSB) – Bom dia a todos e a todas. Sejam bem-vindos e bem-vindas a esse prosseguimento da nossa Conferência Nacional da Autorreforma que segue com o título “Diálogo Internacional”.

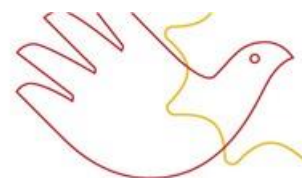
Todos bem-vindos, nossos convidados, deputados e deputadas, senadores, irmãos latino-americanos da América do Sul e da América Latina como um todo. É um grande prazer poder recebê-los aqui neste dia. Hoje vai conduzir os trabalhos o nosso Secretário de Relações Internacionais do PSB, o Deputado Alessandro Molon, a quem passo a palavra para fazer o pronunciamento de saudação aos nossos visitantes e a todos os nossos militantes e dirigentes. (*Palmas.*)

#### **Deputado Federal Alessandro Molon - Moderador**

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Bom dia a todas e a todos. Sejam muito bem-vindos ao terceiro dia da nossa Conferência Nacional da Autorreforma, com foco nas relações internacionais do nosso partido e tendo a grande honra de receber parlamentares, como disse o Presidente, deputadas, deputados, senadoras, senadores, dirigentes, representantes de partidos irmãos nossos, que têm uma característica em comum: a luta pelo socialismo sem abrir mão da democracia.

Essa é a característica do nosso partido, o PSB, nesses 72 anos de história. O desejo, o empenho, a dedicação de todos os esforços para construir o socialismo no Brasil, mas desde o seu primeiro momento sem abrir mão da democracia. O PSB é o sucessor de outro partido que foi fundado em 46, que se chamava Esquerda Democrática. E o fundador da Esquerda Democrática e fundador do PSB, João Mangabeira, tinha uma frase que era lapidar. Ele dizia: “Socialismo sem liberdade socialismo não é; liberdade sem socialismo liberdade não pode ser.”

218



Portanto, desde a origem do nosso partido, a luta pela igualdade jamais foi dissociada da luta pela liberdade. Entre esses dois termos, nós nunca aceitamos o seu divórcio, nunca aceitamos abrir mão da liberdade para lutar pela igualdade.

Se hoje isso ainda parece um desafio para alguns partidos que se dizem de esquerda no mundo, em 47 isso era ainda mais ousado, quando o stalinismo parecia apresentar como via única para se construir o socialismo a supressão da liberdade ou a imposição do socialismo pela força.

Os fundadores do PSB sempre disseram que só se queria chegar ao socialismo pela via democrática e se pela via democrática o povo brasileiro, depois de chegar ao socialismo, decidisse deixá-lo que assim fosse, mas jamais tentasse impor a nossa visão de mundo pela força, pelo arbítrio e pelo autoritarismo.

Nós aqui no Brasil vivemos um momento muito difícil, como as companheiras e os companheiros que nos honram aqui com suas presenças devem saber. Quero aproveitar, Presidente, para fazer um agradecimento especial a todos esses representantes que se deslocaram dos seus países, enfrentaram viagens longas, abriram mão dos seus compromissos, para vir aqui nos ajudar com a sua experiência, com o seu conhecimento, com aquilo que aprenderam de suas lutas a criar novos caminhos para o Brasil.

O Governador Ricardo Coutinho, Presidente da nossa Fundação que, junto com o Presidente Siqueira, é nosso anfitrião nessa conferência, o nosso agradecimento muito especial, o nosso agradecimento sincero e a nossa honra em recebê-los aqui no Brasil. Nós nos sentimos privilegiados e presenteados com a presença das senhoras e dos senhores aqui. (*Palmas.*) Portanto, recebam uma salva de palmas em reconhecimento nosso e gratidão.

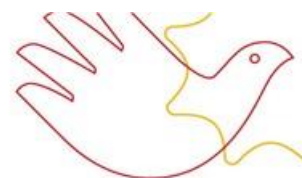
Eu dizia, Presidente, que nós vivemos aqui no Brasil um momento muito difícil, muito delicado. E por isso, gostaria de rapidamente explicar para os nossos visitantes e convidados um pouco desse momento que o nosso partido vive dentro do momento difícil que o Brasil vive, pois percebemos alguns impasses que tendem a paralisar a sociedade brasileira e também alguns riscos.

Primeiro, o risco do autoritarismo. Nós do PSB não temos dúvida de que a via preferida, a via escolhida pelo atual Presidente da República é a via autoritária. Apesar de ter chegado ao Governo pelo voto, parece que a democracia não interessa mais àquele que se usou dela para chegar ao poder.

São várias as manifestações inequívocas, manifestações de apreço pela ditadura, pelo arbítrio do atual Presidente da República. Seguidas vezes ele manifestou desprezo pela democracia já na presidência da República.

Há brasileiros que se enganaram com ele, que imaginaram que quando ele estivesse na presidência da República esses arroubos autoritários seriam deixados para trás.

Esses dias, conversando com alguns amigos, dizia que foi a primeira vez que vi eleitores dizendo que votariam em alguém porque não acreditavam que ele fosse cumprir as promessas que fazia. Normalmente os políticos tentam convencer os eleitores de que vão cumprir as suas promessas. Nessas eleições nós ouvimos eleitores dizendo que votariam nesse candidato



porque achavam que ele não faria aquilo que dizia que iria fazer, ou seja, caminhar na direção do autoritarismo, impor pela força as suas ideias, desprezar o Parlamento, atacar as instituições.

Só para se ter uma ideia, recentemente o Presidente da República divulgou numa rede social sua um vídeo em que ele se apresentava como um leão acuado, cercado por hienas, que o ameaçavam. E essas hienas eram representações identificadas no vídeo como partidos políticos, como a Suprema Corte Brasileira, como o Poder Legislativo, como a Imprensa, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, órgão da Igreja Católica, como a Ordem dos Advogados do Brasil. Portanto, um vídeo claro de ataque às instituições, colocando-se como uma espécie de Rei da Selva, que precisava da ajuda do povo para reagir contra as instituições. Ele que se coloca como o único representante do povo brasileiro, contra tudo e contra todos.

Portanto, nós não temos dúvida de que o Brasil corre um sério risco de termos um presidente que possa tentar impor pela força restrições cada vez maiores à democracia. E essas restrições vão pouco a pouco sendo aceitas ou naturalizadas. Nós não as aceitaremos. Nós do PSB manifestaremos a nossa mais contundente reação.

E temos sido também muitas vezes envergonhados por ações do Presidente da República em relação a países vizinhos ou irmãos. Manifestações que nos enchem de vergonha. E aqui, em nome do povo brasileiro, em nome do Congresso Nacional, um pedido de desculpas (*palmas*), por exemplo, aos nossos irmãos chilenos, que tiveram que ouvir, lamentavelmente, vergonhosas homenagens do presidente da República ao ex-ditador Augusto Pinochet. Por isso nós decidimos abrir o nosso seminário internacional com uma homenagem ao inesquecível Salvador Allende. (*Palmas.*)

Nós nos envergonhamos também com as manifestações indevidas do presidente da República em relação à recente eleição no Uruguai. Para nós foi uma grande vergonha também a forma como ele se manifestou, e nós agradecemos e nos sentimos muito honrados pela presença dos companheiros do Partido Socialista Uruguaio. (*Palmas.*)

Lamentamos profundamente o resultado oficial divulgado ontem, mas queremos dizer que acompanhamos com muito entusiasmo e com viva esperança a apuração dos resultados num crescimento surpreendente da Frente Ampla do Uruguai e do candidato do PS Especial que representava a Frente Ampla, chegando a encostar no candidato eleito, com grande desafio. Porque depois de 16 anos de governo com muitas mudanças é natural que o discurso da mudança de rumos, da alternância, vá pouco a pouco se impondo. Ainda assim um resultado muito surpreendente e que nos encheu de orgulho, mas sabemos que daqui a pouco a Frente Ampla e o Partido Socialista Uruguaio estarão de volta à presidência da República porque merecem. (*Palmas.*)

Nós ouviremos, portanto, na conferência de abertura, a apresentação da Senadora Mónica Xavier, que vai falar da sobre “A Utopia Necessária.” Depois o primeiro painel vai tratar dos experimentos bem-sucedidos do Partido Socialista Chileno e do Partido Socialista Uruguaio, nas transformações ocorridas nesses países. E essa escolha não é casual. Nós convidamos os partidos aqui representados porque eles traduzem muito bem o caminho do socialismo na América Latina que nós queremos defender e ao qual nós queremos nos associar.



Aliás, aproveito para cumprimentar os companheiros do Chile e, por intermédio deles, transmitir à Presidente Michelle Bachelet o nosso respeito, a nossa admiração, pelo corajoso relatório à frente do alto comissariado de direitos humanos em relação às graves violações de direitos humanos na Venezuela. Foi um relatório muito importante para nós e ele subsidiou a decisão do Partido Socialista Brasileiro de deixar o Foro de São Paulo e de ter uma posição clara de crítica a quaisquer violações de direitos humanos, venham de onde vierem.

Para nós a democracia tem que ser a nossa marca. Jamais o arbítrio, jamais o autoritarismo, jamais as violações de direitos humanos. Portanto, o nosso reconhecimento à Presidente Michelle Bachelet. (*Palmas.*) E o nosso aplauso e nossa admiração a ela.

O Presidente Mujica, que é um grande símbolo para nós, infelizmente não pôde vir. O Deputado Roberto Chiazaro e a Senadora Mónica Xavier nos trouxeram o pedido de desculpas dele pela ausência, por questões de saúde. Não se encontra neste momento muito bem de saúde, mas nós temos certeza de que ele vai se recuperar e que o Senado terá na voz e na pessoa dele um grande lutador e é um grande líder para todos nós na América Latina. A nossa homenagem também ao Presidente Mujica, que infelizmente não pôde estar conosco. (*Palmas.*)

Concluo, Presidente. Na Mesa da manhã, então, ouviremos essas duas experiências, com apresentação dos representantes do Chile e do Uruguai. Na Mesa da tarde, nós teremos palestras dos representantes do Partido Socialista Operário Espanhol, e agradecemos a presença da Sra. Olga aqui representando o PSOE. (*Palmas.*) É uma grande honra para todos nós. E também os representantes do Partido Socialista de Portugal, Hugo e João Paulo, que nos honram com as suas presenças. Muito obrigado. (*Palmas.*)

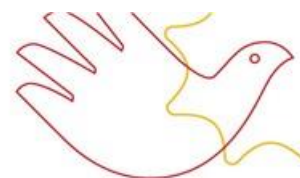
O que está acontecendo na Península Ibérica é motivo de grande esperança para todos nós da América Latina também. A afirmação de um socialismo também democrático e que é capaz de promover crescimento econômico, garantir responsabilidade fiscal, sem abrir mão da responsabilidade social. Portanto, nós temos muito a aprender também com a experiência dos socialistas ibéricos, e ouviremos então a Sra. Olga, o Sr. Hugo e o Sr. João Paulo na parte da tarde.

De forma que é um grande presente para todos nós. Nós nos sentimos honrados e irmanados com esses partidos, mas também com todos os representantes dos demais partidos que já foram mencionados na abertura e que mencionaremos ao longo do dia, dos mais diversos países, irmãos nossos e que nos honram muitíssimo com a sua presença.

Um ótimo seminário para todos nós. Presidente Siqueira, muito obrigado pelo grande apoio que o senhor tem dado à nossa atuação à frente da Secretaria de Relações Internacionais. Estivemos visitando esses países aqui representados na Mesa, com o objetivo de realizar este seminário. E para nós foi uma grande honra poder fazê-lo.

Agradeço também ao Presidente Ricardo Coutinho, da Fundação João Mangabeira, nosso Governador, pelo apoio também da fundação para a realização de todo esse evento.

Muito bem-vindos! Um ótimo seminário a todos! E uma salva de palmas para os latino-americanos, ibéricos, socialistas que nos honram com suas presenças e com suas vitórias! Muito obrigado. (*Palmas.*)



**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente Nacional do PSB) – Muito obrigado, Deputado Molon pelas suas palavras, pela sua saudação.

Quero também dizer que é uma alegria muito grande estarmos hoje encerrando, com chave de ouro, este evento com presenças tão importantes e tão significativas para os socialistas brasileiros.

Amanhã ainda teremos o Encontro Nacional de Mulheres, por isso também tantas convidadas internacionais da nossa América Latina, e que será presidido pela Secretária Nacional de Mulheres, a nossa querida amiga Dora Pires, que está aqui presente entre nós. Sejam todos bem-vindos (*Palmas.*)

Peço agora que passemos ao vídeo em homenagem ao grande Presidente Salvador Allende e saibam todos também que esta homenagem é extensiva à Presidente e Alta Secretária de Direitos Humanos da ONU, Michelle Bachelet, como um desagravo às palavras desairosas e ignorantes do nosso Presidente em relação a ela e ao seu querido pai.

Então, esta homenagem é dupla, a Salvador Allende e a Michelle Bachelet. (*Palmas.*)

(*Exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Neste momento acompanharemos a fala do representante do Partido Socialista do Chile, Sr. Felipe Barnachea Vasquez.

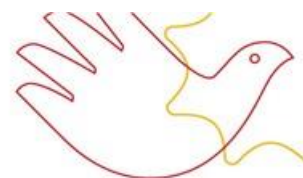
#### **Felipe Barnachea Vasquez - Representante do Partido Socialista do Chile**

**O SR. FELIPE BARNACHEA VASQUEZ** (Representante do Partido Socialista do Chile) – (Tradução simultânea) – Bom dia a todos. Companheiro Carlos Siqueira, Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro, companheiro Alessandro Molon, Líder da Oposição na Câmara dos Deputados, membros da Mesa Diretora, companheiros de vários países com os quais compartilhamos da Europa e da América Latina. Muito obrigado a todos e todas por esta homenagem que realizaram em prol do presidente Salvador Allende, que foi o melhor líder do Chile.

Temos o exemplo da Senadora Isabel Allende, Vice-Presidente do Partido Socialista, que não pôde estar conosco e de forma que sou o porta-voz de uma carta que ela enviou e que vou ler agora.

*“Companheiro Carlos Siqueira, Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro, distintos companheiros e companheiras, eu saúdo a militância socialista do Brasil e os partidos socialistas brasileiros de uma forma geral e os membros que estão debatendo justamente o futuro do socialismo democrático que se realiza no Rio de Janeiro este ano.*

*Temos uma grande efervescência social e política no nosso país, produto das demandas dos cidadãos para reduzir as desigualdades e terminar com abusos. Infelizmente não pude participar desse encontro tão importante. Gostaria de felicitar essa iniciativa porque, através da mobilização que estamos vendo em várias partes da América Latina, é importante que nós*



*façamos a pergunta em relação ao futuro do socialismo democrático, já que existem muitas perguntas e erros que foram cometidos para enfrentar as exigências que levam tantas pessoas às ruas para protestar com relação ao modelo neoliberal que não responde às necessidades das pessoas, especialmente aquelas que têm mais carências econômicas e sociais.*

*Eu gostaria também de agradecer a homenagem que foi feita a Salvador Allende, cuja impecável trajetória republicana abriu um rumo ao socialismo democrático e à liberdade, como ele sempre planejou como via política mais adequada para o povo chileno e todos os povos em geral.*

*Em 4 de dezembro de 1970, houve um “triunfo eleitoral”, entre aspas, o Chile está abrindo um caminho para o Chile e para outros países também. Cada país de acordo com sua própria história e realidade. A revolução não leva à destruição, mas sim à construção. Não vai demolir, mas vai edificar e construir. O povo está preparado para essa tarefa, trabalhadores da pátria. Vocês e apenas vocês são os vencedores, e eu fecho as aspas aqui. (Palmas.)*

*Desejo a todos muito sucesso e tomara que tenhamos outra oportunidade de partilhar desses sucessos e êxitos. Muito obrigada a todos pela atenção. Sou Isabel Allende de Valparaíso no Chile, falando a vocês.”*

Companheiros e companheiras, Salvador Allende foi um democrata exemplar. Ao longo de toda sua vida ele lutou por um ideal simples de justiça que canalizaria, durante toda a sua vida, através da via institucional e democrática, de justamente chegar ao poder com o povo.

Fundou o Partido Socialista do Chile em 1933, quando começava no Chile a política de classe, chamada na época de Questão Social. Essa questão social era o reconhecimento da existência da miséria da classe trabalhadora. Foi deputado, senador, ministro e presidente do Chile. Triunfou nas eleições presidenciais de 1970 e na sua quarta tentativa.

Na sua lápide está inscrito: Aqui jaz o futuro Presidente do Chile. A sua tentativa não foi em vão. Ele acumulou durante anos a força necessária para levar o país através do que ele chamava de via chilena rumo ao socialismo, que não era nada mais do que uma revolução com sabor de empanadas e vinho tinto. Uma experiência que durou mil dias, uma experiência no final das contas foi o único do mundo, para fazer uma revolução socialista pela via democrática de conquistas de poder pelo povo.

Quando as armas eram a opção majoritária da esquerda no continente, Salvador Allende foi um homem de vanguarda com realmente uma liderança impecável e extrema sobriedade e rigor nas suas ideias. Ele foi o porta-voz da busca por justiça e igualdade das grandes majorias do povo chileno, de homens e mulheres que haviam sido postergados, relegados ao segundo plano. Nas décadas de 40, 50 e 60 os mais vulneráveis viviam em condições extremas de pobreza. A classe trabalhadora era explorada de maneira desumana.

O Partido Socialista do Chile nasceu em 1933, com uma marca profunda que Salvador Allende trouxe em suas mãos: pão, teto e abrigo. Muitos de nós da minha geração somos socialistas por causa de Salvador Allende, por causa da sua coragem, da sua entrega, da sua figura exemplar cheia de dignidade, que se espalhou como rastilho de pólvora por todo o



mundo. Um líder que continua inspirando muitos de nós em todo o planeta. Somos socialistas porque Allende nos ensinou que nós não podemos suportar a injustiça.

Hector Barreto, um socialista poeta chileno, que foi assassinado por uma quadrilha de nazistas na década de 30, diria que ele seria convertido ao socialismo porque não queria mais ver crianças descalças na chuva! (*Palmas.*)

Salvador Allende foi um democrata exemplar não apenas porque foi partidário contumaz da via eleitoral, mas também porque ele foi um promotor permanente de diálogo político, incluindo-se aqui as áreas mais difíceis do golpe de estado que sobreveio sobre o país, numa ditadura cruel e miserável por dezessete anos.

Ele entendeu, com realismo cru, o alcance das dificuldades que tinha no caminho. Uma conspiração contra o seu governo, dirigida por Washington e uma resistência obstinada ao método da ultraesquerda chilena também.

Salvador Allende lutou até o final. Ele não se curvou, como haviam feito pequenos ditadores populistas da América Latina. Ele se manteve no Palácio da La Moneda, com um pequeno grupo de colaboradores. E, ao invés de buscar o conforto da sua família, seguiu seu destino.

Há 46 anos Salvador Allende derramou seu sangue no Palácio do Governo para defender o mandato popular e o símbolo da dignidade do seu cargo. Um ato de coragem e arrojo que o inscreveu definitivamente na história do Chile e na história mundial.

Eu gostaria que sua memória perdurasse na memória coletiva do povo. A sua figura floresce novamente em meio a uma crise que está açoiando o Chile, porque não existe maneira que tenhamos paz social nos nossos países sem justiça.

Vocês, queridos companheiros e companheiras, enfrentam uma luta complexa frente ao governo de Jair Bolsonaro. Nós sabemos muito bem disso. Nós, através da crise com as armas da democracia, enfrentamos um governo de direita que não foi capaz de promover uma saída à crise mais profunda que temos ao longo dos últimos 30 anos. Nós exigimos solidariedade. Dependemos da solidariedade internacional para combater pobreza, doenças, abusos, xenofobia, concentração de capital. São inimigos antigos.

O mesmo acontece com países. Por exemplo, recentemente os direitos da diversidade sexual, os desafios do feminismo, defesa do meio ambiente e defesa da liberdade. Salvador Allende transcende as fronteiras e tem uma expressão material em várias cidades do Brasil. Seu nome está inscrito, com extrema dignidade, em praças e ruas de São Paulo, Porto Alegre, Brasília e Rio de Janeiro. Aqui no Rio ele está homenageado com seu nome em uma longa avenida.

Gostaria de agradecer aos nossos amigos brasileiros por essa homenagem. Os socialistas, homens e mulheres chilenos, recebemos esse reconhecimento com humildade e agradecemos a todos vocês. Isso nos confirma que a figura universal de Salvador Allende mantém plena vigência e nos motiva a seguir lutando por igualdade e justiça.

Salvador Allende, assim como Michelle Bachelet, preferiu o caminho conjunto e não o individualismo, como diria Pablo Neruda, poeta chileno, comunista e prêmio nobel da literatura,





entre aspas. “*Eu escolhi o difícil caminho de uma responsabilidade compartilhada e, antes de reiterar o reinado do indivíduo como centro do sistema, prefiro entregar com humildade os meus serviços a um exército popular considerável que caminha sem descanso e avança a cada dia na luta contra os recalcitrantes anacrônicos e os impacientes que não conseguem esperar por um processo de mudança.*”

Muito obrigado a todos vocês, aos chilenos e chilenas e ao socialismo. Viva Salvador Allende! Presente! (*Palmas.*)

**Todos:** “Salvador Allende! Presente! (Bis)

**O SR. FELIPE BARNACHEA VASQUEZ** (Representante do Partido Socialista do Chile) – (Tradução simultânea) – Eu trouxe a vocês um presente que vou entregar ao presidente do partido. É uma medalha de Salvador Allende que a Senadora Isabel Allende, com muito carinho, nos enviou e cartões postais que refletem justamente a vida exemplar desse grande líder, Salvador Allende. (*Palmas.*)

(*Entrega da medalha.*)(*Palmas.*)

E também para o nosso companheiro Alessandro Molon, Líder da Oposição aqui no Brasil, que tem um grande trabalho no Congresso Brasileiro. (*Palmas.*)

(*Entrega da medalha.*)(*Palmas.*)

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Muito obrigada, Sr. Felipe Barnachea, agradecemos orgulhosamente a sua presença em nosso encontro.

Aproveito para registrar a presença da Vice-Governadora do Estado do Espírito Santo, Jaqueline Moraes. (*Palmas.*) Do Secretário de Relações Internacionais do PSTU, Hugo Cabieses (*Palmas.*) Da Secretária Nacional das Mulheres, Dora Pires. (*Palmas.*) Da Secretária da Negritude, Valneide Nascimento. (*Palmas.*) Do Secretário da Juventude, Tony Sechi. (*Palmas.*) Do Secretário do Movimento Popular, Acilino Ribeiro. (*Palmas.*) Do Secretário do Movimento Sindical, Joilson Cardoso. (*Palmas.*) E da Secretária do Movimento LGBT, Tathiane Araújo. (*Palmas.*)

Gostaria de convidar ao palco o Sr. Carlos Amastha, Diretor da Fundação João Mangabeira, que fará uma saudação aos representantes internacionais que estão presentes. (*Palmas.*)

#### **Carlos Amastha - Diretor da FJM**

**O SR. CARLOS AMASTHA** (Diretor da FJM) (*Tradução simultânea*) – Muito bom dia. Uma breve palestra aqui para os representantes latino-americanos. Por favor, levantem a mão os hispanos-falantes. (*Palmas.*) Muito obrigado.

Saibam os senhores a dificuldade que nós estamos tendo no Brasil, como disse o Felipe. Não são tempos fáceis para se fazer política. É muito mais difícil ainda levantar as bandeiras socialistas, mas trata-se disso e para isso nós estamos aqui e é a luta que nós queremos travar.



E queremos que isso seja levado no seu coração para que saibam o que acontece no Brasil. E é o que nós queremos para todos os nossos povos unidos.

Há pouco visitamos a Espanha, Portugal. Antes de mais nada, Presidente, me permita cumprimentar a Mesa, em nome de Alessandro Molon, nosso Secretário Internacional que vem fazendo um trabalho excelente, e justamente através dessa referência nós precisamos que o mundo entenda qual é o nosso papel na nossa sociedade.

Lembro-me de que em Portugal um taxista nos disse: “*Que beleza receber brasileiros, por essa bela imagem do povo brasileiro.*” E tive que ficar calado no veículo, para não dizer a ele o que estava acontecendo aqui no Brasil. Que pena ter que dizer que temos um governo fascista que infeliz ou felizmente estávamos dispostos a encarar com todas as armas que a democracia nos disponibiliza. Estamos a fazê-lo.

Este evento representa justamente uma reflexão daquilo que nós cometemos de erros no passado e o que pretendemos fazer com relação ao futuro. Portanto, sintam-se acolhidos, muito bem-vindos. Sintam-se em casa. Esta é a vossa e a nossa casa. E que conjuntamente possamos construir o mundo que todos sonhamos. Jamais se esqueçam das palavras de que o povo unido jamais será vencido! Bem-vindos! (*Palmas.*)

**Todos:** “*O povo, unido, jamais será vencido!*” (Bis)

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Muito obrigada. Sr. Carlos Amastha.

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente Nacional do PSB) – Eu gostaria de convidar, para a terceira apresentação, o grande pianista brasileiro, nosso querido companheiro Arthur Moreira Lima. (*Palmas.*)

(*Apresentação ao piano de El Pueblo Unido Jamás Será Vencido!*)(*Palmas.*)

**O SR. ARTHUR MOREIRA LIMA** – E agora vou tocar uma música de um grande compositor latino-americano, que foi meu amigo pessoal e que, infelizmente, não está mais entre nós, mas é uma glória do continente. De Astor Piazzolla, Adios Nonino. (*Palmas.*)

(*Apresentação ao piano.*) (*Palmas.*)

**O SR. ARTHUR MOREIRA LIMA** – Agora, para encerrar, vou tocar uma fantasia de concerto que fiz sobre o choro Carinhoso, de Pixinguinha. Isso é para demonstrar o carinho que o Brasil e, especificamente, o nosso partido tem pelos socialistas de todo o mundo. (*Palmas.*)

(*Apresentação ao piano.*) (*Palmas prolongadas.*)(*Bravo!*)

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Muito obrigada por esse belíssimo espetáculo, Sr. Arthur Moreira Lima.

Gostaria de agradecer a presença das senhoras e senhores aqui no palco e, enquanto fazemos uma pequena transformação no palco, pedimos que vocês retomem aos seus lugares na plenária, por favor.



## **Palestras da Senadora Mónica Xavier, do Partido Socialista do Uruguai, da Vice-Presidente Karina Delfino Mussa, do Partido Socialista do Chile, e do Deputado Roberto Chiazzaro, do Partido Socialista do Uruguai**

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Gostaria de convidar a retornar ao palco, para iniciarmos com as palestras, a Senadora Mónica Xavier, o Deputado Alessandro Molon, a Vice-Presidente Karina Delfino e o Deputado Roberto Chiazzaro. (*Palmas.*)

Abrindo as palestras do dia, tem a palavra a Sra. Senadora Mónica Xavier, do Partido Socialista do Uruguai, para a sua apresentação “A Utopia Necessária”.

### **Senadora Mónica Xavier - Partido Socialista do Uruguai**

**A SRA. MÓNICA XAVIER** (Palestrante) (Tradução simultânea) – Muito bom dia a todos e a todas. É um prazer e uma imensa alegria compartilhar com todos vocês. Quero agradecer ao Carlos Siqueira, Alexandre Molon e a Lara Gouveia pelo convite para estarmos aqui no dia de hoje num evento tão importante que vocês realizam, mas, além disso, com tudo que está acontecendo na América Latina e no planeta de um modo geral.

Portanto, vou tentar fazer uma reflexão junto aos senhores com relação àquilo que é a utopia necessária. Sem dúvida isso exige muita análise e muita autocrítica, muita sinceridade poder encontrar as diversas vias que nos levem a uma sociedade mais justa.

O capitalismo comprova cada vez mais a sua decadência em nível humano e cada tentativa de reinvenção a nova versão é pior do que a anterior. As lutas na América Latina são uma amostra clara de diversos caminhos pelos quais transita o capitalismo para propor e impor o seu apetite de acumulação e iluminação. Não se trata mais só da distribuição da riqueza e das consequências nefastas sobre as populações desprivilegiadas. Trata-se também da luta pela vigência da nossa civilização.

O capitalismo chegou a limites inimagináveis que põem em jogo a nossa sobrevivência como espécie, negando a ciência da crise climática e impondo um mundo de intolerância e terror. A mudança climática e os limites físicos do planeta levam a um modelo, a uma reação que está sendo de aceleração dos processos de depuração e de enrijecimento das condições de vida de milhões de pessoas.

O sistema capitalista não é capaz de dar resposta ao aquecimento global, já que só é possível a sua continuidade num modelo de crescimento infinito. A sustentabilidade é anticapitalista. Essa realidade é um elemento de extrema importância na hora de propor uma sociedade igualitária e justa.

O socialismo do século XXI deverá ser capaz de oferecer uma alternativa econômica, social, produtiva no mundo pós-capitalista que irremediavelmente está próximo. Caso contrário será o autoritarismo que assumirá as rédeas dos processos. O grande desafio do socialismo neste século é a sua capacidade de representar em termos de interesses, mas também em



termos emocionais e de valores a um universo de pessoas que hoje padecem as consequências da aplicação dos modelos capitalistas nos nossos países.

Por isso, cada vez que olho para a nossa América Latina, a nossa história e os recentes processos, estou mais convicta de que o nosso mundo tem futuro na luta pela construção do socialismo com seus valores de liberdade, de democracia, de justiça social e de respeito ao conhecimento.

O socialismo na América Latina vem sendo e é parte de uma realidade histórica. Toda a nossa história tem a marca inapagável que vai desde o homem coletivo até as formas modernas de organização que nutriram as lutas sociais e políticas.

Hoje nos deparamos diante de um forte avanço da direita e da extrema-direita ao largo de toda a América Latina em escala mundial, já que diversas organizações políticas vêm crescendo também na Europa há mais de três décadas.

Em países inclusive do ex-Bloco do Leste renasceram com surpreendente vigor e no resto daquele continente diversas expressões daquele símbolo que ganhou espaço nos Estados Unidos, através de Donald Trump, que tem incidência direta na América Latina. Consequentemente, a esquerda tem o desafio de começar de maneira aberta e intensiva o debate sobre as estratégias alternativas construtivas para o século XXI, indo mais além da crítica e da autocrítica da história do comunismo do século XX.

O debate sobre a construção do socialismo do século XXI deve avançar em toda a América Latina. Politizar esse debate constitui a condição da convergência no meio da diversidade de forças progressivas. Reconstruir a unidade significa organizar amplas maiorias capazes de exigir direito à inclusão, fazendo tudo convergir. A luta dos camponeses, das mulheres de pôr pressão nos últimos anos, dos operários, dos ex-funcionários, dos trabalhadores informais, dos intelectuais, dando ao movimento popular no seu conjunto o avanço dos seus objetivos de democratização e progressão social, rumo a possíveis mecanismos e metas de curto e médio prazo.

Na América Latina, os protestos, sendo o continente mais desigual e ultimamente tendo o triste privilégio de ser o continente mais violento. Acontece isso em ritmo vertiginoso. Procurar uma explicação simples com uma região com mais de 600 milhões de pessoas, é muito complexo. Muito embora alguns pretendam armar um complô orquestrado pela Venezuela ou pela Rússia, ou outras invenções dessa natureza.

As causas, no entanto, temos que procurá-las no adiamento dos mais humildes, no crescimento desigual e no questionamento ao modelo econômico neoliberal. O caso do Chile é emblemático. É o país da América Latina que tem a pior distribuição de renda, mas é um daqueles que cresceu de maneira sistemática. É o modelo mais claro de como o mercado não é capaz de resolver as necessidades e problemas sociais.

Dado que desde a ditadura o estado chileno renunciou a regulamentar quase todos os aspectos da economia. Agora sequer tem condições para reverter algumas das medidas que desencadearam a massiva movimentação que foi reprimida a sangue o fogo. O Chile enfrenta uma ruptura da tecitura social de enormes proporções, com origem na vergonhosa desigualdade



social que existe no país. O altíssimo custo da educação, dos medicamentos e da saúde, além de aposentadorias muito baixas e todos endividados.

O Chile teve um grande crescimento econômico nos últimos vinte anos, mas só uns poucos se beneficiaram e de maneira abusiva. E a maioria apenas recebeu uma mínima fatia do bolo. Até que a população se rebelou e houve o estouro com amplíssima participação dos cidadãos, e que a seguir será discutido pelos companheiros chilenos.

Os protestos atuais surgem num processo de crise econômica. A América Latina saiu praticamente incólume da crise global de 2008, mas agora resulta a região mais impactada.

De acordo com as previsões do FMI, um organismo que torna estar no centro de quase todos os protestos, a região crescerá 0,2%, que é o mesmo ou quase o mesmo que não crescer. Essa previsão varia constantemente no sentido para baixo a cada ano e paralelamente espera-se que as economias asiáticas tenham um crescimento em média 5,9% e na África, 3.2%.

Apesar de que cada país tem as suas características especiais, o fim do *boom* das matérias-primas, sobrepaira a incerteza econômica, muito embora a desigualdade por renda diminua desde 2008. Um em cada dez latino-americanos mora ou vive em pobreza extrema.

Em 2002, tínhamos 57 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema. Em 2008 pulou para 63 milhões, de acordo com a SEPAL. Um dos denominadores comuns são as expectativas frustradas. A precariedade das pessoas que tinham recuperado algo em função de alguns governos progressistas que focalizaram as políticas par aqueles mais enfraquecidos.

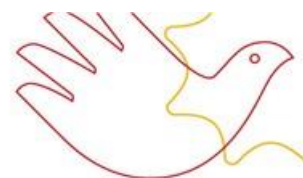
Agora, essa mesma gente, com seus anseios e seus sonhos testemunham como vem abaixo na Bolívia, após um questionamento ao processo eleitoral, dá-se um golpe de estado dos mais duros no Equador. O “sucessor de correr” deu um giro significativo nas suas alianças e parcerias ideológicas.

No Peru há instabilidade institucional e não há que se falar do Brasil com a sua mudança para a direita. Os socialistas uruguaios estão profundamente convictos de que não há socialismo sem democracia. O sonho da socialização dos meios de produção continua sendo o centro da nossa luta, mas por si só não basta. Tem que ocorrer um espaço profundamente democrático.

Exige-se o controle e a posse efetiva dos meios de produção pela sociedade organizada democraticamente. Isso significa dirigir em âmbito local a população e seu conjunto que exige a livre circulação de ideias, do pluralismo dessas ideias, dos partidos que as manifestam e da possibilidade e da alternância no governo.

A experiência histórica é definitiva. O domínio totalitário da burocracia do partido estado do chamado socialismo real levou ao fracasso dessas experiências da transição do capitalismo ao socialismo, uma transição que ficou parada por essas contradições que significavam também um freio das forças produtivas.

Conseguiu chegar à indústria pesada, mas a criatividade, a inovação que exige a revolução científica e tecnológica foi barrada dentro desse contexto. As castas burocráticas apropriaram-se da economia e da política a seu favor. Estancaram as forças políticas diante das



crises desses modelos e em muitos casos preferiu voltar ao capitalismo para preservar seus privilégios.

Por essa via não chegaremos ao socialismo, mas sim à ditadura burocrática. A crítica a fundo desses modelos é fundamental para que não se repitam os mesmos erros. Os desafios para os quais nos propomos alternativas pós-capitalistas é como construí-las em democracia, em liberdade no mundo no qual não podemos nos isolar.

Uma das conclusões é que a rigor jamais geramos um socialismo para todos e para todas. Houve tentativas porque fracassaram pela ausência da democracia. A fundamentação da eleição pelo socialismo nós nos posicionamos no ético e no valorativo. É uma opção superior de civilização que possibilita o desenvolvimento da individualidade dos seres humanos. Não surge de uma suposta inevitabilidade científica. O inevitável não é o socialismo, mas sim o desastre.

E, para encerrar, quero lembrar Eduardo Galeano que dizia: *“A utopia já está no horizonte. Estou dois passos e ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte se afasta dez passos. Por mais que eu avance, jamais atingirei.”*

Para que serve a utopia, então, perguntava-se ele: *“Serve para que não deixemos de caminhar.”* E acredito que nós, os socialistas e as socialistas, temos essa necessidade de cada vez que convertemos uma utopia em realidade abrimos muitas novas mais e, portanto, o horizonte sempre se amplia.

É de luta! Vamos para frente, companheiros! (*Palmas.*)

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Muito obrigada, Sra. Mônica Xavier. Estamos honrados com a presença da senhora nesse nosso evento.

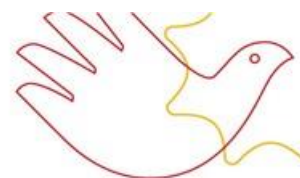
Acompanharemos agora a apresentação da Vice-Presidente do Partido Socialista do Chile e Presidente do Instituto Igualdad, Karina Delfino Mussa, com a palestra *“A crise atual do Chile e o Partido Socialista do Chile”*. (*Palmas.*)

#### **Karina Delfino Mussa - Partido Socialista do Chile**

**A SRA. KARINA DELFINO MUSSA** (Palestrante) (Tradução simultânea) – Muito obrigada. Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer o convite a Carlos Siqueira, a Alessandro Molon, Lara, e também agradecer, em nome do Partido Socialista, a homenagem que foi feita ao melhor dos nossos líderes, como disse o Felipe, o companheiro Presidente Salvador Allende.

A verdade é que é difícil hoje em dia falar do Chile nesse contexto porque o Chile tem uma situação muito complexa. Nós vivemos realmente muitos problemas. Hoje nós estamos atravessando, com muita dor, essa trajetória.

É impossível começar essa apresentação sem falar das violações dos direitos humanos cometidos no Chile. Tivemos cinco mortos nas mãos dos agentes do Estado, mais 230 pessoas que foram gravemente feridas em seus olhos, alguns deles inclusive perderam completamente a visão. Mais de 2.800 feridos, violência sexual também contra as chilenas e os chilenos que denunciaram violações, estupros e torturas que estão sendo praticados no Chile hoje em dia. É



impossível não falar desses problemas antes de iniciar a minha apresentação, mas, acima de tudo, nós precisamos que os partidos socialistas e o socialismo internacional nos ajudem solidariamente. Nós, os chilenos, estamos realmente sofrendo uma mobilização que estamos passando no Chile. É a mais transcendental, é a mais importante, é a mais complexa desde a volta à democracia. Houve duas mobilizações anteriores que foram muito relevantes e que foram particularmente de estudantes em 2006 e 2011.

Entretanto, a que nós temos hoje em dia no Chile é a mais complexa e a mais importante mobilização de todas. Como surgiu essa explosão social que muitos chamaram de explosão pela dignidade e contra a desigualdade? Tenho que mencionar aqui algumas das frases da parte de alguns ministros e secretários e autoridades do governo que estão somente fazendo pouco do sofrimento das pessoas com essa explosão social.

Um Subsecretário de Educação no Chile disse que as pessoas vão ao consultório fazer palestras sociais, ou seja, no mês de outubro, por exemplo, o ministro disse: *“As pessoas que madrugam se ajudarão. Aqueles que pegam o metrô às 7 horas da manhã terão uma tarifa mais baixa do que pagam hoje”*. Ou seja, é uma questão de você acordar mais cedo, simplesmente. Isso não é maneira de resolver o problema social. Isso levou a explosão no Chile, essas injustiças todas.

Sexta-feira, 18 de outubro, fecharam as estações do metrô e começou a formar-se um caos e esse caos levou à violência, grande violência nesse mesmo dia. Entretanto, no dia seguinte, quando as pessoas acordaram de manhã, a primeira denúncia que foi feita foi justamente se dar conta de que viviam numa cidade muito desigual. Não foi a passagem do metrô sem dúvida que levou a essa explosão social, mas simplesmente a última gota que fez o copo transbordar.

No Chile, houve uma redução importante da pobreza desde os anos 1990 até 2017. Trinta e oito por cento das pessoas viviam numa situação de pobreza no Chile. Em 2017, 8,6% das pessoas viviam em situação de pobreza no Chile, ou seja, houve um avanço considerável em educação, saúde e serviços mínimos que são cobertos para a população.

Entretanto, o grande desafio é a desigualdade. É uma sociedade muito desigual, como disse a Mônica. A América Latina é a região mais desigual do mundo e o Chile é um dos países mais desiguais da América Latina e está no grupo dos países mais desiguais do mundo. Cinquenta por cento dos lares de menor renda têm acesso a 2% da riqueza do Chile. Os 10% mais ricos acumularam 66% da riqueza do país. Um por cento da população ficou com 26% da riqueza do país. Metade dos nossos trabalhadores e trabalhadoras ganham 480 dólares por mês. O salário mínimo de 360 dólares. As pensões e aposentadorias são de 312 dólares em média.

Houve um caso muito emblemático e que foi sentido em fevereiro deste ano. Dois idosos no Chile se suicidaram porque não queriam realmente ser um ônus para a família, devido ao alto custo de medicamentos e porque as aposentadorias não lhes permitiam viver dignamente.

Existe uma desigualdade de gênero muito grande. As mulheres ganham em média 15% menos que os homens. A previsão, no caso das mulheres, é de apenas 230 dólares *versus* 380 dólares, no caso dos homens. Não apenas uma desigualdade de renda, mas também, por



exemplo, uma desigualdade de educação. A maioria das pessoas que estão no sistema de educação, mas a qualidade de educação no Chile, entretanto, depende da capacidade de pagamento dos pais. Quem tem acesso para poder pagar e a capacidade de pagar justamente um bom colégio que pode inclusive chegar a custar mensalmente 2 salários mínimos no Chile tem acesso a uma educação melhor e tem a entrada assegurada na universidade no Chile. Aqueles que não têm renda têm que mandar seus filhos para o sistema público e não conseguem chegar à universidade e optam por uma universidade de má qualidade.

O mesmo acontece com a saúde. Houve avanços com relação à cobertura da saúde. Entretanto, existem pessoas que esperam meses para serem atendidas por um especialista médico ou horas na fila da urgência para serem atendidos em situações de extrema necessidade. Existem jovens no Chile que nem estudam nem trabalham. Existem milhares de crianças, menores de 18 anos, que deixaram de estudar e não frequentam as escolas.

Entretanto, quando alguém pergunta o que aconteceu no Chile e quando falam somente da passagem no metrô estão errados. O Chile há muito tempo nós estamos vivendo e consagrando uma sociedade de abusos e de desigualdades particularmente por um sistema de modelo neoliberal que foi implementado pela ditadura.

Na democracia jamais isso teria ocorrido. Consagramos um sistema que reproduz desigualdade no Chile. Uma pessoa que se desloca em Santiago leva uma hora e meia para chegar ao trabalho. E no trabalho ficam 8 horas, muitas pessoas sem ver o sol. Muitas mulheres chegam em casa e ainda existem tarefas domésticas. Ganham muito pouco, como eu disse anteriormente, de acordo com os dados que mencionei. E, além disso, não podem ser sindicalizadas porque não existe sindicalismo para muitas delas.

Então, quando em 18 de outubro explodiu essa revolta no Chile, em função da infraestrutura pública e privada, muitas pessoas disseram que isso tinha que acontecer, para que o sistema mudasse. Além disso, existe um sistema político, infelizmente, altamente sem prestígio. Metade dos chilenos e chilenas, nas eleições de 2017, não foram às urnas. No Chile o voto não é obrigatório.

Além disso, setenta por cento das classes mais altas votaram e apenas 30% dos pobres votaram. Entretanto, as instituições hoje em dia, os partidos políticos e o Congresso também estão altamente desprestigiados. As últimas pesquisas demonstram que existem 5% que ainda acreditam no Congresso e nos partidos políticos apenas.

Qual foi a resposta da parte do governo? Eu acho que o governo foi indolente, incapaz, um governo letárgico e não assegurou a ordem pública. O Presidente Sebastián Piñera, em cadeia nacional, declarou guerra ao seu povo, dizendo que estávamos em guerra contra um inimigo poderoso, uma agenda social muito precária que, além disso, não muda as fundações do sistema, e mandou os militares para a rua. Um governo incapaz.

E da parte do partido socialista nós sabemos que estamos considerando aqui o problema de fundo que existe no Chile. Nós estamos tentando impulsionar uma agenda social importante para mudar o sistema. Particularmente nós chegamos a um acordo político com todas as forças da oposição, para que nós tenhamos uma nova constituição. A constituição que nós temos no





Chile hoje em dia que foi feita na ditadura, em 1980 e necessitamos de uma nova constituição num ambiente de democracia. E para isso teremos um plebiscito no mês de abril e uma assembleia constituinte.

Esperamos que seja 100% eleita no mês de outubro para que consigamos começar um caminho constituinte no próximo ano. É um caminho longo e deve ser acompanhado de uma agenda contra abusos e contra desigualdades que possa mudar justamente o sistema atual.

Como eu dizia às senhoras e aos senhores, hoje em dia temos violação a direitos humanos no Chile e isso não pode ficar impune. Além disso, existe um movimento em que geralmente tem manifestações pacíficas.

No dia 25 de outubro nós mobilizamos mais de 1 milhão de pessoas na Praça Itália, em Santiago, mas foi um movimento marcado por violência, queima, saques em supermercados e um quebra-quebra generalizado.

As rotas para solução aqui são através da democracia e com mais política. Nós não queremos voltar a viver os episódios mais difíceis da história do Chile que ocorreram durante a ditadura militar. Sem justiça não haverá paz, sem justiça não haverá paz! Isso é fundamental que nós compreendamos. As forças políticas têm que entender isso. Justiça social para que nós possamos mudar esse sistema profundamente neoliberal que consagra abusos e desigualdades, baseado na competição entre cidadãos e cidadãs, um estado que está reduzido à expressão mínima.

Portanto, necessitamos de justiça social para que os salários sejam mais justos e haja redistribuição de riqueza, o transporte seja público e gratuito na sua grande maioria, os medicamentos tenham custos baixos, entre outros fatores.

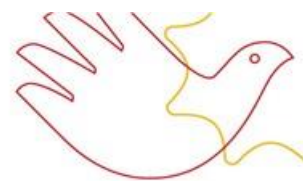
Justiça também por direitos humanos. Hoje em dia os graves crimes que ocorreram no nosso país não podem ficar impunes e a razão pela qual necessitamos de uma comissão da verdade e justiça no Chile. O povo chileno necessita de dignidade.

O que está acontecendo no Brasil também, precisamos alertar, atos de autoritarismo que podem surgir no Chile, por exemplo, com relação a esse movimento. Eu estou enfatizando justamente a saída por mais democracia e por mais justiça, porque com autoritarismo os que mais sofrem são aqueles que estão realmente nas camadas mais populares da população.

Finalmente, com relação ao que o nosso companheiro Alessandro Molon dizia anteriormente, não façam no Brasil o que nós fizemos no Chile. O modelo chileno que era considerado um oásis não era um oásis, mas apenas a consagração de um sistema de desigualdades e abusos que hoje em dia levaram a essa explosão social.

Eu acho que as forças políticas da esquerda, particularmente o Partido Socialista Brasileiro, tem que olhar para esse movimento no Chile, para que não ocorra no Brasil nada parecido. O que está acontecendo ou que aconteceu ao longo desses anos no Chile nós avançamos muito. Entretanto, a desigualdade foi o grande tema que faltou solucionar. O momento de dor, mas um momento de esperança também, porque, através da política, nós acreditamos que isso pode levar a outras oportunidades, para que nós possamos viver num mundo melhor, numa sociedade mais justa, numa sociedade mais igualitária, para que nós

233



possamos viver num mundo mais fraterno no qual não seja consagrado um regime de desigualdades e abusos.

Para terminar, eu gostaria de deixar com vocês uma frase do nosso companheiro Salvador Allende e também acho que reproduz e retrata esse momento atual no Chile: *“Os processos sociais não podem ser tidos por crimes pela força, não podem ser interrompidos pela força.”*

Temos que continuar lutando! Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Muito obrigada, Sra. Karina. Foi um grande prazer tê-la conosco.

Com vocês o Deputado Roberto Chiazzaro, do Partido Socialista do Uruguai, que nos guiará a fala durante a palestra *“A Experiência de Governos da Frente Ampla do Uruguai”*.

#### **Deputado Roberto Chiazzaro - Partido Socialista do Uruguai**

**O SR. ROBERTO CHIAZZARO** (Palestrante) (Tradução simultânea) – Bom dia. É um prazer estar com vocês. Gostaríamos de agradecer ao companheiro Carlos Siqueira, ao companheiro Alessandro Molon e a lara que, por ocasião de sua visita a Montevideu nos convidaram para participarmos deste evento.

À luz do que está acontecendo na América Latina e evidentemente a União dos Socialistas, é uma exigência fundamental aprofundar as nossas alianças e aprofundar os processos de integração regional são fundamentais para superarmos o capitalismo e para podermos enfrentar o neoliberalismo e essa onda conservadora que, com muita violência, está se impondo na nossa região.

Quero ser sincero com vocês. Tinha todas as expectativas de chegar aqui lhes contando como tínhamos conseguido o quarto governo. Mas com muita dor cumpre-me lhes dizer que, em razão de seguramente uma série de circunstâncias, como pode ser a desaceleração da economia em âmbito mundial, mas certamente houve alguns erros que cometemos, não conseguimos chegar ao nosso desiderato. Faltaram-nos 30 mil votos. Praticamente 1% do eleitorado.

E dói, dói profundamente e desde já o nosso compromisso de que vamos trabalhar, com muito afinco, para recuperar o nosso governo. (*Palmas.*) Não vamos reduzir a nossa posição para uma posição inferior. Neste instante comento-lhes que no Uruguai o nosso partido está acontecendo no comitê central, onde estamos começando a levar um processo de análise, no qual temos que avaliar com fraternidade e fazer uma autocrítica daqueles erros que cometemos e não pudemos atingir a vitória.

Mas essa autocrítica, com sentido fraterno, tem que acontecer, não pode se esconder por baixo do tapete os erros que cometemos. Tivemos realmente algo formidável, devido ao povo e à militância da Frente Ampla. Nós no primeiro turno obtivemos 30%, uma péssima votação. A mesma que tivemos em 1999. Isso tocou no nosso íntimo. Com muito espírito e muita dignidade percorremos todo o território nacional em um mês, levantamos a votação em 20%. A

234



militância foi fenomenal e a fibra está posta. Portanto eu insisto: vamos recuperar o Governo e não temos a menor dúvida com relação a isso, senhores. (*Palmas.*)

No Uruguai, nós pudemos edificar no ano de 1971 uma aliança que foi a que permitiu chegarmos ao governo. Nascermos em 1971 com base em uma aliança que com os outros partidos da esquerda, o mais antigo é o nosso, que nasceu em 1912 e já em 1910 existia um socialista no parlamento uruguaio e também nos unimos com forças progressistas que se desapegaram dos partidos tradicionais. Vocês sabem que no Uruguai sempre houve o que nós chamamos de bipartidarismo. Dois partidos, o Colorado e o Branco. Partidos que nasceram em 1836. Reparem, seguramente são os partidos mais antigos do mundo e continuam a ter vigor. Quando nasceu a Frente Ampla o que aconteceu? Uma mudança na história do Uruguai, porque como dissemos, rompeu-se o bipartidarismo e nasceu uma terceira via política.

E, naquela primeira experiência eleitoral, conquistamos 18% dos eleitores. Dois anos depois veio o golpe de estado. E fomos nós da Frente Ampla que seguramos a força e os impactos desse golpe de estado. Pagamos com morte e pagamos com aprisionamento. Quando recuperamos a democracia, a luta que foi levada adiante pela Frente Ampla foi contra o neoliberalismo e lutamos com muito denodo por manter as nossas empresas nacionais.

Ganhamos em dois plebiscitos muito importantes, onde as forças da direita e as forças conservadoras queriam nacionalizar as nossas empresas. Até hoje dizemos com orgulho que, graças à Frente Ampla, o Estado uruguaio mantém empresas nacionais que são fundamentais, como já dizia, para o desenvolvimento nacional. Porque é mentira que o mercado resolve os problemas. Sem a presença do Estado, companheiros, não há distribuição. Com o capitalismo não há distribuição. É aquilo que dizia Rosa Luxemburgo: *“O socialismo ou barbárie”*. E hoje estamos testemunhando a barbárie, produto do sistema capitalista que engloba cada vez mais.

Portanto, convido os socialistas do mundo que temos de nos unir, especialmente os da região. Isso é fundamental. E vocês me perguntam, como a lara perguntava e pedia: *“Roberto, você fala do que foi feito pela Frente Ampla”*. Fizemos muito, muitíssimo! E eu às vezes me pergunto: como tendo feito tanto perdemos? E me desculpem por insistir tanto nisso, porque realmente custa-nos um pouco entender.

E é por isso que temos que refletir e muito sobre o que foi que aconteceu e por que perdemos. Temos algumas respostas, frente às quais nada podemos fazer. A crise de 2008 afetou o mundo. Em princípio, não nos atingiu, mas agora estamos sendo impactados, estamos conscientes de que estamos vivenciando uma mudança de hegemonia em âmbito mundial, mudança essa que está provocando transtornos em âmbito internacional.

Gramsci dizia que quando essas mudanças hegemônicas acontecem tem uma coisa que está morrendo e outra coisa que está nascendo. E nesse meio tempo há uma grande incerteza. E é essa incerteza, esse embate, essa crise que é gerada por esse confronto hegemônico é o que está provocando em grande parte o que está acontecendo. E o Uruguai não podia, evidentemente estar alheio a isso.

Quando nós ascendemos ao governo o fizemos em 2004 com a presidência de um socialista, o nosso companheiro Tavares Vasquez e, durante quinze anos, governamos os



destinos do nosso país. Mas antes, em 1989, nós já tínhamos conquistado a intendência ou o governo da principal cidade do Uruguai, Montevidéu. Vocês sabem que o Uruguai é um país muito pequeno, com uma população de 3 milhões e meio de habitantes, que tem um processo de macrocefalia. Montevidéu praticamente engloba 1 milhão e meio de cidadãos. Portanto, governar Montevidéu é muito importante.

Desde aquele governo de Montevidéu, construímos o crescimento da nossa Frente Ampla e agora em maio vamos disputar mais uma vez e vamos vencer. (*Palmas.*) E, a partir de Montevidéu, da região metropolitana vamos construir a nossa vitória. Já estamos trabalhando nisso, para recuperarmos através disso a nossa vitória. Não vamos ficar de joelhos, não vão nos dobrar. Vamos ficar juntos.

E o que fizemos durante esses quinze anos? Vou tentar ser breve. Não lhes sobrecarregar com números, mas o que fizemos foi transformar Uruguai no país mais igualitário da América Latina e do Caribe, através de um aumento salarial. Reparem que, durante esses 15 anos no Uruguai, aumentou 61%. As juntas salariais por atividades, o aumento da passividade e a reforma tributária distributiva mas insuficiente, mas mesmo assim uma reforma distributiva foram fundamentais para permitir que crescêssemos distribuindo.

Isso sempre foi explicado para nós que primeiro tínhamos que crescer. Lembro que tinha um ministro da economia que dizia, durante a ditadura, que se chamava Ari Mendes, e naquela ocasião ele explicava, pela televisão, era em preto e branco, e ele dizia: *“O bolo tem que crescer primeiro e depois que o bolo crescer vamos fazer alguma distribuição”*. E por sinal nunca distribuíram coisa alguma. A oligarquia levou o bolo inteiro.

E nós revertemos esse processo. Comprovamos que se pode crescer com distribuição de renda. Esse foi o grande mérito do Uruguai. Nós incrementamos muito o crescimento do Produto Interno Bruto em 2004, que era 14 bilhões de dólares, e hoje estamos no patamar de mais de 57 bilhões de dólares. As nossas exportações aumentaram de 3 bilhões de dólares para 9 bilhões de dólares.

Conseguimos algo que é muito importante. O Uruguai era muito dependente do Mercosul. Praticamente 50% das nossas exportações iam para o Mercosul. E o Brasil era o nosso principal destino. E quando veio a crise aqui no Brasil, lembrem-se, em 1999, onde houve a desvalorização do real, foi quando se produziu uma crise muito grave na nossa região. Primeiro no Brasil e depois na Argentina. Lembrem-se, em 2001 a crise fez com que De la Rúa fugisse através da Casa Rosada pelo teto, em helicóptero. Em 2002 chegou a crise no Uruguai.

Em 2004 chegou esse governo e esse governo da Frente Ampla encontrou nosso país em ruínas, onde a desigualdade era galopante. E nós conseguimos, graças a Deus, incrementar e diminuir a pobreza. Nós nos deparamos com uma pobreza próxima de 40% e hoje diminuimos a pobreza para 8,5%. (*Palmas.*) Muito obrigado.

O crescimento da economia permitiu que os investimentos públicos e os gastos sociais aumentassem 136% ao longo de 15 anos de governo. E o crescimento econômico do país foi de aproximadamente 80%. Nesse mesmo período de tempo aumentaram substancialmente os investimentos públicos e os investimentos estrangeiros.



E continuo pensando, cá com os meus botões, tudo isso e não conseguimos manter o governo. Foi muito importante que conseguíssemos o rebaixamento ou a diminuição da pobreza e notoriamente também a desigualdade.

Vocês sabem que a desigualdade se chama o índice de Gini que diz que zero é total de igualdade e 1 é total de desigualdade. Nós no ano de 2004 tínhamos um índice de Gini de 4,53% e hoje já o temos em 0,38%.

As despesas públicas e sociais, como já dizia, aumentaram 136%. E gastamos no quê? Essa é uma boa pergunta. Em 2004, o Estado gastava com ensino e educação 547 milhões de dólares. Hoje gastamos mais de 3 bilhões de dólares com educação.

Na área da saúde, fizemos uma reforma exemplar. O sistema nacional de saúde, através do qual não há um único cidadão que não tenha assistência médica. E podemos dizer com muito orgulho que a assistência pública no Uruguai é de primeiro mundo. Quase tão boa quanto a saúde privada. (*Palmas.*) Essa é uma das grandes reformas. Estamos muito orgulhosos.

É notável ver as mudanças que se produziram. Quem tem idade lembra o que eram os hospitais públicos naquela época, em ruínas. Hoje temos hospitais públicos de primeira geração. Posso-lhes garantir que em muitos aspectos a saúde pública no Uruguai supera a saúde privada.

E tivemos também, no desenvolvimento da saúde, queremos dizer muita ajuda do povo cubano. Temos médicos cubanos que nos ajudaram em questões de oftalmologia. Temos mais de 90 mil pessoas que tinham perdido a visão, em função da catarata, e era caríssimo fazer uma operação de catarata no Uruguai. E hoje, conseguimos que 90 mil uruguaios possam recuperar a visão. E temos que agradecer isso ao povo de Cuba e também ao povo cubano que com as missões médicas nos ajudaram no desenvolvimento de próteses. (*Palmas.*)

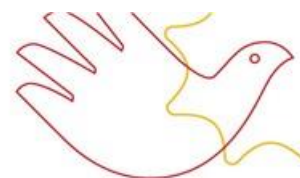
E é incrível o que conseguimos fazer em termos de avanço no Uruguai. Isso se chama colaboração. Colaboração que não teve um viés político, mas sim uma colaboração entre povos. Isso é o mais importante.

E outros avanços que tivemos. Temos uma lei de investimentos de muito bom nível que permitiu sistematizar o ingresso de investimentos estrangeiros, mas que estavam dirigidos a certos setores e favoreceram na medida em que pudessem criar mais fontes de emprego.

Dessa maneira, tivemos políticas ativas para geração de emprego. Vejam os senhores que nós, no Uruguai, repito, um país de 3 milhões e meio de habitantes. Criamos mais de 300 mil empregos. E isso foi realmente um sucesso muito grande. E acreditamos que o emprego bem remunerado, cumprindo com todas as normativas sociais, é o melhor mecanismo para conseguir uma melhor distribuição da riqueza.

Conseguimos o que é muito importante, que é a mudança da matriz energética. O Uruguai dependia da energia hidráulica e quando tínhamos secas as importações de petróleo tinham um custo impressionante.

Atualmente somos autossuficientes com energia sustentável, a energia eólica e de biomassa. E isso foi algo muito importante para o nosso país. A fibra ótica está instalada em todo o país. Repito: em todo o país temos fibra ótica.



E tivemos grandes avanços em termos de tecnologia da informação. E podemos dizer com orgulho que estamos já inovando e trabalhando na tecnologia G-5. E por que conseguimos melhor distribuição de receita? Pela distribuição do trabalho por especialidade. O primeiro, não duvidamos que vai ser esse governo do partido nacional que já exerceu o governo foi atacar os conselhos de salários. Porque esses conselhos de salários são os que defendem os salários dos trabalhadores, e nós estamos dispostos a fazer uma luta sem quartel pela defesa dos conselhos de salário. (*Palmas.*)

Digamos que também atendemos muito especialmente às terceira idades. O Uruguai tem uma população muito envelhecida. Um dos problemas que o Uruguai tem, dentre os vários que temos, é que temos uma baixa taxa de natalidade e, como consequência disso, temos muitos cidadãos da terceira idade. Um setor muito grande. Houve um crescimento de 65% por cima da inflação. As aposentadorias foram triplicadas, e conseguimos algo que para nós é muito importante: o serviço ou atendimento doméstico está totalmente regulado. Não há trabalhadoras domésticas que não estejam regulamentadas pelo serviço de aposentadoria. E obviamente atingimos algo incrível.

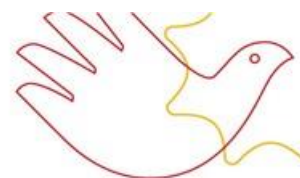
A lei de oito horas aplicou-se pela primeira vez, no começo do século XX, mas houve um setor no qual não conseguimos aplicar a lei de oito horas, que era o setor dos trabalhadores rurais. Não conseguimos de nenhuma maneira que pudesse aplicar essa norma de oito horas, mas a Frente Ampla conseguiu a aplicação das oito horas para o trabalhador do campo. E acreditamos que essa foi uma conquista fundamental, porque os trabalhadores do campo foram aqueles que estavam mais desprotegidos durante os governos não liberais e foram os nossos governos os que nos levaram ao ponto aonde chegamos.

Em matéria de desenvolvimento agrário, nós tivemos uma grande tecnificação na área de pecuária e nos dedicamos a aftosa. E hoje temos uma taxa de saúde em que garantimos que a vaca de onde vem a carne nasceu em tal data e foi ao abate em tal outra data. E podemos garantir a saúde de todos os nossos produtos. E tivemos acesso aos mercados mais exigentes.

Há pouco conseguimos chegar ao mercado japonês e isso é muito importante. Apoiamos sistematicamente os pequenos produtores, porque estamos tentando de qualquer maneira evitar a fuga dos pequenos produtores do agro rumo às cidades, porque temos a necessidade de sustentar a soberania alimentar no Uruguai.

Em termos de educação, tivemos avanços e acreditamos que foram significativos, porque achamos que um povo que tem educação é um povo que pode superar a desigualdade. (*Palmas.*) Sem educação é impossível superar a desigualdade.

Acreditamos e dirigimos todos os nossos esforços para trabalhar nesse sentido. Podemos dizer que investimos fortemente em matéria de educação. Aumentamos o salário dos professores. Os salários dos professores eram alguns dos que estavam mais adiados. Incrementamos esses salários e a quantidade de docentes. Universalizamos a assistência a centros educacionais para crianças de 3 a 5 anos. Aumentamos a quantidade de escolas e centros de tempo integral e criamos o Plano Ceibal.



Hoje, se não dominamos a tecnologia da informação e da comunicação, não chegamos a nada. E acreditamos que temos que capacitar a nossa sociedade, especialmente os setores mais desfavorecidos. Por isso o Uruguai conseguiu que cada criança na escola tenha o seu tablet. Todos têm capacitação em termos de tecnologia da comunicação. O Plano Ceibal, cada criança que entra na escola recebe um computador. Isso, entendemos nós, é de importância fundamental. Acreditamos que é certamente revolucionário.

Conseguimos expandir e ampliar a educação universitária para o interior do país. No Uruguai, as universidades estavam concentradas em Montevideu. Hoje temos universidades em todo o país, em todo o território nacional, para todas as carreiras. E favorecemos a população do interior do país e evitamos que os jovens tenham que vir a Montevideu para estudar, com o sacrifício que isso significava. E acreditamos que isso foi muito importante. E criamos aquilo que chamamos a universidade da tecnologia.

Na agenda de direitos acho que realmente fomos verdadeiramente revolucionários. Creio nisso. Aprovamos a lei do concubinato, que dá à pessoa que mora em união estável, porque são direitos que só tinham os casados e isso é muito importante, porque as sociedades atuais cada vez mais são justamente casais que moram sob o sistema de concubinato. Quando os casais se separavam. E atualmente as mulheres que estavam em união estável têm os mesmos direitos que as mulheres casadas. E isso é muito importante.

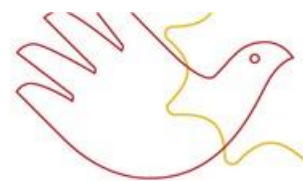
Ampliamos a licença maternidade e paternidade, porque entendemos que o pai também tem que ser responsável pela criação dos seus filhos. (*Palmas.*) Temos que avançar nesse tema. Não pode caber só à mulher todas essas obrigações. À mulher também tem que ser reconhecido o direito de se desenvolver e poder estudar igual ao homem. Temos que combater o machismo que sempre tivemos. É difícil, mas temos que combatê-lo. Isso é muito importante. (*Palmas.*)

Aprovamos uma lei que regulamenta a produção, distribuição e venda da *cannabis*, traçando um caminho alternativo para enfrentar o narcotráfico e regulamentar o consumo de substâncias. Acreditamos que tem que regulamentar, sim, o consumo de *cannabis* e, certamente, teremos que avançar em outro tipo de substância. Temos que regulamentar tudo, não podemos permitir deixar que o narcotráfico faça disso um negócio.

E temos que garantir à população que consome *cannabis* que seja um produto de primeira qualidade. E digo isso muito seriamente, porque fizemos análise da *cannabis* e encontramos mais de 60 produtos nocivos para a saúde. E nós garantimos agora, nas farmácias que vendem *cannabis*, que é um produto puro. Não diria que é sadio, porque sabemos que fumar é prejudicial, mas pelo menos evitamos outros malefícios.

Também aprovamos leis para incentivar o uso medicinal da *cannabis*. Têm áreas da saúde, moléstias, que podem ser aliviadas pela *cannabis*, e isso é muito importante.

Aprovamos a lei de atendimento integral para pessoas trans, garantindo assim o direito a uma vida livre de discriminação e estigmatização. (*Palmas.*)



Aprovamos também a lei de prevenção e combate à exploração de pessoas. Aprovamos leis também de ações afirmativas para pessoas afrodescendentes. Temos que combater todo tipo de discriminação. Isso é fundamental nesse sentido.

Com relação à igualdade de gênero, acho que nós tivemos realmente muitos avanços. Consagrou-se o direito à identidade de gênero, aprovou-se uma lei de interrupção voluntária da gravidez e isso é muito importante.

Eu tenho aqui a minha companheira Mônica Xavier que liderou justamente esse processo (*palmas*) e ela pode falar muito bem disso. Saibam que aos socialistas nos custou muito aprovar e liderar principalmente o movimento pela aprovação dessa lei. Foi muito custoso realmente, foi muito difícil, porque nós tivemos uma deserção nas nossas fileiras de quem era o presidente da República, Tabaré Vasquez. Por uma questão filosófica ele se desfilou do nosso partido, mas não demos um passo atrás sequer, porque entendíamos que isso era fundamental, porque entendemos que obviamente existem temas do aborto clandestino. E os que têm meios financeiros podem fazer o aborto seguro. As mulheres que não têm meios não podem fazer um aborto seguro. E isso leva a muitas mortes de mulheres, porque não têm assistência médica necessária. (*Palmas.*)

Estamos convencidos de que o que fizemos foi muito positivo. Temos certeza disso. Nenhum passo atrás e, acreditem, essa será uma luta nessa política de gênero. Vamos ter realmente uma batalha muito dura à nossa frente.

Com esse governo multicolorido, que é uma aliança que incorporou também um ex-general do exército, violador dos direitos humanos e um fascista de pura cepa, teremos uma luta realmente muito dura nesse sentido.

E, em último lugar, nós não podemos, e talvez isso não agrade aos políticos do sexo masculino, temos aqui uma lei de cotas através da qual um de cada três integrantes do parlamento uruguaio, em tendências governamentais e municípios, tem que ser mulheres. (*Palmas.*) As mulheres terão de representar um terço dos nossos parlamentos em todos os níveis.

A igualdade deve ser feita passo a passo. O partido socialista há muito tempo na sua luta diária mantém a igualdade e equidade de gênero. Um homem e uma mulher é a fórmula. (*Palmas.*) E isso está muito bem colocado. Não podemos discriminar as nossas companheiras mulheres.

Em relação à saúde, estou terminando, porque sei que vocês estão entediados já com a minha apresentação, criamos o que se chama Nacional Integrado de Saúde, que é muito importante porque garantimos a cobertura e o acesso universal à saúde da parte de toda a população.

Eu insisto. Já disse e vou repetir: a qualidade da saúde pública no Uruguai é tão boa ou até melhor do que a saúde privada. E conseguimos também algo que é muito importante: incorporamos aos medicamentos de alto custo, basicamente medicamentos destinados ao combate de doenças terminais muitas vezes, incorporamos a esses medicamentos de alto custo e isso leva a um custo muito alto no Ministério da Saúde uruguaio. Nós tivemos que fazer isso





com relação à prestação do Fundo Nacional de Recursos que está tendo a responsabilidade justamente do pagamento de medicamentos de alto custo. Isso é um direito constitucional e temos que cumprir esse direito constitucional.

E em último lugar, digamos, em questão de saúde multiplicamos por quatro. Quadruplicamos os investimentos e, nesse sentido, conseguimos reduzir o tempo de espera, por exemplo, no caso da fila de transplantes. Existe uma lei pela qual todos os uruguaios somos doadores de órgãos e isso é um fato muito importante. Aumentamos a eficácia do sistema não integrado de saúde, fortalecendo as competências e capacidades no controle da qualidade.

Já estou terminando. Podem acreditar que eu estou terminando.

Em relação a desenvolvimento humano, reduzimos a 25 o problema da questão da pobreza infantil e a assistência à família também para integração social de toda a população. Além de reduzir drasticamente a pobreza infantil, temos o sistema integral de cuidados, de atenção com 5 mil pessoas que têm direito a assistência pessoal e mais de mil pessoas idosas que têm acesso a teleassistência, assistência remota.

Temos uma cobertura de Centros de Educação e Atenção I em primeira infância, que alcança mais de 77 mil meninos e meninas. Fizemos 280 mil visitas desde 2012 para implementação e controle dos programas de assistência familiar através do cartão social uruguaio. Implementamos programas de promoção da capacidade de trabalho e que leva, por exemplo, a mais de 30 mil pessoas um acesso a empregos melhores. Estamos reduzindo o desemprego através da promoção de empregos de qualidade.

Ainda faltam coisas a serem feitas, é claro que nós deveríamos ter aprofundado alguns aspectos, mas estamos muito satisfeitos com relação ao que foi feito. Quando recuperarmos o governo não restará dúvida de que vamos continuar a aprofundar esses temas. Nesses cinco anos vamos defender com força, mas com muita força todos os sucessos do partido socialista.

Muito obrigado, senhoras e senhores, companheiros e companheiras, pela atenção que me foi dada nesta palestra. Muito obrigado a todos e todas. (*Palmas.*)

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Muito obrigada Sr. Roberto.

Com a palavra agora o Sr. Alessandro Molon.

#### **Deputado Federal Alessandro Molon - Moderador**

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Quero agradecer profundamente pelas três manifestações. Um agradecimento à Senadora Mônica Xavier, que abriu os nossos debates com uma excelente conferência sobre “A Utopia Necessária”, manifestação essa marcada pela necessidade de conjugação da luta pelo socialismo com a luta pela democracia, e também com uma visão geral muito clara da grave desigualdade que marca a América Latina.

Muito obrigado, Senadora, por essa excelente comunicação que abriu os nossos trabalhos e concluída brilhantemente com essa frase lapidar de Eduardo Galeano, que para nós aqui também é uma grande referência. O Eduardo Galeano é muito conhecido aqui no Brasil,



muito admirado e essa frase que mostra o papel que a utopia tem de nos fazer continuar caminhando na direção certa.

Agradeço muito também à Karina Delfino Mussa, que traçou para nós um diagnóstico muito claro das manifestações, das mobilizações sociais desse difícil, mas também esperançoso momento que vive o Chile. Mostrou também muitas coisas em comum do nosso País com o Chile.

O nosso País, Karina, como você sabe, é um país extremamente desigual também, o Brasil é muito desigual, e, dependendo do critério que se adote, ele chega a ser o País mais desigual da América Latina, dependendo da quantidade percentual que se escolhe da população. Então, por alguns critérios, nós somos o País mais desigual do mundo ou um dos dois ou três mais desiguais do mundo e mais desigual da América Latina. E você apresentou com muita clareza esse descompasso no enfrentamento da desigualdade nos últimos anos no Chile, que seria uma das principais causas dessas manifestações.

A Karina trouxe também o testemunho de quem no Chile viu as consequências do sistema de previdência que se queria adotar aqui agora, que é o sistema de capitalização. Aqui no Brasil, Karina, como você sabe, isso foi apresentado pelo Ministro da Economia e pelo Presidente da República como a solução para os nossos problemas previdenciários, Deputado Tadeu Alencar, Líder da nossa bancada na Câmara.

E nós fizemos um debate muito intenso na Câmara e, por trabalho da oposição, da nossa bancada, da bancada do PSB com apoio de bancadas de outros partidos também, conseguimos retirar da proposta de reforma da Previdência a proposta de capitalização, que seria certamente a maior tragédia social para o nosso País. (*Palmas.*)

Quando estive no Chile com o Presidente Siqueira, pude ouvir da Karina e dos demais companheiros do Partido Socialista Chileno o impasse que isso causa e causou na economia chilena, porque agora os fundos de pensão são os grandes detentores da riqueza nacional e o Chile enfrenta um grande desafio de como sair dessa situação. Como fazer com que o Estado recupere a sua capacidade de investimento, os recursos necessários e dependa menos dos fundos de pensão.

De forma que é um sistema para o qual talvez seja fácil entrar, mas seja difícil sair, ainda que se queira. E esse testemunho do Partido Socialista do Chile é muito importante para nós.

Aliás, Karina, Felipe, o Presidente da República do Brasil disse recentemente que se os brasileiros ousarem fazer o que os chilenos estão fazendo, indo para as ruas protestar, que nós podemos nos preparar porque a reação virá. Uma clara ameaça ao povo brasileiro e à nossa democracia.

E, além disso, o Presidente da República quer que o exército brasileiro, as Forças Armadas tenham quase que a liberdade de usar a violência contra protestos na chamada garantia da lei e da ordem, que é uma das possibilidades de atuação das Forças Armadas, como uma medida preventiva a que as Forças Armadas possam matar pessoas, se houver protestos no Brasil.



Portanto, isso mostra como a realidade dos nossos países é próxima e como é importante esse diálogo e esse testemunho que vocês nos deram aqui.

Agradeço também à Karina o exemplo triste trazido no seu pronunciamento dos idosos chilenos que têm cometido suicídio. É um caso gravíssimo e muito triste, mas que mostra como o fornecimento de pensões insuficientes para a sua sobrevivência tem sido um problema social sério no Chile. Muitos idosos têm-se visto obrigados a voltar a morar com os filhos, em situações muitas vezes não condizentes com a dignidade que deveriam experimentar na sua velhice.

Portanto, esse exemplo também é importante. Nós falamos disso no Congresso Nacional brasileiro, quando da reforma da Previdência, e alguns jornalistas desmentiram esse exemplo que nós demos. E hoje a Karina nos traz essa confirmação de que lamentavelmente isso ocorreu e eventualmente tem ocorrido no Chile, o que é motivo de enorme lamento, descontentamento, nosso pesar e a nossa solidariedade ao povo chileno.

E por fim agradecer ao Roberto a sua apresentação tão instrutiva, tão cheia de exemplos que você fez, Roberto, da experiência da Frente Ampla. (*Palmas.*) Nosso agradecimento a você por tantos exemplos de tantas políticas públicas implementadas. Nós olhamos para o exemplo uruguaio com grande admiração, como também para os socialistas chilenos, os governos de Lagos e Bachelet, os governos de Tabaré e Mujica, que são fontes de inspiração para todos nós. E também algumas características da Frente Ampla que devem ser ressaltadas.

Primeiro, essa necessária capacidade de alternância. Quando se fala em Frente Ampla é importante se abrir mão de hegemonismo, da tentativa de imposição de um único partido como se (*palmas*) dele sempre tivesse que ver os candidatos à presidência da República. Se é uma frente ela deve ser plural. E ela deve ter alternância, como se fez no Uruguai a alternância entre candidatos oriundos de partidos diferentes dentro da Frente Ampla.

E também a citação do Roberto sobre essa corajosa autocrítica, e o Roberto tem toda razão. Quando se tenta varrer os problemas para debaixo do tapete, nós não conseguimos superar os erros. Nós nos condenamos a repeti-los. O Uruguai aqui também dá o exemplo de que a autocrítica é necessária, para que a gente volte a avançar, para que a gente cresça, e que a esquerda possa voltar ao poder aqui no Brasil também. (*Palmas.*)

Essa disposição de começar a trabalhar desde já manifestada pelo Roberto e pela Mónica também é um excelente exemplo para nós. E o testemunho do grande serviço que os médicos cubanos prestaram lá no Uruguai quando se coloca a saúde da população acima dos preconceitos e da ideologia. Isso que se fez no Uruguai se interrompeu lamentavelmente aqui no Brasil e se tirou o atendimento médico de milhões de brasileiros que deixaram de ser atendidos porque o Presidente da República, que está no exercício do poder neste momento, não quer que os cubanos estejam aqui por preconceito e por ideologia, colocando os seus preconceitos acima das necessidades da saúde do povo brasileiro.

O Uruguai fez o contrário e nisso também nos deu exemplo. Parabéns, Roberto e muito obrigado pelo seu testemunho. (*Palmas.*)

Feitos esses agradecimentos, nós vamos agora abrir para perguntas do auditório. Nós temos 45 minutos de perguntas e respostas, até o almoço. De forma que sugiro que façamos



duas ou três perguntas para cada um dos membros da Mesa, para distribuir as falas nesse momento, do auditório, perguntas livres de quem quiser se manifestar, e eu faria um apelo para que fossem perguntas de fato, portanto, para que a gente possa aproveitar a presença deles aqui. Então, que dirigíssemos perguntas e que elas fossem o mais objetivas possíveis, para que eles tenham tempo de falar e não a gente, para que a gente possa de fato ouvi-los.

Feitas essas considerações, abro a palavra para o auditório, para quem quiser eventualmente se manifestar, perguntar aos nossos convidados, e às 13 horas, então, interromperemos os trabalhos para o nosso almoço, e às 14h30min retornaremos com a Mesa Ibérica, ouvindo os exemplos de Espanha e Portugal.

Está aberta a palavra. Peço que todos se apresentem, por favor.

**O SR. MÁRIO LUÍS GUIDE** – Sou Secretário e Presidente da Fundação João Mangabeira de São Paulo.

Quero agradecer a presença de todos os companheiros, parabenizar Alexandre Molon, Carlos Siqueira, por essa iniciativa de ampliar as relações internacionais e aumentar a solidariedade entre os socialistas aqui da nossa querida América Latina.

A minha pergunta vai para o Roberto. Nós tivemos alguma coisa que foi importante que é a questão no Brasil da corrupção e a questão da segurança, que foram bandeiras muito utilizadas pela direita contra as experiências de governos de centro-esquerda. Queria saber, porque as notícias que a gente tem são de que a questão de segurança, evidentemente comparando com o quadro nosso, a situação do Uruguai me parece de longe muito melhor. Mas essa questão foi relevante porque tenho uma preocupação que talvez nós da centro-esquerda não estejamos sendo capazes de equacionar corretamente essa questão da segurança pública, embora a gente sempre a vincule com as questões sociais.

A pergunta é nesse sentido, Roberto, essa questão foi relevante para a questão da experiência da Frente Ampla do Uruguai e o fato de ela não conseguir a vitória nessa situação?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Muito obrigado.

Já temos mais quatro inscritos, e agora sete. Pronto. Paramos aqui para distribuir as perguntas. Em seguida, se houver tempo, nós voltamos a distribuir as perguntas para o Plenário.

Antes de passar à própria pergunta, gostaria de registrar e agradecer a presença do Deputado Estadual do PSB do Rio de Janeiro, Carlos Minc, ex-Ministro do Meio Ambiente. (*Palmas.*) Obrigado, Minc, pela sua presença.

Vamos passar para a próxima pergunta. Estavam inscritos o Camilo Capiberibe, depois Valneide, depois temos o Teo, o Anderson, e o Hugo Cabieses, nosso convidado do Peru aqui presente. E a nossa convidada também.

**O SR. DEPUTADO CAMILO CAPIBERIBE** – Quero saudar a todos e a todas que estão aqui e agradecer a presença dos visitantes parlamentares da América Latina.

Minha pergunta é para o Roberto. Ouvi muito atentamente a sua exposição, queria parabenizá-lo por todas as conquistas que o Uruguai conseguiu construir nesses 15 anos.



Realmente são grandes as vitórias. A minha pergunta é a seguinte: lá é um sistema presidencialista. E eu queria entender como foi possível aprovar leis que aqui no Brasil a gente enxerga com enorme dificuldade.

Não apenas no momento atual, mas anteriormente não conseguimos, por exemplo, avançar com a reforma tributária, não conseguimos aprovar também leis em relação, por exemplo, à questão da *cannabis* ou do aborto. Como foi possível, como se organiza a relação do governo com o parlamento lá no Uruguai?

Eu fiquei bastante curioso para entender como vocês, no Uruguai, conseguiram avançar com agenda no legislativo, lá na Câmara ou no Senado, enfim. Muito obrigado.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Muito obrigado, Deputado.

Agora vamos ouvir a Valneide, Secretária Nacional da Negritude Socialista. E, a seguir, o Anderson Quack.

**A SRA. VALNEIDE NASCIMENTO** – Bom dia a todos e a todas. Sejam bem-vindos ao nosso País, sejam acolhidos aqui no Rio de Janeiro, cidade do nosso querido e amigo Deputado Molon.

A minha pergunta é para os três. A explanação de vocês foi muito boa, muito enriquecedora. Mas eu gostaria de perguntar como está no país de vocês, qual a população negra que está hoje inserida na política. Qual ação que vocês têm feito? Porque aqui no Brasil, como vocês mesmos percebem aqui nesta plateia que nós somos minoria. Aqui a gente consegue trazer a invisibilidade do povo negro na política. E nós estamos querendo mudar o País. Se não trouxermos os negros e negras para a instância do partido nós vamos continuar sendo minorias e vamos ser só lembrados na época das eleições para votar naqueles que continuam mandando no poder.

O que vocês têm feito lá que poderia nos ajudar aqui para que possamos trazer esse exemplo, a fim de atrair negros e negras para o partido, juventude para o partido, para podermos inovar e renovar a política que nós queremos. (*Palmas.*)

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Muito obrigado, Valneide.

Temos a pergunta do Anderson Quack.

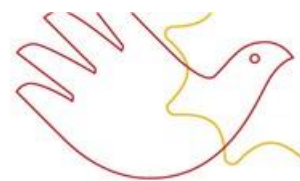
**O SR. ANDERSON QUACK** – Quero também saudar a todos da Mesa e desejar boas-vindas ao Rio de Janeiro.

Quero fazer a pergunta para a Karina e também engrossar a pergunta da minha Secretária Nacional Valneide. Eu também sou Secretário Estadual aqui do Rio de Janeiro da Negritude Socialista e é um prazer estar aqui.

Karina, pegando o tema da nossa conferência, qual passo adiante que vocês estão dando no Chile e qual é a autocrítica que tem sido feita para poder criar uma estratégia para sair desse momento que o Chile está vivendo hoje?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Muito obrigado, Anderson.

Vamos ouvir o Hugo Cabieses, nosso convidado do Peru.



Antes disso, vou passar à Karina uma pergunta do nosso Presidente Carlos Siqueira. Também para que você fale um pouco sobre a alternância dentro da concertação. Porque essa também foi uma característica da unidade dos partidos progressistas no Chile. Houve certa alternância entre os candidatos da concertação. Se você pudesse falar um pouco disso também eu agradeceria.

Por favor, Hugo.

**O SR. HUGO CABIESES** (Tradução simultânea) – Bom dia, companheiros e companheiras. Sou Secretário de Relações Internacionais do Partido Socialista do Peru. Quero, em primeiro lugar, agradecer aos oradores, particularmente à Mónica, à Karina e ao Roberto, da mesma maneira que ao Alessandro, por suas exposições e por partilhar as experiências do Chile e do Uruguai.

Tenho duas perguntas para o Roberto. A primeira, na série de conquistas que vocês tiveram, não lembro que o senhor tenha mencionado a posição que vocês adotaram. Acho bastante progressista, com relação à mudança do clima. Eu acho que isso é importante que você partilhe conosco.

A segunda pergunta eu peço à Mónica e ao Roberto que partilhem conosco pelo menos três problemas que enfrentaram e que os levou a que não tenham conquistado o governo. Mencionou-se a questão da conjuntura internacional. Isso certamente lhes afetou. Mas suponho que há temas internos que para os socialistas seria muito importante que soubessem. Por quê? Porque os socialistas somos sempre críticos, autocríticos com relação àquilo que acontece em nossos próprios países. Obrigado.

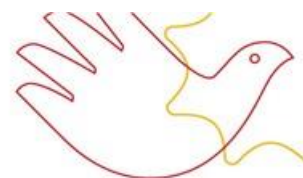
**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) - Temos mais uma pergunta. Por favor. Depois aqui nossa convidada também.

**O SR. CAIO** - Bom dia a todas e a todos. Sou do Amapá e represento aqui o Movimento Sindical do Partido Socialista Brasileiro.

Minha pergunta é no sentido de buscar alternativas para que a gente possa enfrentar a precarização do trabalho. No Brasil a gente tem sofrido esse processo e esse processo nos liga diretamente a um processo de engessamento da mobilidade social, quando você retira direitos, você retira garantias, você compromete a possibilidade de mobilidade social e isso acentua a desigualdade social.

De que maneira a gente poderia desenvolver um processo dinâmico, eficiente, que fosse capaz de estabelecer uma consciência coletiva, no sentido de emancipar as pessoas a refletirem sobre o processo danoso que a precarização do trabalho pode causar na vida das pessoas. Levando em consideração que o trabalho garante a sobrevivência das pessoas na sociedade capitalista, mas ele precário simplesmente é uma forma de escravidão.

E de que maneira a gente poderia dinamizar e levar para as pessoas os incentivos para que elas pudessem se rebelar diante desse processo que sacrifica a vida de tanta gente e que compromete o processo de modernização de qualquer país que passa por esse processo de precarização no trabalho. (*Palmas.*)



**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Muito obrigado pela pergunta.

Vamos ouvir nossa convidada agora.

**A SRA. DEPUTADA SILVIA SALGADO** (Tradução simultânea) – Boa tarde. Do Equador, saudações ao Brasil, ao PSB, que nos recebe e que nos abraça e a todos nós que somos latino-americanos e estamos aqui neste evento.

A minha pergunta é basicamente reconhecer que a Frente Ampla constituiu parte das forças do campo progressista que foram governo na América Latina. Como foram governos nos nossos países outras forças.

No entanto, há no nosso debate que aqui se coloca o reconhecimento de que estamos em fase terminal dessa época do progressismo na América Latina e que nos remete a um cenário neoliberal, um retorno ao neoliberalismo ou com toques neofascistas na América Latina. Isso nos obriga, como região, a que ponhamos no debate a necessidade de um mínimo de projeto político regional.

Acredito eu ser esse um tema importante que precisa ser incluído no debate das forças progressistas, mas essencialmente da corrente socialista na América Latina, que é a que tem que dar as respostas no campo ideológico.

E nesse mesmo viés há uma questão que está sendo relegada e que a corrente socialista sempre se preocupou com ela. Refiro-me à integração. O que aconteceu? Onde ficamos? É necessária? A nossa presença aqui justamente tem a ver com isso. É necessário que levantemos, repassemos e reinventemos, porque, permitam-me dizer, com muito respeito ao povo brasileiro, mas não queremos Bolsonaros nem pequenos nem grandes na América Latina. Muito obrigada. (*Palmas.*)

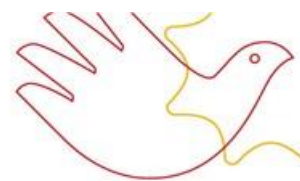
**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Agradeço à Deputada Silvia Salgado que nos honra aqui com a sua presença. Aliás, além da sua presença e da Deputada Suzana Delgado, ambas do Equador e cuja presenças nós agradecemos, agradecemos também ao Hugo Cabieses que se manifestou há pouco e vem do Peru.

Recebemos também a Deputada Kátia Gilvanio e Ana Lola Guillen, também do Peru. (*Palmas.*) E, além desses dois países, do Uruguai e Chile, também Portugal e Espanha já citados, temos representados aqui também a Colômbia, com a Sra. Hilda Carrera; a Bolívia com a Deputada Brígida Quiroga, nossa solidariedade ao povo boliviano, lamentando profundamente o ocorrido na Bolívia. (*Palmas.*) Repudiamos a ruptura democrática lá ocorrida.

Registramos também a presença da companheira Shady Ruiz, do Paraguai, aqui também nos honrando com a sua presença. Benilda Santana, do Panamá, muito obrigado pela sua presença. E também Rogelia Gonzalez, do México, nos honrando com sua presença. (*Palmas.*)

Portanto, temos aqui 11 países com representantes, nos brindando e nos presenteando com suas presenças. Muito obrigado a todas e a todos vocês.

Vamos para as duas últimas perguntas. A primeira do Rafael, da Juventude, e a segunda para o senhor que já estava inscrito. Se houver tempo eu permito que você faça a última. Vamos tentar atender você também.



Rafael.

**O SR. RAFAEL** – A minha pergunta é para a Mónica Xavier. Nós ficamos muito sensibilizados e tocados com suas palavras e agradecemos muito.

Minha pergunta é nessa perspectiva da última fala que estamos vendo da América Latina, aqui no Brasil o crescimento do conservadorismo, do fascismo, do fundamentalismo muito grande que muitas vezes nos deixa sem esperança, nos deixa angustiados, amargurados. A gente fica um pouco até mesmo em estado de depressão e um pouco abatido. E a primeira pergunta é nessa linha. Como a gente consegue manter a esperança do nosso povo? Como a gente consegue, enquanto partido, enquanto movimento social, enquanto movimento da juventude, movimento negro, movimento de mulheres, enfim, como a gente consegue alimentar, motivar a esperança do povo, a esperança das comunidades, a esperança das pessoas para que elas não percam a utopia, para que elas não percam a dimensão de uma perspectiva de futuro.

Porque muitas vezes o discurso do conservadorismo, o discurso retrógrado do fascismo oprime de certa maneira e dificulta a própria movimentação das forças progressistas. Então, como a gente consegue levar adiante, como a gente consegue alimentar essa esperança.

Também nessa linha como foram esses últimos anos no Uruguai a experiência de um projeto coletivo, de um projeto de uma frente ampla, de um projeto de uma esquerda, de uma força progressista sem uma pretensão hegemônica, de uma só força, de um só nome, de um só partido, enfim, como foi possível construir uma frente ampla sem que houvesse uma só expressão que dominasse as outras expressões. Acho isso muito importante para que o Brasil possa avançar. Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. ALESSANDRO MOLON** – Muito obrigado, Rafael. Agradeço a sua pergunta e aproveito também, se a Senadora puder na sua fala fazer alguma menção à mobilização da juventude uruguaia seria muito importante também. Aproveitando que a pergunta foi de um jovem.

Quando nós estivemos lá, visitando o Partido Socialista Uruguaio, a Senadora Mônica e o Deputado Roberto nos receberam com dois jovens também que fazem parte do Partido Socialista. Se pudessem falar desse engajamento da juventude uruguaia na luta progressistas seria ótimo.

A última pergunta e em seguida vamos para as respostas.

**O SR. GENILSON** – Sou Deputado Estadual do Acre, sou médico formado em Cuba. Já fico muito feliz pela parceria que o Uruguai fez com os médicos cubanos, que foram covardemente retirados do nosso País.

Eu estava ouvindo durante a sua fala uma série de políticas afirmativas e positivas que o Uruguai foi desenvolvendo ao longo do tempo em que a Frente Ampla esteve à frente do governo. E também ouvi na sua fala que há uma perspectiva muito forte de retorno ao governo.

Essa perspectiva está embalada por alguma proposta nova diante desse novo momento que nós estamos vivendo, duas grandes revoluções acontecendo no planeta, da biotecnologia e





da tecnologia da informação. Vocês têm alguma proposta nova para o povo uruguaio, para que ele novamente acredite e possa trazer a vitória para Frente Ampla e muitas outras políticas afirmativas serem desenvolvidas no Uruguai?

Era isso e obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Por favor, temos a última pergunta. É possível você fazer. Peço que seja bem objetivo e, em seguida vamos devolver a palavra aqui para a Mesa.

**O SR. JIBERLÂNDIO** – Sou Presidente Estadual da Juventude do PSB no Estado do Espírito Santo e advogado. A minha pergunta é para a Senadora do Uruguai sobre a descriminalização da maconha como foi colocado. Aqui no Brasil nós temos um índice de bastantes jovens que são usuários e bastante também é o número de processos no Judiciário que ficam sobre esse tema.

Muitas vezes o jovem que é pego ali com uma pequena quantidade responde a um processo. Então, de que forma que o Brasil pode evoluir para chegar ao nível do Uruguai, para que essa população carcerária da juventude possa não ser aumentada e criminalizada em nosso Brasil. (*Palmas.*)

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Muito obrigado a todos que perguntaram. Conseguimos atender a todos que tentaram se inscrever.

Vamos agora devolver para a Mesa e nós temos cerca de 20 minutos. De forma que cada um tem mais ou menos 7 minutos, se precisar um pouquinho mais, talvez, não tem problema, para encerrarmos este painel e, em seguida, vamos para o intervalo do almoço.

Começamos pela ordem das falas, Senadora Mônica Xavier.

**A SRA. MÔNICA XAVIER** (Palestrante) (Tradução simultânea) – Vamos tentar falar das perguntas que foram direcionadas a nós. Muito embora essa troca esteja tão animada, às vezes a gente fica com vontade de se estender um pouco mais além da hora.

Acho que uma das coisas que foi perguntado como tínhamos estimulado a participação da negritude. Essa é uma questão em que nos falta muito, mas quando há 15 anos chegamos ao governo não havia sequer um número exato da população negra existente no Uruguai. E nós baixávamos dos barcos europeus. Éramos os mais europeus da região. Isso sempre esteve na sociedade e no pensamento hegemônico.

Portanto, nós fizemos toda uma pesquisa sobre a incorporação, inclusive ao senso e temos dados da população negra. São 8%. São os mais pobres dentro dos pobres. Da mesma maneira que nossas crianças são as mais pobres das pobres. E tem uma distribuição não homogênea dentro do país. Tem muito a ver com as fronteiras secas do leste e do nordeste com o Brasil.

O que nós fizemos foi passar uma lei onde incorporávamos medidas afirmativas e cada uma dessas leis onde fizemos reformas profundas como no sistema integral de saúde, levamos em conta as peculiaridades da população negra que tem questões que lhe afetam de maneira diferente quando comparadas à população branca.



Por exemplo, eles têm mais hipertensão, eles têm um índice maior de abortos, justamente porque têm vários fatores que levam a essa questão. E o que dissemos, nenhum orçamento é neutro. Todos os orçamentos impactam de maneira diferente. E quando fazemos teoricamente neutros os que são mais prejudicados são os que mais precisam ter uma área de especialização orçamentária para viabilizar políticas públicas mais amplas.

Mas o fato de que temos feito uma porção relativa à quantidade da população negra para uma cota mínima para entrar no emprego público não quer dizer que estejamos atingindo as metas. Por quê? Porque como dizia um dos mais pobres dentro dos mais pobres também não têm a oportunidade para se formar, se educar, porque se dedicam aos trabalhos de menor remuneração. São aqueles de domicílios onde todo o ciclo educativo é gratuito. As crianças não podem estudar, não podem se capacitar. E se o fazem, o fazem muito pouco.

Portanto, os temos como empregados domésticos, muitas negras, ou talvez empregos com muito baixa qualificação. E quando há um concurso no setor público não chegam a ter os requisitos mínimos necessários. Portanto, temos muito campo que percorrer em termos de política pública para incorporar essa população.

E isso se reflete na dirigência política. São poucos os negros que estão no parlamento. O primeiro foi um que era da Frente Ampla e agora temos uma senhora que pertence ao Partido Nacional. Na legislação anterior houve uma jovem preta, mas são pouquíssimos que podem ser identificados claramente.

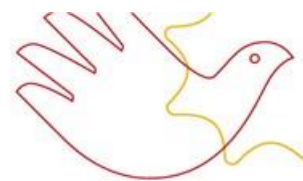
Portanto, avançamos, sim, porque se quer sabíamos quantos éramos nem onde estávamos. Mas já configuramos todas as características, mas precisamos muito mais em termos de políticas de medidas afirmativas que melhorem as condições dessa população.

Problemas que tivemos na Frente Ampla, como disse o Hugo, houve erros, sem dúvida. Fizemos muitas coisas e é impossível não cometer erros. Temos que fazer uma autocrítica que nos foi solicitada de maneira contundente inclusive por parte da mídia.

A questão da politização, digo eu, da Justiça ainda não se vê no nosso país, mas a judicialização da política, e foi aí que as forças da direita atuaram, e também os meios de comunicação massiva que são pertencentes à mesma família da direita no nosso país.

Portanto, há uma reclamação de que temos que fazer uma autocrítica e o nosso partido foi o que mais insistiu em fazer uma autocrítica a todo o momento. Mas a direita não recebe nenhuma autocrítica por ter deixado 40% de pobreza. Crianças pobres. Não se exige que eles façam uma autocrítica por terem salvado bancos que já estavam falidos e terem deixado a população onde está. Não, se lhes pede autocrítica com relação aos insistentes operadores públicos, com relação à questão de não buscar os desaparecidos. Só a esquerda assumiu essa bandeira. Claro, como avançamos eles já agora estão em condições que não podem fazer de conta que isso não existe. Especialmente esses temas, porque ultrapassamos o limite do possível.

Mas, atenção: a reversibilidade também é difícil com relação aos avanços e temos que ser os primeiros a defender que isso não aconteça. Fizemos renunciar o Vice-Presidente da República. Ninguém podia imaginar que a esquerda uruguaia, em um país onde as questões de



corrupção ou de ética não são de prioridade, tivéssemos esse problema. Não se trata de um fato de corrupção, trata-se isso sim de um fato que tem a ver com interesses contrários à esquerda. É um processo não rigoroso, não republicano dos recursos públicos. É um processo, isso sim, caro, com grandes acertos, que incomodam a direita, mas com atitudes que nós não podíamos continuar endossando. Com o qual a Frente faz o processo de modo doloroso, o nosso companheiro renúncia e fica inabilitado para ser candidato comum em qualquer etapa do ciclo eleitoral.

Mas, enfim, demoramos alguns meses. Nem todos alcançamos o mesmo grau de convicção de que a esquerda paga muito mais caro qualquer fato relativo à ética do que a direita. (*Palmas.*) E nós temos que ter muito claro que isso é porque nos apresentamos de uma maneira diante das pessoas.

Dizem-nos que nós viemos para governar para as grandes maiorias, dizem-nos que nós viemos complementar com que os pobres precisam. Mas quando alguém vê que há um fato que não coincide com esse discurso, castigam-nos mais duramente, mais severamente. Isso tem que ser lembrado.

Esse foi um fato que continua, muito embora a direita esteja crivada de intendentos que são os chefes de departamentos ou dos estados, na verdade, divisões políticas em que se divide o território nacional, é crivado por nepotismo ou talvez com fluência de interesse público, com o privado, comprando a família e o estado. Quer dizer, a família está totalmente eivada de corrupção, não só de faltas éticas. Mas ninguém acusa porque os meios de comunicação não tomam em consideração a informação pertinente.

A segunda questão, manipulada pela mídia para nos levar a uma “esquina”, a questão da segurança pública. O Uruguai tem hoje a incidência de crime organizado que antes não havia. Nós não sabíamos o que eram os assassinos de aluguel, não sabíamos o que eram os ajustes de conta. Então, subitamente num território onde as pessoas dormem de porta aberta, deixam a chave no carro e não acontece nada, no dia seguinte houve um feminicídio encomendado e custou 100 dólares. Mataram a esposa de um cidadão que pagou para que isso acontecesse. Isso alagou a calma e a vontade de continuar vivendo como sempre vivemos, e não há consciência de que a maneira que sempre vivemos talvez não possa continuar. Por quê?

Enfim, não é necessariamente ter fatos tão violentos, mas era uma visão muito provinciana do que era segurança. Mas não é com essa casualidade, porque no nosso continente mais desigual na distribuição de renda esteja localizada a maior violência do planeta. No nosso caso há uma combinação explosiva que se a esquerda não reparar nesse detalhe não levará em conta algo que pode nos sacudir muito em termos de governo.

Esses são os três erros, portanto, que têm a ver com a ética, com a segurança pública e o que tem a ver com justamente um ataque midiático. Houve judicialização da política, mas não houve tanta politização da justiça com vimos em outros países.

Como constava do jovem companheiro que fez essa pergunta, para que nós não morramos na praia, para que os neoliberais não continuem a ganhar não apenas os governos, mas a consciência das pessoas também, temos que trabalhar nos nossos partidos políticos e



organizações sociais, reivindicando justamente os movimentos sociais. Não podemos morrer na praia.

No Uruguai se diz que as centrais sindicais têm que ter independência, mas sem indiferença. Os movimentos sindicais não são simplesmente uma correia de transmissão das decisões do partido no Uruguai. São independentes. Não são indiferentes. Independentes sem serem, indiferentes.

Nos nossos 15 anos, o elemento de maior distribuição foi exatamente o aumento do salário mínimo e o aumento dos salários de uma forma geral. Isso todos sabem, com aumento do salário sobem também as pensões, as aposentadorias. Se há realmente uma questão a ser ressaltada aqui, o Uruguai vai continuar a resistir. Vai resistir não só através da Frente Ampla, mas também através de movimentos sociais e sindicais, porque não existe uma proteção hegemônica na Frente Ampla. Não porque nós sejamos vegetarianos. Nós somos todos carnívoros. A gente tem que reconhecer isso.

O trabalho de unidade, vendo os objetivos finais de médio prazo como sendo a plataforma principal, isso é chave. Porque nós, por exemplo, temos cinco eleições nas quais o setor de Pepe Mujica foi o mais votado. Mas o candidato foi do Partido Socialista nessa eleição.

Então, essa é uma construção que nós não vivemos com a mesma intensidade. Existe uma atenção implícita e nós somos socialistas, existem comunistas, existem do MPP. São 30 setores nessa Frente Ampla. Mas o avanço de um desses partidos faz com que todos avancem, porque talvez se alguém tem uma visão de vanguarda, talvez avance um pouco mais. Mas a Frente Ampla avança quando todos avançamos juntos. Se nós não temos o predomínio no parlamento talvez tenhamos incidência no executivo.

O Partido Socialista com os seus 108 anos de história foi gerador de quadros organizacionais e quadros de governo também. E ninguém pode negar isso. Existe maior incidência de certos personagens, embora não haja uma ponderação exata de votos obtidos por todas essas pessoas na Frente Ampla.

Esse processo é natural. Nós temos que trabalhar isso. A atuação da Frente Ampla é diuturna. Nós temos que dizer aos grupos pequenos que o seu voto vale 1, assim como o voto de um grupo maior, um grupo grande. Ou seja, as decisões têm que ser compartilhadas.

A juventude é fundamental. Não pode achar que não estão interessados na política. Talvez não estejam interessados nas estruturas organizacionais que vão mandar, por exemplo, que eles sejam militantes e se coloquem cartazes, e que não dão voz justamente aos mais jovens e a possibilidade de transformação. O jovem tem que ter voz realmente, tem que ter a possibilidade de participação, além de distribuir panfletinhos. Isso não é suficiente. Eles têm realmente que ter uma participação ativa.

Os jovens no Uruguai são maioria em cada protesto de 20 de maio que vão para o centro da cidade, reclamando verdade e justiça, e nunca mais nos nossos detidos, na ditadura, são protagonistas todas as gerações. No 8 de março, que não é apenas o 8 de março. mas também todo mês fazemos atividades fundamentais em novembro, com a marcha da diversidade.



Então, nós temos uma população já bastante envelhecida. Os jovens vão às ruas nessas ocasiões e nós vemos como é importante isso. Na frente, na minha opinião, na eleição anterior eu era presidente, mas a primeira coisa que cheguei na presidência da Frente Ampla foi: *“Eu não quero mais que os jovens e mulheres estejam na contracapa do estatuto da Frente Ampla.”*

Eu não consegui uma reforma estatutária porque a política estava num momento muito acirrado, eu não consegui essa mudança. Mas as mulheres e os jovens estão na contracapa do estatuto da Frente Ampla, mas as coisas não funcionam também só por regras, mas por presença, por iniciativa.

E eu dei realmente muita força a eles, muito impulso, para que eles protagonizassem uma eleição que impediu que houvesse uma redução da idade de imputabilidade criminal jurídica. A redução da idade de imputação jurídica não foi reduzida. Nós evitamos uma reforma constitucional. Um dos senadores que vai ser ministro do interior do governo que foi eleito agora queria modificar justamente a constituição para ter disposições de segurança.

Sabemos dos problemas de insegurança que têm uma grande dinâmica é muito melhor regular esse problema com leis, com regramentos e ajustes e não com a constituição da república. Ou seja, o problema da segurança pública não vai ser resolvido com uma mudança da constituição. A militarização da segurança pública, por exemplo, não é algo com a qual estejamos de acordo. No caso da América Central e do México, por exemplo, sabemos que a militarização da segurança pública não foi produtiva, não levou a resultados positivos.

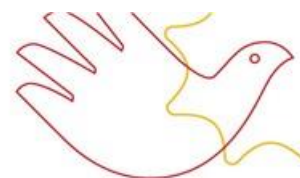
Os jovens têm sido fundamentais. Eu acho que a diferença da eleição passada, que era quando estávamos justamente avançados, eles estavam mais integrados e foram protagonistas. Mas eu acho que nós temos que buscar alternativas, opções que façam sinergias entre políticos e atores sociais da seara social. Cada um tem um papel. Mas não podemos desconhecer que o progresso das ideias progressistas, por exemplo, tem que ser um bloco que dê resposta ao problema das grandes maiorias. Nós temos que ter isso em mente.

Eu acho que é basicamente isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. KARINA DELFINO MUSSA** (Palestrante) – Muito bom.

Tentarei ser breve porque o horário do almoço está se aproximando. A pergunta que o nosso companheiro presidente nos fez com relação à organização de partidos no Chile nós passamos de uma ditadura muito cruel, uma das mais brutais que houve na história da América Latina e do mundo, com Pinochet durante 17 anos. Nós saímos dessa ditadura com plebiscito, votar sim ou não. Esse plebiscito permitiu às forças de centro-esquerda que se agrupassem justamente no voto do não. E com relação a essa força do centro, isso inclui a democracia cristã, e a esquerda, partido socialista também. É que nos queríamos formar uma concertação de partidos para a democracia nos anos 90.

O governo de democracia cristã era uma coalisão. Justamente apoiamos esse governo e tivemos dois presidentes em seguida socialistas. Era o caso de Ricardo Lagos, que foi o primeiro socialista que voltou ao Palácio da La Moneda depois de Salvador Allende, e nossa companheira Presidente Michelle Bachelet, que foi a primeira presidenta do Chile.



Até 2009, perdemos a eleição presidencial e Sebastián Piñera se elegeu no seu primeiro mandato e tivemos o primeiro período da maioria que incluía justamente os partidos, incluindo também o Partido Comunista. Então, 2013 até 2017.

Esse segundo governo da presidenta Michelle Bachelet acho que foi um dos governos mais transformadores da história do Chile. A direita ganhou em 2017, que foi basicamente o que aconteceu agora no Uruguai, porque nós dissemos a tese da esquerda era de que nós avançamos tanto nesses quatro anos, com governo profundamente transformador, e nós teríamos que seguir transformando o Chile com o pressuposto de que o principal problema era desigualdade.

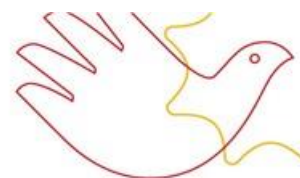
Entretanto, a direita teve um discurso muito básico, acho eu, mas muito claro. O crescimento econômico e a segurança são temas que a esquerda tem uma certa dificuldade com esses temas. Sebastián Piñera teve seu segundo mandato. Muitos avanços foram obtidos no governo da concertação, especialmente no último governo da presidenta Michelle Bachelet. Termina o primeiro governo da presidenta Michelle Bachelet. A reforma da presidência. E havia um sistema como Alessandro disse, de capitalização individual, que levou à desigualdade e abusos. Os donos do capital realmente iam gerando muitas utilidades e cotizando o sistema. E as pessoas acabaram sendo empobrecidas.

Os 30% são o soldo inicial do Chile e muitos cidadãos, particularmente mulheres, cidadãs chilenas, que não recebiam aposentadoria porque nunca tinham pagado nada, nunca tinham pagado suas cotas dos bônus da aposentadoria. Muitas dessas pessoas não tinham seguridade social e a Michelle Bachelet permitiu a essas mulheres terem uma pensão que é a pensão básica solidária, que é muito baixa, mas é um tremendo avanço no Chile.

E nós consagramos um novo sistema. É muito difícil ao longo prazo mudar esse sistema completamente, mas muitos avanços foram conseguidos. Michelle Bachelet também garantiu três causas na interrupção da gravidez e um programa que permite a muitos jovens estudarem na universidade. Uma reforma tributária com distribuição de renda. Uma reforma trabalhista que parou as relações entre o empregador e o trabalhador. E uma reforma eleitoral que permitiu que passássemos de um sistema proporcional. Há um sistema proporcional a partir de um sistema binominal.

A impressão que eu tenho, eu sou socióloga, profissionalmente falando, ou seja, eu tenho as ciências sociais em mente sempre. O governo da Presidente Michelle Bachelet foi uma grande esperança para o povo chileno, depois de tanta esperança, tanta confiança e tantas mudanças.

E essa explosão que acabou de eclodir no Chile é fruto da falta de confiança no sistema político. A direita realmente se apropriou de cada um dos projetos da Presidente Bachelet para consagrar os privilégios. É tão difícil poder avançar e justamente buscar uma sociedade mais igualitária, porque se começa a tocar o poder econômico você começa a ter reações muito severas, contrárias às reformas profundas, como as que foram feitas no governo da Presidenta Michelle Bachelet.



O caminho era continuar aprofundando essas reformas. Ou seja, foi um governo reformista, mas é o mínimo que precisamos ter numa sociedade mais igualitária. Ou seja, nós não falamos de reformas que eram completamente revolucionárias, nada disso. Ninguém queria mudar todo o sistema. Mas ainda assim houve muita oposição e isso levou à troca de governo.

É uma crítica que pode ser feita. Eu acho que os matizes e o fogo amigo dentro do mesmo governo, dentro da mesma coalisão, muitas vezes apoiou a volta da direita. Os projetos que custaram tanto para serem implementados contavam com o apoio também dos nossos aliados.

E isso também eu concordo com o que está acontecendo no Brasil. Nós temos que defender os avanços em favor das camadas populares da população. Os poderosos sempre vão querer retroceder. Nós temos que defender os avanços.

Quando perdemos o governo, com a presidenta Michelle Bachelet, a primeira base era defender os avanços para que Sebastián Piñera não arrasasse as conquistas que foram obtidas.

A primeira coisa que o Piñera fez foi uma contrarreforma tributária, uma contrarreforma educacional, para pagar toda a herança de Bachelet. E isso levou à explosão. Porque a direita nunca vai melhorar das condições de vida das camadas populares. Ela vai consagrar os privilégios da classe dominante e do poder econômico no Chile. E por isso necessitamos de uma força política que defenda os avanços e aprofunde cada vez mais as reformas que já foram feitas da parte da esquerda, da centro-esquerda também.

Existe uma perda de sentido da realidade. Eu acho que é isso que está acontecendo na sociedade e é por isso que você tem esse fogo amigo de muitas, muitas pessoas da própria concertação. É difícil, porque o Chile tem o sistema presidencialista. Então, muitas dessas reformas que nós achamos que são necessárias, para que nós possamos sair desse impasse social. Como eu disse anteriormente, o governo de Sebastián Piñera é completamente indolente. Ele é milionário, é um empresário, ele é um especulador. Na verdade ele não está pensando em melhorar as condições da sociedade chilena, mas ele quer proteger os seus próprios privilégios. É difícil pedir que ele faça algo que seja impossível, que é pensar realmente nos pobres.

Nós temos que impulsionar uma agenda contra os abusos e contra a desigualdade, particularmente no tocante às aposentadorias. É importante que o Brasil se oponha à reforma que o Presidente Bolsonaro está defendendo, que é o sistema de capitalização, e que reproduz as desigualdades e empobrece a população.

E um processo constituinte. A constituição do Chile de 1988 imposta a sangue e fogo na ditadura, e nós precisamos de outra constituição. Houve mudanças em 2005, por exemplo, que nós tiramos os senadores biônicos, mas é uma constituição que trava as reformas. Para dar-lhes um exemplo, a aprovação da lei do aborto com três direitos de fazer aborto. É um direito que não estava na constituição por parte de um tribunal constitucional que criou justamente essas exceções. São três possibilidades de que se faça o aborto. Três causas prováveis, possíveis, mas isso foi uma interpretação da constituição que permitiu incorporar esse direito entre aspas. Mas tem projetos constitucionais que vão melhorar a qualidade de vida. Existe um projeto que



acabou de ser aprovado para reduzir a jornada trabalhista de 45 horas para 40 horas. O direito diz que esse projeto era inconstitucional.

Quando ele foi proposto, era para fortalecer a capacidade dos consumidores. A direita declarou esse projeto em construção, como vemos a reforma trabalhista para fortalecer os sindicatos e a direita disse que era inconstitucional. Quando dissemos que temos que eliminar o sistema de FEP a direita disse que é inconstitucional. Porque é uma constituição neoliberal, que consagra o Estado subsidiário e isso reduz o Estado à expressão mínima.

Então, é importante que nós iniciemos esse caminho constituinte, que não será fácil. Começará com o plebiscito em abril. O Partido Socialista favorece uma nova constituição. Haverá uma pergunta: vocês querem uma constituição nova? Sim ou Não? O mecanismo será uma assembleia constituinte, 100% eleita e uma convenção mista que será metade de parlamentares e metade de líderes. Não é uma assembleia constituinte pura e simplesmente, nós precisamos de legitimidade. A assembleia constituinte nós precisamos de paridade. Tem que ser metade de homens, metade de mulheres.

Além disso, com uma cota de povos indígenas também que não está contemplada na nossa legislação. (*Palmas.*) Precisamos de paridade com povos indígenas também na assembleia constituinte.

Além disso, necessitamos de uma reforma profunda da polícia. Nós hoje em dia queremos eliminar a polícia atual. É uma reforma de longo prazo, para que haja uma mudança da polícia. A principal função dos carabineiros do Chile no nosso caso é assegurar a ordem pública. E isso não acontece, porque o que eles fazem é a repressão de manifestações pacíficas, com violações de direitos humanos, com uso indiscriminado da força.

E é o que estão querendo fazer no Brasil também. Nós não podemos misturar a polícia com as forças armadas. A polícia não tem força, não tem papel de forças armadas. E para garantir a lei e a ordem nós precisamos da unidade da esquerda. A esquerda, lamentavelmente, nós nos criticamos muito uns aos outros, iniciamos o caminho constituinte no Chile. Queremos a esquerda sentada à mesa, por exemplo, e a outra pessoa responde.

Nós precisamos de um processo de autocrítica, que é fundamental, mas uma unidade de ação para que possamos avançar e que nós não nos esqueçamos das pessoas que queremos representar. Nós não queremos representar os privilégios mais poderosos. Queremos representar justamente mudar a vida das camadas da população. E essas camadas populares são particularmente e especialmente de mulheres, de imigrantes, de negros, de indígenas. São as camadas populares cuja vida queremos mudar justamente.

A direita vai continuar travando essas mudanças para resguardar os seus próprios privilégios. Precisamos de ação coletiva sem personalismos. Quando alguém está dedicado à política é para mudar a vida das pessoas, ação coletiva. Nós militamos em partidos políticos e nós temos a questão da institucionalidade e, como disse anteriormente, precisamos de ação coletiva e não ação individual.

Companheiros e companheiras, acho que ainda temos muito a fazer e hoje o Chile tem um momento muito complexo, como disse anteriormente. E isso pode ser uma





oportunidade e espero que o sofrimento de hoje em dia no Chile e com os fatos de violações de direitos humanos e atos de violência não sejam em vão, para que nós possamos forjar e construir um amanhã melhor.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. ROBERTO CHIAZZARO** (Palestrante) (Tradução simultânea) – Prometo que vou ser sucinto. Existe um tema que um companheiro me perguntava: como vocês fizeram para nesses três períodos de governo aprovar tantas leis?

A resposta é muito fácil: nós tínhamos maioria parlamentar. Sempre tivemos maioria no congresso. Tínhamos 50 deputados em 99, 17 senadores em 30. Isso facilita. Onde tivemos problemas tivemos a questão com a constituição que estabelecia maiorias especiais. Nós não podemos consagrar, por exemplo, são exclusivos. Os uruguaios, nós somos o único país de toda a América que não tem voto dos uruguaios que vivem no exterior, porque dos 520 mil uruguaios, a direita, por exemplo, está convencida de que todos vão votar na Frente Ampla, que é uma barbaridade sem sentido. Mas a direita não permite. E nós morremos na praia porque não conseguimos mudar esse estado de coisas. Mas é a resposta que eu gostaria de dar ao companheiro que fez essa pergunta.

Houve outra pergunta muito importante. Quais foram os problemas que vocês tiveram e que não permitiram que vocês ganhassem essa última eleição. Eu diria que nós não estamos estudando os nossos próprios problemas.

No partido identificamos três problemas. Um deles foi o problema da segurança. Como a Mônica estava dizendo, somos o país mais seguro da América do Sul. Eu não tenho dúvida com relação a isso. Mas quando não contamos com meios de comunicação para divulgar, meios de comunicação próprios, é outro defeito.

Desde 1971 somos uma força política, 15 anos de governo. Nós nunca tivemos um meio de comunicação próprio. E esse para mim é um erro fatal, porque nós não conseguimos compartilhar com os meios de comunicação que conseguiram criar uma sensação de que o Uruguai era um país inseguro, as pessoas não viviam bem no Uruguai, mas isso não é verdade.

E também o problema de segurança afeta basicamente as camadas mais populares. Quanto menos você tem mais você sofre com o tema da insegurança. Esse é um problema.

O outro problema foi o problema do desemprego. Como eu estava dizendo anteriormente, hoje nós temos no Uruguai 90 mil desempregados e isso é muito, porque dos 300 mil postos de trabalho que criamos nós perdemos muitas fontes de trabalho. Por quê? Porque existe uma crise e o crescimento da economia, apesar do fato de que o Uruguai consegue crescer levemente, a economia realmente não tem o dinamismo que tinha anteriormente e essa é uma realidade difícil de reverter. Mas estamos trabalhando e temos propostas com políticas ativas de emprego para lidar com esse problema e combatê-lo.

E para os socialistas, outro problema sério que nós tivemos foi o problema da moradia. A moradia no Uruguai é muito cara. E para os setores populares nós não conseguimos implementar todas as medidas que deveríamos ter implementado. Tivemos planos, mas não foram suficientes. Tivemos planos que não deram conta do problema que temos no

257



Departamento de Moradias, que trabalhou nesse sentido. Um banco de hipotecas, mas realmente o tema da moradia ainda é um déficit muito grande que nós temos que reconhecer, e quando voltarmos ao poder vamos ter realmente que solucionar esse problema.

Um tema que me interessa muito com especial motivação, e já estamos trabalhando muito nesse sistema é a questão levantada por um companheiro. A integração regional teve problemas indubitavelmente. A integração regional teve obstáculos e vejo que esse é o maior déficit de todas as esquerdas, porque nós não conseguimos ser suficientemente capazes de aprofundar a integração e prevaleceram muitas vezes os interesses nacionais em detrimento dos interesses do conjunto das sociedades.

Preocupo-me muito com algumas coisas que faz o Bolsonaro. Ele está querendo romper o Mercosul. Há uma política clara do Bolsonaro de dissolver o Mercosul, obedecendo a um alinhamento com a política que está sendo levada adiante pelo Trump, para voltar aos tratados bilaterais.

O bilateralismo na América do Sul com as potências do Primeiro Mundo é o suicídio político. (*Palmas.*) Porque com as assimetrias que nós temos frente às economias desenvolvidas não podemos concorrer. Somente a integração regional pode permitir a essa região se desenvolver e atingir escala de produção para poder concorrer com o mundo desenvolvido. Por isso eu, companheiros, não acredito no livre comércio. O livre comércio não existe. (*Palmas.*) Não existe o livre comércio, é uma mentira total e absoluta. Não existe o livre comércio. Se tem alguém que põe travas ao livre comércio são as economias desenvolvidas as quais subsidiam continuamente suas próprias economias e põem obstáculos impositivos e tarifários. E a América não pode se abrir inocentemente dizendo que isso vai favorecer o comércio. Isso é um veneno para a América Latina.

Não estou falando de protecionismo de qualquer maneira. Digo, isso sim, que temos que abrir nossas economias de maneira inteligente, fazendo valer a questão da diferença de simetrias. Temos que abrir proporcionalmente a essas diferenças assimétricas e isso me parece que é muito importante e temos que trabalhar muito nisso.

E eu acredito que em linhas gerais já demos, não sei qual é a opinião do Sr. Molon, demos resposta praticamente a todas as perguntas que foram formuladas pelos companheiros.

Ah! O doutor me perguntava e dizia o que acontece com o desenvolvimento da tecnologia da informação e a biotecnologia. Perguntava se nesse sentido nós vimos trabalhando. Sim. No Uruguai você sabe que nós temos um regime de zona franca. Nessa zona franca no Uruguai, desenvolvemos com bastante potência um trabalho bastante profundo e tivemos muitos avanços nesse quesito da tecnologia da informação. Apesar da limitação do nosso espaço estamos vendendo muito *software* em âmbito internacional. E nesse setor estamos tendo muitos sucessos, muitas vitórias e muitos êxitos.

No que diz respeito à biotecnologia, estávamos conduzindo certo desenvolvimento ao utilizar a celulose e a madeira, e estávamos trabalhando alguma coisa nesse sentido. Claro que nós temos um problema. Não conseguimos investir tudo que era necessário em termos de ciência e tecnologia. Nós tínhamos a inspiração de chegar a mais de 1% do Produto Interno



Bruto para desenvolvimento científico do país que é fundamental. De maneira que nesse quesito alguma coisa nós conseguimos.

E com relação à mudança climática, via que você estava nervoso com a relação à mudança do clima. O Uruguai certamente assinou o Acordo de Paris e tomou nesse sentido as cautelas que foram exigidas. Não somos um país poluente, mas a atividade agropecuária causa um pouco de poluição e o Uruguai tem combatido esses focos de poluição.

Eu já tinha me despedido, mas antes quero dizer uma coisa. Gosto do futebol. Portanto, estando aqui no Rio de Janeiro, gostaria de saudar os companheiros torcedores do Flamengo que agora é campeão da América! (*Palmas.*) Muito bem, Flamengo!

É um prazer estar aqui com vocês.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Muito obrigado, Roberto.

Antes de encerrar a Mesa, quero registrar com prazer a presença do jovem Deputado Estadual Renan Ferreirinha, do PSB do Rio de Janeiro. (*Palmas.*) Obrigado, Renan, pela sua presença também.

E quero dizer que nós temos grande admiração pelos partidos socialistas que compuseram esta Mesa. Cumprimentar o Partido Socialista do Uruguai por essa redução de 40% para 8.5% da população abaixo da linha da pobreza, nos anos de governo da Frente Ampla, e o Partido Socialista do Chile por essa redução de 38% para 8% também da população abaixo da linha da pobreza. São resultados fantásticos que só reforçam a admiração ao lado de tudo isso que foi dito nesta Mesa.

Muitíssimo obrigado. Foi uma Mesa muito, muito rica, muito instrutiva. Nós aprendemos muito com a presença e com o testemunho de vocês. Muito obrigado.

Vamos fazer agora o nosso intervalo para o almoço e voltaremos às 14h30min, daqui a uma hora e dez minutos, para a Mesa com o Partido Socialista Operário Espanhol e o Partido Socialista Português.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



**Palestras da Deputada Olga Alonso Suárez do PSOE – Partido Socialista Obrero Español e dos Deputados João Paulo Moreira Correia e Hugo Alexandre Pulido Pires**

**Local:** Auditório do Rio Othon Palace, na cidade do Rio de Janeiro

**Data:** 30/22/19

**A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS** (Cláudia Pamplona) – Abrindo nossos painél vespertino, convido ao palco Olga Alonso Suarez, do Partido Socialista Obrero Espanhol, PSOE, e os Deputados do Partido Socialista Português, o Sr. João Paulo Moreira Correia e o Sr. Hugo Alexandre Pulido Pires. (*Palmas.*)

Abrindo nosso painel, dou a palavra à Deputada Olga Alonso Suarez, do Partido Socialista Espanhol, PSOE, para apresentar a sua palestra “A Experiência de Governos Socialistas na Espanha e as Últimas Eleições Espanholas”.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Antes de iniciarmos, vou passar a palavra ao Presidente do nosso partido, Carlos Siqueira, porque foi apresentada uma moção de repúdio que o Presidente deseja ler para a avaliação do Plenário.

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente Nacional do PSB) – Boa tarde a todos e a todas.

Vamos ler a moção para que possamos, se estiverem de acordo, votá-la. Façam sinal ou aplaudam, de preferência.

*“Moção de repúdio*

*A Constituição brasileira é clara. A legalidade, a impessoalidade e a moralidade devem nortear a Administração Pública.*

*Como ocupante do mais alto cargo da República, é dever do Presidente honrar esses valores, cumprindo-os à risca, pelo bem de toda a sociedade. Mas o atual Presidente é incapaz de enxergar a linha que separa a esfera pública da esfera privada.*

*Desde que tomou posse, tem reiteradamente destilado o seu autoritarismo e dado vazão aos seus anseios anti-republicanos, à revelia dos fatos, da ordem pública e do bem comum.*

*A decisão do Presidente de retirar o jornal Folha de S. Paulo da licitação do Governo Federal e a incitação a boicotes aos seus anunciantes são uma grave tentativa de sufocar financeiramente uma voz quase secular de imprensa do nosso País.*

*Trata-se, portanto, de um ataque à liberdade de imprensa e de expressão. Valores caros à democracia brasileira. Além de caracterizar abuso de poder político e desvio de finalidade.*

*O Partido Socialista Brasileiro, na ocasião de sua conferência nacional, apresenta aqui sua moção de repúdio veemente a tal postura mesquinha e virulenta do Presidente da República.*

*Os dissensos são parte de uma democracia. É necessário não apenas saber lidar com eles, mas também valorizá-los. O PSB não aceita esse tipo de censura incondizente com a*



*consolidação de uma democracia sólida, plena e solidária, que tanto lutamos para construir no Brasil.” (Palmas.)*

Todos de acordo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO MOREIRA CORREIA** – Muito boa tarde.

Rapidamente, antes de chegar a nossa vez de nos dirigirmos algumas palavras e conversar com todos sobre a experiência portuguesa, eu e meu colega, o Deputado Hugo Pires, queremos oferecer ao Presidente do Partido Socialista Brasileiro uma publicação elaborada pelo Parlamento Português que é a breve história do Partido Socialista Português.

Nessa publicação, eu e o Deputado Hugo Pires escrevemos uma dedicatória ao Presidente Carlos Siqueira e ao Partido Socialista Brasileiro, porque a história dos nossos partidos confundem-se na luta contra a ditadura e também pela afirmação dos ideais do socialismo democrático e da liberdade.

Portanto, como somos partidos muito parecidos na forma como nos afirmamos em sociedade, ao longo dessas décadas, gostaríamos de assinalar a nossa passagem aqui por esta Conferência Nacional como uma pequena lembrança, mas que diz muito do nosso voto de esperança no futuro do Brasil. Todos os portugueses torcem pelo Brasil e também pelo futuro desse partido que tem muito a dar à esquerda brasileira e ao desenvolvimento do Brasil. (Palmas.)

*(Entrega do livro.)*

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente Nacional do PSB) – Boa tarde a todos e a todas.

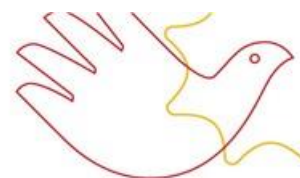
Quero agradecer muito a essa lembrança do Partido Socialista Português, por intermédio dos nossos queridos companheiros e amigos Deputados João Paulo e Hugo Pires. E dizer que recebo, com muita alegria, a história do Partido Socialista Português que tem uma coincidência enorme com a história do Partido Socialista Brasileiro, na luta contra o autoritarismo e pela melhoria das condições de vida e o desenvolvimento dos nossos respectivos países.

Ademais de ser um partido congênere, é de uma terra que todos nós, brasileiros, e eu em particular, amo muito, que é Portugal, a nossa segunda terra, é a nossa língua, é a nossa herança, é a nossa alegria, é o nosso território imenso que defendeu todos os portugueses e que nos orgulhamos muito dessa descendência, da presença portuguesa no Brasil que foi riquíssima e vai nos inspirar permanentemente.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – MUITÍSSIMO obrigado aos Deputados João Paulo e Hugo pela presença, pela gentileza. E a Deputada Olga, que será a primeira oradora desta tarde.

A sua presença aqui é uma grande honra para nós. Nós acompanhamos a luta dos partidos socialistas presentes a esta Mesa com enorme atenção também. Da Península Ibérica têm vindo ventos de muita esperança para o nosso continente. Aquilo que o Partido Socialista



vem realizando em Portugal e aquilo que o Partido Socialista Obrero Español vem fazendo na Espanha tem chamado muito a nossa atenção e merecido toda a nossa admiração e entusiasmo.

E recentemente, ambos os partidos saíram-se clara e fortemente vitoriosos das eleições nesses locais. O PSOE, duas vezes este ano, resistindo às maiores dificuldades, inclusive conseguindo recentemente reafirmar a sua vitória, liderados por Pedro Sánchez.

Quero aproveitar, antes de passar a palavra à Deputada Olga, para agradecer a atenção que recebemos na Espanha, por parte do Deputado Hector Gomes, Secretário de Relações Internacionais. Ele viria com a Deputada Olga, mas, infelizmente, esse momento na Espanha não permitiu que ambos se ausentassem. Mas para nós é uma grande honra em receber a Deputada Olga.

Portanto, o nosso agradecimento pela sua presença e nós queremos aprender com a experiência espanhola. O que o PSOE fez, quais foram as medidas, as atitudes corajosas que levaram o PSOE à frente do Governo promover crescimento econômico, redução da pobreza, redução das desigualdades, conciliando responsabilidade fiscal com responsabilidade social, sem abrir mão de uma ou da outra.

É isso que nós vamos ouvir agora da Deputada Olga Suárez. Passo-lhe a palavra e, mais uma vez, o nosso sincero agradecimento pela honrosa presença. (*Palmas.*)

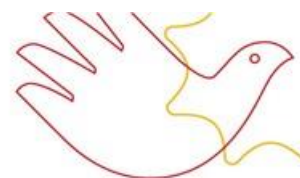
#### **Deputada Olga Alonso Suárez do PSOE – Partido Socialista Obrero Español (PSOE)**

**A SRA. OLGA ALONSO SUÁREZ** (Palestrante) (tradução simultânea) – Boa tarde.

Antes de mais nada, quero agradecer e, acima de tudo, sou grata porque o Deputado Hector não pôde vir, porque assim permitiu que eu estivesse aqui. Para mim é muito importante. Não sei se será muito importante para todos vocês, mas quero deixar consignado que, em outubro, fui ao Chile. E bom, vamos esperar que não aconteça o mesmo aqui.

Obrigada, Sr. Presidente pelo convite. É uma honra estar aqui, mas acima de tudo gostaria de fazer pessoalmente o agradecimento pela minha permanência aqui na pessoa de duas mulheres. Primeiro a Profa. Iara, que representa todo o trabalho histórico, todos os anos de esforço de trabalho e de exílio que se pode fazer com fé e ideais. (*Palmas.*) Ela representa todos esses anos de luta. E Milena, quem nos acompanhou ontem. Não sei onde ela está neste momento, mas representa a juventude que é muito importante. Ou seja, duas mulheres que representam a mudança, o trabalho e o esforço que devo continuar fazendo em todos os lugares.

E agradeço a oportunidade de estar aqui porque, independentemente daquilo que eu relate aqui, estou também aprendendo muito com essa oportunidade, porque no final percebemos que todos temos mais ou menos os mesmos problemas, todos temos as mesmas inquietações e, o que é verdade, todos temos a mesma vontade de lutar para conseguir a melhoria para os cidadãos. E isso é muito importante, é o que nos une, e é importantíssimo estar aqui.



Conto-lhes que o PSOE é um partido que tem um grande passado, que tem presente e tem um grande futuro também. Tem muito passado porque é um partido que tem 140 anos. É o único partido na Espanha que, desde aquela ocasião, mantém as mesmas siglas. Segue mantendo as mesmas siglas. E ainda é o partido que conseguiu todas aquelas melhorias sociais que o povo espanhol tem hoje. Tudo através do PSOE, indo da educação até a saúde, até leis, como se falava hoje de manhã, a lei de igualdade, a lei de interrupção voluntária do embarço, a lei contra a violência, contra a mulher, tudo isso são conquistas do Partido Socialista. Mas também é o partido do presente, porque, neste momento, a única possibilidade de governo na Espanha é com o Partido Socialista.

Mas, acima de tudo, acreditamos que somos o partido do futuro, porque a população espanhola precisa deixar de ter anos de cortes anteriores para trabalhar por um futuro melhor para todos.

No passado, desde as primeiras eleições gerais, em 1977 até este ano, 2019, na Espanha houve quinze eleições gerais. Permitiu-se haver sete presidentes diferentes e uma massa eleitoral que mudou radicalmente. Dos diversos presidentes, os dois primeiros foram de centro e ultimamente foram alternando um presidente de esquerda, um presidente de direita. O PSOE e o Partido Popular.

A Espanha era um país de mais bipartidarismo durante esses anos. Mas durante todas as eleições gerais saímos desses últimos quatro anos nos quais tivemos quatro eleições gerais. A primeira em dezembro de 2015, onde se votou e não houve uma formação de governo. Houve a necessidade de convocar novas eleições para juízes em 2016 e a continuação nesse mesmo ano, 2019, como já dizia, tivemos dois processos eleitorais gerais, em abril e em novembro. Enquanto isso, no meio eleições de âmbito local, autonômicas e europeias em maio deste mesmo ano.

Já lhes dizia, em dezembro de 2015, não pudemos formar um governo. Tivemos que reconvocar as eleições, que foram em junho de 2016. Em tal data o Partido Popular, liderado naquela ocasião por Mariano Rajoy, não quis se apresentar e Pedro Sánchez, Secretário-Geral do Partido Socialista apresentou-se, mas não conseguiu se eleger. E não conseguiu, acima de tudo, porque a esquerda não o apoiou. Os demais partidos de esquerda não o apoiaram, especialmente o Podemos. Nós, na Espanha, temos Unidas e Podemos. É uma confluência de vários partidos. E eles não votaram naquela ocasião pelo governo socialista.

Mas, acontece que no ano seguinte, em 2017, o Líder do Podemos, Paulo Iglesias, apresenta uma moção de censura na Espanha. Em toda época democrática houve quatro moções de censura em toda a história. A primeira, em 1980, por Felipe Gonzáles, que não ganhou. A segunda em 1987, Hernández Mancha, que também não ganhou. E outra, Felipe Gonzáles e Hernández Mancha, da direita, da Aliança Popular, o anterior Partido Popular, e nenhum deles ganhou e, posteriormente, foi apresentada essa moção e o Líder do Podemos, Pablo Iglesias, também não ganhou.

Há uma diferença entre essas moções de censura. As duas primeiras moções de censura foram apresentadas pelo Líder da Oposição. Quando foi apresentada por Pablo Iglesias não era



Líder da Oposição, era o terceiro partido que tinha obtido mais votos. E não foi capaz de obter essa moção.

Mas, no ano seguinte, em 2017, houve uma sentença judicial sem precedentes, através da qual a audiência nacional reconheceu explicitamente o financiamento ilícito do Partido Popular. E outra coisa que era pior: naquela sentença punha-se que o presidente do governo, Mariano Rajoy, tinha feito declarações inverídicas.

Reparem a complicação que significa o presidente de um país e que saiu uma sentença dizendo isso. E não houve mais remédio do que apresentar uma moção de censura, que foi apresentada por Pedro Sánchez, pelo Partido Socialista, e venceu. Saiu vitoriosa. E o Partido Socialista, em 2018, começou a governar. E começou a governar, mas simplesmente tentando conseguir terminar com aqueles retalhos que haviam acontecido.

O povo espanhol, por parte dos movimentos da direita, durante esses sete anos de governo, todos sofremos muitos cortes. Muito do que Pedro Sánchez fez naqueles meses de governo foi aumentar a aposentadoria, porque não vinha sofrendo aumento, porque o Partido Popular subia 0,25% e montou-se um esquema para subir somente 0,25%. Recuperaram o subsídio para aqueles que tinham mais de 55 anos de idade. Deram às prefeituras e às entidades locais o financiamento e autoridade para a luta contra a violência contra a mulher. Ajudaram os autônomos para que pudessem ter mais contribuições, por exemplo, também. Todo o trabalho relacionado com as mulheres no lar, dando-lhes mais poder, isto é, recuperar aquilo que se tentou perder, mas foram apenas uns meses de governo.

E quando chegou o momento de preparar os orçamentos para o ano de 2019, os orçamentos mais sociais que teríamos na Espanha, no final não foram obtidos. Portanto, no final tivemos que convocar de novo as eleições, às quais foram as primeiras deste ano, em abril de 2019.

Em abril de 2019 o Partido Socialista venceu, e venceu de uma maneira absoluta. Venceu muitos deputados. O Partido Popular foi o que mais perdeu. A direita foi a que mais perdeu. Subiu também o Podemos e subiram também alguns outros partidos. Mas a vitória do Partido Socialista foi impressionante, acima de tudo, num momento no qual havia uma taxa de participação impressionante. Isso foi em abril. Em 26 de maio tinha eleições locais e eleições europeias e algumas eleições autonômicas. E o Partido Socialista voltou a ganhar. Ganhou de goleada.

Porém, quando chegou o momento, atrasou-se a Constituição do Congresso no momento das eleições municipais, e quando chegou o momento de constituir o Congresso aconteceu um bloqueio total contra o Partido Socialista. Aqueles que tinham votado através de cidadania não eram respeitados. É verdade que o Partido Socialista tinha 123 deputados. Na Espanha o Congresso está formado por 350 deputados. A maioria são 176 e o Partido Socialista só tinha 123 deputados. É verdade, não tinha nem se unindo ao Unidas e Podemos podíamos chegar a 176.





Mas todos bloquearam, não só pela direita, mas também pela parte da esquerda. A moção de censura anterior havia saído com apoio de um partido. Que bom, tivemos porque talvez tenha alguns deputados, mas agora tem poucos. O partido chama-se Ciudadanos.

Nós nunca soubemos exatamente se era esse partido de direita ou de esquerda, de centro ou de onde era esse partido. Ele mudava como o vento. Então, o Ciudadanos votou a favor da moção de censura.

Eu não sei se realmente isso continua, porque eles tinham 57 deputados em abril e acabaram com 10 deputados apenas. Depois de tanto processo estão quase desaparecendo.

Mas houve uma discrepância enorme, uma incongruência imensa. Então, em abril produziu-se um bloqueio completo. Existe uma coisa que já falamos com relação às eleições de abril e aqui nós estamos falando da mudança. A Espanha tem que mudar. A Lei de Regimes Gerais das eleições trata-se de uma lei de 1985 que foi modificada em 2011, até certo ponto, mas estão advogando somente que se instaure o governo da lista mais votada, mas nós não temos essa lei de eleições em que se dá ao governo a lista mais votada. Estamos falando disso, dessa mudança. Nós não podemos inventar nada disso, isso não pode ser inventado. Mas o bipartidarismo parece que acabou. E agora eu vou dizer para vocês: as eleições seguintes, então é verdade que isso tem que mudar.

Mas também existe uma coisa que é a realidade. Quando não se chega a uma maioria e vocês, por exemplo, eu aprendi muito hoje de manhã, quando estava ouvindo os uruguaios falando da Frente Nacional e da união, e da luta conjunta de todos, isso é muito importante. Você tem que ter objetivos comuns, apesar das diferenças que porventura existam. Mas você precisa de metas comuns e isso não ocorreu.

Nós temos um partido na esquerda, o Partido Comunista, digamos, que é o partido que está mais à esquerda e que venceu quatro vezes o PSOE. Isso leva a uma situação na qual não existe muito entendimento e existe algo também muito importante, no sentido de mudar a lei de eleições do regime geral de eleições. É que o diálogo não tem que ser uma questão financeira, mercadológica. (*Palmas.*) Porque, no final das contas, um partido como o Podemos, na Espanha, que tem raízes comunistas e que fala do bem-estar da população, e no final na Espanha eles falam: se você não me der esses postos no governo nós não vamos votar.

Isso não é possível! Isso não pode acontecer. Trocar votos por cargos no governo. E nós tivemos que convocar novas eleições. E novas eleições foram convocadas e tivemos novas eleições em 10 de novembro.

Quando eu estive no Chile, estavam me perguntando o que eu esperava nessas eleições. E eu, com toda sinceridade, disse a eles: *“Espero que a esquerda continue a subir, a vencer. Ainda que não tenhamos a maioria, poderemos governar com certa tranquilidade.”*

Mas isso não ocorreu, de fato não ocorreu. O Partido Socialista, em novembro, voltou a ganhar as eleições. Porém, em termos de números gerais, nós baixamos em três deputados. De 123 fomos a 120 deputados. E Unidas e Podemos, com as suas confluências, porque suas coalisões também baixaram em sete deputados.



A situação era difícil. Em junho nós esperamos a celebração das eleições locais. Entretanto, ainda é mais difícil agora. No momento presente ainda é mais difícil.

Como está a situação nesse momento exato? Como está a situação atualmente? Terça-feira próxima, no dia 3 de dezembro, terça-feira que vem, nós constituiremos o congresso. E nesse mesmo dia, além de prometer os cargos, e nós todos prometemos coisas, os do PP juram e nós prometemos. Além disso, nós vamos votar a Mesa do Congresso.

Nós tínhamos um problema com relação a isso, porque nas eleições de 10 de novembro, além do fato de que nós tenhamos perdido alguns deputados, e a esquerda perdeu alguns de seus deputados, o que subiu muito, aumentou muito foi a ultradireita. Muito, muito e muito.

Nós temos um partido, o Vox. E na ultradireita, com 24 deputados, é a direita mais raivosa, por assim dizer. E é difícil entrar no congresso e ver essas pessoas. Mas agora tem 52 deputados. É a terceira força política no parlamento espanhol. A terceira força política do parlamento do reino de Espanha.

O que vai acontecer na terça-feira que vem? Teremos votações, eleições. Votaremos independentemente a presidência do Congresso. Isso é fácil, é uma questão relativamente fácil. Vai ser do PSOE. Mas logo em seguida teremos quatro vice-presidências a serem eleitas e essa votação será conjunta. As quatro vice-presidências serão eleitas conjuntamente. Quem tiver o número maior de votos serão os integrantes das vice-presidências.

E quatro secretarias que também será a mesma coisa, com uma votação conjunta. Então, por exemplo, em abril, em julho, quando o Congresso foi constituído, o PP, o Partido Popular e o Ciudadanos estavam representados cada partido na Mesa do Congresso com uma vice-presidência e uma secretaria. Desta feita, teria que entrar o Vox. A situação que está ocorrendo agora na Espanha é por isso que o Hector não pôde vir, porque estamos negociando o Partido Socialista. Nós não queremos que Vox entre na Mesa do Congresso. Porém, não sei se conseguiremos esse feito, não sei se nós conseguiremos barrar o Vox. É a terceira maior força política da Espanha, 52 deputados.

Eu comentava com uma companheira nossa no congresso, estava falando com ela hoje de manhã, conversando e dizendo que trabalhamos tanto para conseguir melhorias e quanto temos que trabalhar ainda? E a rapidez com que podemos perder tudo isso. A rapidez com que você destrói tudo isso. E acaba que o Vox é um partido que entrou na política espanhola, dizendo coisas do tipo: não existe violência de gênero, trata-se de violência intrafamiliar. Eles negam completamente todos os grupos feministas. Eles negam a violência.

A verdade é que é impressionante. Esse 8 de março último de 2019, em Madrid, houve uma concentração e houve um cartaz contra violência de gênero. Um dos deputados do Vox, que é um vereador em Madrid, pegou um cartaz dizendo que não existe esse tipo de violência, é uma falácia.

O problema é que eles pegam esses cartazes e se supõe que eles digam a verdade. O problema é que o Partido Popular é direita, o que se supõe que seja mais próxima ao centro, conversando com eles, eles foram aos meios de comunicação e o prefeito de Madrid e disse:



*“Você não pode fazer isso. Eu sou totalmente de acordo com você no sentido de que essas feministas e essa violência de gênero, isso não é realmente um problema tão grave assim”.*

Isso ele disse diretamente. Vocês percebem aqui o retrocesso que está por vir, se nós não fizermos nada. Vox é um partido, falando de violência de gênero. Violência de gênero na Espanha, não estamos falando de nada assim. Existem dados estatísticos constatados desde 2003, com 1023 mulheres assassinadas. São 52 mulheres só este ano de 2019. São dados reais, mas não são os dados verdadeiros, porque, por exemplo, na minha província ocorreu um caso. Um homem matou a sua ex-mulher e a sua ex-cunhada, e sua ex-sogra também! Acaba que só conta sua ex-mulher como violência de gênero. Os outros assassinatos não contam como violência de gênero.

E quando se assassinam crianças também não contam como violência de gênero. Quando os filhos são assassinados, as crianças, você não pode negar esse tipo de coisas. O Partido Socialista, no momento em que governou, fez muito no sentido de voltar a adotar meios financeiros nas prefeituras para lutar contra a violência de gênero, porque ela existe de fato. Eles dizem que não existe. Esse é o partido que é o terceiro maior partido político da Espanha, mas chegaram ao poder com tudo isso e com outras coisas também.

Com o tema da memória histórica, por exemplo. Esse tópico, memória histórica. A Espanha teve um ditador e esse ditador estava enterrado num mausoléu, no Vale dos Caídos, o Vale dos Mortos. Todas as vítimas dos seus assassinatos, que foram assassinados por suas crenças políticas e seus ideais políticos não estavam enterradas em nenhum mausoléu. Existem famílias que nunca recuperaram seus familiares mortos, que nunca recuperaram os detidos. E aqui você tem um mausoléu, com esse ditador enterrado ali.

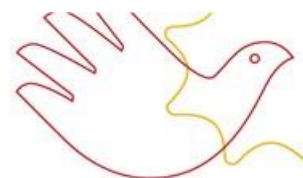
Um presidente teve a coragem de dizer: *“Essa pessoa tem que sair dali, ele tem que ir embora, onde queira a família que ele vá”*. Vox utilizou isso nas eleições de uma maneira humilhante, de uma maneira realmente que denegriu todos nós.

O problema é que, atualmente, existem três comunidades autônomas. Vocês sabem o que são as comunidades autônomas? São grupos de províncias. Existem três comunidades autônomas onde a direita está governando. O PP, Ciudadanos e Vox. Nessas três comunidades autônomas que são Madrid, Andaluzia e Múrcia, por exemplo, em Madrid, o que eles estão fazendo para recuperar a memória histórica é simplesmente no cemitério de Almodena.

Colocaram placas com os nomes, só colocaram placas com os nomes dos assassinados que foram apenas em Madrid quase 3 mil fuzilados. E agora, governando essas três forças de direita, eles tiraram as placas com os nomes dos assassinados. Eles simplesmente arrancaram as placas. Vejam os extremos a que chegamos.

Essa é a situação que temos na Espanha atualmente. É a situação que estamos enfrentando no momento atual. O Partido Popular tem um problema, porque agora Vox é a terceira força política por trás deles. Se o Partido Popular tem alguma aproximação com o PSOE, Vox vai aproveitar essa conjuntura, mas você terá circunstâncias muito difíceis no futuro.

Vox ganhou adeptos e correligionários simplesmente tentando manter privilégios de uma determinada classe social. Em Andaluzia, por exemplo, eles pediram os orçamentos de



Andaluzia, para colocar como parte importante das atividades escolares a caça. E as escolas taurinas, as touradas, isso é o que eles dão mais importância em termos educativos. São touradas e a caça. E são eles que estão governando.

É a primeira vez, em todos esses anos, suponho que seja internacional o dia 25 de novembro, o dia contra violência de gênero. Eles fizeram declarações institucionais unitárias contra a violência de gênero e este foi o primeiro ano em que muitas comunidades não fizeram essas declarações. As pessoas não tiveram permissão de fazer essas declarações de maneira unitária em muitas comunidades.

Os deputados permanentes no Congresso muitos não puderam ler esse discurso unitário porque Vox lutou contra isso. Eles não puderam ler essas declarações. Então, a situação na Espanha é muito, muito complexa, muito complicada.

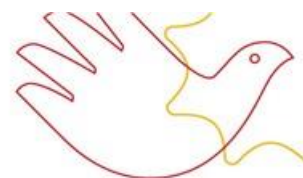
Eu não queria que vocês saíssem daqui tão pessimistas. Nós vamos continuar lutando. Eu acho que neste momento alguém estava me perguntando por que eu entrei no Congresso. Eu estava na minha área de trabalho, mas também como vereadora na minha cidade e entrei na política nacional como deputada na legislatura que saiu em abril. E alguém me perguntava, à época, se eu havia perdido a ilusão, se eu havia perdido a esperança. É verdade que é muito decepcionante. É verdade que os resultados, sobretudo, a ascensão da ultradireita é muito decepcionante.

Mas a verdade é que respondi da seguinte maneira: *“Eu sou uma mulher política porque acredito na política com P maiúsculo”*. Eu realmente tenho muito orgulho de ser política. Igual a ser professora e sindicalista, mas tenho muito orgulho de ser política e vou lutar, porque todas essas melhoras que nós conseguimos e que o Partido Socialista conseguiu, elas têm que continuar. Essas melhoras não podem se perder. E a razão pela qual é importante que nós aprendamos uns com os outros, para que continuemos a aprender com os nossos vizinhos portugueses, por exemplo, porque quando em abril eles quiseram fazer um governo do estilo português, ou seja, que governasse o PSOE e que buscasse apoios para aprovar os orçamentos e determinadas medidas, mas não foi possível.

No dia 10 de novembro tivemos as eleições. No dia 12, assinou-se um acordo com o Unidas e Podemos. Muitas pessoas perguntaram: *“Se algo não serve em abriu, como serve agora em novembro?”* É muito fácil explicar isso, porque você tem que acatar o que as urnas dizem. E quando você repetiu as eleições, o que nós conseguimos foi que o PSOL voltasse a ganhar a eleição, mas houve uma fragmentação política ainda maior.

Existem 16 partidos políticos na Espanha representados no congresso espanhol no momento atual. É verdade que, a partir da terça-feira próxima, nós teremos grupos parlamentares. Esses grupos parlamentares têm que ter mais de cinco deputados. O número maior historicamente foi nove, mas estamos cada vez mais fragmentados.

E outra consequência do 10 de novembro foi que a ascensão dos partidos nacionalistas, num momento em que nós tivemos uma sentença na Catalunha, é verdade que isso está complicando muito a situação no momento atual. Anteontem mesmo o Partido Socialista estava



negociando com o Partido Nacionalista Maior, com a esquerda republicana, para conseguir formar o governo.

E para que essa questão fosse resolvida, parece que haverá realmente um acordo, mas os outros partidos, claro, diziam que o Partido Socialista ia vender cargos e nós iríamos cruzar linhas vermelhas da constituição, iríamos infringir regra. Isso não é verdade. Isso é uma grande mentira. A Constituição na Espanha, em 78, além de o partido que governava naquela época ceder, também nossos companheiros socialistas trabalhamos muito. O Partido Socialista nunca vai passar por cima da Constituição e nunca vai cruzar nenhuma linha vermelha, nenhuma linha de alerta.

Nós queremos ter um governo, isso é verdade, mas queremos ter um governo não por causa do Pedro Sánchez. Porque é verdade que o Pedro Sánchez representa essa ilusão uma vez mais do partido socialista. Vocês me perguntavam por que o partido cresceu. Pedro Sánchez, que saiu muito animado pelas bases, é um homem jovem, mas criaram-se várias ilusões a respeito. O Partido Socialista não tem que governar por causa do Pedro Sánchez. Ele vai ser o melhor Presidente da Espanha, em nossa opinião, mas ele tem que governar pelas pessoas em geral.

Karina estava dizendo hoje de manhã isso: *“Vocês têm que governar para o povo”*. É importante, porque neste momento a Espanha não pode permitir nada diferente disso.

É a razão pela qual eu agradeço pelo convite de estar aqui. Estamos aprendendo muito uns com os outros e continuaremos a lutar na Espanha.

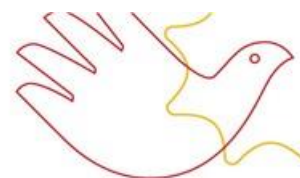
Muito obrigada! (*Palmas.*)

**O SR. ALESSANDRO MOLON (Moderador)** – Antes de passar a palavra para os nossos amigos deputados do Partido Socialista de Portugal, gostaria de agradecer a manifestação, o testemunho da Deputada Olga. Foi muito interessante ouvi-la e considero que, em especial, esses 140 anos, aliás, temos aqui partidos participando com uma longa história. O nosso partido, com 72 anos, o Partido Socialista do Chile com 83 anos, o Partido Socialista do Uruguai com 108 anos, e o Partido Socialista Operário Espanhol com 140 anos e com uma marca: todos os três, sempre com a mesma sigla.

Nós temos visto, Deputada Olga, aqui no Brasil alguns partidos que insistem em trocar o seu nome. Não para mostrar o que são, mas para esconder aquilo que são. Nossa conferência de autorreforma desde o início começou com essa determinação do Presidente do Diretório Nacional a preocupação não era mudar o nome, nós temos muito orgulho do nosso nome. (*Palmas.*)

Queremos, através de um novo programa partidário, atualizar as respostas, porque os problemas são novos, a realidade é nova, mas os princípios e os valores que nos movem são os mesmos de sempre.

Portanto, muito obrigado, Deputada Olga, por esse testemunho também e por esse ensinamento que vemos, vindo da Espanha, que de se de um lado o hegemonismo de um partido pode ser ruim, por outro lado o sectarismo e a dificuldade de formar alianças também é um



perigo. Mas a capacidade de parte dos partidos progressistas ajudarem a fazer uma maioria, isso será fundamental para governar. Obrigado pelos ensinamentos compartilhados conosco.

Agora, vamos ouvir outra experiência também, motivo de grande esperança para os socialistas de todo o mundo, especialmente aqui no Brasil, uma experiência do Partido Socialista de Portugal.

O Presidente Siqueira e eu, os Deputados João Paulo e Hugo, comentávamos ontem que é muito interessante para nós ver brasileiros dizendo que não suportam mais o Brasil, que querem experimentar outro modo de vida. Pessoas que muitas vezes declaram ser de direita ou de extrema direita, para nossa alegria indo morar num país socialista como Portugal. (*Palmas.*) Nós muitas vezes dizemos que ficamos felizes que vocês possam ter a experiência de um governo socialista, porque é o que nós defendemos para o Brasil.

E os portugueses foram muito exitosos na montagem daquilo que foi a Geringonça, responsável pela montagem do governo anterior, e que levou a essa vitória também estrondosa do Partido Socialista de Portugal, pela qual nós também torcemos muito aqui no Brasil, da mesma forma que pela vitória do PSOE.

Então, é com grande prazer que passo a palavra ao Deputado João Paulo, que vai ser o primeiro orador, e em seguida ouviremos a manifestação do Deputado Hugo.

Muito obrigado pela presença e a palavra é sua, Deputado. (*Palmas.*)

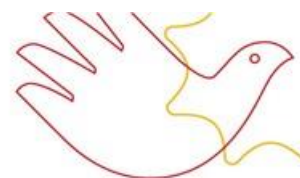
#### **Deputado João Paulo Moreira Correia – Partido Socialista Português**

**O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO MOREIRA CORREIA** (Palestrante) – Muito boa tarde. Antes de mais nada, queria dizer que é com imensa honra e imenso prazer que eu e o meu colega, Deputado Hugo Pires, nos encontramos nesta Conferência Nacional do Partido Socialista Brasileiro.

É com redobrada satisfação até, porque sabemos o momento difícil que o vosso País está atravessando, sobretudo no plano político, no plano de valores, mas também no plano da economia, no plano social. E também porque também queremos levar para Portugal muito do que são as boas experiências que vocês também nos vão transmitindo, e a esperança de que se vê estampada em cada rosto que aqui está nesta conferência. Tenho certeza de que o vosso País tem um largo futuro para frente, porque não falta entusiasmo expresso em cada conversa, em cada palavra, em cada sorriso de todas as pessoas com as quais temos conversado por esses dias.

Antes de mais eu gostaria de fazer dois apontamentos iniciais, pois são muito importantes para aquilo que vou dizer, para que possam compreender como tudo isso aconteceu em Portugal.

O primeiro é que o nosso governo não é um governo presidencialista como aqui no Brasil. É um governo semipresidencialista. Depende do presidente da República, mas também depende do Parlamento. E o Parlamento tem um peso muito grande na formação do governo e na aprovação das políticas do governo de Portugal.



O segundo apontamento muito importante é que Portugal integra, como a Espanha, um espaço europeu. Aderiu à época a Comunidade Econômica Europeia, hoje União Europeia. Integra um espaço econômico em relação ao qual se deu alguma da sua autonomia em matéria econômica e em matéria financeira. Refiro-me ao fim das fronteiras para circulação de pessoas e de bens, refiro-me também àquilo que é o fim da política monetária que os nossos países deixaram de ter quando aderiram ao euro.

E, portanto, a condução da política monetária e da política financeira, muitas delas resultam das decisões do Banco Central Europeu ou do Colégio dos Governadores dos Bancos Centrais de cada país. Isso é muito importante para tudo aquilo que vou dizer agora.

Em setembro de 2015, próximo às eleições legislativas, em Portugal, comentava-se que a direita reclamava alguns louros daquilo que era a sua governança, mas o certo é que Portugal vivia um momento muito difícil. A Europa vivia e ainda vive hoje um momento muito difícil, marcado pela saída do Reino Unido, marcado por um regime de extrema direita em muitos países europeus e marcado até pela crise política em muitos países, como a Itália, países fortes, que construíram aquilo que é hoje a União Europeia.

Mas Portugal passava por um momento muito difícil. Uma taxa de desemprego por volta de 14%, um sistema financeiro com muitos problemas, bancos em falência, e só com a ajuda do Estado a alguns bancos foi que permitiu que o sistema financeiro português não entrasse num colapso, porque a direita gosta de viabilizar aquilo que é o papel do Estado na economia e nos mercados.

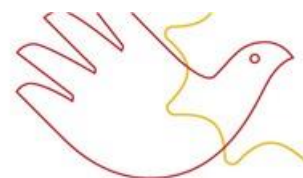
Mas o certo é que em Portugal, se não fosse o Estado a emprestar dinheiro aos bancos privados, os bancos privados entrariam todos em colapso. Não havia nenhum privado para emprestar dinheiro aos bancos privados em Portugal e foi exatamente o Estado português que emprestou dinheiro aos bancos privados.

E aqueles que faliram, que deixaram os seus clientes, empresas em particular, em maus lençóis, numa situação muito difícil, também foi o Estado que teve que intervir e o orçamento do Estado suportar com o dinheiro dos contribuintes, com o dinheiro dos impostos, muitas dessas asneiras e muitos desses devaneios, para que o restante da economia não fosse contagiada pela queda da banca privada.

Dizer que a Geringonça, foi este o termo pelo qual ficou conhecida essa experiência política, foi possível porque, como disse inicialmente, o Parlamento tem um peso decisivo na formação dos governos.

Em 2015, no rescaldo das eleições, o Parlamento Português elegeu uma maioria de deputados oriundos de partidos de esquerda. O Partido Socialista, do Bloco de Esquerda, que é um partido de extrema esquerda liberal, e o Partido Comunista Português, um partido de extrema-esquerda mais conservador. Os três partidos somados tinham a maioria dos deputados do Parlamento Português.

A essa altura, o presidente da República, que era Cavaco Silva, que foi militante, dirigente, Primeiro-Ministro do PST, o maior partido da direita portuguesa, convidou, segundo o que determina a nossa Constituição, o partido mais votado para formar governo. O PST foi o



partido mais votado em 2015 nas eleições legislativas, e foi convidado para formar o governo. O Partido Social Democrata, o PSD, apresentou uma proposta de governo, coligado com os deputados do CDS, que é um partido democrata cristão mais à direita e mais minoritário no nosso Parlamento. Hoje ainda mais minoritário, mas àquela altura já era minoritário.

E essa proposta de governo, quando chegou ao Parlamento, o PS, Partido Socialista, apresentou uma moção de rejeição desse governo e a maioria dos deputados da assembleia da república votou a favor da moção de rejeição desse governo de direita, PSD e CDS, que era o mesmo que tinha governado Portugal entre 2011 e 2015, debaixo de uma grande austeridade da qual falarei daqui a pouco.

Com a rejeição desse governo de direita, que foi a vontade da maioria dos deputados, o que aconteceu foi que o presidente da República de então convidou o segundo partido mais votado, no caso o Partido Socialista Português, para propor a constituição de um governo. E o Partido Socialista apresentou um governo e apresentou também as garantias de que esse governo teria o apoio majoritário dos deputados eleitos. E assim foi. O PS no parlamento fez acordos com o Partido Comunista Português, com o Partido Ecologista, os Verdes, e com o Bloco de Esquerda. Fizemos acordos parlamentares.

Primeira pergunta: há grandes diferenças entre o partido socialista e esses partidos mais à esquerda, com quem fizemos acordos e fizemos a Geringonça? Há muitas diferenças. A primeira grande diferença diz respeito à política europeia. O Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda têm uma grande oposição em relação àquilo que tem sido a constituição europeia. E na maioria esmagadora das vezes sempre que existe uma proposta de lei ou um projeto de lei, que ainda reforça o poder da União Europeia e das instituições da União Europeia.

A segunda grande diferença diz respeito à política internacional, a forma como esses partidos do Bloco de Esquerda, o Partido Comunista Português vêem os acontecimentos do mundo, desde Cuba a Coreia do Norte ou até daquilo que se passa em alguns países da Europa, não é a mesma do Partido Socialista.

Mas essas diferenças nós assumimos desde o princípio, desde a primeira hora, mas aquilo que tínhamos em comum era mais forte do que essas diferenças. Aquilo que nós tínhamos em comum era tirar o país da pobreza, que tinha sido empurrado pelo governo de direita e os cortes de todos os direitos que tinham sido feitos pelo outro governo de direita.

Portanto, aquilo que nos unia nós escrevemos em cada um daqueles acordos. E esses compromissos que assumimos em cada um desses acordos foi exatamente aquilo que norteou, que liderou a governança da Geringonça durante quatro anos.

Entre 2011 e 2015, o governo de direita achava que Portugal devia cair num patamar de empobrecimento. Quanto mais baixos fossem os salários, mais competitiva era a nossa economia. E, portanto, como também tinha e era obrigado a reduzir o déficit orçamentário para 3%, que é o compromisso que os países que pertencem à União Europeia têm no Tratado Europeu, que é reduzir o déficit orçamentário para abaixo de 3% e reduzir a dívida pública para baixo de 60% do PIB, o governo de direita fez um brutal aumento de impostos. Foi assim que eles apelidaram o seu próprio aumento de impostos.





Mas em que consistiu esse brutal aumento de impostos? Aumentaram os impostos sobre os rendimentos prediais, as rendas prediais? Não. Aumentaram os impostos sobre as rendas do capital? Também não. Aumentaram os impostos sobre as rendas do patrimônio? Também não. Quem sofreu com o brutal aumento de impostos? Foram os trabalhadores. Foi sobre o trabalho que recaiu o brutal aumento de impostos.

Ora, aconteceu que não só o desemprego aumentou, e quem está desempregado não tem ordenado, cai numa situação social muito difícil. É aquilo que nós designamos por uma situação econômica muito difícil. E aqueles que tinham emprego viram um brutal aumento de impostos em cima do seu rendimento e, portanto, quem trabalhava ficou pior e quem estava desempregado, e sem emprego à vista, porque o desemprego aumentou 14%, perdeu completamente a esperança no futuro do país.

Mas não ficou por aqui. Também foram as pensões. Cortaram as pensões. Ou seja, em momentos de crise nós tivemos que os avós amparassem seus filhos e seus netos dentro de casa ou não estando dentro de casa apoiam as suas famílias a pagar a propina da universidade, a pagar a creche, o jardim de infância do neto e a pagar a renda ou a prestação no banco da habitação.

E aquele corte nas pensões foi o corte também naquilo que foi um direito construído ao longo de décadas, porque os trabalhadores que chegaram à idade da reforma e que se formaram com o direito que lhes estava facultado, estavam contando com aquele montante no final do mês para fazer face às suas dificuldades e a sua vida, porque a vida da maioria dos pensionistas é muito difícil, ainda mais difícil se tornou.

Não ficando por aqui, também aumentaram as taxas da saúde pública, porque a teoria da direita também era muito simples. Se diminuirmos a pressão sobre a saúde e sobre os hospitais nós poderíamos investir na saúde pública, cortar 1.100 milhões de euros da saúde pública durante quatro anos, e, para que as pessoas não fossem tantas vezes ao serviço nacional de saúde, aumentaram as taxas do serviço nacional de saúde que designamos por taxas moderadores.

E também cortaram no investimento público. E andaram a dizer que não valia a pena construir mais estradas, não valia a pena construir mais linhas ferroviárias, que era preciso repensar um investimento público mas, durante quatro anos, o investimento público que saía do orçamento do Estado anualmente diminuiu drasticamente.

E o que fez a direita? Muito simples. São nesses momentos de crise econômica que a direita mostra suas garras, que é privatizar. A direita acha que o privado faz melhor do que o público. Não é verdade. A verdade é que nem sempre o público faz melhor do que o privado, mas também não podemos admitir por princípio que o privado faz melhor do que o público.

E em muitas áreas há áreas que não têm que ser lucrativas. Há áreas em que o Estado assume a exploração, mas essa exploração não tem que ser lucrativa, porque tem um fim social. A área dos transportes, por exemplo, para nós não tem que ser lucrativa, tem um fim social e hoje tem um fim ambiental, de sustentabilidade ambiental. Portanto, são áreas que não têm que ser lucrativas.



O que fez a direita em Portugal? Tentou privatizar todas as empresas na área de transportes. Só não conseguiu porque as eleições legislativas foram realizadas numa altura que permitiu ao governo do Partido Socialista revogar os processos de privatização a tempo de não ter que indenizar nenhum dos privados que tinham vencido os concursos. Foi por poucos dias que salvamos o setor público de transportes em Portugal.

E durante esses quatro anos, entre 2015 e 2019, não privatizamos uma única empresa, não privatizamos um único serviço de exploração. Isso é fundamental. Foi uma marca também que deixamos para provar que muitas vezes o Estado gere melhor do que o privado. E demos provas disso. (*Palmas.*)

O Primeiro-Ministro da direita dizia que é errado aumentar o salário mínimo nacional, porque isso gera mais desemprego. Nós fizemos o contrário, contrariamos esse princípio, que é um princípio ultraliberal, e aumentamos o salário mínimo nacional todos os anos. Já anunciamos que em 2023, que é quando acaba esta legislatura, começou há dias, o salário mínimo nacional será de 750 euros e em oito anos crescerá 50%. (*Palmas.*)

Ou seja, o salário mínimo nacional em Portugal aumentou todos os anos e, ao mesmo tempo em que aumentávamos o salário mínimo nacional, o desemprego caía pela metade. Ou seja, é aquele o princípio ultraliberal de que aumentar o salário mínimo gera desemprego é falso. Provamos isso.

Depois, dizer que criamos mais empregos do que o desemprego que diminuiu. Ou seja, a nossa economia foi capaz de criar mais postos de trabalho que absorveram a procura de emprego das pessoas que estavam desempregadas, porque há uma faixa de desempregados que é chamada de residual e que não está procurando emprego, por várias razões. Não há tempo para falarmos sobre isso, mas é muito interessante tentar perceber por que isso acontece em todos os países.

Mas também porque conseguimos começar a captar para o primeiro emprego quase todos os estudantes portugueses que terminam a sua formatura, que em Portugal se chama licenciatura. Isso foi muito importante, porque o nosso paradigma foi invertido.

A direita queria que o nosso país se desenvolvesse por conta dos baixos salários. Que a competitividade da nossa economia crescesse por conta dos baixos salários. Os partidos socialistas querem que a nossa economia cresça e que se envolva por conta do emprego qualificado. Que as empresas estrangeiras que invistam no nosso país e as empresas portuguesas, os investidores portugueses invistam em pré-qualificar, que não olhem para o nosso país como um espaço quando se pagam salários baixos que hoje se montou uma indústria durante dez anos, produz produtos baratos para vender nos outros pontos do globo. E assim, pegam uma indústria, localizam a indústria para outro país da Ásia ou da América do Sul, onde encontram ainda salários mais baixos, para continuarem a aumentar os seus lucros, que é o que faz a esmagadora maioria das multinacionais.

Nós queremos que o investimento que cria emprego no nosso país seja um investimento com base nas novas tecnologias. Emprego esse que seja dominado por jovens qualificados.



Em 2015, a direita dizia que ninguém iria investir num país governado por socialistas e apoiado por comunistas e bloquistas, nós hoje podemos dizer que o investimento estrangeiro em Portugal atenderá a um máximo histórico em março deste ano. (*Palmas.*)

Por isso, a austeridade foram aquelas política que mencionei do brutal aumento de impostos, do corte dos salários, do corte das pensões. Nós devolvemos todos esses cortes. Hoje, todos os portugueses que trabalham já não sofrem com nenhum corte e todos pensionistas hoje não sofrem com qualquer corte.

Isso gerou confiança. Quando começamos a tomar as primeiras medidas que levaram à devolução dos cortes, quer nos salários, quer nas pensões, e à diminuição dos impostos sobre o trabalho, porque durante quatro anos todos os anos diminuimos os impostos sobre o trabalho. Para vocês terem uma ideia, hoje, os trabalhadores portugueses que pagam imposto sobre o trabalho, que designamos Imposto sobre o Rendimento Singular, o IRS, pagam menos meio milhão de euros do que pagavam em 2015. Ou seja, nós aumentamos o rendimento das pessoas e diminuimos a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho.

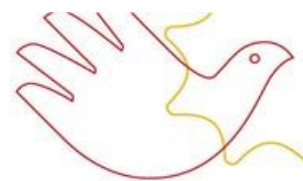
Hoje, nem todos os trabalhadores pagam impostos sobre o rendimento do trabalho. Os que ganham salário mínimo não pagam impostos sobre o trabalho. (*Palmas.*) Ou seja, era importante que, para além das políticas sociais, que ajudaram a retirar 200 mil pessoas da pobreza em quatro anos, o país tem 10 milhões de habitantes. Tem uma população ativa de 5 milhões e 250 mil pessoas. Em quatro anos tiramos da pobreza 200 mil pessoas.

Tiramos 200 mil pessoas da pobreza através das políticas fiscais, mas também por conta da política social. Nós criamos a prestação social de inclusão para pessoas com deficiência que se encontram em situação econômica muito difícil e que lhes permitiu viver acima do limiar da pobreza. Nós aumentamos o bônus de família, que é pago por criança e as pessoas com rendimentos mais reduzidos viram triplicado o valor que recebem do Estado mensalmente para apoiar a criação dos seus filhos.

Repusemos os cortes nos subsídios do desemprego e no subsídio social do desemprego e também aumentamos o complemento para idosos. Nós queremos que nos próximos quatro anos não haja um idoso em Portugal que viva abaixo do limiar da pobreza. E a essa prestação soma-se a pensão que esse idoso recebe, para que viva em condições acima do chamado limiar da pobreza.

As políticas sociais, a política fiscal e a política de rendimentos foi o caminho que seguimos, mas que foram essas três políticas que tiveram na base de cada um dos acordos que definimos com os nossos parceiros da chamada Geringonça.

Para terminar e para não ser muito maçante nessa primeira apresentação, gostaria de dizer que o crescimento econômico só vale a pena se os ganhos do crescimento econômico forem canalizados para combater as desigualdades sociais. (*Palmas.*) Não vale a pena um país crescer só para ser estatisticamente bonito dizer que o país cresceu 3%, 4%, 5%. É preferível ver um país crescer 3% e saber aproveitar 100% desse ganho de crescimento para combater as desigualdades, para combater a pobreza e para tornar o país mais justo. (*Palmas.*)



E é isso que hoje nós sentimos em Portugal. Essa grande cobrança que os eleitores fazem ao governo do Partido Socialista. Os eleitores, sejam eles pensionistas, sejam trabalhadores, estudantes, querem sentir que a economia cresce, mas os ganhos do crescimento são para melhorar as condições de vida de quem menos tem.

E por isso o nosso grande desafio são as gerações mais jovens. Nenhum país tem futuro se não criar esperança nas gerações mais jovens. As gerações mais jovens em Portugal, como em todos os países, que desejam a sua emancipação, saem da sua zona de conforto para ganhar o seu rumo. Para isso precisam encontrar um emprego. E o país tem que ter condições. O mercado de trabalho tem que ter condições para oferecer um emprego e um emprego que tenha um salário que não seja um salário precário nem condições de trabalho precárias.

Depois, esse jovem também quer uma habitação ou uma habitação própria ou uma habitação arrendada, aqui eventualmente se chama de aluguel. Mas os países que têm nas suas principais cidades um mercado imobiliário superaquecido, como é o caso de Portugal, que neste momento temos as principais cidades com rendas em volumes muito elevados, a única entidade que pode resolver isso é o Estado. Por quê?

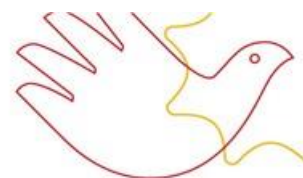
Hoje se um jovem quiser adquirir a sua casa própria e for ao banco em Portugal o banco não lhe empresta 100% do valor da casa. Uma das medidas que foi tomada para que os bancos não tornem a cometer os erros que cometeram e que levaram à queda de muitos bancos, e a crise no sistema financeiro europeu, não foi unicamente em Portugal, mas por toda a Europa, foi porque os bancos emprestavam muitas vezes sem ter garantias reais de que essas garantias cobriam o valor do empréstimo.

E hoje uma das regras que é que os bancos em Portugal não emprestam 100% do valor da casa. Ou seja, o jovem tem que ter um capital inicial para pedir dinheiro emprestado ao banco. E na esmagadora maioria das vezes o jovem não tem esse dinheiro. Portanto, adquirir casa própria está fora de questão.

Sobra arrendar uma habitação. Mas, para arrendar uma habitação, se o valor da renda for muito elevado, o jovem que ingressou há pouco tempo no mercado de trabalho não tem um ordenado elevado e também tem muitas dificuldades em ter uma habitação através da renda.

E é aqui que o Estado tem que se dizer presente. O Estado tem que entrar nesse mercado. E o Estado tem que ou construir habitações ou reabilitar suas habitações, porque em todos os países o Estado tem muitos imóveis que estão degradados, que estão mal destinados ou que têm um uso que não é o melhor atualmente, e podem aproveitar esses imóveis e destiná-los à habitação. E pode arrendar a preços acessíveis, que essa é a designação mais habitual em Portugal, que é habitação a preços acessíveis, para que esses jovens possam iniciar uma carreira profissional no seu próprio país, sem terem que emigrar.

Termino dizendo o seguinte: a principal chaga que a direita fez ao nosso país entre 2011 e 2015 foi provocar uma emigração massiva de jovens qualificados para outros países da Europa. Todos nós em Portugal tivemos familiares da minha geração que tiveram que emigrar à procura de emprego. E eu tenho familiares diretos que tiveram que emigrar à procura de emprego.



Jovens qualificados. Esses não regressam mais ao nosso país. Dificilmente regressam ao nosso país.

O País investiu neles, o Estado investiu em cada um deles durante décadas. Eram nativos do país, o país precisava deles para crescer, para se desenvolver, e muitos deles, que não tiveram emprego em seu país, tiveram que emigrar para outros países da Europa e do mundo, e só não regressam porque esses países, como eles são bons profissionais, pagam-lhes bem para nesses países trabalhar.

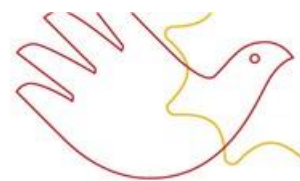
E essa perda fez diminuir o valor do nosso PIB potencial e hoje a nossa população ativa é de 5 milhões e 250 mil, mas poderia ser de quase 6 milhões de portugueses a população ativa. Ou seja, se hoje crescemos acima da média europeia, em três anos consecutivos, de 2017 a 2019 o crescimento econômico em Portugal é acima da média de crescimento dos países da União Europeia, e se isso é assim, imaginem se contássemos na nossa economia com essas centenas e milhares de jovem que tiveram que emigrar para outros países.

E, portanto, uma mensagem de esperança que é aquela que nós temos, porque acreditamos que estamos no caminho certo, porque foi esse caminho que devolveu a esperança aos portugueses e essa esperança foi transformada em confiança, e a confiança trouxe mais investimento, e o investimento trouxe mais emprego, e esse é um ciclo reprodutivo que, felizmente, tem trazido o reconhecimento de todos agentes internacionais.

Quem ouvia a Comissão Europeia dizer o que dizia de Portugal e do governo do Partido Socialista em 2016. O que nós ouvimos da OCDE, do FMI, do Banco Mundial, que diziam que a solução governativa era uma solução à prazo, que as soluções que apresentávamos em matéria econômica, fiscal e orçamentária não iam conduzir a lado nenhum. Nós conseguimos cumprir todas as metas orçamentárias. Melhor, nós superamos todas as metas orçamentárias e por isso que o nosso Ministro das Finanças hoje é o Presidente dos Ministros das Finanças da Zona do Euro. Isso no maior reconhecimento do sucesso de Portugal. Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Muito obrigado, Deputado João Paulo, pela excelente apresentação também. É uma grande honra, um grande aprendizado, uma grande oportunidade para nós podermos ver aqui o semblante contente, esperançoso de todo mundo, porque isso prova que há um caminho para o nosso partido trilhar aqui no Brasil também e poder, quem sabe, realizar isso aqui no País que o PSOE tem feito na Espanha. Depois certamente na hora das perguntas, Deputada Olga, vamos perguntar sobre essas medidas econômicas também, porque um traço em comum dos dois países foi essa elevação do salário mínimo. O PSOE fez também uma importantíssima elevação do salário mínimo, como o Partido Socialista Português.

Então é motivo de grande esperança e aproveitamos também para transmitir os nossos agradecimentos da Assembleia da República de Portugal, Deputado Ferro Rodrigues, que nos recebeu com muito carinho. Um grande amigo do Deputado Carlos Minc, que foi companheiro e esteve também exilado em Portugal, quando nós enfrentávamos aqui uma ditadura e que fez essa ponte para essa aproximação. Ao Deputado Minc o nosso agradecimento.



E também os nossos agradecimentos à Deputada Ana Catarina Mendes, Secretária-Geral Adjunta do Partido Socialista e agora Líder Parlamentar do Partido Socialista. Esta é a razão pela qual também não pôde estar aqui conosco, mas está muito bem representada pelos Deputados João Paulo e Hugo. E também nosso agradecimento ao Francisco André, chefe de gabinete do Primeiro Ministro também, Secretário de Relações Internacionais do Partido Socialista Português e que nos recebeu também com muita gentileza, como o Deputado Hector Gomes, na Espanha.

Agora nós vamos ouvir o Deputado Hugo Pires que, além de toda experiência como deputado, tem também uma experiência muito interessante na organização do Partido Socialista Português. Tem uma atuação muito importante para dentro do partido e isso também nos interessa muito.

Tenho o prazer de passar-lhe a palavra e agradecê-lo, saudando-o com uma salva de palmas. (*Palmas.*)

#### **Deputado Hugo Alexandre Pulido Pires – Partido Socialista Português**

**O SR. DEPUTADO HUGO PULIDO PIRES** (Palestrante) – Muito obrigado. Boa tarde a todos.

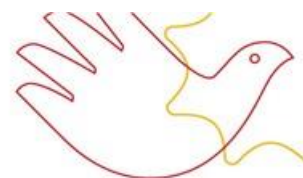
Quero começar por cumprimentar o Presidente do partido, Carlos Siqueira, também o Alessandro, a Olga, a Iara, o Ricardo Coutinho, Presidente da Fundação, e dizer que é para mim, na condição de Deputado e Dirigente Nacional do Partido Socialista, um gosto e um prazer enorme estar aqui no Brasil com vocês nesta reunião para repensar o futuro do Partido Socialista brasileiro.

Confesso que estou aqui um pouco, como se costuma dizer em Portugal, à rasca, porque o meu colega Deputado João Paulo Correia fez aqui uma extensa intervenção, já disse tudo que eu tinha para dizer e não sei bem como vou sair dessa agora. (*Risos.*) Mas vou tentar dizer aqui algumas coisas, ir para alguns campos mais partidários e outra visão sobre as coisas.

Eu gostaria de começar por dizer que hoje assistimos aqui à homenagem a Salvador Allende. Em 1973 isso para chegar à crise das democracias que existiram e que continuam a existir, e que apesar de o João Paulo ter falado dos sucessos em Portugal, nenhum país da Europa, arrisco-me a dizer nenhum país no mundo, está isento à crise das democracias e ao fenómeno que arrasta e que teve início e repercussão nos Estados Unidos e hoje também aqui no Brasil.

Se na época Salvador Allende, no Palácio de La Moneda, caiu, morreu, e morreu dentro do palácio defendendo a democracia, a democracia ali também morreu com ele. Hoje as democracias morrem de forma diferente.

O Alessandro disse aqui hoje de manhã uma coisa muito interessante. Quem acaba com as democracias hoje foi eleito por elas. E hoje nós assistimos a outros modos de destruição do sistema democrático. Muitos deles tratam os seus adversários políticos como inimigos. Nós, apesar de pensarmos diferente dos outros, não temos que ser inimigos de ninguém.



A democracia exige consensos, exige convergência, exige diálogo. E, portanto, nós não podemos tratar os nossos adversários como inimigos. Isso é meio caminho andado para acabar com as democracias.

Depois, esses líderes ameaçam, perseguem também a própria imprensa. Ouvi hoje aqui que também apresentaram uma moção de repúdio pela forma como Bolsonaro tratou a Folha de S. Paulo, e isso é daqueles traços referentes aos líderes que foram eleitos democraticamente, mas que querem acabar com essa democracia. E depois apoiam-se em muitos amortecedores institucionais, como é o caso dos tribunais, como é o caso da justiça, para perseguir também adversários políticos. Além disso, também alguns líderes, não sei se aqui existe, usam o sistema de informação e os serviços de créditos para perseguir, para espionar e para vasculhar a vida dos seus adversários políticos, para assim conseguir tirar proveitos.

E, portanto, nós temos que lutar todos os dias. E a função de qualquer partido democrático e a função de um partido socialista e de quem defende os valores do ideário do socialismo democrático, nós temos que todos os dias regar a democracia.

E aqui no Brasil falta, e vocês têm esse desígnio e têm mais que nunca hoje regar a democracia, porque senão eu tenho e temo, pelas notícias que vou vendo no meu país sobre o Brasil, temo um futuro soturno.

E, portanto, deposito grande esperança, e para as pessoas com quem fui falando o que fui ouvindo, uma grande esperança no Partido Socialista Português, uma grande esperança no Partido Socialista Brasileiro. Isso porque também não há democracia sem partidos fortes. Os partidos têm que estar fortes.

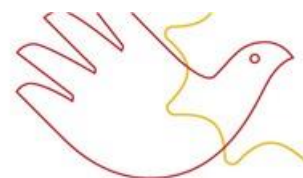
E se nós olharmos para a esquerda brasileira, nós hoje não temos assim partidos. Os partidos tradicionais da esquerda brasileiras hoje também não estão assim tão fortes. Pelo menos é a minha apreciação, que moro do outro lado do Atlântico, falo do PT.

E hoje o Partido Socialista Brasileiro tem uma grande oportunidade, que é a oportunidade de dar esperança ao povo brasileiro e dar esperança à esquerda democrática no Brasil. (*Palmas.*)

E essa esquerda democrática, os partidos tradicionais, para vocês fazerem uma apreciação, nós tivemos uma grande vitória há um mês e meio em Portugal, ganhamos, fomos outra vez o governo, mas dos partidos tradicionais, ou seja, daqueles que têm assento na assembleia da República Portuguesa, o Partido Socialista foi o único que ganhou votos. Todos os outros perderam votos. (*Palmas.*)

Portanto, o que eu quero dizer com isso e alertar é que também nós, em Portugal, e também nós, na Europa, temos problemas com os partidos tradicionais. Percebam que existiram três novas forças políticas a entraram na Assembleia da República em Portugal. O Livre, um partido de esquerda, um partido liberal, e um partido de extrema-direita que, pela primeira vez, conseguiu eleger um deputado no Parlamento Português.

E nós temos que olhar para isso e fazer, como dizia o Presidente do partido, uma autocrítica. Por que isso está acontecendo? Por que existe esse declínio dos partidos tradicionais por este mundo afora? Porque os partidos tradicionais, ao longo dos anos, foram ora



governavam ao centro-direita, ora governavam ao centro-esquerda e foram muitas vezes incapazes de resolver os problemas das pessoas.

Enquanto nós não fizermos, não olharmos e não percebermos que nós, e hoje, desculpem-me a modéstia, acho que Portugal está no bom caminho e está conseguindo resolver os problemas das pessoas. Mas, durante muitos anos eu acho que nem um nem outro conseguiram dar resposta aos anseios e às necessidades das populações.

E esse desvio do programa e o desvio do ideário, o Partido Socialista em Portugal, em governos anteriores, não com Antônio Costa, que desviou muitas vezes o seu caminho e cedeu muitas vezes ao capitalismo. E cedeu muitas vezes a políticas neoliberais. Pagamos essa fatura em muitas eleições.

Portanto, o que eu quero dizer é que nós temos um programa, temos um ideário e é por aí que nós temos que ir, não cedendo a nenhum, mas a nenhum poder econômico ou financeiro. Isso destrói os partidos e destrói a credibilidade dos partidos.

Depois o que acontece? As lealdades partidárias acabam, e eu que votava sempre no Partido Socialista, se o Partido Socialista me desilude, deixei de votar nele. Aparecem os populista, dizendo que para problemas complexos encontram-se sempre soluções muito fáceis. E não há soluções simples para problemas complexos.

Existe um problema de mensagem, ainda ontem falávamos disso, que muitas vezes na política, e quem tem uma visão de sociedade integrada, e quem tem uma visão de sociedade que não é simples, mas que tem que resolver problemas complexos, não consegue passar muitas vezes a mensagem numa só frase para sair no Facebook ou numa rede social.

Eu assisti ao Bolsonaro fazendo vídeos em casa, e com aquele discurso nem na pior tasca do café ao pé da minha casa eu às vezes ouvia. E aquilo foi um discurso e foi uma mensagem que passou às pessoas e que elas disseram: o caminho é por aqui. E por quê? Porque ele, como disse o Presidente Carlos Siqueira, é um ignorante e, portanto, para ele não há complexidade nos problemas. Se há um problema de pobreza, são problemas de assaltos, problemas de segurança, matam-se os assassinos. Se há um problema disso resolve-se. Não, os problemas são muito mais profundos e muito mais densos do que essa espuma dos dias por onde andam os discursos desses populistas.

E é esse o nosso grande desafio como socialistas e, sobretudo, como democratas. O Partido Socialista Português é um partido que defende o Estado social. Defende uma escola pública para todos, defende um serviço nacional de saúde e uma saúde pública para todos e defende proteção social pública para todos. (*Palmas.*)

E note-se que o Partido Socialista não defende uma escola pública para os pobres nem defende um serviço nacional de saúde para os pobres nem defende proteção pública para os pobres. É para todos. (*Palmas.*) Porque todos descontam, todos pagam e todos têm direito ao acesso à saúde, acesso às qualificações e à escola, e a terem proteção social. Cada um recebe e paga obviamente conforme as suas possibilidades.

Mas o Partido Socialista também defende uma economia de mercado. Uma economia em que defendemos que — e o João Paulo já falou aqui — existem setores econômicos em que





o Estado não deve deles abdicar. O Estado não deve abdicar dos transportes, não deve abdicar da água, do ambiente. Por exemplo, nós temos hoje um problema terrível porque privatizamos empresa pública que distribui o correio. Então, os privados que comparam essa empresa pública que distribui o correio começaram a fechar postos do correio em sítios recônditos, porque não é minimamente rentável.

Portanto, o que se faz? Faz com que muitas vezes o único contato com que algumas populações têm com o mundo e com os filhos é através da carta, é através do correio, deixaram de ter acesso a isso.

E, portanto, nós defendemos que há setores estratégicos dos quais o Estado nunca deve abdicar. E conseguimos reverter muitas das privatizações que a direita fez. Também vou falar aqui um bocadinho da direita, vou abusar porque o João Paulo é que conhece de impostos, taxas e de política orçamentária.

Mas a direita em Portugal viveu, ao longo desses anos, pisando, criando medo nas pessoas. Dizendo assim: A única alternativa que existe para Portugal conseguir sobreviver é abaixar os salários, é precarizar o trabalho, é vender as empresas públicas a pataco. Não sei se vocês sabem aqui o que é pataco, é vender a qualquer preço.

Liberalizar a lei do arrendamento, ou seja, nós assistimos pessoas idosas a terem que sair das casas onde sempre moraram, com 65 ou mais anos, porque o Estado liberalizou as rendas, liberalizou, vendeu. E isso não era só para salvar o país, aquilo era todo um programa, era toda uma ideia política de uma direita neoliberal que queria, sobretudo, criar mais desigualdades e queria que na pirâmide os de cima ganhassem muito e os de baixo se resignassem a uma precarização e à pobreza.

Nós combatemos isso, aumentamos o salário mínimo, repusemos rendimentos, repusemos mínimos sociais, e hoje as coisas correm bem, felizmente. Somos dos únicos países que estamos acima da média europeia e estamos em convergência com a União Europeia. Isso nos orgulha muito.

E agora, quando fizemos esses acordos com os nossos partidos da nossa esquerda, que o João Paulo já falou, não falou aqui só de uma coisa que também não nos une, a nós e aos partidos da nossa esquerda, que é a questão da segurança e a questão da Nato, em que eles defendem que nós não devemos estar, sobretudo o PC, julgo eu, que não defende que nós devemos estar na Nato.

Mas esses quatro anos foram, sobretudo, por rendimentos, por direitos, por conseguir ir ainda buscar as empresas que a direita quis privatizar, e dissemos também que a direita em Portugal tinha um patrimônio. E eles diziam: *“Quando os socialistas vêm para o governo esbanjam e gastam tudo. Quando somos nós, temos que manter as contas em ordem”*. E nós conseguimos provar à direita que repusemos e aumentamos salários, investimos na saúde, mais meio milhões na saúde, mais 9 mil profissionais na saúde. Investimos na escola pública e temos hoje o menor déficit desde que vivemos em democracia e a menor dívida deste século. (*Palmas.*)



Portanto, nós conseguimos dizer não. O patrimônio das contas certas não é só um patrimônio da direita. A esquerda consegue governar, consegue reduzir as desigualdades, consegue reduzir a pobreza e também consegue, apesar disso tudo, ter contas sérias. Por quê?

Porque já percebi que aqui os ricos pagam muito poucos impostos e o trabalhador paga muitos impostos. (*Palmas.*) Nós lá temos uma ideia ao contrário. Quem acumula capital, quem não distribui, quem tem lucros multimilionários tem que contribuir para ajudar os outros no seio da pobreza. E os trabalhadores que trabalham de sol a sol, que têm filhos, que percorrem três horas para ir trabalhar e voltam, esses têm que ser bem tratados e esses têm que pagar obviamente menos impostos sobre o trabalho do seu dia a dia e sobre o seu ganha-pão.

E, portanto, acho que é um bom começo para o Partido Socialista Brasileiro iniciar por aí e começar a mudar a política fiscal e de redistribuição e justiça social aqui no Brasil.

Eu acho que já me estiquei muito a falar, mas o que nós queremos para o futuro? O que o Partido Socialista Português quer fazer para o futuro nesses próximos quatro anos? Confesso-lhes que, apesar de nós termos a Câmara dos Deputados ou Assembleia da República com 230 deputados num total, o Partido Socialista tem 108 deputados. Subimos 22 deputados nessas eleições de 2015 e continuamos a precisar da esquerda, pelo menos que a esquerda não vote contrária às ideias e às propostas do Partido Socialista. Se a esquerda não votar contra nós conseguiremos passar os nossos programas, as nossas propostas, as nossas medidas.

Mas nós temos quatro problemas para o futuro que precisamos resolver em Portugal. Um problema que vocês aqui não têm que é o problema demográfico. Portugal tem um problema demográfico. A Europa tem um problema demográfico. Nós hoje temos cada vez menos pessoas a trabalhar. Isso acontece porque só nos últimos dois anos que nós invertemos a pirâmide e invertemos a taxa de natalidade que passou a ser positiva, porque nenhum jovem conseguia constituir família porque era precário no trabalho, não consegui ter uma casa, não conseguia fazer planos para o futuro.

Portanto, conseguimos fazer com que hoje elaborássemos uma lei da habitação, que é uma lei essencial para que toda a gente — aprovamos na legislatura passada, eu e João Paulo fomos uns dos autores dessa lei —, em Portugal tem que ter direito a uma casa, toda a gente em Portugal tem que ter dignidade e ter uma casa e um teto para morar. (*Palmas.*) Portanto, o Estado português está obrigado a que toda a gente tem que ter uma casa.

Mas temos um problema demográfico, como eu dizia, e esse problema para já se resolve, trazendo as pessoas que emigraram no período da direita e da austeridade, e também temos que atrair novas pessoas de outros países para morar em Portugal. É a única solução que nós temos para dar a volta ao problema demográfica que temos em Portugal.

Depois temos um segundo grande objetivo que é a transição para a sociedade digital. Hoje, qualquer um de nós vai ao telemóvel e faz tudo no seu telemóvel. Vai ao banco pelo telemóvel, paga os impostos pelo telemóvel, consulta uma série de serviços pelo telemóvel.

Todo esse mundo vai fazer com que o mundo do trabalho também mude. Se havia muitas agências bancárias espalhadas pelas cidades para atenderem aos seus clientes, hoje vai haver menos agências bancárias porque a maior parte das pessoas faz tudo eletronicamente.



E, portanto, o próprio mundo do trabalho vai mudar. Como e para onde ninguém sabe muito bem. Temos uma perspectiva, temos um horizonte e, portanto, nós estamos a trabalhar e apostar em novas qualificações para jovens e sobretudo em novas formas da organização do trabalho para esses novos negócios, mas também em dar algum conforto às pessoas que foram atingidas por essa transição digital, em que o mundo do trabalho hoje será uma coisa completamente diferente.

Depois temos um tema clássico para nós que é redução das desigualdades. Nós continuamos a combater a pobreza e a pobreza tem baixado. Sobretudo na semana passada saíram dados que dizem que a pobreza reduziu nos idosos e reduziu nas crianças. Mas é um tema clássico as desigualdades. A desigualdade de gênero, a desigualdade no salário entre mulheres e homens e, sobretudo, ao nível das políticas sociais a conciliação do trabalho com a esfera pessoal, profissional e a vida privada.

Nós temos implementado políticas públicas para continuarmos a reduzir essas desigualdades e continuaremos também, porque esse é um tema que nós apostamos muito na redução da desigualdade da pobreza, das desigualdades de gênero e, sobretudo, nessa área.

E depois temos o quarto objetivo que são as alterações climáticas. Nós hoje temos um mundo que não aguenta muito mais toda a pressão que nós lhe impomos. Confesso que é a quarta vez que estou aqui no Rio de Janeiro, é a cidade maravilhosa. É uma cidade onde eu gostaria muito um dia poder morar, mas muito me impressiona ver a quantidade de carros e a quantidade de poluição que todo dia e a toda hora é aqui emitida. (*Palmas.*)

E, portanto, nós temos que apostar nos transportes públicos, temos que apostar nas ferrovias, temos que apostar em novas energias renováveis. E por exemplo o Brasil também tem essa oportunidade que não tem em Portugal, tem sol, tem mar e tem vento. Nós temos que apostar em que passar sobretudo os impostos que nós cobramos ainda sobre o trabalho passar a fazer uma transferência e começar a cobrá-los das empresas mais pujantes, para elas terem obrigatoriamente que mudar de vida. E temos que, sobretudo, deixar um bom planeta para as futuras gerações. A questão da água é essencial e a questão da neutralidade carbônica é essencial.

E nós, em Portugal, dissemos que em 2030 vamos assumir a neutralidade carbônica quando na ONU definiu que em 2050 todos os países têm que chegar à neutralidade carbônica nós assumimos já que em 2030 queremos assumir essa neutralidade carbônica.

Depois também fazemos um combate muito acirrado e temos feito algumas iniciativas de combate aos plásticos, às pedrinhas, aos copos de plástico, aos pratos de plástico. (*Palmas.*) E, portanto, temos uma agenda muito forte de sustentabilidade e no combate às alterações climáticas.

Acho que tentei fugir um bocadinho ao que o João Paulo disse, não sei se consegui obter algum sucesso, mas quero lhes dar um abraço com muita força e dizer-lhes que estamos sempre com vocês.

Viva o Partido Socialista! Muito obrigado. (*Palmas.*)



**Todos:** “De Norte a Sul e no País inteiro! E viva o Partido Socialista Brasileiro!” (Bis) (Palmas.)

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Bom, parece-me que depois dessas apresentações, das seis apresentações, nós não poderíamos ter tido manifestações mais brilhantes.

As três manifestações da parte da manhã e agora as três manifestações da parte da tarde não poderiam ter sido melhores. Nós recebemos um grande presente dos nossos amigos e irmãos socialistas do Chile, do Uruguai, da Espanha e de Portugal, e queremos agradecer muitíssimo por essa contribuição enorme que deram ao nosso País.

Acompanhei o tempo todo aqui a atenção com que todos ouviram e o entusiasmo também em ver que esses caminhos abertos por esses partidos socialistas são certamente *insights* que nos iluminam, que nos inspiram para o que temos a fazer aqui pelo Brasil.

Agradeço ao Deputado João Paulo pela felicíssima colocação também, destacando essa coragem que teve o Partido Socialista Português e o PSOE, o Partido Socialista Obrero Espanhol, de apostar no aumento do salário mínimo e não na sua redução.

Aqui no Brasil tem sido repetido um mantra de que o que vai trazer o crescimento econômico para o País é a mais absoluta e extrema austeridade e isso vai fazer com que os empresários recuperem a sua confiança e assim a economia vai crescer. E o que os partidos que agora acabaram de falar nos mostraram e os anteriores também, é que o puxa o crescimento da economia é a demanda, é ter gente com dinheiro no bolso podendo comprar, é o salário mínimo elevado, é a redução das desigualdades. (Palmas.) Portanto, esse é o caminho em que nós, socialistas, apostamos.

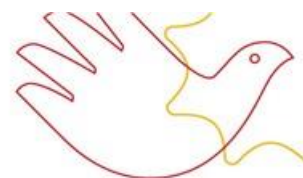
De forma que foi uma excelente lembrança e manifestação essa do Deputado João Paulo. E o Deputado Hugo, também, com uma felicíssima contribuição, como mais cedo a Deputada Olga. Não podemos tratar os adversários como inimigos. Essa frase lapidar que mostra que essa é uma maneira de contribuir para o fortalecimento da nossa democracia. Não repetir o comportamento dos que não têm apreço pela democracia e também que nós, socialistas, temos a capacidade de fazer toda essa política social e ter as conta equilibradas, ter as contas certas, como disse muito bem o Deputado Hugo.

Portanto, excelentes contribuições. O nosso agradecimento.

Vou ler agora uma moção que chegou à mesa pelas mãos do nosso Presidente, Carlos Siqueira. Vou, a pedido dele, ler a moção e se todos concordarem peço que se manifestem com uma salva de palmas. Se alguém discordar se manifeste após a leitura da moção, que diz o seguinte:

*“Moção.*

*Nós do Partido Socialista Brasileiro, através desta moção, repudiamos veementemente a ausência de ações imediatas por parte do Governo Federal quando, se eximindo de responsabilidade, o Presidente Jair Bolsonaro não colocou em prática o Plano Nacional de Contingenciamento, para incidentes de poluição por óleo, uma vez que inicialmente os Estados*



*do Nordeste sofreram diretamente com o impacto do crime social e ambiental do grande e ofensivo vazamento de petróleo.*

*A irresponsável ação desse Governo em extinguir, através de decreto, os dois comitês do PNC nos soa como atitude criminosa, quando compromete assim a execução de medidas cabíveis ao vazamento de óleo, medidas que ficaram inviabilizadas pela ausência de pessoal e estrutura adequada.*

*Ressaltamos o dano claro à população de pescadores e às suas famílias, aos comerciantes, micro, pequenos e grandes empreendedores, que dedicam suas vidas nos litorais do nosso País ao turismo e, evidentemente, o nosso ecossistema com toda a sua fauna marinha.*

*Atentamos para a importância da criação da CPI do Óleo, através do Deputado Federal João Campos, do PSB de Pernambuco, que investigará e determinará diligências em relação a pontos atingidos em toda a costa brasileira, sendo que, segundo o Ibama, entre o ponto atingido mais ao norte e o mais ao sul existem aproximadamente 4 mil 440 quilômetros de costa.*

*A CPI tem por função encontrar a origem do óleo e punir o culpado, garantindo a indenização pelos danos causados, assim como avaliar o trabalho realizado pelos órgãos responsáveis e propor uma legislação adequada a esse tipo de desastre ambiental.*

*Até o momento, foram 803 localidades com óleo, 2 regiões prejudicadas: Nordeste e Sudeste. Onze Estados, 126 municípios, do Maranhão ao Rio de Janeiro. Cerca de 5 mil toneladas de petróleo cru já foram retiradas das praias do Nordeste.*

*Cuidar do nosso litoral. É essa, sim, missão verdadeiramente patriótica e de defesa nacional.”*

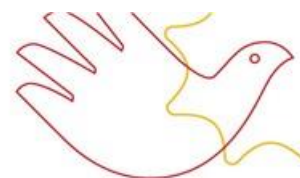
Os que aprovam manifestem-se com aplausos. (*Palmas.*) Alguém contra? Alguém se abstém?

Aprovada por unanimidade a moção proposta a esta Mesa.

E aqui, Deputado João Campos, toda a nossa alegria, o nosso orgulho, a nossa honra em tê-lo como Relator dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Você — não vou chamá-lo de V. Exa, como deveria fazer no Parlamento — teve a iniciativa pioneira de propor. E eu me lembro de num fim de semana, assim que o crime foi descoberto, diagnosticado, você ligando para todos os parlamentares, pedindo apoio, sábado e domingo, para reagir com a criação dessa CPI.

Havia resistência no Congresso para a criação dessa CPI. Não foi unânime, temia-se pela condução, mas todos nós e o Parlamento temos a certeza de que a responsabilidade e a maturidade, a seriedade com que o Deputado João Campos encara todas as missões que lhe são confiadas, vão ser a tônica dessa CPI. E nós temos uma grande esperança, um grande orgulho em tê-lo como Relator dessa CPI. Parabéns pela iniciativa, pela coragem dessa luta! (*Palmas.*)

Vamos abrir para as perguntas. Evidentemente há alguém que queira se manifestar e pode, mas o que a gente pede é em especial que haja perguntas, para a gente aproveitar a presença dos nossos convidados de outros países.



Já há duas inscritas. A Deputada Janete Capiberibe e, em seguida, a Vereadora Sandra a segunda inscrita. E aos poucos vamos inscrevendo. Temos o Bira, o Vicente, o Leonelli, Valneide.

Proponho primeiramente fazermos seis perguntas, devolvemos a palavra para a Mesa e depois fazemos uma segunda e última rodada de perguntas, já que nós temos 1 hora e 5 minutos até o encerramento dos nossos trabalhos. Vamos até às 18 horas, pois é o nosso compromisso de entregar o auditório às 18 horas.

Portanto, faremos seis perguntas, ouviremos os convidados, os palestrantes, voltaremos para uma segunda rodada que será do tamanho que o tempo permitir.

Com a palavra a Deputada Janete.

**A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE** – Boa tarde, Presidente da condução dos trabalhos, Deputado Molon, nosso Presidente do PSB Carlos Siqueira, Presidente da Fundação João Mangabeira e o Governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, companheiros e companheiras socialistas e companheiros e companheiras socialistas da Europa, da Espanha, de Portugal e da América Latina, cujas experiências nós tivemos o prazer de acompanhar aqui.

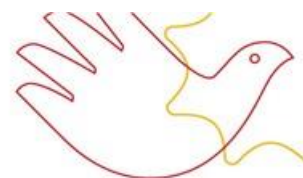
E quero dizer que fiquei muito feliz. Vou me dirigir ao último expositor, o Deputado Hugo Pires. Na década de 70 — eu ia fazer essa pergunta, mas você praticamente já explicou —, no período da ditadura civil militar no Brasil eu fui exilada em alguns países. Um deles foi o Canadá. E para ali havia uma emigração imensa do povo de Portugal para trabalhar nas fábricas. E eles não eram alfabetizados. Nós, em conjunto com organização não governamental, os alfabetizávamos através do método Paulo Freire. Em três meses se conseguia pegar aquelas mãos toscas, fortes, e lhes ensinar, dentro da sua realidade, a escrever. E ensinar também sobre liberdade, política e um pouquinho de ativismo também, porque eles eram trabalhadores de fábricas e tinham sindicatos. Como ativistas políticos nós também aproveitávamos a oportunidade.

E agora você acaba de dizer que os trabalhadores portugueses, que foram forçados a sair para poder sobreviver, estão voltando para Portugal. Eu imagino que essa taxa de analfabetismo era tão forte, tão forte, para homens e mulheres, que as organizações de defesa de direitos humanos trabalhávamos em conjunto para alfabetização.

A humilhação em que viviam esses trabalhadores, quando precisavam do serviço público canadense ou na assistência social, na saúde, eu os acompanhava como intérprete. Não só os homens e mulheres portugueses, mas também os latino-americanos que também eram, eu até digo, exilados porque não tinham trabalho e eram forçados a sair dos seus países e ser mão de obra num país de Primeiro Mundo, como é o Canadá.

Obrigada e parabéns pelos avanços. Estou aprendendo muitíssimo com os senhores. (*Palmas.*)

**A SRA. VEREADORA SANDRA MARROCOS** – Boa tarde a todas e a todos. São tantas inquietações desses dois dias de debate.



Primeiro quero dizer que é muito bom estar aqui e parabenizar, querido Carlos Siqueira, meu querido companheiro, ex-Governador, Presidente Estadual do PSB da Paraíba e hoje nesse desafio de estar à frente da Fundação João Mangabeira, querido companheiro Ricardo Coutinho.

Quero dizer, Alessandro Molon, gratidão por nos receber tão bem nesta cidade tão linda e com um cotidiano tão desafiante. O Rio de Janeiro passa por um grande desafio e hoje estamos aqui.

E por último saudar a querida companheira Dora Pires, que é Secretária Nacional de Mulheres do PSB (*palmas*) e dizer que é muito bom ver o Chile, o Uruguai, Portugal, Espanha, ou seja, reafirmando as experiências de socialismo e dizendo que é possível esperar. Esperançar porque é muito mais do que esperança.

Mas, dentro dessas inquietações, minha fala está direcionada neste momento para algo que para mim é muito raro, é muito caro e é muito precioso que é a defesa intransigente do estado democrático de direito e da democracia. Porque é nesse terreno que todos os outros direitos acontecem.

E aí, querida Janete, que mulher inspiradora, quero encerrar a minha fala com o tema que me traz e que me faz inquietar de forma mais forte que é a questão das mulheres. E aí na fala de todo mundo, desde o primeiro momento, passando pelos grupos, e na fala das experiências que vieram para cá.

E dou as boas-vindas aos homens e mulheres na pessoa da Deputada Olga, da Espanha, mas é indiscutível que não existe socialismo nem democracia sem a participação efetiva das mulheres. (*Palmas.*)

Agora, tem que ser de fala e de atitude. E a gente precisa fortalecer e o PSB tem essa missão, porque a gente está pronto para governar este País. Esse partido está pronto porque é o primeiro partido que olha para dentro, que chamou a autorreforma para ver como é que neste momento histórico, nessa conjuntura difícil pela qual passa o nosso País, porque enquanto Portugal chega e diz: olha, nós não tributamos quem ganha um salário mínimo, esse incompetente, inconsequente que está aí na presidência da República tributa o seguro-desemprego.

Mas, voltando para o foco da minha fala, não existirá socialismo real se as mulheres não participarem. E para tanto a gente precisa fortalecer aqui dentro do PSB e trazer para cá e trazer para os outros fóruns primeiro não abrimos mão dos 30% de financiamento e de tempo de rádio e tevê para as mulheres, para que a gente se fortaleça. (*Palmas.*)

Segundo, a gente defende que sejam 50% de paridade nos parlamentos municipais, estaduais e federal.

E por fim, dentro dessa reforma política que passou no nosso País a gotas, porque a gente construiu uma plataforma para os movimentos populares e sociais e lá estava dito que a gente queria, Maria Estela, companheira Cida Ramos, companheira Márcia Lucena que estão aqui também, e as meninas aí da juventude feminista socialista do PSB da Paraíba, a gente defende que tenha lista fechada por alternância de gênero e, para ser justa, que essa lista comece por uma mulher negra. (*Palmas.*)



Então, estou toda cheia de esperança, de energia, para voltar para a Paraíba, continuar a resistência e preparar para o ano que vem e para os próximos anos que virão.

Muito obrigada e vamos simhora! (*Palmas.*)

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Obrigado, Sandra.

O próximo inscrito é o Bira, que está lá atrás. Em seguida será o Vicente.

**O SR. DEPUTADO BIRA DO PINDARÉ** – Boa tarde. Primeiro quero saudar a nossa direção nacional. Agradecer ao Presidente do PSB do Rio de Janeiro, nosso Deputado e querido amigo Alessandro Molon, e o nosso Presidente Carlos Siqueira pela iniciativa e toda a direção nacional de enfrentar esse debate tão importante e crucial para o nosso País.

O PSB tem um papel importante a contribuir com a história do Brasil, fruto da sua também histórica de 72 anos de vida.

Quero saudar os palestrantes, a Deputada Olga, os Deputados Hugo e João, e a minha pergunta vai para os colegas do partido português. Tive uma grande curiosidade e eu gostaria muito de compartilhar com vocês, pegando como marco histórico a grande crise de 2008 e tudo que vem acontecendo a partir dela. A gente viu na história do mundo, sobretudo o mundo ocidental, um crescimento mais autoritário das políticas, dos partidos autoritários. Nós tivemos a vitória do Trump em 2016 nos Estados Unidos, tivemos o crescimento da Le Pen, na França, quase chegando à vitória. Tivemos aqui infelizmente a vitória do Jair Bolsonaro, como Presidente do Brasil e estamos vivendo na América Latina uma série de retrocessos e contra as reformas.

Em contrapartida, vimos em 2015 uma vitória expressiva do Partido Socialista Português e a gente tem falado muito das alianças que foram feitas pelos partidos, mas a minha pergunta é para saber como vocês sentiram a população, os moradores de Portugal. Quando vocês viram que foi essa virada na contramão de tudo que está acontecendo. Então, parabenizar vocês e fazer essa pergunta.

E a segunda pergunta é saber como vocês estão sendo vistos na Comunidade Europeia, no mundo europeu, como Portugal é visto e como se relaciona, com essa experiência que vocês estão tendo lá tão bem sucedida e que a gente espera que tenha vida longa e no inspire aqui no Brasil para a gente conseguir fazer a virada, e eu tenho certeza absoluta de que o PSB vai contribuir e muito nesse processo não só em 2020, mas também em 2022.

Então, como muito bem dito pelo nosso Presidente Siqueira, aqui no Rio de Janeiro, em 1947, foi fundado o PSB. Aqui no Rio de Janeiro em 1985 foi refundado aqui no Rio de Janeiro a gente tem a alegria — e eu sou o Bira, Secretário-Geral do PSB aqui do Rio de Janeiro — de receber o Brasil aqui, sabendo que aqui é a virada.

Aquilo que conversamos no Congresso Nacional do PSB, há dois anos, que o PSB vai cumprir um papel importantíssimo. Sofremos na eleição de 2018, mas tenho certeza, Presidente Molon, que o Rio de Janeiro está esperando o Brasil para construir uma grande virada e 2022 é logo ali. E o PSB certamente terá um projeto claro, evidente, nítido, conectado com a população, para o Brasil voltar a ser feliz.





Então, agradecer e fazer essa pergunta aos nossos colegas portugueses. Muito obrigado.  
(Palmas.)

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Muito obrigado, Bira. O próximo inscrito é o Vicente.

**O SR. VICENTE** – Saudações, companheiras e companheiros desta grande conferência internacional, companheiro Siqueira, nosso Presidente, companheiro Molon, Secretário de Relações Internacionais e também saudar os deputados convidados que muito nos honram, companheira Olga e companheiros João Paulo e Hugo.

Nós vivemos um tempo no Brasil desafiador para o socialismo. Desafiador inclusive porque nós, historicamente, o Partido Socialista Brasileiro, com 72 anos, possa efetivamente levar os valores do socialismo ao povo brasileiro de forma clara e firme.

O Presidente que aí está, de forma ardilosa, tem, desde o seu discurso de posse, desde um discurso desastroso na ONU, batido no socialismo, incitado o combate ao socialismo. Isso mostra algo que para nós é extremamente importante, que o socialista se apresente como tal e que a sociedade conheça e que adquira a cultura do valor de ser socialista, além do partido, além do próprio Estado e do Governo que se estabeleça.

E, das duas questões que queria fazer aos três companheiros, a primeira é sobre a democracia participativa. Como se dá, nos governos da Espanha e de Portugal, a participação direta da população, os referendos, os plebiscitos, os conselhos temáticos, geográficos, os conselhos de mulheres, de idosos, de jovens, da população LGBT e como eles também levam a cultura dessa defesa de valores que o socialismo e a esquerda mundial defendem historicamente e que por eles, com muita força, com muito amor, com senso de justiça tenta levar os caminhos da humanidade. E nós, socialistas democráticos, temos essa orientação.

Mas precisamos que a população se aproprie e defenda esse valor socialista. Então, a minha pergunta era no sentido de Portugal e Espanha, como se dá na Geringonça, na luta do PSOE, e se traga a participação popular direta, a democracia direta e também os valores do socialismo adquiridos pela população.

E a segunda é a questão das corporações transnacionais da especulação, do rentismo que esmaga os direitos sociais do Brasil atualmente. Esmagou os direitos trabalhistas, esmagou o orçamento do Estado, congelando por muitos anos e esmagou recentemente a nossa Previdência Social pública e solidária. Mesmo com a grande resistência do Partido Socialista que conseguimos significativamente minorar muito os danos, mas foi uma reforma da Previdência desastrosa para os pensionistas, para as viúvas, para os trabalhadores, para os idosos, para a carteira de trabalho.

Então, perguntaria sobre o rentismo, o capital improdutivo, também pelo mundo inteiro e no Brasil que causa uma grande desindustrialização. Eu sou operário oriundo da indústria de calçados do Rio Grande do Sul. Uma grande desindustrialização e a hegemonia do capital improdutivo especulador, usurário, que tem transformado, revogado o sentido de Estado nacional e tornado os governos, como este que, por intermédio de Paulo Guedes e de Bolsonaro, fantoches, marionetes, mandaletes do capital internacional, transformando a lógica do País,



suas riquezas naturais, como uma extensão do interesse do capital internacional como um território ocupado, que é isso que eles pretendem ao fim.

Então, eu queria ver a resistência histórica na Europa existente, para que tenhamos o sentido de nação e também a participação popular.

Muito obrigado e parabéns pela sua participação e pela luta. (*Palmas.*)

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Obrigado, Vicente. Está registrado. Vou passar a palavra aos próximos inscritos, vamos voltar para a Mesa e depois vamos abrir uma segunda e última rodada. Está bem?

Vamos ouvir agora o Domingos Leonelli, que é o próximo inscrito.

**O SR. DOMINGOS LEONELLI** – Inicialmente parabéns, Molon, pela sua condução, parabéns ao Carlinhos Siqueira, Ricardo Coutinho.

Eu fico muito impressionado com a coincidência de propósitos, com a coincidência de ideias e com a identidade que nós estamos adquirindo internacionalmente.

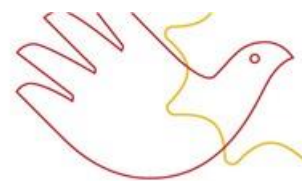
A Deputada Olga, o Deputado Hugo, o Deputado João, já tivemos uma grande prova de identidade com os partidos da América Latina, e eu gostaria de dizer o seguinte: ambos os deputados portugueses colocaram aqui uma questão macroeconômica, o enfrentamento macroeconômico muito necessário e indispensável para enfrentar as etapas que já foram colocadas e que ainda virão.

Mas eu gostaria de saber mais um pouco sobre o papel que a economia criativa, o turismo, a tecnologia, o *design*, que parece ter tornado Lisboa uma espécie de capital cultural da Europa. E que papel nos novos empregos, que papel na economia como um todo e como isso se articulou com as medidas macroeconômicas que foram tomadas. Muito obrigado.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Muito obrigado, Leonelli.

Com a permissão da Valneide, como ela fez uma pergunta já no primeiro bloco, vou passar a pergunta porque são dois inscritos, a Jesus e o Washington, o companheiro do Amapá também. E depois a última pergunta a senhora e encerraremos o primeiro bloco. Se for possível fazemos mais uma, porque o tempo está avançando, para que os nossos convidados tenham tempo, e então faremos apenas um bloco de perguntas, devolvemos para a Mesa e, em seguida, o Presidente Siqueira fará o encerramento dos trabalhos.

**O SR. WASHINGTON** – Obrigado Molon. Quero saudar o Deputado Hugo, o Deputado João Paulo, nossa companheira Deputada Olga e dizer que essa troca de experiência é importantíssima para o Partido Socialista Brasileiro, haja vista que nós neste momento de conferência nacional, de autorreforma, estamos aqui firmando posição em que acreditamos no processo democrático. Queremos governar para a sociedade brasileira, para o povo brasileiro, mas queremos nos submeter exatamente a partir das nossas proposituras, para que o povo brasileiro nos escolha para representá-lo, para operar o processo de mudança.



E essas experiências que vocês trazem dos países europeus e a experiência da América Latina criam uma inquietação. Vocês estão vendo o que está acontecendo no Chile, o que aconteceu na Bolívia, o que está acontecendo na Venezuela.

Defender proposta avançadas, melhorar a vida coletiva do povo não é uma tarefa fácil. Como é que dialoga no processo democrático com a sociedade civil organizada, com o povo, porque eu tenho certeza de que em Portugal e na Espanha tem resistência. Setores conservadores, os setores reacionários da sociedade destes países, assim como no Brasil, Brasil esse que nós queremos governar, vai haver muita resistência.

Então, como dialogar com a sociedade civil organizada, com o povo, para que essas propostas avançadas possam ser implementadas a partir do Parlamento. Não através de um processo de ruptura, mas a partir de um processo de diálogo, de enfrentamento, de debate e de enfrentamento de maioria/minoria, aonde vão ter lá também os conservadores, vai ter o centrão, vão ter outros pensamentos. Como a gente consegue fazer isso?

Talvez para nós, que queremos governar o País, ampliar a nossa força política dentro do Congresso Nacional, governar as cidades e melhorar a vida do povo, isso para nós é muito enriquecedor do ponto de vista para que troquemos essa experiência com vocês.

Nós sabemos que o que está acontecendo aqui na América Latina é extremamente triste. O povo tendo seus direitos usurpados e tendo que ir para o enfrentamento contra o Estado, Estado esse do qual nós queremos participar e queremos transformar. Nós somos um partido de novo tipo. Nós viemos aqui reafirmar, Deputado Molon, que acreditamos na democracia e queremos participar ativamente dela. Queremos ser protagonistas. E nós estamos empoderados para transformar a vida coletiva do povo.

Então, como militante do PSB e do MPS, quero saber como vamos enfrentar no dia a dia aqui no Brasil e como vocês veem a sociedade, o povo organizado repercutindo, porque cada um de vocês é porta-voz dos interesses coletivos dentro do Parlamento da Espanha, de Portugal, e obviamente os nossos companheiros aqui da América Latina que estão também enfrentando esse embate dentro do Parlamento no Chile, na Bolívia, na Argentina, na Venezuela e isso é enriquecedor.

Portanto, acho que essa experiência precisa ser compartilhada e eu gostaria muito de abstrair neste momento da conferência do nosso partido e vocês vindo aqui coirmãos, nessa luta que para nós deixa de ser só nossa. Não estamos sós. Estamos juntos, irmanados, na luta pela implementação das experiências do socialismo democrático e libertador em todo o mundo, na Europa, na América Latina, e creio que isso vai nos trazer muito enriquecimento adiante. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Muito obrigado.

Jesus pode fazer a sua pergunta. Em seguida as duas últimas e encerramos.

**A SRA. JESUS** – Primeiro quero saudar a companheira Dora em nome de todas as mulheres do PSB e todas as mulheres do Legislativo. Quero saudar a nossa companheira Deputada Lídice da Mata.



A minha pergunta vai para a Olga e também para todos, porque a Olga me chamou atenção em relação à questão de gênero. Não vou a fundo porque Sandra Marrocos já fez o seu questionamento.

Mas como vocês observam essa onda conservadora na América Latina? E a outra é: qual o nosso papel como partido socialista, pensando essa questão internacional, a qualidade de vida das pessoas. E principalmente aquelas pessoas que estão na periferia.

Eu sou de Maceió, sou da Região Nordeste do meu País, e moro num bairro aonde a gente teve maior resistência contra esse governo que aí está. O Nordeste disse não a esse Bolsonaro. Nós dissemos: “*Não, não aceitamos*”. (*Palmas.*) E está difícil para nós. A resposta é que esse Governo medíocre disse para nós por isso que está essa onda de óleo no Nordeste, porque esse Governo medíocre, seboso, não teve a capacidade de gerenciar esse problema no Nordeste.

E a minha pergunta para a companheira Olga e para todos vocês é como enfrentarmos isso, essa onda conservadora no País que nos atinge e, principalmente, os nossos direitos sociais. Porque a cada dia que passa a luta da minha mãe, a luta dos meus antepassados está indo para o lixo.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – As duas últimas perguntas, por favor.

**A SRA. GEORGINA HEIZI** – Sou de Pernambuco, Secretária Estadual Sindical.

Quero fazer uma pergunta aos militantes dos outros países com referência à luta daqueles companheiros e companheiras que produzem o feijão, a macaxeira, o inhame, os trabalhadores rurais. Porque em Pernambuco e no Brasil têm muitos ainda e a gente precisa fazer um trabalho para que eles não sejam tão violentados nos seus direitos, como realmente agora o problema da Previdência, que muitos estão prejudicados, porque não conseguiram ou não conseguem comprovar o seu tempo de serviço.

E também os outros direitos sobre a área trabalhista, que muitos são assalariados e têm muita dificuldade com referência a essa lei que veio para massacrar principalmente os trabalhadores e trabalhadoras rurais deste País.

E outra coisa com referência à participação. Primeiro parabenizar as companheiras, mulheres, não só de Pernambuco, não só aqui do Brasil, mas as outras mulheres que vieram e deram um show aqui para nós. Estão de parabéns todas as companheiras que fizeram brilhantes exposições.

E quero dizer para todos os homens que sem a participação da mulher a luta fica pela metade. E é isso que estamos precisando cada vez mais valorizar a nossa participação da mulher em todos os cantos. Nas centrais, nos sindicatos, no partido, que a gente seja mais vista, com condições de lutar, gritar, resistir, como nós fizemos no dia 13 de agosto deste ano, aqui na Marcha das Margaridas, que tinha muitas mulheres de outros países aqui também com a gente.



É isso que nós precisamos cada vez mais resistir, lutar contra a violência, as explorações que existem não só com as mulheres negras, mas as trabalhadoras rurais também são violentadas não só aqui no Brasil, mas em todos os lugares, e principalmente aqui.

Muito obrigada e vamos à luta e vamos contar com a nossa vitória futura. (*Palmas.*)

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Muito obrigado.

Vamos à última pergunta.

**A SRA. DEPUTADA SUSANA DELGADO** (Tradução simultânea) – Boa tarde. Uma pergunta específica para o companheiro Deputado de Portugal que nos falava de uma política pública, mas de um presidente da República prometeu o que o povo necessita em meu país. Aproximadamente 40% da população não tem moradia própria. E uma das propostas do Governo demagógica, claro, levamos dois anos e meio nesse governo de Moreno, 325 mil moradias foram propostas, mas isso não foi conseguido.

Gostaria de saber qual é a política pública específica de Portugal com relação à questão de moradia. Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Muito obrigado por todas as perguntas. Mas ainda há uma pergunta e em seguida vamos devolver a palavra aos convidados.

**A SRA. VERA** – Boa tarde. Sou do PSB Mulheres de São Paulo. Gostaria primeiro de agradecer a todos que estão compondo a Mesa, ao Presidente Carlos Siqueira por essa oportunidade de a gente participar da autorreforma de um partido, porque nos meus anos de política é a primeira vez que vejo um partido fazendo autorreforma para que a gente possa viver no mundo atual de políticas para as pessoas.

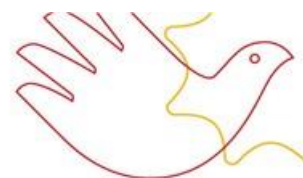
Quero fazer uma pergunta aos dois deputados de Portugal. Com a emigração dos portugueses para outros países, tenho percebido que muitos brasileiros estão indo para Portugal. Gostaria de saber se a política de Portugal serve também para os brasileiros que estão indo lá tentar uma vida. Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Muito obrigado. Agradeço a todos as perguntas.

Vamos devolver a palavra para os convidados e se a Deputada Olga me permite, eu reforçaria aquela pergunta sobre algumas medidas econômicas tomadas pelo governo do PSOE que também foram importantes para o crescimento econômico da Espanha. Começamos por ela, vamos seguir a mesma ordem das manifestações.

**A SRA. DEPUTADA OLGA ALONSO SUAREZ** (Palestrante.) (Tradução simultânea) – Eu pertenço a uma região da Espanha que é a Galícia e que tem fronteira com Portugal. Venho de Vigo. E nós na Galícia temos uma língua, o galego, que tem uma raiz muito semelhante ao português, e eu ia começar a falar em galego na minha resposta, mas eu vou falar casteliano para que nós possamos nos compreender melhor.

É verdade que existe algo. Em Vigo nós temos um prefeito que vocês vão conhecer e quando eu estava listando o que Pedro Sánchez fez nesses meses de governo, logo notei que



estava faltando alguma coisa, não me lembrava do que era exatamente. O meu prefeito diria que por eu ter me esquecido isso eu cairia para o final da lista. Era o que o meu prefeito diria.

É verdade que eu não falei do que o Pedro Sánchez tinha tomado as medidas principais que ele tomou. Foi o aumento do salário mínimo interprofissional a 900 euros. É uma das medidas que mais afetou a um número maior de pessoas e que propiciou qualidade de vida melhor a todas as pessoas. Vocês vão se dar conta de que o governo de Pedro Sánchez com relação ao tema das mulheres, por exemplo, foi o governo da Europa que teve um número maior de mulheres governando. De 27 ministérios, 11 mulheres ocupando ministério como fazenda, justiça, defesa. Todos os ministérios muito importantes. Então, esse é um exemplo. E vamos falar dessa parte também, mas é verdade que nesses oito meses muitas medidas muito importantes foram tomadas. Mas o que eles estavam tentando fazer era evitar todos esses sete anos de governo do Partido Popular e o que eles conseguiram foi aumentar a desigualdade, levar as pessoas à pobreza.

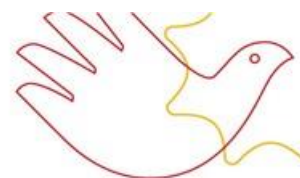
Falamos disso ao longo do dia hoje. Quando a direita governa, o que se produz é que a brecha, a lacuna da desigualdade aumenta. E o que nós tentamos fazer é melhorar essa situação.

Um tópico que estavam me perguntando sobre como vamos enfrentar a onda conservadoras das mulheres. Nós já estamos fazendo isso, estamos fazendo esse enfrentamento na Espanha nos dois últimos anos, o 8 de março têm sido lindos. As mulheres ocuparam as ruas, pedimos o que nos toca pedir, o que nós temos o direito. Somos 51% da população e temos que ocupar os espaços que são correspondentes a 51% da população mundial. (*Palmas.*) É simples assim.

E a onda do conservadorismo nós temos que enfrentar essa onda conservadora. Houve um deputado do Vox que, em 25 de novembro, falando da violência de gênero, ele disse no auditório, e imaginem vocês como eles são no auditório que falava de mulheres e da violência de gênero, ele se permitiu dizer que isso não existia. E ele irritou extremamente uma mulher que estava na plateia, estava próximo a ele, na primeira fila da plateia, porque ela estava em cadeira de rodas e ela não foi capaz de olhar no rosto dessa pessoa.

Essas mulheres têm que olhar na cara dessa gente e dizer: *“Nem um passo atrás. Nós não vamos voltar um passo sequer.”* (*Palmas.*) Temos que olhar para essas pessoas e dizer-lhes que nós não regressaremos, não haverá retrocessos, as mulheres têm que ocupar os seus espaços.

O que a companheira estava dizendo é verdade. Estamos ocupando setores importantíssimos. Nós mantivemos a economia de muitos países, sobretudo em setores nos quais o trabalho tem sido muito forte, como por exemplo no campo. O trabalho do campo é um trabalho quase escravo, é um trabalho muito árduo, que não gera rendas nem méritos. Pois as mulheres têm que realmente se manifestar. Tem que colocar no manifesto tudo isso que fazemos, incluindo-se aí tudo que fazemos nas nossas vidas privadas, em nossa vida pessoal. Somos as mulheres que colocamos no manifesto o quanto valemos e pedir apoio aos nossos companheiros. Não aos outros. Aos outros vamos dizer, olhando na cara deles: *“Nós estamos aqui e não vamos embora.”* (*Palmas.*)



A outra pergunta com relação à representação dos Deputados na Espanha, nós surgimos de uma representação territorial. Somos eleitos em cada uma das províncias espanholas. Então, o nosso dever é levar essas petições do nosso território. Quando nós vamos, no momento das eleições, por exemplo, nós visitamos todo o território. E em todas essas eleições o que eu disse foi o seguinte: eu estou aqui para escutar o que vocês têm a dizer, as suas inquietações, preocupações e petições, mas existe uma diferença em que todos os momentos nós prometemos que logo nós voltaremos. Não em quatro anos para pedir votos de vocês. Não vamos fazer isso. Vamos voltar para governar, para voltar a ouvir justamente esses pedidos e levar esses pedidos e essas requisições ao Congresso, porque essa é a nossa função e isso tem a ver com a participação direta da qual falava um colega nosso sobre como nós participamos. É muito fácil.

O programa do Partido Socialista Espanhol não foi feito por um grupo de pessoas do partido, ele foi feito falando justamente com os coletivos, escutando as preocupações dos coletivos. Porque afinal de contas nós representamos uma sociedade e temos que escutar as pessoas. E esse programa foi feito por essas pessoas.

Portanto, quando nós chegamos ao Governo, temos que continuar escutando as pessoas. É uma diferença fundamental com relação à direita. Eu sou sindicalista e sou política também, mas eu fui a primeira mulher a dirigir um sindicato em minha cidade, Vigo. Então, as duas atividades estão entrelaçadas, a política e o sindicalismo. (*Palmas.*)

No meu caso específico eu vou comentar com vocês a razão pela qual isso é tão importante. A minha experiência pessoal, com 21 anos eu era professora e o meu futuro estava assegurado porque eu era funcionária pública. Eu era funcionária do Estado espanhol.

Logo que comecei a trabalhar, estando no PSOE, começamos a falar de uma reforma da lei de educação e se falava de um livro branco. E nos deram a oportunidade em cada cidade e em cada povoado de falar e de debater o que em realidade o que os professores queriam de fato para essa lei de educação. Nos deram essa chance, essa oportunidade. Eu me alguém que estava participando de um processo como membro de um sindicato. Você tem a impressão realmente de que você está contribuindo com o debate.

Quando o PSOE propôs uma lei, sempre a lei era feita com o resto das forças políticas, à exceção do Partido Popular, que representa a direita. O Partido Popular sempre fez o contrário, sempre. Todas as forças políticas estavam contrárias e, o que era ainda pior, todo o setor, por exemplo, nesse caso o setor da educação, estava contra essa lei. Eu acho que há uma diferença fundamental.

Se algo que temos no Partido Socialista é saber escutar e saber dialogar é o mais importante, porque no final das contas temos que chegar até as pessoas e alcançá-las.

Houve uma pergunta com relação à indústria. Vou lhes dar um exemplo da minha cidade. Minha cidade, Vigo, é a maior cidade da Galícia, é a cidade mais povoada, com mais indústria. Não é capital da província, não é capital de comunidade autônoma. A única coisa que nós temos é o que conseguimos justamente por si mesma. Como cidade ela conseguiu tudo isso. Na minha cidade existe um grande problema. Existe indústria automobilística, existe indústria



naval. Vigo é uma cidade e estamos do outro lado do Atlântico. Estamos na outra margem e temos um setor naval.

Então, existem duas empresas importantíssimas em Vigo no setor naval que neste momento estão tendo problemas, porque nós temos um governo na comunidade autônoma do Partido Popular e eles disseram que antes das eleições que iriam conseguir trabalho para esse setor naval, que haveria muito trabalho, que estavam falando com o México, com a empresa Pemex, para construir muitos barcos e tiraram fotos. As embarcações não vieram e agora estão em jogo, 1500 postos de trabalho estão em risco. E nesse momento, quando o Presidente da comunidade tirou as fotos, agora ele está justamente andando pela rua com medo de falar com as pessoas, porque as indústrias precisam ajudar-se a si mesmas.

Algo importante que foi comentado aqui, a indústria tem que se adaptar aos novos tempos, às novas situações. Mas ela necessita de respaldo, necessita de ajuda, porque o Governo tem que dar apoio para que essas mudanças sejam as mais suaves possíveis.

É verdade que os setores têm que se adaptar às novas tecnologias. Eles têm que se adaptar às transições ecológicas. É importantíssimo, nós não podemos trabalhar como se trabalhava há 50 anos. Temos que pensar em deixar o carvão e pensar no futuro. Nós temos que pensar no meio ambiente. Então, é importantíssimo que haja apoio a esses setores. E é compromisso dos governos apoiar esses setores. (*Palmas.*)

E logo vou falar de uma pergunta que era para meus amigos portugueses, mas também tem muito a ver com o que eu estou falando aqui. Era sobre os emigrantes portugueses que não eram alfabetizados. É verdade. Tanto Portugal quanto Espanha foram países de imigrantes, foram países de gente que emigrou e muitos deles emigraram para a América.

Agora está acontecendo o oposto, os nossos jovens que neste momento são os mais bem preparados, nos quais investimos em sua educação, são os que tiveram que emigrar, para buscar um futuro melhor. E isso realmente é uma lástima que um país não seja capaz de usar a mão de obra jovem, essa juventude que foi preparada.

Uma das coisas que Pedro Sánchez fez em primeiro lugar foi o tema das bolsas de estudo para a universidade, para que eles possam ter ajuda para continuar na universidade, e um plano para que esses jovens voltem ao seu país e busquem trabalho no seu próprio país. Isso é muito importante. Porque no final isso está tudo relacionado. Se nós não temos juventude, os jovens foram embora, não teremos natalidade e não teremos nada. Ou seja, é importantíssimo investir nessa questão.

Eu gostaria de falar disso neste momento. As pessoas que emigram são as pessoas com mais formação. São os jovens mais bem formados. (*Palmas.*)

**O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO MOREIRA CORREIA** – Respondendo a algumas questões, começando pela emigração. O nosso país foi muito sacrificado, com várias ondas de emigração nas décadas de 50, 60 e 70, sendo que basicamente as pessoas fugiam da miséria e da guerra em Portugal.

Lembro-me de que Portugal esteve em guerra com a África desde 1961 até 1974, na altura em que o 25 de abril terminou com a chamada Guerra do Ultramar. Portanto, houve uma





fuga massiva de muitos jovens também que fugiram da guerra, porque eram obrigados, por estarem no Exército, nas Forças Armadas, para combater na África e muitos deles fugiam.

Mas também grande parte da emigração, nas décadas anteriores, não teve a ver com a guerra, mas sim com a fuga da miséria, porque a ditadura portuguesa, que ficou conhecida como Estado Novo, foi uma ditadura que se baseou no empobrecimento e no analfabetismo da população.

E por isso não é de estranhar que tenha encontrado no Canadá uma comunidade portuguesa que era representativa disso que acabei de falar. Gente muito humilde, sem qualquer tipo de instrução e só com vontade de trabalhar e de sobreviver.

Isso aconteceu no Canadá, nos Estados Unidos, onde o PSOE também tem uma grande comunidade, na Europa, na África do Sul, onde Portugal também tem uma grande comunidade de emigrantes. E há um dado que fala por si e que diz muito daquilo que foi a emigração portuguesa nessas décadas.

A segunda cidade do mundo com mais portugueses não fica em Portugal, é Paris. A primeira cidade onde vivem mais portugueses é Lisboa, a segunda é Paris. Aliás, se contabilizarmos os descendentes dos emigrantes portugueses de cerca de 500 mil portugueses que vivem em Paris, os portugueses são mais de 1 milhão, só em Paris.

Portanto, isso diz muito daquilo que foram as vagas emigratórias de Portugal para outros pontos do Globo nas décadas de 50, 60 e 70.

Aproveito o tema da emigração para dizer também o seguinte: neste momento chegam todos os dias a Portugal muitos brasileiros. Mas muitos mesmo. A estatística não está feita, é mais recente. E sou além de deputado, sou “prefeito” entre aspas, nós chamamos presente junta de uma povoação que está recebendo muitos cidadãos brasileiros. E é curioso que, pelo menos é a minha sondagem pessoal, não há nenhuma estatística, em cada quatro cidadãos brasileiros que encontro na minha freguesia, sem chegar a Portugal, eu pergunto o que acham do atual momento político do Brasil, em quem votaram, três quartos dizem que votaram no Bolsonaro. Mas escolheram um país governado por socialista para viver.

Portanto, há certa incoerência, no mínimo, na escolha de vida dessas pessoas, uma vez que saíram do seu país porque estão zangadas com o atual momento político, estão frustradas com o futuro da economia, falta de emprego, insegurança etc., mas escolheram sair do país numa altura em que a pessoa que escolheram para governar o país está em funções. Isso é muito contraditório.

Mas o certo é que sociologicamente essas pessoas são pessoas de classe média e classe média alta, porque a Freguesia, onde tenho responsabilidades por estar no centro de Vila Nova de Gaia, que é o terceiro município mais populoso de Portugal e onde o preço da habitação é muito elevado e, portanto, só quem tem de fato capacidade econômica é que pode escolher esse território para morar.

Portanto, politicamente são pessoas que votaram esmagadoramente no Bolsonaro e decidiram emigrar para Portugal, um país governado por socialistas, o que é bom sinal, porque



significa que há futuro para essas pessoas, portanto. Há que ter esperança. (*Risos.*) E também significa que são pessoas que vêm de uma classe média alta aqui no Brasil.

Reação dos portugueses à Geringonça. A maioria dos portugueses apoiou a Geringonça, porque os votos do PS mais os votos do Partido Comunista Português mais os votos do Bloco de Esquerda somados foram a maioria dos votos. Assim foi em 2015, ainda mais agora nas eleições de 2019, porque o PS subiu muito a sua votação nas últimas eleições legislativas há dois meses.

Mas que tipo de reação negativa que poderia haver nas ruas de Portugal, quando o Governo anunciou: Vamos devolver os cortes dos salários e vamos devolver os cortes de pensões! Havia alguém contra, alguém estaria contra isso? Não, ninguém esteve contra, pessoas aplaudiram. Quando o Governo disse: Vamos descer os impostos sobre o rendimento do trabalho. Houve alguma reação dos setores mais reacionários da sociedade portuguesa? Também não. Nem tiveram coragem de ir para as ruas, estava toda a gente a favor, toda a gente quer pagar menos impostos sobre o trabalho.

Portanto, o conjunto de medidas que foram tomadas, não puderam ter queixa, digamos assim, das forças mais reacionárias portuguesas para conquistarem o Governo. Até porque todos os portugueses, quando digo todos é a esmagadora maioria, perceberam que foram enganados durante quatro anos. Como disse o meu colega Hugo há pouco. A direita disse, durante anos a fio, que só havia uma alternativa para os portugueses, que era sofrer, era empobrecer, eram salários baixos. Só isso seria atrativo para os investidores virem para Portugal e criarem emprego.

E nós provamos que isso era falso e, portanto, os portugueses, a esmagadora maioria, mesmo os setores que não votam no Partido Socialista, ficaram não zangados conosco, só têm a agradecer porque acabamos por desvendar a verdade, mas ficaram chateados com aquela direita. E por isso nas últimas eleições, há dois meses, os partidos tradicionais de direita foram muito castigados eleitoralmente, tendo perdido muitos deputados em 2015.

Do meu ponto de vista, a principal razão que levou ao desaparecimento de muitos partidos socialistas na Europa e em outros pontos do Globo, foi porque eles deixaram de ser partidos socialistas. (*Palmas.*) Que era o que aconteceria com ao Partido Socialista em Portugal se deixasse de ser socialista no último governo. O Partido Socialista desapareceu da França, da Itália, da Grécia, desapareceu de muitos países europeus, porque deixou de ser socialista. E, portanto, aqueles que dizem quando um político se apresenta dizendo que não tem ideologia, é falso. Não se faz política sem ideologia. É como se casar sem amor, portanto não faz sentido. E esses são os mais perigosos, são aqueles que dizem que não têm ideologia, porque na verdade eles têm uma ideologia, mas têm vergonha dessa ideologia. E esse que é o grande perigo, a grande ameaça para as nossas sociedades nos tempos de hoje.

Os partidos socialistas, quanto a mim também tenho que evitar ao máximo cometer outro erro. Para além de serem socialista nas suas ideias, nas suas propostas, têm que falar para as empresas e para os empresários. Porque se os partidos socialistas deixarem de falar para as empresas e para os empresários, aí é que começam a afastar um eleitorado, certa elite que depois vai conspirar com outras elites que nunca estarão a favor dos partidos socialista para



fazer não a contrarrevolução, mas vão fazer uma oposição, mas uma oposição mais musculada, digamos assim, contra os governos socialistas.

Por isso que em Portugal nós nunca deixamos de falar para as empresas e apresentar propostas para as empresas. Qual é o empresário português que não quer pagar melhores salários? Não quer criar mais postos de trabalho? Todos querem criar mais postos de trabalho e pagar melhores salários. Porque criarem mais postos de trabalho significa que tenham mais encomendas e, portanto, por responder às encomendas, tem que ter mais postos de trabalho. Se pagam melhores salários é porque contratam trabalhadores qualificados, que vão acrescentar uma mais valia à empresa, para ela conseguir crescer ainda mais.

Ora bem, se nós cometemos o erro de deixar de falar para as empresas e para os empresários aí teremos que colocar os países socialistas naquilo que é uma base muito limitada de apoio popular e, portanto, estamos a fazer um combate indireto a alguns setores da nossa sociedade.

Por exemplo, aquilo que neste momento são setores de contestação ao Governo, ao Partido Socialista em Portugal, são setores da administração pública. E por que razão? Não porque estejam contra as medidas tomadas pelo Governo do Partido Socialista, mas porque existem mais. Ou seja, nós descongelamos a progressão de salários na Administração Pública. E o que significa? Significa que os funcionários públicos em Portugal são aumentados de duas formas: ou o Governo decreta vamos aumentar os salários quase sempre de acordo com a inflação, e sobem de acordo com a inflação, ou os salários aumentam por causa da avaliação do desempenho dos trabalhadores que dão uma determinada nota e, ao fim de alguns anos, ele sobe na sua carreira e passam a ganhar mais no final do mês.

Durante muitos anos a progressão na carreira em função do desempenho do trabalhador na Administração Pública esteve congelada, e nós descongelamos. Só que alguns setores da Administração Pública querem que o Governo ainda faça mais ou menos do que aquilo que está fazendo. Não é uma discordância do caminho, é da intensidade do caminho. É uma discordância de ir em frente. Não estão em oposição em relação ao caminho que estão a seguir, eles querem que a intensidade do caminho seja maior.

E, portanto, neste momento esses são os principais focos de contestação, mas o parlamentarismo da nossa arquitetura político-democrática em Portugal também esvazia muito os movimentos reacionários. Ter um parlamento com poderes acrescidos permite que o Parlamento tenha um grau de autonomia muito elevado no diálogo que tem com a sociedade.

Por exemplo, existe um problema em determinada região do país. Na semana a seguir o Parlamento está a receber as pessoas, a dialogar com as pessoas, há partidos que apresentam perguntas ao Governo, fazem requerimentos ao Governo. O Parlamento é tido mais semana menos semana no Parlamento português e as pessoas sabem que alguém representa o problema deles, que outro lado também, outra nova exigência que os partidos socialistas também não podem deixar de responder, que é saberem interpretar e representar os problemas das pessoas. E não é só dos problemas gerais.



Agora vou fazer uma ponte para aquilo que foram também algumas medidas tomadas. Nós aprovamos uma lei que determina a igualdade salarial entre homens e mulheres. E essa lei foi aceita de forma quase unânime, portanto não teve resistência. Embora que em Portugal as mulheres ganham menos que os homens em média. Mas para fazermos um caminho de igualdade salarial temos que fazer leis. Por exemplo, nós temos uma lei eleitoral portuguesa de cota de gênero. Ou seja, nas listas que nós apresentamos, para deputados, para assembleias municipais ou até para as assembleias de freguesia, as listas têm que ter no mínimo um homem e uma mulher de três em três. Ou seja, nos três primeiros tem que ter um homem e uma mulher. Depois nos três seguintes daí em diante. Não pode haver três homens seguidos ou três mulheres seguidas nas listas.

Isso assegura uma representatividade mínima de gênero. Não é só de mulheres, mas também de homens, porque nas últimas eleições uma lista foi rejeitada no tribunal porque tinha mais mulheres do que homens, ou seja, não cumpriu a cota de gênero. (*Palmas.*)

O nosso partido, está aqui o meu colega Hugo Pires a me lembrar, nas nossas listas legislativas há dois meses, 40% das listas eram mulheres. E a lei determina que seja 1/3, 33%. Portanto, o PS é o partido que está sempre à frente nessas matérias, quando apresenta esse tipo de propostas legislativas depois tem que dar um exemplo ainda maior. Se propõe 33 depois a seguir, quando apresenta as suas listas de votos, tem que ir mais além. E nesse caso fomos aos 40%.

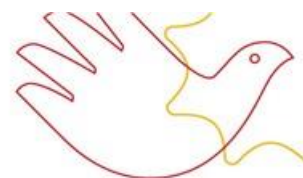
Seguridade social. Percebi que há um problema aqui no Brasil com o sistema de previdência. Em Portugal também tivemos um problema de financiamento da seguridade social. Julgo que estamos a falar da mesma matéria.

Ao longo dos anos nós temos diversificadas fontes de financiamento para seguridade social. Qual é a melhor forma de salvar a seguridade social em qualquer parte do mundo? Pleno emprego. Se houver pleno emprego na economia não há nenhum sistema de seguridade social que tenha dificuldades.

Mas nós sabemos muitas vezes que nem sempre as economias trabalham em pleno emprego e sabemos muitas vezes que é necessário arranjar outras fontes de financiamento. O que fizemos recentemente em Portugal foi pegar numa percentagem do IVA, do Imposto sobre Consumo, e direcionar essa percentagem para a seguridade social, para a previdência. Ou seja, não são só as contribuições dos trabalhadores e das empresas que sustentam a seguridade social. Temos outras fontes de financiamento.

Fomos também a um imposto que criamos e que chamamos Adicional do Imposto sobre os Imóveis. Aqueles proprietários que têm patrimônio de valor elevado, ou seja, aqueles que têm grandes patrimônios em Portugal, pagam uma taxa desse patrimônio, que é uma percentagem vezes o valor desse patrimônio, e essa receita vai toda para a seguridade social. É uma forma de ter todas as classes, financiar o nosso sistema de seguridade social e termos mais de que uma fonte de financiamento para a seguridade social.

Para terminar, gostaria de falar sobre a economia digital, a economia criativa. Portugal tem-se afirmado também na Europa a esse nível. O Web Summit se realiza todos os anos em



Lisboa, em Portugal, é aonde junta aquilo que mais recente e mais inovador tem sido criado em todo o mundo. Foi uma luta que o país travou para levar para o nosso território esse invento que é um invento que deixa no nosso país uma riqueza que depois se multiplica, porque muito daquilo que os grandes inovadores do globo levam para Portugal para mostrar ao mundo parte daquilo fica em nosso país.

Mas também há um esforço do governo socialista nos últimos anos em programas de apoio a criação de empresas *startups* na área das novas tecnologias. Nós temos programas que incentivam o investimento nessas empresas e o desenvolvimento dessas empresas. E isso cruza com o que disse há pouco, nós não caímos no erro de falar para as empresas, de falar para os empresários. Porque a nossa base de apoio tem que ser transversal, desde a classe baixa e a classe alta, desde as empresas aos trabalhadores, do interior ao litoral, é interclassista, é inter-racial. O Partido Socialista em Portugal e em outras pontas do globo para sobreviver eleitoralmente, para governar os seus países, tem que saber também falar para as empresas e para os empresários porque o Estado por si só não garante a economia, precisa sempre do setor privado, e o setor privado se for justo ajuda.

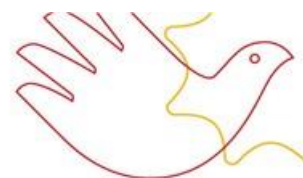
Para terminar, eu há pouco, por razões de economia de tempo, não falei de um assunto que é fundamental do meu ponto de vista e tem sido também importante para o sentimento de justiça que os portugueses têm em relação àquilo que é a governança atual do nosso país, que é justiça fiscal. Se nós hoje em Portugal estamos a advertir por que os rendimentos do capital, do patrimônio e dos imóveis para muitos contribuintes, as taxas que recaem, os impostos que pagam sobre os rendimentos, como disse, do capital, do patrimônio e dos imóveis, das rendas, dos aluguéis, para muitos contribuintes é menos do que os impostos sobre o trabalho. Nós já experimentamos numa discussão como resolver isso em Portugal, porque cometeram-se erros no passado que ainda hoje estão em cima da mesa.

O certo é que o combate à fraude e à evasão fiscal é fundamental para que haja justiça social. Quem ganha com uma máquina tributária, como a administração fiscal pobre e frágil? São os mais ricos. Por que os mais ricos? O que fazem tradicionalmente em todos os países na Europa e aqui também na América Latina? Implantam os seus negócios, produzem lucros, negociam com os partidos de governo que pagaram menos impostos do que o habitual nesses países, pegam esses lucros no final do ano, transferem para *offshores*, onde não pagam nada, ou pagam um imposto muito reduzido.

E esses países veem seus recursos humanos e naturais explorados, e no Brasil também acontece muito disso, certamente. E depois a riqueza criada por essas multinacionais nesses países porque exploram os trabalhadores e exploram os recursos naturais, o lucro não fica no país e é transferido para paraísos fiscais, onde eles guardam muito bem esse dinheiro para futuros negócios.

E muitas vezes isso acontece porque as administrações fiscais são muito frágeis, e a base dos impostos nesses países é mais sobre o consumo do que sobre os rendimentos do capital, o rendimento dos imóveis, o rendimento do patrimônio.

E o grande desafio que eu acho, para terminar, que está sobre a mesa aqui no Brasil é alterar a política fiscal, para que ela deixe de pesar mais para os trabalhadores e passe a pesar



mais no capital. Só assim conseguiremos caminhar para uma justiça fiscal, para que os contribuintes também sintam que os impostos que pagam depois são canalizados para melhor saúde, melhor educação, melhores transportes, mais habitação, mas também que toda a gente contribui e de forma progressiva, ou seja, quem mais ganha mais impostos paga na sua nação.

Isso é fundamental, porque depois gera confiança e confiança nos governos. E neste momento, em Portugal, existe um sentimento de confiança também no nosso governo, porque todas as medidas fiscais que nós apresentamos foi para desonerar, para diminuir a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho. Nós diminuimos o imposto sobre o trabalho para todos os rendimentos, desde os mais baixos até os mais elevados, mas diminuimos muito para os mais baixos. E a aposta para essa legislatura é diminuir muito para a classe média. Nós queremos aliviar ainda mais os impostos sobre o trabalho para a nossa classe média.

E aquilo que há pouco o meu colega Hugo Pires disse é o futuro das nações em matéria de política fiscal, que é a utilização indevida dos recursos naturais dos nossos países tem que pagar mais imposto.

A direita em Portugal andou durante quatro anos a dizer que o imposto sobre produtos petrolíferos em Portugal era muito elevado. O governo tinha que diminuir esse imposto. Mas isso é contraditório com o discurso da direita de que o Governo tinha que fazer mais para combater as ações climáticas.

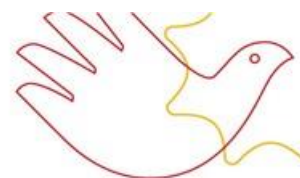
Ora, se nós diminuirmos os impostos sobre os produtos petrolíferos significa que abastecer um carro a gasolina fica mais barato. Ou seja, o que nós estamos a fazer ao diminuir os impostos sobre os produtos petrolíferos é aumentar, incentivar o consumo de combustíveis fósseis. Isso contraria as políticas sustentáveis e as políticas ambientais amigas do ambiente.

Por exemplo, o debate agora em Portugal é a descida ou não do imposto sobre o consumo energético. Faz sentido diminuir de forma cega o imposto sobre o consumo energético sem diferenciar a origem da energia, se ela é de energia limpa ou se é de combustível fóssil? Faz sentido?

Do nosso ponto de vista não faz sentido. Portanto, a política fiscal futura também tem que ter por base aquilo que é a gestão dos recursos naturais dos países. E vocês aqui são produtores de petróleo, de gás natural, têm uma riqueza brutal e a vossa política fiscal não pode ficar divorciada daquilo que são os recursos naturais do Brasil.

Portanto, término, agradecendo imensamente esta oportunidade e desejo que os próximos tempos sejam ainda mais risonhos para o Partido Socialista Brasileiro e dizer que o vosso País precisa muito de vocês. (*Palmas.*)

Ouvi aqui intervenções espetaculares durante esses dias. Sente-se uma energia muito positiva, muito igual àquela que sentimos quando chegamos ao Governo, em 2015, e agora quando ganhamos em 2019, e tenho certeza de que os brasileiros não vão ficar distraídos daquilo que é o trabalho do Partido Socialista Brasileiro, e cada um dos vossos territórios certamente será o porta-bandeira dessa vontade de ganhar e torcer para que o Brasil entre na rota do crescimento e desenvolvimento, mas também na rota da igualdade e da justiça social. Obrigado. (*Palmas.*)



**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Muito obrigado, Deputado João Paulo. A nossa gratidão que é imensa por vocês terem vindo, foi uma grande honra para nós. E nós aprendemos demais com as manifestações de todos os nossos queridos convidados.

Vou passar a palavra ao Deputado Hugo, para alguma eventual consideração final, se quiser fazer menção a algumas das perguntas e, em seguida, o nosso Presidente encerrará o debate.

**O SR. DEPUTADO HUGO PULIDO PIRES** (Palestrante) – Eu acho que o João Paulo já falou tudo. Tenho sempre uma dificuldade em falar em seguida ao João Paulo.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Toda vez que o Deputado Hugo diz isso, vem com coisas brilhantes depois. Então, vamos nos preparar.

**O SR. DEPUTADO HUGO PULIDO PIRES** (Palestrante) – Não, não tenho muito a acrescentar. Acho que o maior desafio de Portugal é realmente a demografia. Há pouco o João Paulo falou na primeira vaga de emigração de portugueses para fora do país, para o Canadá, para a França, para a Suíça, para Luxemburgo, nós temos 1 milhão de portugueses em Paris, na França e, portanto, somos um país de emigrantes, de pessoas que viveram numa ditadura, tiveram vidas desgraçadas, que não tiveram acesso a escola e tiveram que sair do seu país, fugidos, por uma guerra, e procurar uma vida melhor em outros sítios.

Hoje a emigração que acontece em Portugal, dos jovens que saíram, são jovens muito qualificados, aliás, essa juventude, e a brasileira também julgo que sim, trata-se da juventude mais qualificada de sempre. É a juventude mais bem preparada, mais escolarizada, mais cosmopolita, mais viajada, tecnologicamente mais avançada. E, portanto, é uma juventude em quem o País apostou e que pode dar muito futuro e pode trazer mais e melhor desenvolvimento a Portugal.

E nós fizemos um programa que se chama Regressar, em que, através de uma política fiscal, isentamos de impostos durante uns anos, porque nós dizemos ao jovem que está trabalhando na Inglaterra ou na França para vir para Portugal e ajudar o seu país, e ele ganha lá o triplo do salário em Portugal. E, portanto, tem que ser através da política fiscal e de outras políticas de discriminação positiva que nós precisamos atrair os nossos jovens e fazer com que eles regressem e ajudem o seu país.

E, como disse o João Paulo, nós, apesar de sermos socialistas, não podemos nos esquecer de que a iniciativa privada faz parte do desenvolvimento. Nós defendemos uma economia de mercado, não defendemos uma sociedade de mercado nem uma coletivização da sociedade. Defendemos uma economia de mercado em que a iniciativa privada é o instrumento fundamental para fazer o peixe andar para frente.

E, sim, nós apostamos no *design*, nós temos hoje um curso e fazemos muitos programadores para desenvolverem novos *sites*, novos *softwares* em Portugal. Temos o Web Summit, que é o maior invento mundial das novas tecnologias e temos Portugal ao nível das novas tecnologias, ao nível do turismo, ao nível do *design*, é um país que tem dado cartas na Europa. E isso também tem ajudado o país a sair da crise e a crescer, a crescer mais do que a média da União Europeia.



O João Paulo já disse quase tudo e eu quero só dizer que vou fazer um breve parágrafo e um breve parêntese. Um dos novos partidos que entrou nessas eleições na Assembleia da República, que é o Partido Liberal, disse — o que logicamente é um a desgraça, porque ninguém sabe bem o que eles pensam —, no debate com o Primeiro-Ministro e com o Governo, o seguinte: “*Enquanto houver pobres há socialismo*”. Nada mais ignorante do que essa afirmação.

Enquanto houver socialismo há, sobretudo, a ideia de que nós não deixamos ninguém para trás.

Era essa a mensagem que queria deixar. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Muito obrigado, Deputado, pelas excelentes respostas também, pela manifestação brilhante.

Quero convidar o Presidente Siqueira para fazer o encerramento do evento, mas vou aproveitar a oportunidade para fazer um agradecimento sincero por todo apoio e determinação do senhor, Presidente, em realizarmos este Encontro Internacional, pelo apoio para que estabelecêssemos essas relações internacionais, pelo seu desprendimento e sua generosidade em fazer essas viagens, que foram cansativas, mas que foram muito importantes, por ter acreditado nesse debate.

Eu acho que foi tão importante para a gente ouvir todas essas experiências, esses relatos, de valor inestimável. E isso não teria acontecido se não fosse o senhor ter apostado nisso, ter decidido isso e ter impulsionado o nosso partido para isso.

Então, seja para a realização deste seminário de hoje, seja para toda essa autorreforma, isso aqui é uma consequência da autorreforma, um dos pilares como o senhor definiu.

Então, meu enorme agradecimento ao senhor por ter acreditado e apostado nisso e também agradecimento especial à Iara, cujo trabalho, determinação, este seminário não teria acontecido. (*Palmas.*) Fica aqui o nosso agradecimento a ela. Muito obrigado, Iara, pelo seu trabalho e sua dedicação.

Presidente, muito obrigado.

**O SR. CARLOS SIQUEIRA** (Presidente Nacional do PSB) – Estamos nos encaminhando para o fim deste evento e fico muito feliz, Deputado Molon, e também agradeço a colaboração que você deu para que o evento se realizasse, o seu empenho como Secretário de Relações Internacionais do Partido Socialista Brasileiro.

Quero cumprimentar o Deputado João Paulo Correia, o Deputado Hugo Pires, a Deputada Olga Suarez, do PSOE, que são de partidos irmãos e pelos quais temos muito apreço. Assim como o Deputado Roberto Chiazzaro, do Partido Socialista, a Senadora Mônica Xavier e todos os demais partidos irmãos que estão aqui conosco. Também a companheira Karina Mussa do Partido Socialista Chileno e tantos outros que nos brindam com as suas presenças.

Quero ser breve porque lamento que muitos companheiros no nosso imenso País não encontraram voos para viajar mais tarde e tiveram que se ausentar, pois perderam uma parte pelo menos das grandes contribuições que deram esses dois partidos que estão à Mesa neste





momento, mas que tiveram oportunidade de também de manhã ouvir experiências de partidos do nosso continente, que foram extraordinárias para nós todos.

Quero agradecer especialmente a presença do Governador Paulo Câmara, que é também Vice-Presidente Nacional do nosso partido e que nos brinda com sua presença até este momento. (*Palmas.*)

Agradecer a presença dos deputados federais e estaduais que continuaram também aqui presentes. Deputado João Campos, e em seu nome agradeço a todos os demais deputados federais que ainda se encontram neste plenário.

Numa avaliação desse evento, não apenas dessa parte internacional, mas desde o primeiro dia, fiquei muito satisfeito e estou muito contente porque a avaliação foi feita por aqueles que fazem também o encontro da autorreforma. Então, por onde eu andei, seja no almoço, seja nos corredores, ou mesmo encontrando companheiros no restaurante, e todos ficaram muito alegres e entusiasmados, desde o primeiro momento, por uma ideia que é de renovação.

A renovação sempre nos permite repensar a realidade. E repensar a realidade de um país como o nosso tão imenso, com tantas potencialidades, é sempre muito bom. Porque, afinal de contas, não há outra razão para existir um partido socialista que não seja se preocupar com o bem-estar e com mudanças sempre permanentes pelo aperfeiçoamento da democracia, pelo progresso social, material e espiritual do nosso povo, pelo desenvolvimento do País, por ideias generosas que seguramente as nossas gerações não conseguirão levar a cabo, mas as próximas gerações seguramente continuarão falando de socialismo, porque quem pensava que o socialismo acabou está profundamente enganado. O socialismo nem começou ainda. (*Palmas.*)

O socialismo apenas está dando os primeiros passos na história da humanidade e, evidentemente, do nosso País. Uma vez chegou um momento em que alguém disse: chegou o fim da história. Só porque caiu o muro de Berlim. Embora aquele socialismo nada tenha a ver com o que nós pensamos sobre socialismo.

E aí num colóquio internacional, em Londres, estavam várias autoridades e, entre elas, estava um primeiro-ministro de um partido socialista como o nosso. E todo mundo falou sobre todos os assuntos e a crise, a queda do muro de Berlim, o fim da União Soviética, e esse primeiro-ministro começou a falar sobre socialismo, porque o partido dele era socialista. E a imprensa internacional que cobria aquele evento ficou muito estupefata que depois da queda do muro de Berlim, do fim da União Soviética, pudesse um primeiro-ministro ficar falando de socialismo em todo o seu discurso.

Terminou o evento e fomos às entrevistas das autoridades presentes. Aí disse: *“Olha, nós estamos muito abismados que na altura dos acontecimentos o senhor ainda vem falar num evento internacional sobre o socialismo, porque o socialismo naufragou.”* Aí ele disse: *“Não, você está completamente enganado. O socialismo não é um Titanic, o socialismo é o mar, e o mar nunca vai naufragar”.* (*Palmas.*) Então, é muito diferente.

E assim eu digo, porque são fases da humanidade que nós é que temos uma vida curta para não ver o que o progresso chegue a todos. E nós aqui somos democratas que acreditamos



na liberdade e na democracia, sabemos que esse também, junto ao socialismo, é um regime sem fim. As conquistas serão permanentes. Nós, socialistas, nunca estaremos resignados à realidade, porque temos a consciência de que a humanidade que compomos é imperfeita. Que aqui não é o lugar da perfeição. Mas aqui é o lugar que a gente vai se aperfeiçoando permanentemente. E o aperfeiçoamento tem tudo a ver com o humanismo. E humanismo também não pode naufragar, porque o humanismo se confunde como socialismo, se confunde com a liberdade, se confunde com a democracia.

Portanto, a nossa pretensão e a nossa utopia, da qual falou tão bem a Senadora Mônica do PS do Uruguai hoje pela manhã, nos ajuda a caminhar em direção à utopia, mesmo sabendo que não vamos alcançá-la completamente. Mas ela vai iluminar a caminhada de gerações e gerações em busca do progresso material e espiritual da humanidade, da igualdade de oportunidades, do progresso real de cada ser humano que não pode se resumir apenas ao consumismo, muito menos ao excesso de consumo que eu acho que muitas vezes se confunde a felicidade da humanidade apenas com a possibilidade de consumir bens materiais, quando na realidade as sociedades mais consumistas são as sociedades mais deprimidas do ponto de vista emocional, porque o consumo não preenche o essencial do ser humano que é exatamente ver a felicidade do outro. E ninguém pode ser feliz vendo uma sociedade com analfabetos, com miseráveis e com discriminação de qualquer natureza. (*Palmas.*)

Portanto, essa nossa luta é muito longa, mas no caso do nosso partido espero que isso signifique um momento especial de receber companheiros e companheiras tão ilustres, tão importantes, de tão boas ideias e de excelentes experiências que nos enriqueceram, que agregaram, que contribuíram de forma muito definitiva, para que nós pudéssemos ter a segurança absoluta de que esse discurso liberal ou neoliberal, como se queira chamar e que aqui está tão em moda, e que o nosso continente já passou e no Brasil por tantas vezes ele tem a mesma cantilena aqui e lá; na Espanha, em Portugal, em qualquer parte.

Parece que nós estamos ouvindo, ao ouvir falarem os portugueses e a Deputada Olga, uma música que já conhecemos. Temos que privatizar, temos que diminuir salários, temos que fazer isso e fazer aquilo, e na verdade nós sabemos de antemão o resultado dessas políticas. Essas políticas só podem enganar aos incautos, mas as pessoas minimamente esclarecidas sabem muito bem o significado delas, que é um significado sempre do empobrecimento, da desigualdade de oportunidades e, num país como o nosso, que ainda está em desenvolvimento, com a potencialidade extraordinária que tem, é uma política que leva o País a perder suas grandes oportunidades, porque as oportunidades que eles dizem que vão dar com grandes investimentos serão investimentos que vão dar lucros para outros países, não é para o nosso, e muito menos vão distribuir renda.

Portanto, meus companheiros, minhas companheiras, esse é um passo adiante a cada dia ou a cada hora. Não um passo adiante um único passo. Isso significa que nós temos que dar, no caso do nosso partido, inúmeros passos, durante muito tempo.

E no caso da nossa discussão da autorreforma ela apenas foi inaugurada aqui. Nós teremos no próximo ano e até o congresso de 2021 uma tarefa, um desafio e muitas possibilidades para darmos uma mexida geral no nosso partido, para sacudirmos a nossa poeira,



porque nós precisamos, diante de todas as dificuldades que estão presentes no dia a dia do nosso povo, no dia a dia dos nossos militantes, dos trabalhadores, de todas as pessoas cuja maioria ainda é tão pobre em nosso País, nós precisamos ouvi-las.

Perguntaram para a Deputada Olga e ela disse: *“Sim, sim, as coisas do nosso partido não só decidimos nas nossas instâncias, nós decidimos ouvindo os coletivos”*. Os coletivos aqui estão nas favelas, os coletivos aqui estão nos trabalhadores do campo, os coletivos aqui estão também nas universidades, estão também nas empresas. Gostei muito dessa ideia de que nós não podemos nos esquecer de que um país para se desenvolver não pode podar a capacidade empreendedora na iniciativa privada. Ele precisa conviver com isso, aprender com isso, e fazer com que muitas pessoas tentem, na medida do possível, sabendo as contradições que isso tudo envolve, teremos que estimular a que haja uma coesão social em torno ao menos de determinados projetos específicos. E isso é inteiramente possível e as experiências que foram relatadas aqui e a vivência que tem nossos amigos companheiros de administrar que não é fácil. Não é fácil administrar um país capitalista com uma visão socialista, mas essa é a nossa tarefa, a da nossa geração, pelo menos. No futuro será muito diferente, mas, para que haja futuro, temos que desenvolver o presente e o presente nos dá muitos desafios e desafios extraordinários.

De outra parte, também há certa esquerda que fica com saudosismo, achando que o socialismo acabou também, e nós não temos o que reclamar também, porque mesmo a deformação do socialismo assim mesmo produziu efeitos muito positivos em muitos lugares do mundo, que acabou com o analfabetismo, que levou a própria Europa a criar o estado de bem-estar social, porque tinha receio do que havia como alternativa ao seu lado, e sempre digo que os trabalhadores da Europa Ocidental e do mundo ganharam muito mais do que os trabalhadores que viviam no mundo do socialismo real, em termos. Porque a direita não faz concessões.

Nós, a partir da existência dos partidos socialistas, dos partidos comunistas, dos sindicatos, é que conquistamos, ao longo do tempo, nesses mais de trezentos anos de capitalismo, muita coisa.

E eu digo e de vez em quando lembro que se um capitalista inglês, do início do capitalismo, ressuscitasse hoje não reconheceria o capitalismo, porque o capitalismo, através das lutas populares, dos socialistas, comunistas e de tantas forças sociais, fez com que muitas conquistas acontecessem, durante esses séculos em que nossos ancestrais também pagaram muito mais caro do que nós, hoje, para que tivéssemos o direito inclusive de estarmos aqui reunidos no Partido Socialista, em liberdade.

Então, nós somos apenas os prosseguidores dos sonhadores, dos utópicos, e devemos continuar sempre acreditando nessa utopia. Não há possibilidade de alguém ser socialista sem ter utopia. Porque é ela que nos move, é ela que nos leva, é ela que nos anima e este sonho é que leva a humanidade para frente, é que leva as pessoas e os países ao seu desenvolvimento em todas as suas dimensões.

Portanto, a partir do próximo ano, já está praticamente acertado aqui, ainda que de maneira um pouco improvisada, mas vamos organizar durante esse fim de ano com o Presidente



Coutinho, da Fundação João Mangabeira, com o Fábio Maio. E vamos fazer a jornada da autorreforma durante todo o primeiro semestre, antes do início das eleições (*palmas*) porque a nossa discussão será interna e externa. Internamente é muito importante, mas externamente é igualmente importante senão mais importante, com os jovens, com os jornalistas, com economistas, com cientistas políticos, com trabalhadores, com empresários, com advogados, com médicos, com o conjunto da nossa sociedade, levando, a partir do que aqui se formulou durante esses dias, a partir de um documento base, que evidentemente tem muitas falhas, e agradeço a cada um de vocês, companheiros e companheiras, pelas contribuições, pelas críticas.

Eu coordenei um grupo e de vez em quando alguém queria justificar uma crítica. E eu disse: “*Ninguém precisa justificar crítica e nem ausência. Se tiver que criticar critiquem e se estiver claro que contribuam.*” Porque o único objetivo dessa reunião de autorreforma que nós fizemos nesses três dias exatamente era receber as contribuições.

Então, no Partido Socialista Brasileiro ninguém precisa pedir autorização para nada, nem para criticar e menos ainda para contribuir. Fiquem sempre à vontade, fiquem sempre à disposição.

Eu quero reiterar meus agradecimentos a todos e a todas e dizer que também, a exemplo de muitos que falaram comigo durante esses dias estão felizes e energizados, para levar a autorreforma à frente, eu também estou. Eu também quero. Mas esse querer não pode ser do Presidente. O Presidente é um militante do partido como qualquer um militante que está no mais longe rincão do País. Eu não sou parlamentar, nem quero ser, porque têm muitos parlamentares, muita gente melhor do que eu para ser parlamentar. Eu não quero ser, apenas sou um militante que pela generosidade dos meus companheiros, me levaram à presidência sem que sequer eu fosse candidato.

Então, tenho a obrigação de corresponder, ainda que com as limitações da minha pessoa, evidentemente, mas tenho que corresponder pelo menos no meu empenho e na minha pouca capacidade, mas que se junte, que se some, que de mãos dadas nós vamos transformar este País num instrumento de transformação social do nosso Brasil.

Muito obrigado, um abraço e bom retorno para todos. (*Palmas.*)

**Todos:** “De Norte a Sul e no País inteiro! E viva o Partido Socialista Brasileiro” (Bis) (*Palmas.*)

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Moderador) – Pessoal, a nossa Secretária Nacional de Mulheres lembra que amanhã, aqui neste auditório, às 8h30min, começará o IV Encontro Internacional das Mulheres Socialistas.

Obrigado, pessoal e boa noite.